CANDICE FILIPAK MANSANO

Do "*Tempo dos Antigo*" ao "*Tempo de Hoje*": o caiçara de Cambury entre a terra e o mar

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Candice Filipak Mansano e aprovada pela Comissão Julgadora.

DATA: _____

ASSINATURA: Maria Maria Mendes do Guarnão

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS À EDUCAÇÃO

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP

M317d

Mansano, Candice Filipak.
Do "tempo dos antigo" ao "tempo de hoje" : o caiçara do Cambury entre a terra e mar / Candice Filipak Mansano. – Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Orientador : Neusa Maria Mendes de Gusmão.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Etnografia. 2. Caiçara (SP). 3. Cultura. 4. Saber. 5. Meio ambiente. I. Gusmão, Neusa Maria Mendes de. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

CANDICE FILIPAK MANSANO

Do "*Tempo dos Antigo*" ao "*Tempo de Hoje*": o caiçara de Cambury entre a terra e o mar

DISSERTAÇÃO apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação, da Faculdade de Educação, para obtenção do Título de **MESTRE** em **EDUCAÇÃO.**

ORIENTADORA: Neusa Maria Mendes de Gusmão
DEPTO. de Ciências Sociais Aplicadas à Educação
Faculdade de Educação / UNICAMP

CO-ORIENTADOR: Márcio D'Olne Campos
DEPTO. de Antropologia
Instituto de Filosofia de Ciências Humanas / UNICAMP

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

TOMBO BC

Dissertação apresentada, como exigência parcial para obtenção do Título de **MESTRE** em **EDUCAÇÃO** na Área de Concentração: Ciências Sociais Aplicadas à Educação, à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Neusa Maria Mendes de Gusmão

COMISSÃO JULGADORA:

Neusa Maria Mendes de Gusmão

Zeila de B. F. Demartini

[illegible]

[illegible]
(co-orientador)

Já tinha lido muito a seu respeito e confesso já estar encantada, antes mesmo de te ver e ouvir pela primeira vez. Me lembro, como se fosse agora, o primeiro dia em que fui a sua casa. Você não me conhecia e eu, só o conhecia através dos papéis, o que me fez permanecer algum tempo à distância.

Ficava a vagar pelos arredores, a espera do momento certo para me aproximar e dizer... Dizer o que? Não sabia ao certo; talvez dizer o porque de eu ter ido procurá-lo... É, talvez eu pudesse dizer: o pouco que sabia sobre sua vida e luta havia me despertado curiosidades que me levaram até você.

Talvez pudesse dizer isso, ou não, mas de fato era necessário encontrar boa oportunidade para me aproximar. Para minha surpresa, quem escolheu o momento foi você, ao se aproximar e dizer que minha constante presença nas proximidades de sua casa estava gerando curiosidades. Começou nossa conversa dizendo - *A moça parece ter gostado do lugar, né?* Aquela pergunta desconsertou-me, e ainda tentei esboçar alguma explicação, quando, cheio de delicadeza disse-me - *A moça conhece faz tempo o nosso lugá?* Num primeiro ímpeto, quase disse sim, afinal, a um ano vinha fazendo leituras sobre ele e seu lugar, mas mal me dei conta do NÃO respondido, prontamente. Afinal, pelo menos a primeira vista, nada havia de similar entre o lido e o que estava vendo e presenciando.

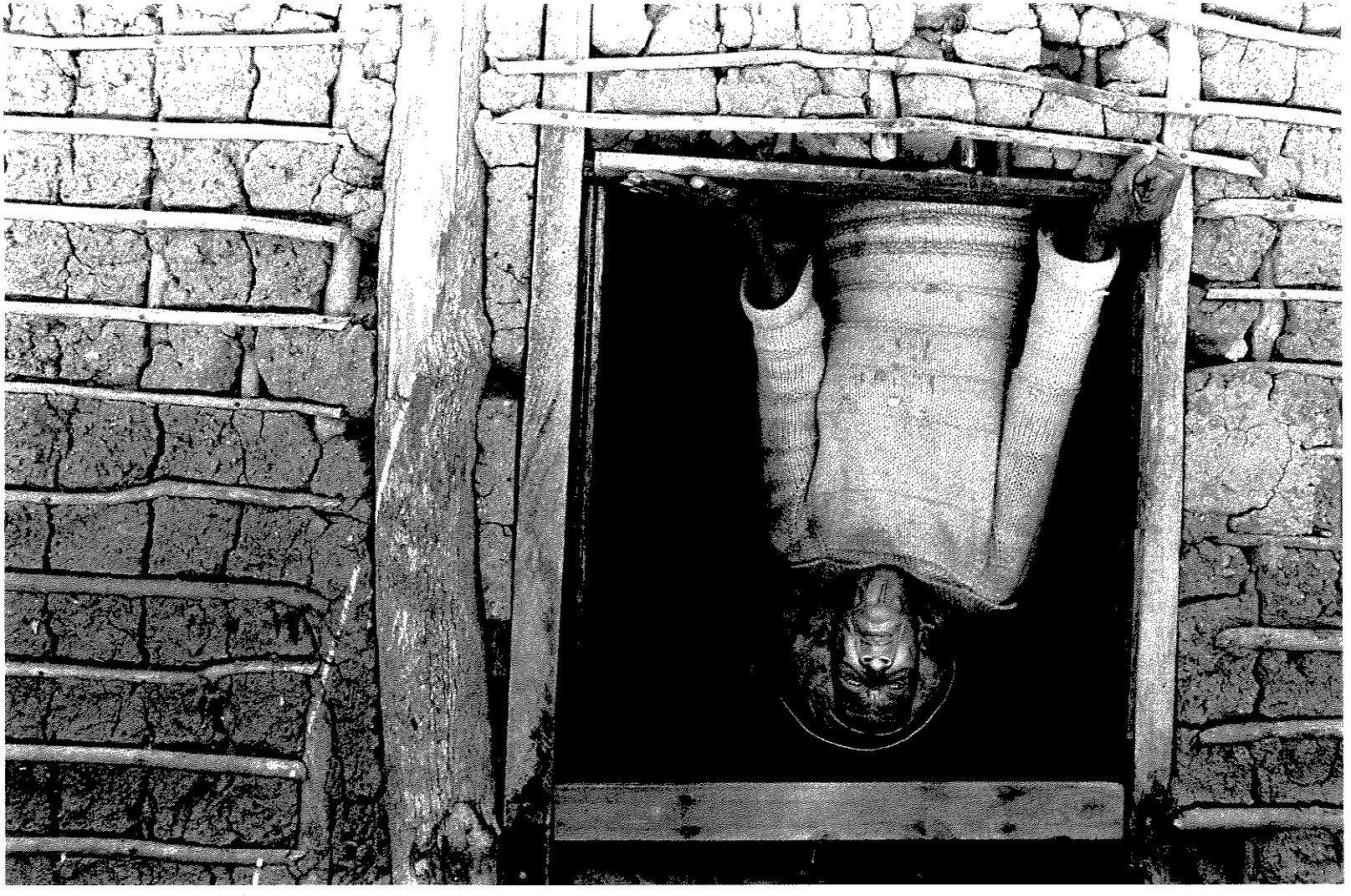
Nossas conversas, de início, eram breves e você parecia desconfiando e intrigado com minha presença. Foi assim até a terceira visita, mas a partir daí, algo começou a mudar em nossa relação. Você já não ficava tão desconfiado quando conversávamos, e eu, já não ficava tão sem saber o que dizer ou fazer. Um tipo de cumplicidade havia nascido entre nós...

Com o nosso convívio, você começou a contar-me seus problemas, seus anseios e inquietações, e nossas breves conversas transformaram-se em longos relatos emocionados. De um lado, estava você emocionado ao contar sobre seu passado, entristecido ao falar do presente e atemorizado ao imaginar o futuro. E do outro lado, estava eu cada vez mais seduzida pelo que me contava...

Mais de um ano se passou desde a primeira vez que nos encontramos e nossa relação foi construída em cima de representações feitas um do outro. Para você: fui turista, turista curiosa e intrometida, repórter, escritora e para alguns, fui até mesmo confundida com seus maiores opressores. Para mim: foi de papel, foi o coitado, o oprimido e, por fim, transformou-se no lutador e no herói que tenta resistir à opressão e, mesmo assim, não perde a delicadeza e a humildade que lhe configura.

Caiçara de Cambury, é a você que dedico este trabalho, pois, antes de mais nada, ele não existiria e nem teria sentido sem a tua presença. E hoje, mais do que nunca, tenho consciência de que ele só foi possível porque, desde o primeiro momento partilhamos da mesma esperança:

de que a dignidade humana seja retomada,
mesmo nas mais difíceis relações.



AGRADECIMENTOS:

Aos meus pais e irmãos, pelo amor dedicado. Vocês também são, de certa forma, autores desse trabalho... estiveram sempre em minha retaguarda, incentivando-me, amparando-me nas dificuldades e compreendendo as minhas tantas ausências.

Ao Marco, por ter sua presença amorosa durante esses anos de trabalho. Estar ao seu lado, é muito mais que ter um companheiro; é estar imersa em eterna atmosfera de aprendizado sobre a arte de amar e sentir-se amada.

Aos caiçaras, pela paciência e amizade.

À Neusinha, orientadora preciosa... obrigado por sua dedicação. A paixão com a qual realiza seus trabalhos de campo, sem dúvida, foram para mim, fonte de inspiração e coragem.

Ao Márcio, meu primeiro mestre na Antropologia ... obrigado pelas longas e ricas conversas motivadoras de meu crescente interesse em compreender "nossos outros"...

Aos amigos da GUAPURUVU, pela riqueza de nossas vivências.

Ao CNPq, pela Bolsa de Pesquisa recebida, fundamental para a realização desse trabalho.

Ao Fundo de Apoio ao Ensino e à Pesquisa da UNICAMP, pelo apoio financeiro nas idas a campo.

Ao Paulo Porto, pela atenção despendida ao tirar as fotos para esse trabalho.

A todas as pessoas, que de alguma forma, participaram desse aprendizado.

"Desde que, adulto, comecei a escrever romances; tem-me animado até hoje a idéia de que o menos que um escritor pode fazer, numa época de atrocidades e injustiças como a nossa, é acender a sua lâmpada, fazer luz sobre a realidade de seu mundo, evitando que sobre ele caia a escuridão, propícia aos ladrões, aos assassinos, aos tiranos. Sim, segurar a lâmpada, a despeito da náusea e do horror. Se não tivermos uma lâmpada elétrica, acendamos o nosso toco de vela ou em último caso, risquemos fósforos repetidamente, como um sinal de que não desertamos nosso posto".

ÉRICO VERÍSSIMO

SUMÁRIO

PARTE I:

PESQUISADORA: Os Tempos da Pesquisa

Meus Itinerários 1

O Trabalho de Campo: entre a Intersubjetividade e a Objetividade 15

PARTE II:

CAIÇARAS: O *"Tempo dos Antigo"*

CAPÍTULO I: Histórico da Ocupação de Cambury 37
1.1. Delineando contornos 37
1.2. A ocupação do Litoral Norte Paulista e seus principais Ciclos Econômicos..... 41
1.3. Breve Histórico da Ocupação da Região de Picinguaba..... 48
1.4. Formação do Bairro de Cambury e seus Primeiros Moradores..... 49

CAPÍTULO II: Terra e Parentesco 60
2.1. O Parentesco em Cambury 60
2.2. *"Aqui era tudo praticamente de uma família só"*..... 66

CAPÍTULO III: Territórios do Azul Marinho em Cambury:
o caiçara entre a terra e o mar 70
3.1. *"A gente come o Azul Marinho"*: uma tentativa de se compreender a cultura caiçara..... 71
3.2. *"A banana e a mandioca a gente planta na roça"*: a agricultura para o aprovisionamento.. 77
3.3. *"Os cheiros a gente cata aqui no mato"*: manejo da floresta 88
3.4. *"O peixe a gente mata ali no mar"*: o trabalho no mar 94

PARTE III:

CAIÇARAS: Do Tempo de Transição ao *"Tempo de Hoje"*

CAPÍTULO IV: *O* Tempo de Transição - um território em mudança 108
4.1. As ações que promoveram mudanças..... 109
4.2. *"O caiçara tinha uma demarcação própria"* 117

CAPÍTULO V: *O "Tempo de Hoje"* – saberes e processos em conflito e em confronto..... 129
5.1. Relação entre diferentes - A favor da diversidade..... 155

***"Com a chegada do meio ambiente"*: as imagens falam por si ...** 175

ANEXO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAPAS / FIGURAS / DIAGRAMAS / QUADROS / ANEXO:

MAPA I: Localização de Picinguaba
MAPA II: Localização de Cambury

FIGURA I: Croqui do Bairro de Cambury
FIGURA II: Croqui Família Extensa dos Conceição.
FIGURA III: Calendário Vivencial do *"Tempo dos Antigo"*
FIGURA IV: Calendário Vivencial do *"Tempo de Hoje"*

DIAGRAMA I: Diagrama de Parentesco do Bairro de Cambury
DIAGRAMA II: Família Basílio [170 anos]
DIAGRAMA III: Família de Cristina Basílio [130 anos]
DIAGRAMA IV: Família Conceição [110 anos]
DIAGRAMA V: Família Bento [100 anos]
DIAGRAMA VI: Família de Zacarias [90 anos]
DIAGRAMA VII: Família Firmino [60 anos]
DIAGRAMA VIII: Família Lúcio [40 anos]
DIAGRAMA IX: Família Cruz [25 anos]
DIAGRAMA X: Família de João Querino [15 anos]
DIAGRAMA XI: Casamento entre Famílias
DIAGRAMA XII: Casamento entre Primos
DIAGRAMA XIII : Relações de Parentesco na Família Conceição

QUADRO I: Ervas medicinais de uso comum
QUADRO II: Principais recursos naturais utilizados
QUADRO III: Espécies mais caçadas

ANEXO: Relação de moradores e casas.

RESUMO

Ao falar da história de seu grupo, o caiçara de Cambury se refere ao *"Tempo dos Antigo"* e ao *"Tempo de Hoje"*, como referência para análise das transformações sócio-econômicas e culturais que vêm atravessando e ressaltam: o marco divisor entre estes dois períodos foi a demarcação das posses familiares pelo IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e a construção da BR. 101, pelo Governo Federal, constituindo o que chamo de Tempo de Transição. Dessa forma, construo este texto baseando-me na análise / interpretação destes três períodos. Na Parte I – PESQUISADOR: Os Tempos da Pesquisa - é realizada a reflexão dos caminhos percorridos, da Biologia à Antropologia e a Educação, na construção deste objeto de pesquisa. Na Parte II, intitulada CAIÇARAS: *O "Tempo dos Antigo"*, é feita a descrição e análise dos dados obtidos sobre o tempo passado: a origem dos primeiros moradores, a ocupação do território, as relações de parentesco, as formas tradicionais de ocupação e uso do solo e da mata e seus recursos, a pesca, a religião, tudo pretendendo aproximar-me da construção da identidade do caiçara de Cambury, ao longo do tempo e em seu espaço. Na Parte III – CAIÇARAS: Do Tempo de Transição ao *"Tempo de Hoje"* - descrevo e analiso as ações do Poder Público, que vieram a promover mudanças no modo de vida e visão de mundo do caiçara, nestas últimas décadas. São enfocadas as conseqüências trazidas por tais ações, sendo a principal, o esfacelamento da identidade cultural do grupo caiçara de Cambury. Ao adentrar no *"Tempo de Hoje"*, analiso a incorporação do território do bairro ao Parque Estadual da Serra do Mar, buscando enfatizar os conflitos entre saberes e processos existentes no bojo dessa situação. A análise feita na Parte III busca revelar como os saberes, processos e técnicas empregados pelos caiçaras em suas vivências vão sendo absorvidos por saberes, processos e técnicas do sistema dominante. No último item desse texto, deixo as fotos falarem por si...

PARTE I:

PESQUISADORA: Os Tempos da Pesquisa

O diferente é o outro , e o reconhecimento da diferença é a consciência da alteridade: a descoberta do sentimento que se arma dos símbolos da cultura para dizer que nem tudo é o que eu sou e nem todos são como eu sou.

O outro é diferente, e por isso atrai
e atemoriza...

O outro sugere ser decifrado, para que os lados mais difíceis de meu eu, do meu mundo, de minha cultura sejam traduzidos também através dele, do seu mundo e de sua cultura.

Carlos Rodrigues BRANDÃO[1]

---

[1] **Identidade e Etnia: Construção da Pessoa e Resistência Cultural**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. p.7-11.

MEUS ITINERÁRIOS

O início do percurso rumo à construção do que viria a ser o meu projeto de pesquisa para o Mestrado, se deu há quase cinco anos atrás (em 1993), quando ainda estava no segundo ano de graduação em Ciências Biológicas. Estagiava na época, no laboratório de Biologia Vegetal ligado ao Departamento de Química da Universidade Estadual Paulista - Campus de Botucatu - , quando posso dizer que houve o marco inicial de mudança que deslocaria minhas inquietações científicas das Ciências Naturais para as Ciências Humanas.

Naquele ano, fui eleita primeira secretária do "Centro Acadêmico V de Junho" e me via fortemente engajada no movimento estudantil do Campus. O lema de nossa gestão era motivar os alunos e professores a desenvolverem programas de Extensão Universitária, dentro e fora da cidade de Botucatu. As numerosas horas semanais despendidas frente às câmaras frias, trabalhando com micropropagação de plantas, se antes me proporcionavam interesse e fascínio, começaram a se tornar um tanto monótonas. O ambiente de agitação política me envolvia quando fora do laboratório.

Atraíam-me os debates entre os diversos Centros Acadêmicos sobre o então Governo Collor, as conversas com membros do Diretório Acadêmico da Agronomia, na época elaborando o primeiro Estágio de Vivência em Assentamentos Rurais e o Projeto de Alfabetização de Adultos feito por um grupo de estudantes da Medicina. Enfim, inúmeros outros pontos agitavam o Campus Universitário e adquiriram maior importância no meu cotidiano que o estágio e as próprias disciplinas da grade curricular. As leituras sobre questão rural, educação popular ... transportavam-me para um outro universo de saberes e instigavam-me a curiosidades jamais experimentadas.

No mesmo Departamento de Química no qual estagiava, havia um professor iniciando um projeto de Extensão Universitária cujo desenvolvimento seria através do Campus Avançado da UNESP, em Eldorado Paulista. O projeto objetivava o monitoramento da Qualidade da Água ao longo da porção do Rio Ribeira do Iguape que atravessa o município de Eldorado. Resolvi arriscar

e concorrer à bolsa de Iniciação Científica oferecida pelo professor a quem estivesse interessado em trabalhar no projeto. E consegui.

Na primeira ida a campo, em julho de 1993, percorremos todo o trecho do Rio Ribeira que atravessa o município, para escolher os pontos de coleta de água e recolhemos as primeiras amostras. O resultado das análises surpreendeu-nos. O índice de contaminação por metais pesados, principalmente o chumbo, e por coliformes fecais humanos era altíssimo. O chumbo provinha de uma multinacional cujos resíduos do produto eram diretamente jogados no rio e a enorme quantidade de coliformes fecais e com maiores índices de contaminação eram observados nas amostras recolhidas nas proximidades dos bairros rurais do município.

Retornamos a campo um mês depois, para visitarmos os locais onde o índice era mais alto para, então, fazermos outra coleta e escolhermos novos pontos representativos, localizados em rios menores que atravessassem aqueles bairros. Enquanto os percorríamos tivemos a oportunidade de conversar com algumas pessoas sobre a procedência da água utilizada para consumo. A informação recebida era que utilizavam a água do Ribeira e de alguns outros rios e córregos menores, justamente os mais contaminados.

A partir desse dado, resolvemos[1] fazer uma consulta à Secretaria de Saúde do Município na tentativa de descobrirmos ali a incidência de doenças infecto-parasitárias e, em especial, nos quatro bairros rurais onde o índice de contaminação da água era maior. A resposta foi praticamente 100% das crianças e cerca de 80% dos adultos eram portadores de algum tipo de verminose e havia elevado índice de mortalidade infantil relacionada ao fato.

A princípio, o objetivo do projeto era somente coletar e avaliar a qualidade da água do município, entretanto, em decorrência do nosso, posso dizer, incipiente contato com o contexto social que rodeava aqueles rios, propusemos seu redirecionamento ampliando seus horizontes. Teria, então, sentido educativo, envolvendo os bairros Sapatu, André Lopes, Nhunguara e

[1] Até aquele momento, éramos três pessoas trabalhando no projeto, duas estagiárias e o coordenador.

Ivaporunduva, visando a conscientização de seus moradores sobre a qualidade sanitária de suas vidas.

Rapidamente, traçamos metas a serem alcançadas para que tal trabalho fosse feito, sendo uma delas a ampliação do número de envolvidos para, em janeiro de 1994, iniciar um diagnóstico sócio-econômico e ambiental. O projeto mudou de nome de Qualidade da Água para Qualidade da Água, suas Inter-relações e Educação Ambiental. Demos início ao diagnóstico no prazo previsto, com cerca de vinte estudantes de diversas áreas: Biologia, Agronomia, Enfermagem, Medicina, Veterinária e Zootecnia. A estratégia de atuação foi meticulosamente elaborada, ainda em Botucatu, durante um mês de preparação antes da ida a campo.

Ficaríamos vinte dias no local e a dinâmica seria a seguinte: na parte da manhã, íamos a campo realizar o diagnóstico passando de casa em casa, entrevistando o(a) responsável pela família, segundo um roteiro de perguntas previamente estabelecido. Após estas entrevistas, convidávamos todos para irem ao Centro Comunitário da cidade[2] onde trabalharíamos, na parte da tarde, com as crianças e, na parte da noite, com jovens e adultos. Este trabalho consistia em atividades educativas para informá-los sobre os problemas da água e esgoto em seus bairros e a importância da sua participação na solução desses problemas, através de mudanças de hábitos.[3]

Tudo parecia correr como previamos, isto é, os moradores pareciam estar cientes da importância de mudarem seus hábitos de higiene (construírem fossas sépticas, clorarem a água que bebiam) e mesmo hábitos de lazer (tomar banho nos rios). A certeza de estarmos seguindo o caminho certo e o apoio explícito da Pró-Reitoria de Extensão Universitária da UNESP (que a todo momento se gabava de estar desenvolvendo um projeto excelente de extensão... até foto do grupo havia na mesa do Pró-Reitor de Extensão) motivou ainda mais o grupo de estudantes que, voltando para Botucatu, traçou novas estratégias para a continuidade do trabalho.

---

[2] O convênio entre a Prefeitura Local e a Universidade previa, dentre outras coisas, apoio logístico ao projeto. Desta forma, a prefeitura se encarregava de trazer e levar os moradores para que pudéssemos realizar as atividades.

[3] Desenvolvíamos diversos tipos de atividades, dentre elas, assistíamos vídeos, víamos diversos tipos de vermes em lupas e microscópios, desenhos e pinturas, teatro de fantoches e uma peça teatral.

Durante o primeiro semestre daquele ano, o grupo deveria se revezar de modo que estivéssemos em campo duas vezes por mês, desenvolvendo algumas atividades que posso chamar de promotoras de mudanças. Havíamos nos dividido em sub-grupos por área de atuação compreendendo desde Educação, até o grupo de Extensão Rural, visando iniciar projetos para melhorar as condições de vida daquelas comunidades. E foi o que fizemos.

Entretanto, durante aquele semestre, um pequeno foco de questionamentos começou a emergir da mente de alguns membros do grupo, principalmente dos ligados ao grupo de Educação: Seria mesmo este o caminho a percorrer? O que começou a nos intrigar foi um sutil boicote ao nosso trabalho em um dos bairros - Ivaporunduva. Mantínhamos relações amistosas com seus moradores, éramos muito bem recebidos em suas casas. Se, porém, o assunto era participar de nossas reuniões onde, por exemplo, ensinávamos como fazer uma fossa séptica ou desejávamos escolher algumas mulheres para fazerem uma horta escolar, juntamente com a professora, a fim de melhorar a merenda, a coisa mudava de figura. Então, quase ninguém aparecia, e quando aparecia, alguns ficavam nos ouvindo atenciosamente, mas sem manifestarem nenhum interesse em realmente participar. Ao mesmo tempo em que isso começou a incomodar algumas pessoas, iniciou-se um gradual esvaziamento do grupo: de vinte estudantes, em janeiro, passou a 10, em julho.

Nos encontros semanais mantidos na Universidade, um clima de desconforto começou a substituir a empolgação anterior, pior quando era dia do Grupo de Educação realizar seminário e abordava questões como a que intitula um livro de Paulo Freire: *Extensão ou Comunicação*? O desconforto se transformou em conflito explícito entre membros chaves do projeto e o coordenador. Mas nenhuma das partes parecia querer desistir e, mesmo imersos numa atmosfera que pulsava em dúvidas e conflitos, fomos a campo no mês de julho.

A estratégia básica para ampliar a participação dos moradores era: em vez de desenvolvermos as atividades educativas na cidade, levaríamos tudo para os próprios bairros, onde

trabalharíamos nas escolas ou igrejas e no nosso teatro mambembe[4]. Ainda me lembro como se fosse hoje a sensação que tínhamos ao atravessar o Rio Ribeira numa canoa a remo de um tronco só, levando toda a nossa parafernália: televisão e vídeo, fantoches, fantasias, microscópios e lupas, ... fora as ferragens e lonas para montar o teatro. Sempre éramos recebidos com festa, tanto pelas crianças e jovens quanto pelos adultos participantes de todas as atividades, e confesso, tudo aquilo me encantava enormemente, apesar de ser eu uma das pessoas que questionava todo aquele processo.

Os questionamentos feitos por nós eram mais intuitivos, menos intelectuais, por não termos recebido nenhum tipo de preparo teórico para trabalhar com populações num trabalho educativo, cuja premissa deve ser o diálogo e não o monólogo, a comunicação entre saberes e não a extensão de uns sobre outros. Em outras palavras, fomos a campo carregando em nossas bagagens, além dos aportes materiais, uma grande disposição para falar, para estender nossos saberes de modo a alcançar nossos objetivos, mas nos esquecemos de levar disposição para olhar e ouvir aquilo além do programado.

Em conversas nos entremeios das nossas atividades programadas, conseguíamos deixar de lado nosso olhar e ouvidos guiados por objetivos e nos permitíamos mergulhar nossas sensibilidades nos relatos dos moradores, descobrindo, então, outras facetas daquele contexto. Na mesma época de nosso trabalho por lá, os quatro bairros estavam sendo ameaçados de serem inundados, caso o empresário Antônio Ermírio de Moraes conseguisse aprovação do Governo do Estado para construir três hidroelétricas no Rio Ribeira do Iguape. Alguns membros do grupo, dentre os quais me incluí[5], começaram a se envolver na questão das barragens motivados por longas conversas pessoais com alguns líderes das comunidades, principalmente de Ivaporunduva.

---

[4] Durante o primeiro semestre conseguimos que a Universidade construísse uma estrutura de lona semelhante a um palco, que usaríamos para peça teatral e outras atividades

[5] Na época eu era presidente do Centro Acadêmico e tomei a iniciativa de trazer essa discussão para dentro da entidade. Em parceria com o MOAB - Movimentos dos Atingidos por Barragens - e com a SOS. Mata Atlântica - ONG Ambientalista do Estado de São Paulo, promovemos um debate no Campus Universitário, no qual estavam presentes dois líderes da comunidade de Ivaporunduva, João Paulo Capobianco (da SOS) e o então Deputado Federal, Fábio Feldmann. O propósito do debate foi envolver os estudantes e Centros Acadêmicos numa militância contra a construção das barragens e o lançamento de um abaixo-assinado que seria entregue nas mãos do Governador do Estado. Participamos de passeatas, encontros na Assembléia Legislativa do Estado e na reunião do CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente - que discutiria a aprovação do projeto do empresário. A

A partir do instante em que nos deixamos, mesmo com limites, impregnar por outras nuances daquela realidade, novas "curiosidades" foram surgindo, e já não era somente a questão da falta de saneamento básico a nos ligar àquelas pessoas, era mais...muito mais. A história de vida de alguns sujeitos, passo a passo, nos revelava a vida daquele grupo social. Se naquele momento histórico específico, a luta do grupo era contra a inundação de seu território, num passado não muito distante a luta foi contra o sistema escravocrata vigente. Isso resultou, na época, na formação de um Quilombo. Comunidades Remanescentes de Quilombos, luta contra a construção das barragens, mobilização para demarcação de suas terras como terras de pretos, enfim, o contexto cultural e social daquele grupo, revelado pelo discurso de seus sujeitos, aos poucos mostrava-nos quanto tínhamos a aprender e isso desconcertava-nos, pois fomos preparados para ensinar.

Essas inquietações, aliadas à insegurança, nos instigaram a leituras sobre saber popular - saber científico e nos levaram a questionar a maneira como estávamos conduzindo o trabalho. Chegamos a fazer uma mudança que, na época, consideramos um avanço. Cortamos alguns de nossos objetivos nos quais eram propostas medidas rápidas, saneadoras de maus hábitos de higiene como, mutirão de construção de fossas sépticas, naturalmente organizado por nós. Em vez disso, passamos a debater com as comunidades o por que do não uso de fossas sépticas, o por que da insistência em usarem o cloro fornecido por nós na lavagem de roupa, em vez de usarem na água de beber ou cozinhar. Assim procedendo, acreditávamos estar proporcionando a eles a oportunidade de falar sobre seus anseios e necessidades. Esquecíamo-nos de detalhe importante: o tema do debate fora previamente escolhido por nós – água, fossa ... Não havia espaço para falar de outros problemas, outras prioridades. Em decorrência, em vez de respostas às nossas perguntas, eles respondiam com outras perguntas: "*Minha avó bebia dessa água, minha mãe bebe dessa água. Porque eu não posso bebê? Pra que banheiro, nóis nunca precisô disso aqui?*", e não nos dávamos conta de isso estar acontecendo, talvez pelo fato de o saneamento básico não ser considerado problema, ou, se fosse, não era prioridade para o grupo.

---

construção das barragens foi aprovada tanto pelo CONSEMA de São Paulo quanto do Paraná, mas como se trata de um rio interestadual, o Deputado Fábio Feldmann recorreu e ganhou, alegando que a decisão deveria ser Federal

Apesar da resistência, principalmente por parte dos moradores de Ivaporunduva, insistíamos em continuar o trabalho, quase compartilhando da opinião da professora local, que julgava os moradores do bairro acomodados, quando fomos convocados pelos líderes da comunidade para uma reunião. Toda a reunião pode ser sintetizada na fala de dois líderes locais:

> *Nossa comunidade tá tendo que priorizá um tipo só de trabalho e, no momento, nós tamo preocupado com a questão da demarcação das nossa terra, senão não vai ter como a gente trabalhá com vocês a questão da saúde. Nós queremo trabalhá com vocês, porque também achamo que a saúde é importante, mas no momento temos que garantir nosso teto. (DITÃO)*

> *No futuro podemo fazê um trabalho em conjunto com vocês. Se quiser trabalhá com a gente agora tem que ser na luta contra as barrage, que tá ameaçando nosso teto e nossa cultura. (ZÉ RODRIGUES)*[6]

Foi nesse momento do projeto que percebemos (alguns de nós e não todos) o quanto havíamos sido etnocêntricos. A partir de análises de água feitas na região, delimitamos nossos objetivos, de acordo com nossos saberes científicos e nossa realidade de vida e cultura; fomos ao Vale do Ribeira para influenciar aquelas pessoas a aceitarem como seus, os nossos saberes, e adotarem como suas, as nossas prioridades. Estávamos longe de nos aproximarmos da história de vida deles e de compreendermos as suas leituras de mundo. Da mesma forma, se mantinha a professora do bairro, fazendo-nos acreditar na acomodação daquelas pessoas. Não se tratava de forma alguma de acomodação das pessoas do bairro, e sim, de falta de sensibilidade da educadora e nossa, para conhecer e respeitar aquela cultura e compreender o momento histórico que estavam vivendo. Isso aconteceu pois como disse FREIRE e D'OLNE CAMPOS (1987):

> Os educadores e os cientistas não têm o direito de menosprezar o que chamam de "sabedoria popular" (...). A primeira leitura do mundo das pessoas faz com que elas exprimam conhecimentos que poderíamos chamar de identidade cultural. O educador (e o cientista) devem considerar essa leitura de mundo inicial (...) que trazem em si. Ele forjou-a no contexto do seu lar, de seu bairro, de sua cidade, marcando-a fortemente por sua origem social.

---

[6] Essas falas estão em MANSANO, Candice Filipak. *Educação Ambiental e seus efeitos na Organização Comunitária: escolas rurais do Vale do Ribeira.* UNESP – Botucatu/SP, 1994 (trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Educação).

Baseados em nossa vivência pessoal, marcada pelo ambiente em que vivemos, pela educação (dentro e fora da escola) recebida, julgamos as condições de vida daquelas pessoas serem ruins e, por termos o conhecimento de como ajudá-los deveríamos fazê-los mudar aquela situação. Nunca nos preocupamos em perguntar se achavam que a falta de saneamento os incomodava e mais, se era prioridade, naquele momento, trabalhar em prol dessa mudança ou, ainda, quais eram suas prioridades.

Mesmo não perguntando, eles responderam. Sem sombra de dúvida, foi a fala daquelas pessoas naquela reunião, que me fizeram questionar toda a concepção sobre de trabalhos envolvendo pessoas ou grupos sociais. Esse encontro com os campesinos de Ivaporunduva, foi a gota d'água para o desfecho do projeto e o ponto de partida que me levaria à Antropologia e à Educação. Somente com o aporte teórico fornecido pelas Ciências Naturais , não teria competência para ir em frente atuando naquele tipo de trabalho. Somente com o olhar de Bióloga não era possível realizar um trabalho com pessoas, sem correr o risco de ser novamente etnocêntrica, por não perceber outras nuances na cultura do outro, diferentes daquelas pretendidas inicialmente. Se o leitor se reportar ao início deste relato, perceberá terem sido todos os nossos objetivos e ações elaborados fora do contexto daqueles bairros e não nos dirigíamos a campo para perceber, aprender, sobre a vida quotidiana e história das comunidades. Íamos sim, para ensinar e executar o planejado, com intuito de alcançar nossos objetivos. Nosso olhar simplista e redutor não nos permitia perceber a complexidade numa relação onde os sujeitos envolvidos são diferentes, seja pela cultura, seja pela classe social e econômica.

A relação de alteridade vivida com os ribeirinhos do Ribeira me fez carregar dúvidas para além da formatura, me instigando a buscar um aprofundamento reflexivo através do mestrado. Ao ingressar na UNICAMP[7], como aluna especial, conheci o Professor Márcio Campos[8], que há

[7] No Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

[8] Estas são algumas das obras do autor acerca dos caiçaras: D'OLNE CAMPOS, Márcio. *Saber Mágico, Saber Empírico e outros Saberes na Ilha dos Búzios in* **Caminhos Cruzados, Linguagem, Antropologia e Ciências Naturais**, A. Eulalio *et alli.*, São Paulo: Brasiliense, , 1982.

D'OLNE CAMPOS, Márcio. *Búzios Island: Knowledge and Belief Among a Fishing/Agricultural Community at the Coast of the State of São Paulo*, **First International Conference on Ethnoastronomy: Cosmológical and Astronomical Traditions of the World**. Washington, DC: Smithsonian Institution, september 1983. (Submetido à publicação nos "proceedings" a pedido do comitê organizador, só em 1995. Aceito em 1995).

vários anos pesquisa populações caiçaras do litoral norte do Estado de São Paulo, e um dos enfoques de sua pesquisa era a problemática gerada a partir da inclusão de alguns bairros caiçaras em Unidades de Conservação (UCs[9]). O bairro do Cambury, no município de Ubatuba /SP, foi incorporado ao Parque Estadual da Serra do Mar, em 1979, e é um dos lugares onde o pesquisador deposita seu olhar às luzes dessa problemática.

A política ambiental que gere UCs como Parques Nacionais e Estaduais coíbe essas populações de realizarem várias de suas atividades relacionadas ao uso e manejo dos recursos naturais, alegando serem elas destruidoras do ambiente natural. Esta atitude tem provocado um verdadeiro desarranjo sócio-econômico e cultural dessas populações, pois grande parte das atividades coibidas, como é o caso da agricultura itinerante, constituem-se nos pilares de construção da sua identidade cultural.

Isto me despertou atenção, pois lá estava novamente a relação entre saberes diferenciados. O saber ambiental institucionalizado através de leis e decretos cria e legitima áreas a serem protegidas contra quaisquer ações que as desvirtuem[10], sem haver qualquer tipo de diálogo com as populações caiçaras habitantes desses Parques. Sendo assim, as áreas são demarcadas sem os executores de leis ambientais[11] buscarem conhecer o modo de os caiçaras perceberem o meio onde vivem e como elaboram suas práticas visando garantir tanto a sua sobrevivência (alimentação, proteção, procriação, segurança), quanto sua transcendência (busca da compreensão e do significado da vida)[12] nos seus territórios[13]. Essas áreas passam a ser geridas conforme os conceitos preestabelecidos no cerne da Legislação Ambiental, e ao invés do diálogo, o procedimento utilizado para a elaboração destas leis e sua execução parece ser retirar alguns

---

[9] Unidades de Conservação são áreas tombadas pelo Poder Público, como áreas naturais a serem protegidas contra a ação devastadora do homem.

[10] Decreto nº 25.341, de 4 de junho de 1986, referente ao Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas, Artigo 1º / inciso 3º (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1986).

[11] Executores de leis ambientais nesta pesquisa são todos aqueles que trabalham diretamente na execução dessas leis, sejam em cargos políticos, administrativos ou como funcionários.

[12] A despeito de sobreviver e transcender ver em NOBRE, S. **Aspectos sociais e culturais do desenho curricular da matemática**. Rio Claro/SP: Editora da UNESP, 1989.

[13] Na maioria dos casos, apenas são realizados cadastramentos e diagnósticos sócio-econômicos bastante superficiais, não abrangendo estudos de caráter etnográfico que, por exemplo, poderiam estar revelando aspectos fundamentais sobre as relações destes homens com a natureza.

costumes do contexto de sua feitura e vivência, para classificá-los como predatórios ou em desacordo com o Modelo de Área Protegida. No caso de determinada técnica utilizada pelos caiçaras ser considerada - segundo os referenciais de quem concebe e executa estas leis - predatória para natureza, torna-se terminantemente proibida, como é o caso da agricultura itinerante.

A conduta de buscar compreender os saberes nos quais se fundamentam essas práticas coibidas e as conseqüências sócio econômicas e culturais desta atitude proibitiva para o grupo social em questão, não parece ser preocupação existente das UCs no Brasil. Desta forma, os executores de leis ambientais desconsideram, para não dizer desrespeitam, outras formas de conceber e estar no ambiente que pretendem preservar. Em outras palavras, em prol de uma concepção de natureza intocada e intocável, o saber ambiental institucionalizado massacra o saber ambiental tradicional e de forma alguma procura conhecê-lo, a não ser em tentativas eventuais e fragmentadas, como no caso de diagnósticos rápidos e superficiais.

Quanta similaridade na atuação dos executores de leis ambientais e nossa atuação no Vale do Ribeira. Os nossos saberes eram pretensamente os verdadeiros e deviam prevalecer, sendo adotados como os corretos. Nada de abertura para contestações! Os saberes de fora legitimam concepções de natureza de acordo com sua cultura e os habitantes daquelas áreas, que tratem de cumprir as novas regras, senão, multas e ameaças de processos.

Além da imposição de um saber em detrimento do outro, há outra característica em comum entre essas duas experiências: de uma lado, os saberes de fora são os saberes legitimados e legitimadores da sociedade urbano-industrial - majoritária e que detém as formas de dominação (entre elas a escrita e a leitura, o dinheiro, o poder político, o poder da informação e a ciência convencional[14]); e do outro, os saberes tradicionais, legitimados e legitimadores da "*sociedade*

[14]Chamo de ciência convencional esta que é realizada por mim e pelos meus pares da Academia e Institutos de Pesquisa e de ciência do cotidiano, aquela que é realizada onde quer que existam curiosidades e pessoas motivadas em desvendá-las.

tradicional"[15] - minoritária, excluída do acesso às nossas formas de dominação. O saber produzido no cerne de uma Instituição Urbano-Industrial é considerado legítimo e portanto, deve ser legitimado perante os saberes elaborados em Instituições Tradicionais.

No caso do Vale, a certeza de estarmos munidos do conhecimento científico e de ser ele inquestionável, por ser elaborado e legitimado dentro da Universidade - uma das nossas mais consagradas Instituições produtoras de conhecimento - deixou-nos deslumbrados diante da possibilidade de ajudarmos aquelas pessoas a melhorarem suas vidas - Era claro, saberíamos o que era melhor para eles. Já os executores de leis se baseiam na certeza: a única forma de proteger a natureza da destruição é separá-la do homem e então, escolhem as áreas a serem mumificadas, não permitindo qualquer ação direta sobre essas ilhas de natureza intocada (DIEGUES, 1994a). As ações humanas são consideradas no singular, isto é, todas as ações humanas são predatórias, impedindo outros modos de ver e de estar na natureza, que não sejam iguais ao do homem urbano industrial - sejam considerados e respeitados no cerne deste contexto.

Tudo isso nos remete à questão da homogeneização cultural. Nesses dois contextos, percebe-se uma tendência a homogeneizar o diverso, o diferente... para se enquadrar no que a sociedade dominante considera o correto, o prudente, a verdade. Na fronteira cultural entre dois diferentes, se um dos atores sociais é maioria e detém as formas de dominação, a tendência é que

---

[15] DIEGUES (1994a, p.78-80) fez descrição detalhada do que vem a ser sociedades tradicionais. Adoto a concepção do autor nesta pesquisa, que resumidamente seria: sociedade tradicional é aquela em que seus membros possuem uma forte dependência dos recursos naturais renováveis para garantir sua sobrevivência; possuem um profundo conhecimento dos ciclos e ritmos da natureza que permeiam suas práticas de uso e manejo dos recursos naturais; as formas de acesso a terra são garantidas pelas relações de parentesco; constróem e vivenciam seu espaço enquanto território coletivo; baixa acumulação de capital; organização social do trabalho baseada na família nuclear ou extensa; utilizam tecnologias relativamente simples e de baixo impacto ambiental; se auto-identificam e/ou são identificados pelos outros como pertencentes a uma cultura distinta das outras. Por sociedades urbano-industriais entendo aquelas que, ao contrário das tradicionais, utilizam os recursos naturais em larga escala para conseguir suprir as demandas da industrialização; o conhecimento que possuem dos recursos naturais é baseado em dados científicos e normalmente utilizam esses conhecimentos para alterar os ciclos e ritmos da natureza para então, domesticá-los segundo seus interesses; as formas de acesso a terra e outros bens materiais é garantido pelo direito à propriedade privada; constróem e vivenciam seu espaço enquanto propriedade privada, salvo os que são, por decreto ou consenso, públicos, como praças, alguns hospitais, algumas escolas...; utilizam tecnologias impactantes e geradora de resíduos; alta acumulação de capital; organização social do trabalho baseada no sistema patronal e assalariado; se auto-identificam e são identificados pelos outros como pertencentes à cultura majoritária, que é detentora de todas as verdades possíveis e que portanto, deve ser seguida por todas aquelas que são minoria.

este queira impor suas verdades em detrimento das verdades do outro. Foi isso que aconteceu no Vale do Ribeira e isso acontece com as Populações Tradicionais que tiveram seus territórios embargados pelo Poder Público como Unidade de Conservação.

O Poder Público Estadual incorpora o território de um bairro rural de caiçaras ao Parque Estadual da Serra do Mar, alija esses sujeitos do processo decisório sobre suas próprias vidas e passa a ditar as regras de vivência e convivência dentro deste espaço. Quais seriam as transformações sócio-econômicas e, principalmente, culturais decorrentes deste processo? Como reagiriam os caiçaras a este processo de dominação simbólica e material? Estas questões inspiraram a elaboração do projeto de pesquisa, com o qual ingressei no Programa de Mestrado da Faculdade de Educação, em março de 1996.

O Bairro Caiçara escolhido para estudar estas questões foi o Bairro do Cambury, localizado no extremo norte do litoral paulista, na divisa com o Estado do Rio de Janeiro. Esta escolha se deu porque segundo conversas com pesquisadores que já trabalhavam na região e um diagnóstico[16] realizado por técnicos da Secretaria do Meio Ambiente, o Bairro de Cambury se caracterizava pela presença majoritária e, quase exclusiva, de caiçaras que se mantinham desenvolvendo suas atividades tradicionais[17].

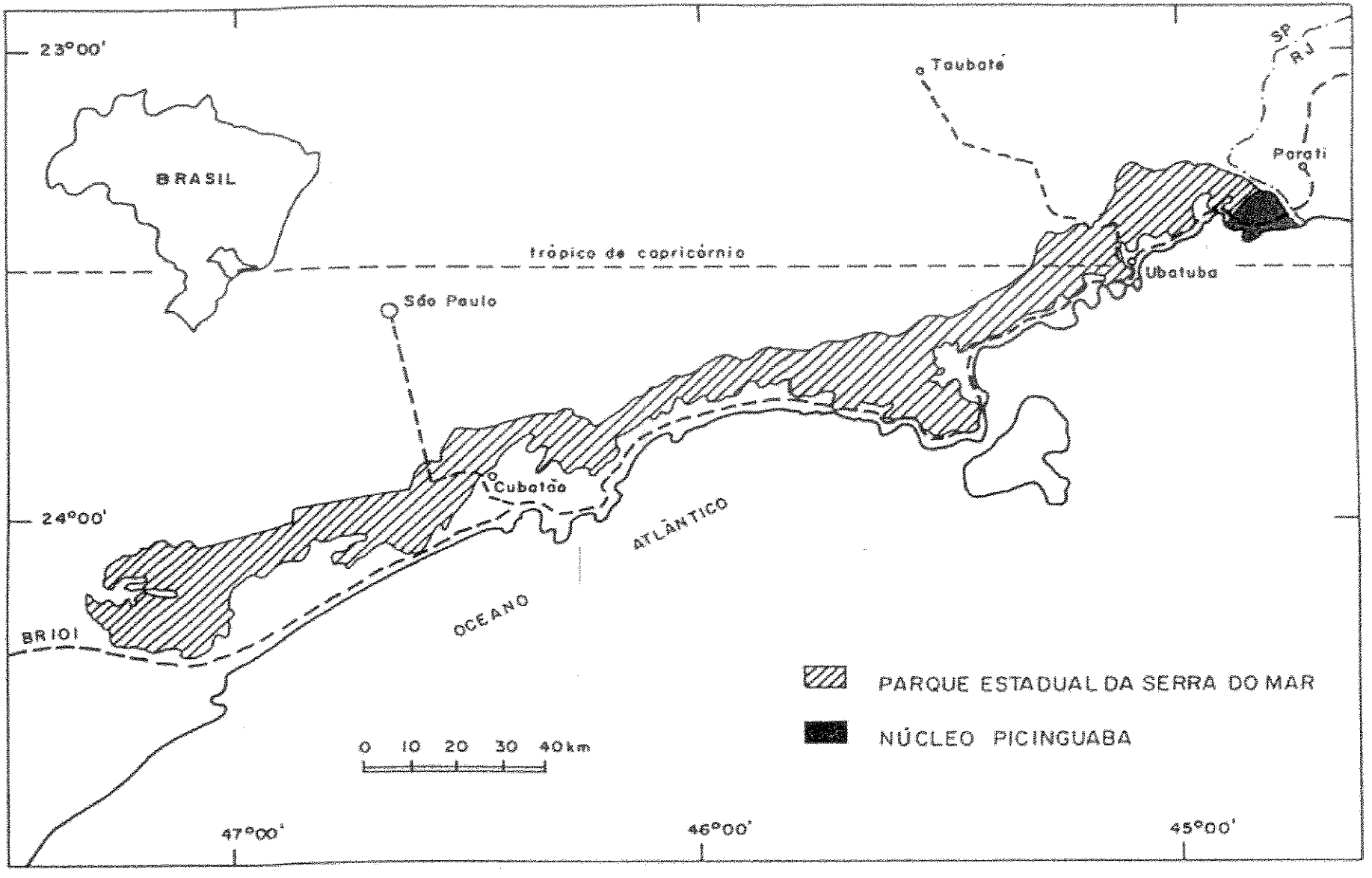
Fui a campo pela primeira vez, no início de setembro de 1996, trazendo na bagagem o meu projeto de pesquisa, que àquela altura, continha inúmeros questionamentos acerca da relação de alteridade entre os executores de leis ambientais e os caiçaras. Novamente [relembrando a experiência no Vale, quando íamos a campo trazendo inúmeras questões a serem respondidas, o que acabou nos proporcionando, muitas vezes, um olhar redutor sobre a realidade a ser observada], o campo fez-me refletir melhor sobre as questões elaboradas, ainda na Universidade, sem nunca ter tido algum tipo de contato com os caiçaras, a não ser os de papel[18]. Os caiçaras, aos

---

[16] O título que este diagnóstico recebeu foi **Dossiê Picinguaba**, realizado em maio 1987, após dois anos que o estado de São Paulo havia iniciado o processo efetivo de Implantação do Núcleo Administrativo de Picinguaba / Parque Estadual da Serra do Mar (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1987).

[17] Ver MAPA I para a localização do Núcleo Picinguaba dentro do estado de São Paulo e município de Ubatuba.

[18] Da MATTA, Roberto. *O Ofício de Etnólogo ou como ter Anthropological Blues.* in NUNES, Edson (org). **A Aventura Sociológica**. São Paulo: Brasiliense, 1978.



MAPA I: LOCALIZAÇÃO DO NÚCLEO PICINGUABA **FONTE : GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1992).**

poucos, foram me revelando quão rica era sua visão de mundo, quão fascinante era o seu modo de vida e o quanto eu deveria conhecer de sua cultura antes de tentar refletir sobre as transformações que ela vem sofrendo - sejam elas instigadas pelo próprio caráter dinâmico da cultura, sejam elas instigadas pelo embargo de seu território como pertencente a um Parque. Em outras palavras, antes de problematizar a situação atual em que vive o caiçara, o trabalho de campo me remeteu à necessidade de conhecer o passado do grupo, onde poderia encontrar referências para pensar seu presente.

Desta forma, o intuito inicial - de colocar a problemática envolvendo populações tradicionais em Unidades de Conservação, como a lente através da qual o meu olhar deveria focar os caiçaras de Cambury - foi aos poucos sendo relativizado frente ao que os caiçaras me revelavam sobre seu modo de ser e viver, no presente e no passado. No decorrer do caminho, os caiçaras foram se transformando no foco central desta pesquisa e as questões que envolvem a incorporação do Cambury ao Parque Estadual da Serra do Mar foram, gradativamente, ocupando um papel secundário no cenário de investigação.

Logo no início da pesquisa, alguém disse-me: "*o objeto de pesquisa só termina de ser construído quando você defende a Dissertação*". Será que no momento da defesa, esta construção termina? Ou será que ela começa? Uma possível resposta a esta indagação talvez seja a de que ela termina e começa, como em um contínuo processo de construção e reconstrução. Pensar no término da construção deste objeto de pesquisa parece-me tarefa impossível. Ainda antes de ir a campo construí um tipo de olhar sobre os caiçaras de Cambury. Chegando em campo aquele olhar sofreu sua primeira relativização e, durante os meses de minha estada por lá, sofreu muitas outras. Quando iniciei a análise dos dados etnográficos, novas percepções afloraram sobre o observado e vieram se adicionar ao olhar que estava sendo construído. No Exame de Qualificação somaram-se-me ao olhar de até então os olhares de outros e, novamente, ele se transformou. Durante a construção deste texto, novas percepções instigaram novos olhares .... Será o dia da defesa, um dia no qual outros olhares serão lançados sobre a forma como construí este olhar sobre os caiçaras de Cambury e novas percepções serão somadas a ele!?. Este processo

teria fim? Certamente não e após a defesa, todas as vezes em que eu ler o texto que escrevi, conversar com alguém sobre esta experiência de pesquisa ou for, por ventura, ao Cambury ...

Sendo assim, meu itinerário como pesquisadora – construído com os camponeses do Vale do Ribeira e com os caiçaras do Cambury – vem me revelando que quando nos dirigimos a campo com o olhar e os ouvidos suficientemente abertos para enxergar e ouvir aquilo que os sujeitos nos revelam no contexto de pesquisa, nos damos a oportunidade de ampliar nossas percepções para além do que, a princípio, tínhamos por objetivo vislumbrar. Mas ainda assim, por mais que nossas percepções possam se ampliar, nunca chegarão a abranger toda a extensão daquilo que é o outro – aquilo que o configura como outro e que o diferencia de nós. Jamais o outro será apreendido completamente por nós, e as tentativas de compreendê-lo serão sempre uma tentativa, dentre as inúmeras outras possíveis. Sendo assim, considero este texto como o resultado do que me foi possível compreender do dinâmico e complexo modo de ser e viver do caiçara de Cambury – no seu lugar, ao longo do tempo. E neste ponto, tomo emprestadas as palavras de Guimarães Rosa para dizer:

> *"Este texto é uma simples tentativa de rodear e de devassar um pouquinho o mistério cósmico, esta coisa movente, impossível, perturbante e rebelde a qualquer lógica, que é a chamada realidade (...)".*

TRABALHO DE CAMPO:
entre a Intersubjetividade e a Objetividade

Trabalho de campo ... tema tão famoso na Antropologia!!! Quando ainda nos encontramos na primeira e segunda fases da pesquisa etnográfica, conforme classificou Da MATTA (1978), a abordagem teórica das técnicas de pesquisa nos parecem até mesmo simples. Algumas vezes chegamos a pensar - Buscar uma aproximação dialógica com nossos interlocutores, observar - participar do universo pesquisado visando compreendê-lo / interpretá-lo, observar mesmo os imponderáveis da vida quotidiana (MALINOWSK, 1976), saber ouvir o que estão nos dizendo, evitar entrevistas fechadas, fazer uso do diário de campo dentro do qual devemos fazer descrições densas dos fatos observados e ouvidos ... - não parece, assim, tão complicado. Enfim, durante a fase *teórico-intelectual* - caracterizada pelo uso e abuso da cabeça; quando aprendemos sobre o teórico e o universal mediatizado não pelo concreto, mas pelo abstrato e o não vivenciado - e a fase *prática* - caracterizada pela antevéspera da pesquisa; quando a nossa preocupação muda das teorias mais universais para a nossa própria experiência de pesquisa (que ainda não é experiência vivida, mas idealizada) - não temos nem idéia da complexidade inerente ao tema / prática trabalho de campo.

Introduzido na Antropologia por MALINOWSKI (1976) no início do século, já se faz longo o tempo em que os antropólogos incorporaram esta prática ao seu oficio. Entretanto, até hoje, após o trabalho de campo já ter sido intensivamente debatido pelas várias escolas desta disciplina, continua a ser uma prática desafiadora, complexa e, mesmo, difícil. Não teria como ser diferente, sobretudo porque se trata da prática através da qual um sujeito (pesquisador) procura compreender / interpretar o "estranho" (pesquisado), usando um relacionamento dialógico, sem etnocentrismos e com relativizações. Tarefa nada fácil. E mesmo que antropólogos iniciantes, como eu, se empenhem em introduzir em suas bagagens de trabalho as preciosas contribuições teóricas oferecidas, cada experiência de campo revela e revelará sempre particularidades "*nunca dantes navegadas*". Partilho, neste ponto, da opinião de CARDOSO (1988, p.103) que escreveu:

> A teoria do conhecimento nos oferece um caminho para compreender a realidade e não uma série de "verdades" a serem comprovadas. O encontro com desconhecidos, com os quais se pode cultivar uma relação de alteridade, é que permite conhecer o modo de operar de sistemas simbólicos diversos que são postos em movimento por esta interlocução.

Quando ele deixa de ser tema e passa a ser prática, quase tudo o que antes nos parecia simples se transforma em desafio. Na terceira fase da pesquisa, a *pessoal* ou *existencial* - as prostitutas, os meninos de rua, os índios, os camponeses , os caiçaras "de papel" se transformam em sujeitos " de carne e osso" e isso não é nada simples. Coisas banais como: "O que devo levar, com que condução irei chegar lá, o que direi", se transformam em grandes preocupações e, mal sabemos que os fatos mais desafiadores ainda estão por vir...

... O ônibus saía de Parati às 11:40 h rumo à divisa dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo um informante na Rodoviária, este era o ônibus que me levaria até Cambury. Até o momento em que entrei no ônibus meu sentimento era de alegria e ansiedade: "Finalmente eu ia começar meu trabalho de campo", mas quando me vi sentada e percebi estar prestes a ter que encarar de frente os caiçaras, tão conhecidos por mim teoricamente, a ansiedade antes agradável, se transformou num grande medo. Me sentia sozinha... Sozinha com minhas inseguranças, com minhas limitações ... o que encontraria pela frente, afinal? O que deveria fazer quando chegasse lá, e mais, como eles reagiriam à minha chegada? Será que meu projeto, tão meticulosamente formulado na teoria, teria algum propósito real? Insegurança frente à realidade ... era isso que eu sentia.

Tentei me distrair com a paisagem. Quantas montanhas! A estrada passava por meio às montanhas e em alguns pontos eu podia avistar o mar. De vez em quando passávamos em frente a alguns vilarejos, o ônibus parava e mais pessoas entravam. Ficava a observar aqueles rostos ... quanta gente deve morar neste sertão. Lugares que podíamos pensar, à primeira vista, não existir ninguém a não ser a mata, lá estava uma casinha. Um buraco na estrada balançava o ônibus e meus pensamentos agradáveis sobre a beleza do lugar eram interrompidos. A ansiedade me invadia novamente... Como será Cambury? Quanto tempo terei que caminhar da estrada até a praia?

A qualquer momento eu poderia chegar. Meu coração palpitava forte e minha mente parecia turva. Realmente não sabia o que faria ao chegar em Cambury. Meu projeto parecia tão claro - sabia teoricamente por onde começar a pesquisa, o que eu queria saber... De repente, este projeto parecia um grão de areia naquela imensidão de mar e eu não sabia nem mesmo como deveria chegar em Cambury, olhar para as pessoas... Lembrei-me de DA MATTA em seu artigo "O Ofício de Etnólogo ou como Ter 'Anthropological Blues'" quando fala sobre as três fases de uma pesquisa. Agora, mais do que nunca, concordo com ele quando disse:

> *"A primeira fase da pesquisa é aquela caracterizada pelo uso e abuso da cabeça, quando ainda não temos nenhum contato com os seres humanos que, vivendo em grupo, constituem nosso objeto de pesquisa. Esta é a fase teórico-intelectual, marcada por um conhecer teórico, universal e mediatizado não pelo concreto e específico, mas pelo abstrato e não vivenciado. A segunda fase é o período prático, que diz respeito essencialmente à antevéspera da pesquisa, quando nossa preocupação muda subitamente das teorias mais universais para os problemas mais banalmente concretos. Este é o momento em que nos damos conta da especificidade e relatividade de nossa própria experiência. A terceira fase é a que chamo de pessoal ou existencial. Aqui, não temos mais divisões nítidas entre as etapas da nossa formação científica ou acadêmica, mas por uma espécie de visão de conjunto que certamente deve coroar todo o nosso esforço e trabalho. Nesta etapa eu não me encontro mais dialogando com índios de papel, mas com pessoas".(p:25 a 29)*

Caiçaras reais. Pessoas com suas próprias histórias de vida, suas representações, seus símbolos. Naquele momento a diversidade me incomodava. Tudo seria mais fácil se eu pudesse homogeneizar os dados, colocá-los em uma placa de petri e analisá-los, ... mas como fazer isto se meu próprio objeto de pesquisa só tem razão de ser por sua singularidade? Naquele momento percebi o quanto minha formação de Bióloga ainda continuava arraigada em meu modo de pensar. Relativizar! Palavra por mim tão estudada e tão difícil de ser incorporada quando nos vemos diante do real.

Interrompi novamente meus pensamentos quando um jovem negro entrou no ônibus. Não sei por que, mas ele me chamou a atenção. Observei-o por um instante e logo voltei a navegar em minhas reflexões. Resolvi perguntar ao cobrador se ele sabia quanto tempo durava a caminhada da rodovia até a praia. Quando acabei de fazer a pergunta, o mesmo jovem negro que havia me chamado a atenção se virou para mim e disse: - "Você está indo para o Cambury?" Prontamente respondi sim. Ele se aproximou, sentando ao meu lado. "Eu conheço muito o Cambury, tenho grandes amigos por lá ..." Respondeu a pergunta que eu havia feito e tratou de encompridar o assunto. Num momento da conversa, ele perguntou se eu estava indo a passeio e, sinceramente, não sabia o que responder-lhe. Podia eu dizer que estava indo fazer um trabalho? Quem me dava o direito de dizer isto se eu nem mesmo havia consultado os caiçaras sobre o assunto? Acabei respondendo estar estudando na UNICAMP e havia me interessado muito pela região. Estava interessada em conhecer como viviam as pessoas por ali, mas ainda não tinha

certeza se iria trabalhar em Cambury, pois não tinha conhecido as pessoas que lá viviam. Aí veio a grande surpresa. Ele disse morar no Bairro do Campinho e perguntou se eu conhecia a Profa. Neusa, de Campinas, a qual tinha trabalhado com eles. Seria ironia do destino? Ela simplesmente é a minha orientadora. Ele não parava de elogiar o trabalho da Neusa, dizendo que ela os ajudou em vários momentos e muitas outras coisas mais. Chegamos a Cambury e ao descer do ônibus ele me disse: "Se o seu trabalho for do tipo do da Neusa, tenho certeza eles vão querer que você faça."

Aquelas palavras não saíram mais de minha mente me proporcionando uma sensação de euforia e esperança... José Amâncio, era o nome dele, com suas palavras, foi capaz de me proporcionar uma sensação de segurança não conseguida em nenhum livro até aquele momento. Tinha consciência do desafio que encontraria pela frente, mas ele conseguiu me deixar com a sensação de que a realidade pode até mesmo ser ameaçadora para nossa tendência simplificadora - redutora de ver e estar no mundo. O fascínio de ter conversado com alguém da região, um ser não de papel, fez ressurgir em mim a vontade de 'conhecer', mesmo diante da complexidade do real.

A estradinha tinha uns cinco metros de largura, íngreme e rodeada por mata e riachos. Havia uma e outra casa na beira do caminho, mas grande parte do percurso era somente floresta. A Floresta Tropical Úmida tão famosa nas aulas de botânica e ecologia vegetal, durante a graduação, parecia ainda mais úmida, mais rica, com mais diversidade... Incrível beleza real. Algumas pequenas picadas saíam da estrada para o interior das enormes árvores, não tinha nem idéia para onde iriam. José Amâncio me orientou para ir sempre reto e foi isso que fiz até começar a aparecer uma casinha aqui, outra acolá, uma igreja, um camping ... tinha chegado no Cambury.

Não sabia para onde ir e nem o que fazer então resolvi continuar caminhando. Mais casinhas foram surgindo, uma bem espaçada da outra. Ainda na estradinha passei pelo camping, um bar, algumas casas, a Igreja Assembléia de Deus, um campinho de futebol, a escola, algumas outras casas mais aglomeradas e acabou a estrada ... a praia e a imensidão do mar à minha frente. Parei. Tamanho foi o meu encantamento frente à tanta beleza.

O branco da areia contrastava com o azul do mar e o verde da floresta de maneira descomunal, de modo que, num primeiro momento, nem percebi o olhar curioso de algumas crianças que me observavam do alto de uma árvore. O que elas estariam pensando? Talvez fossem as minhas roupas nada parecidas com as roupas comumente usadas por turistas numa praia. Ou talvez por ser uma segunda feira fora de temporada. Depois, pensando bem, acho que elas me observavam, simplesmente porque eu era uma

estranha a caminhar ao lado de sua casa. Dei um sorriso, prontamente correspondido, e continuei a caminhar pela praia.

Parei e passei a observar ao redor. Havia um rio a desembocar no mar em cada canto da praia, sendo o da esquerda (para quem está de frente para o mar) bem maior. Eu havia lido em um livro o significado de Cambury em Tupi-Guarani - "entre rios". Nos dois lados da praia, depois da desembocadura dos rios, havia rochedos. Bem próximo à areia da praia, havia vários ranchos para guardar barcos, mas pareciam ter também a finalidade de locais de venda de alimentos para turistas, pois em suas paredes de madeira estava escrito: "Vende-se peixe frito, pastel, sanduíche natural, refrigerante, bebidas em geral". Mais para frente havia também um armazém aberto e algumas casas dispersas na paisagem. Resolvi entrar e tomar água no armazém. Fui recebida com atenção. Enquanto tomava água, perguntei onde poderia armar minha barraca e almoçar. Um senhor respondeu que poderia armar a barraca no quintal de alguém, na praia ou no camping e poderia comer na casa da D. Justina.

Armei a barraca no quintal do Seu Irênio e resolvi continuar a caminhada. Perto da barra grande, onde desemboca o rio maior, existia uma trilha até a Favela, segundo me respondeu uma criança que passou por mim. Nesta região se encontra a maior parte das casas (FIGURA I)[1], *conforme explicou-me D. Justina durante o almoço e o local tem este nome por ficar próximo ao morro. Fui também informada durante o almoço, que as casas no Cambury se distribuem em 3 aglomerados: a praia, a favela e o sertão, este último, mais próximo à rodovia Rio-Santos.*

(Cambury, 26 de julho de 1996. Transcrição retirada do caderno de campo em primeira visita a campo)

A primeira dificuldade apareceu logo na chegada, e diz respeito a aproximar-me de meus interlocutores. Munida de certa ingenuidade, talvez pudesse pensar que essa aproximação seria um fato tranqüilo pois, afinal de contas, os indivíduos envolvidos são seres humanos e portanto, "nada que uma boa conversa não desse jeito". Segundo ZALUAR (1988, p.108),

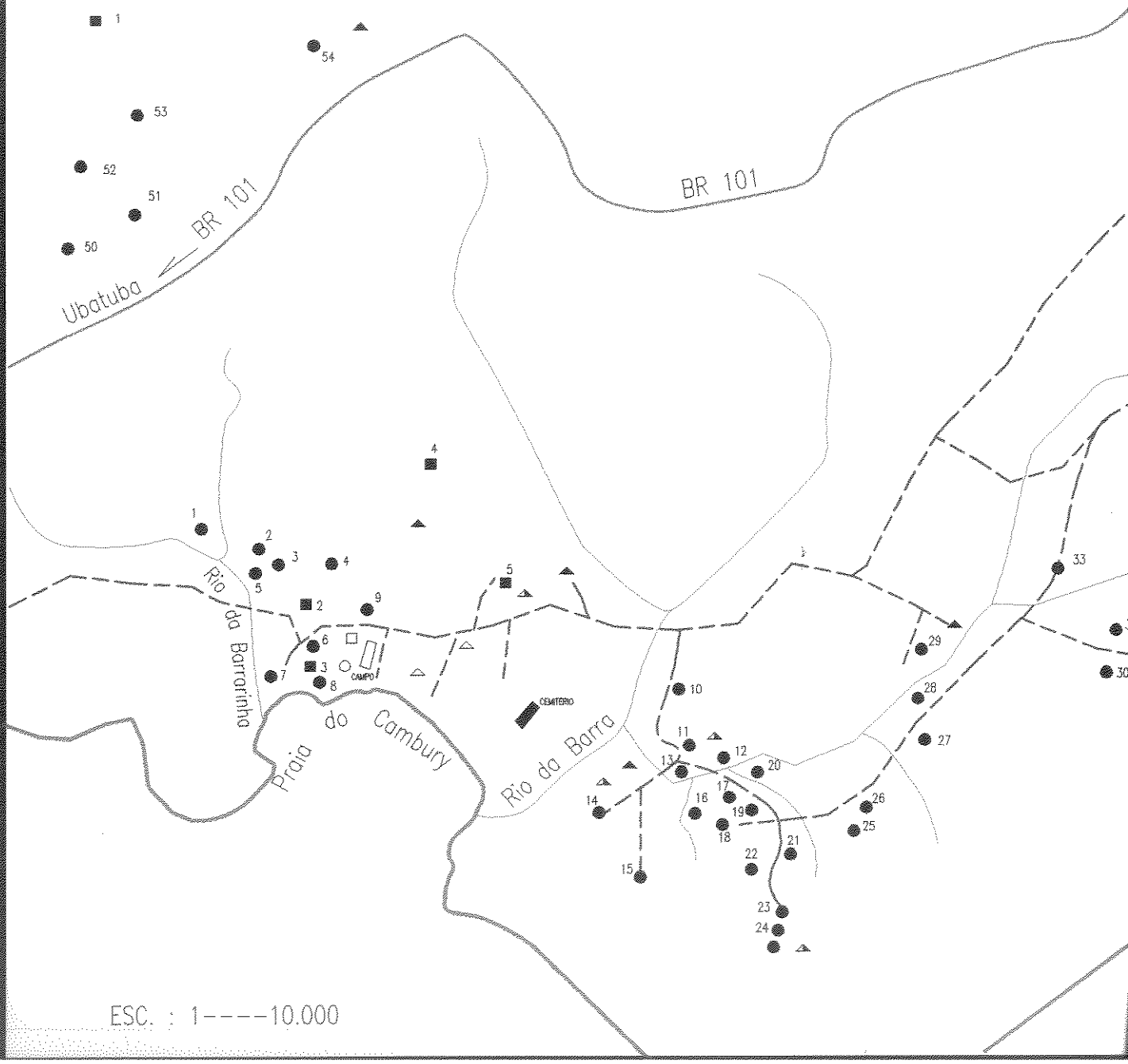
> Esta armadilha é armada pela própria teoria que pensa a antropologia como um "encontro de subjetividades", mas como que garantido ou resolvido pela estrutura inconsciente do simbolismo. Segundo ela [a teoria], a intersubjetividade já estaria dada na própria constituição do espírito humano (...).

[1] Este croqui foi elaborado, baseando-se no material produzido por GOVERNO DE SÃO PAULO (1992).

FIGURA I – CROQUI

LEGENDA

- Moradores
- Caseiros
- Vazias – Proprietario de Fora
- Casa de Farinha
- Igreja
- Escola
- Posto de Saude
- Cemiterio
- Campo de futebol
- Estrada
- Trilhas



ESC. : 1----10.000

)O BAIRRO DE CAMBURY

Pensando desta forma, estaria ingenuamente acreditando que o "encontro" pesquisador-pesquisado seria algo garantido. Não haveria o que temer em campo, pois o simbólico garantiria uma boa relação de proximidade. Não haveria risco de entendermos mal ou sermos mal entendidos... Ao contrário de tudo isso, minha experiência em campo mostrou-me o quanto é longo e delicado o processo de ser aceita por nossos interlocutores. Se pudéssemos apenas nos resumir a breves cumprimentos ou mesmo sorrisos e já fôssemos aceitos... Ou se pudéssemos chegar e já ir dizendo que gostaríamos de pesquisá-los e tudo bem...

Ser aceita pelos pesquisados é mais do que ser aceita como pesquisadora. Antes de qualquer pesquisa precisei ser aceita como pessoa, pois eles não compreendem ao certo "*o que é esse negócio de pesquisa*". A compreensão do que é pesquisa e "*para que isso serve*" se dá, ou não, ao longo de nossa estadia com eles, mas, o que importa a eles , primeiramente, é saber quem somos. Durante a primeira ida a campo, me restringi à observação. Ficava a vagar pelos arredores das casas, nas trilhas e na praia e quando encontrava alguém apenas cumprimentava. Poucos foram os momentos de conversa e quando isso ocorria, foram conversas breves sobre o clima, a beleza do lugar...

Na segunda ida a campo, acampei no quintal de Irinéia, filha da D. Justina, dona do bar onde havia almoçado na primeira vez. Percebi que ela gostava de conversar, pois nas minhas voltas à barraca, Irinéia se aproximava e trocava algumas palavras. Foi com ela que, pela primeira vez, esbocei conversas mais longas. Ela me contava sobre seu cotidiano "*eu ajudo minha mãe lá no bar quando tem turista. Quando não tem fico por aí*", como é a vida de mulher de pescador "*Mulher de pescadô vive longe do marido*", até que, em um momento, não contendo mais sua curiosidade, perguntou: "*E você, parece que gostou do lugá. Vi você outro dia conversando com a mãe lá no bar!?*". Irinéia não tinha idéia do quanto aquela pergunta havia me desconcertado. Respondi morar e estudar em Campinas. Tinha vindo até o Cambury por ter conversado com pessoas que tinham feito pesquisa por ali e isso despertara minha curiosidade. Irinéia disse conhecer as pessoas citadas e perguntou se eu tinha interesse em pesquisar alguma coisa também e o quê (é incrível o quanto eles conseguem ser diretos e objetivos em suas curiosidades...). Se em

algum momento tive a ilusão de os caiçaras não estarem reparando na minha quase constante presença - em cada ida a campo permanecia no mínimo dez dias - havia me enganado. Afinal, eu não repararia numa pessoa a vagar pelos quintais da minha casa sem dizer nada, ou quase nada? Respondi sim e expliquei que gostaria de saber sobre a(s) história(s) do Cambury e, principalmente, sobre o que havia acontecido no Cambury e seus moradores após seu território ter *virado Parque*[2].

No outro dia cedo, estava preparando o café da manhã, quando percebi um senhor de avançada idade atravessando a ponte do rio, feita de tronco de madeira, em frente à casa de Irinéia. Ele caminhava lentamente e com passos firmes, apoiando-se num cajado. Veio se aproximando, até chegar ao meu lado. Parou e ficou olhando nos meus olhos, como à espera que eu dissesse algo. Fiquei meio sem saber o que dizer ou fazer, e Irinéia, percebendo meu desconcerto, disse: - *"Esse é o tio Genésio. Aquele que eu ti disse que sabe das coisa do lugá"*. Sentamos ao lado de minha barraca e enquanto tomávamos uma xícara de café, ele não disse uma só palavra. Quem quebrou o silêncio foi ele mesmo, dizendo haver chegado aos seus ouvidos o meu interesse em saber *"coisas sobre o lugá"* e ninguém melhor do que ele, *"um negão de 69 ano, nascido e criado no Cambury pra trazê o esclarecimento pra moça"*.

Sr. Genésio é daquelas raras pessoas com a capacidade de deixar seus ouvintes embevecidos com sua fala. Em ritmo pausado e firme, tom suave e meigo, por vezes, irado e indignado, sua voz transmite a exata emoção sentida por ele ao narrar suas histórias. Lembrando-me do Sr. Genésio, recordo-me dos escritos de BENJAMIM (1994, p. 205) no capítulo intitulado *O Narrador*, no qual refleti sobre a extinção das pessoas capazes de intercambiar experiências - os narradores - e pensei: *"Os narradores ainda existem"*.

> Ela [a narrativa] não está interessada em transmitir o "puro em si" da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim, se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do barro. (...). Assim, seus vestígios estão presentes de muitas maneiras nas coisas narradas, seja na qualidade de quem as viveu, seja na qualidade de quem as relata.

[2] Aqui, parafraseando o título do livro de DIEGUES (1994b).

O Sr. Genésio, é uma mescla desses dois tipos - conta sobre o que viveu (e vive) e conta sobre o que "*os seus*" viveram (e vivem). Mais tarde, o Sr. Genésio veio a ser um dos meus principais interlocutores.

Mas o caiçara de Cambury, inclusive o Sr. Genésio, precisou de tempo para falar de forma aberta e sem "rodeios". Primeiro e, antes de mais nada, ele quis saber quem eu era e para quem eu "servia", isto é, quem havia me mandado até lá. Por muito tempo, nossas conversas eram breves e se resumiam a muitas perguntas e poucas respostas, prática que confirma os dizeres de MILITO E SILVA (1995) ao afirmarem que, ser interpretado é condição do processo de interpretar o outro. Pouco a pouco, nossa relação adquiria mais proximidade e, em momentos que eles estabeleciam, deixavam o caráter superficial de lado e esboçavam relatos de caráter um pouco mais profundo. Por exemplo, no início, quando se referiam às ações dos "florestais [3]" no bairro ou em casos específicos, mantinham-se no nível das lamentações genéricas, sem entrar num detalhamento sobre como foram e eram exatamente suas ações.

Irinéia foi uma companhia fundamental para minha inserção no grupo. Ainda nesta segunda ida a campo, ela e algumas crianças me acompanharam em uma "excursão" pelo Bairro. Quando encontrávamos alguém nas trilhas ou nas proximidades das casas, Irinéia parava, conversava sobre as novidades e me colocava como uma das novidades no cotidiano do Bairro "*Essa é a Candy, ela está interessada em fazê uma pesquisa aqui com nóis. Ela é amiga da Sônia e da Jéssica*[4]." A maioria deles ficava a me olhar com um olhar de interrogação "*O quê faria uma moça de Campinas se interessar por aquele lugar?*", mas pelo fato de estar acompanhada por um *deles, a polarização entre a minha imagem de membro de uma classe privilegiada e o pobre (...) se diluía*[5].

---

[3] Eles se referem aos executores de leis ambientais como "florestais".

[4] Jéssica e Sônia são colegas que fizeram pesquisas no Cambury. Jéssica ainda está cursando o Mestrado. Sônia Clareto desenvolveu sua investigação para o Mestrado com crianças do Bairro de Cambury, cuja publicação está disponível na UNESP / Campus de Rio Claro, com o título CLARETO, Sônia. **A criança e seus mundos: céu, terra e mar no olhar de crianças caiçaras na comunidade caiçara de Camburi (SP)**. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Departamento de Matemática. Rio Claro: UNESP / Rio Claro, 1993.

[5] ZALUAR (1985, p.15).

Com o passar do tempo, a minha insistente presença no bairro começou a gerar ainda mais curiosidades e não poucas as vezes, um caiçara se aproximava para trocar umas palavrinhas e, é claro, tentar sondar o que eu fazia ali. Quando me lembro dessas ocasiões, fico a imaginar o que eles pensavam de uma pessoa sentada num tronco à beira mar, olhando "disfarçadamente" para eles, sua casa, seu quintal e anotando coisas em um caderno, também "disfarçadamente".

Na realidade, não tenho clareza de como ou quem "quebrou o gelo", mas de ficar observando de longe, passei a ser convidada para freqüentar algumas casas e as conversas breves aos poucos de transformavam em relatos, as vezes emocionados, sobre seu passado e presente. Neste ponto já foi possível introduzir o gravador. Talvez eu até pudesse ter tentado gravar alguns depoimentos antes desta terceira ida a campo, mas me senti constrangida até mesmo em perguntar a eles se poderia gravar. O gravador em nenhum momento causou constrangimento, eles até pareciam gostar da experiência de terem suas falas gravadas. Em alguns momentos, ouvi de um caiçara e outro uma frase mais ou menos assim: "*Você entrevistou o "fulano" né? Se quiser gravar isto que estou falando não me importo também.*"

A nossa relação foi construída sobre representações e estigmas que fazíamos um do outro. Fui considerada turista, turista curiosa e intrometida, repórter, escritora, funcionária do Instituto Florestal, enfim, muitas foram as identidades a mim atribuídas ao longo de nosso convívio. O interessante era que a atribuição de identidades não era feita de forma linear, mas cíclica. Quando eu pensava já os haver convencido de não ser do Instituto Florestal ou da Prefeitura, não ser repórter, algum deles acabava me dizendo coisas do tipo: "*Será que você pode pedi pros florestais pra eu deixá minha barraca [de vendas] lá perto da cachoeira? Você pode conseguir uma consulta em Angra dos Reis e pedi pra Prefeitura me levá?*" Muitas vezes me senti também como *mediadora (...) entre os pobres temidos e meus temerosos iguais*[6]. Tentando entender os inúmeros pedidos que seus interlocutores lhe faziam, as confusões de identidade à que era constantemente submetida, a autora escreveu:

---

[6] ZALUAR (*op.cit.*, p.12 - 14).

> Se nada nos garante o direito de perturbar-lhes a vida no espaço que eles concebem como o de sua liberdade (a casa, o bairro), só nos resta concluir que contamos também com a paciência e a generosidade do nosso "objeto".

Contar com a generosidade de nossos pesquisados e aceitar as inúmeras armadilhas clientelísticas comumente armadas para nós, são aspectos cotidianos da pesquisa etnográfica. Não me lembro de ter concedido grandes favores a ninguém, a não ser uma vez que consegui uma consulta para uma senhora de 80 anos em Campinas e dei uma carona a ela e seu filho, que se hospedaram em meu apartamento. Afinal, assim como a autora, *não tinha interesse em que me considerassem uma pessoa importante e me mantivessem nesse papel de mediadora entre eles e o resto da sociedade*[7]. Entretanto, os caiçaras de Cambury, desde o início até o final da pesquisa assim me consideraram. Durante algumas reuniões da Associação de Moradores, eles me pediram para escrever a ata "*Você escreve melhor que nós*", me pediram para auxiliá-los a escrever uma carta de protesto e reivindicação a ser entregue num comício de que o governador do estado participou em Ubatuba "*Agora você sabe de nossa luta e sabe escrevê melhor que nós*". Nesses e em muitos outros momentos, a minha participação como mediadora foi solicitada.

Entretanto, antes de nos tornarmos próximos a ponto de minha participação ser solicitada, um longo tempo se passou - entre desconfianças, cobranças, silêncios... O fundamento básico que tive em mente para tentar uma aproximação mais efetiva com os sujeitos de pesquisas foi a construção de uma relação inter-subjetiva. Trazendo em minha bagagem teórica o Paradigma Hermenêutico, no qual se fundamenta a Antropologia Interpretativa[8], fui a campo com o intuito de construir com meus interlocutores uma relação de inter-subjetividade, dentro da qual, entre outras coisas, a relação sujeito-objeto de pesquisa reverte-se em uma relação sujeito pequisador - sujeito pesquisado. Na construção desse relacionamento entre - sujeitos, torna-se essencial uma postura dialógica, dentro da qual busquei aproximação de horizontes, de linguagens, de percepções com meus interlocutores.

---

[7] *Ibid.* p. 17.
[8] CARDOSO DE OLIVEIRA (1988, p. 100).

> Elege-se com isso uma sorte de saber negociado, produto de relações dialógicas, onde o pesquisador e o pesquisado articulam ou confrontam seus respectivos horizontes. As interpretações geradas nesse "Encontro Etnográfico" obedecem à dinâmica daquilo que os hermeneutas chamam de fusão de horizontes.

Segundo CARDOSO (1988, p.103),

> É neste encontro entre pessoas que se estranham e que fazem um movimento de aproximação que se pode desvendar sentidos ocultos e explicitar relações desconhecidas.

Se um dos pilares da Pesquisa Etnográfica é a aproximação do pesquisador com os sujeitos de sua pesquisa, de forma alguma esta aproximação é apenas física. O fato de ir a campo não implica necessariamente uma aproximação, pois para que isto ocorra, os sujeitos envolvidos devem estar munidos de uma predisposição ao diálogo, instrumentalizado na fusão de horizontes e na relativização. Baseando-me em minha vivência com os caiçaras de Cambury, introduzo ainda outra qualificação a esta aproximação: a afetividade. Uma aproximação afetiva não se resume apenas a uma questão emocional, ela é, antes de mais nada, de postura dialógica: ela está no ouvir atentamente, no olho no olho, no participar de atividades para as quais somos convidados, no "aceitar um cafezinho mesmo depois de já ter tomado vários outros anteriormente"... Em outras palavras, para se aproximar de nosso sujeito de estudo, além de tudo, temos que ter sensibilidade.

Isso fazia parte do processo de ser aceito, de aproximar-me e participar com os interlocutores no contexto da pesquisa. A aproximação pesquisador-pesquisado exige, primeiramente, e na medida do possível, deixar de lado as categorias e leis que regem a cultura daquele que pesquisa, sem significar neutralidade por parte do pesquisador, mas situar-se com sua bagagem de vida, curioso, diante da alteridade ao mesmo tempo da alternância entre o "estar lá" embora no aqui, entre eles, e o "estar aqui"[9] – mesmo quando lá - no que a bagagem desvela do instrumental acadêmico. Em outras palavras, situar-se num constante ir e vir entre a cultura do outro e a do pesquisador. De acordo com D'OLNE CAMPOS (1994, p.27),

---

[9] Parafraseando GEERTZ (1988).

> Na primeira leitura de um "objeto" de pesquisa (...) é preciso desvincularmo-nos, de início, das "ferramentas" especializadas, tais como as disciplinas ou áreas de conhecimento que, em diferentes sociedades e culturas, definem-se por fronteiras diversas de rigidez variável.

Nesse constante ir e vir, evoca-se um olhar suficientemente próximo para se conhecer a cultura do outro, ao mesmo tempo que, suficientemente afastado para interpretá-la e analisá-la. Durante a pesquisa etnográfica, procura-se "ocupar" o lugar do outro usando-se os olhos, o ouvido e a imaginação, entretanto, visando não nos "confundir" com o outro, torna-se fundamental o estranhamento, pois só através dele conseguimos o distanciamento necessário para uma análise crítica. Através desse distanciamento, exercitamos a objetividade, a qual junto com a intersubjetividade compõem o trabalho de campo.

Visando compreender a cultura do outro, outra dimensão é evocada no *ofício* do Antropólogo – a dimensão educativa. Durante a prática etnográfica, o antropólogo tenta compreender a visão de mundo e o modo de vida de seus interlocutores e para aprender *sobre* o outro, o pesquisador busca aprender *com* o outro. Ao mesmo tempo em que isto acontece, o pesquisado, que também quer conhecer quem o pesquisa, aprende *com* o pesquisador. Durante a etnografia, os processos de aprender e ensinar visam a uma aproximação de horizontes, de linguagens, de visões de mundo. CARDOSO DE OLIVEIRA (1990) chama o espaço onde ocorre esse processo educativo de *comunidade de comunicação e argumentação*, um espaço permeado pela intersubjetividade onde se busca uma partilha igualitária de saberes, na qual os conhecimentos trocados e construídos buscariam uma compreensão mútua. Nesse espaço, todos estariam presentes para aprender-ensinar, prevalecendo o diálogo em vez do monólogo.

Mesmo trazendo na bagagem a intenção de construir com os caiçaras uma relação permeada por espaços como o defendido pelo autor, a aproximação com os caiçaras de Cambury se deu de modo bastante gradativo. A gota d'água para uma aproximação mais efetiva foi se dar tempos depois de iniciada a pesquisa, durante as duas Reuniões Preparatórias e Oficina de Elaboração do Plano de Gestão para o Núcleo Picinguaba. Eles e eu fomos aos encontros como

---

GEERTZ, C., *Works and Lives, The Anthropologist as an Author*, Staford (CA), Stanford University Press, 1988.

"sujeitos comuns", querendo entender e, na medida do possível, participar de todo aquele processo. Percebi-os me observando o tempo todo e quando possível, ficavam no mesmo grupo de discussão que eu. Era claro, eles queriam saber: de que lado eu estava? Reuniões e oficinas como aquelas funcionam no patamar do "quem cala consente" e, por isso, não deixei de participar, colocando minhas posturas e discordando de outras. Os caiçaras de Cambury se mantinham atentos a cada fala minha, a cada gesto, a cada olhar...

O processo de Elaboração do Plano de Gestão do Núcleo foi iniciado quando já estava em campo. A necessidade de minha participação no processo era clara, por ser o espaço ideal para perceber como se dava, na prática, a relação entre os executores de leis e os caiçaras, e até que ponto, eles seriam ouvidos. Entretanto, o *participar* do processo implicava em falar, se expor, tomar partido e, até que ponto isto não prejudicaria a pesquisa? Afinal, em alguns momentos da pesquisa, o *distanciamento* faz-se necessário para que possamos ter clareza do próprio caminhar dos fatos e das idéias. Mas o não participar implicaria em perdas enormes e a necessidade de participar se justificava pela necessidade de observar[10]. Segundo (CARDOSO, 1988, p. 103),

> A prática de pesquisa que procura este tipo de contato [intersubjetivo] precisa valorizar a observação tanto quanto a participação. Se a última é condição necessária para um contato onde afeto e razão se completam, a primeira fornece a medida das coisas

A autora alerta para a importância de não se colocar a participação em primeiro plano na pesquisa etnográfica por comprometer a coleta de dados e sua análise, por torná-la excessivamente militante. Em prol de um engajamento político, os pesquisadores se "esquecem" de que o motivo primordial de sua estada com aquele grupo social é a investigação e não a participação.

---

[10] A questão da observação / participação é discutida por DURHAN, Eunice R. *A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: problemas e perspectivas* in CARDOSO, Ruth. (Org) **A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

> A defesa do engajamento político e a demonstração de que o conhecimento não pode se libertar de uma certa dose de ideologia, colocaram quase uma exigência à definição do pesquisador como um aliado dos grupos e minorias discriminadas, que também foram priorizados como objeto de estudo. Entretanto, esta intensificação da participação foi justificada por razões políticas e não como instrumento do conhecimento[11].

Entre abril e agosto, período de elaboração do Plano de Gestão[12], algumas lideranças caiçaras e eu nos reunimos no pátio da escola para discutirmos o andamento do processo. Dessa forma, minha participação com os caiçaras nesse processo não se restringia às reuniões organizadas pelo estado, mas sobretudo fora delas, em encontros realizados no próprio Bairro. Nesses encontros, os caiçaras me colocaram na posição de *assessora*, conceito defendido por MARTINS (1993, p.42), para que eu lhes explicasse o significado de tudo aquilo.

> (...) o assessor é aquele que é convidado por esses grupos para debater com eles e ajudá-los a entender o que está acontecendo, as mudanças sem sentido que estão alcançando suas vidas.

Os caiçaras de Cambury, logo de início me disseram que não iriam às reuniões sobre o Plano de Gestão "*Ir pra quê. Nós nem sabe o que é esse negócio, pra que isso vai servi!? Ir pra quê, eles [os executores de leis ambientais] nunca quisero conversá com nós, porquê eles querem agora*? Para o autor[13] essa atitude de silêncio dos sujeitos pertencentes a grupos sociais marginalizados é resultado de longos anos de repressão e dominação a que foram submetidos. Se sempre tiveram que se calar, se nunca puderam participar, por que seriam ouvidos agora?

> Isso acontece com quem passa por um amplo e profundo processo de repressão, que é caracteristicamente o que tem acontecido com as nossas populações camponesas e, também indígenas.

---

[11] CARDOSO (*Ibid.*, p. 99).
[12] O Plano de Gestão consiste, em síntese, num documento que contém as diretrizes de funcionamento de um Parque. Esse conteúdo será abordado a *posteriori*.
[13] *Ibid.*, p.35.

Esse assunto foi bastante discutido entre nós até eles resolverem participar. Tal decisão não foi movida por crença de mudanças em suas vidas, mas por necessidade de estarem presentes para poderem, ao menos, se defender "*Que vai mudá não vai mudá, mas nós vai então pra, pelo menos, podê defendê o que é nosso*".

Após essa experiência de convívio, nossa relação mudou totalmente e o caiçara de Cambury passou a me revelar as nuances de sua história que retrato nesta dissertação, na medida do possível. Nesse ponto da pesquisa, pude começar a usufruir *do doce e livre convívio que só existe entre pessoas amigas e, sem nunca ser considerada uma igual, fui "aceita" finalmente*[14].

Mesmo o pesquisador estando, finalmente, mais próximo e íntimo, ele será sempre *"(...) um interlocutor que não faz parte do grupo e, no limite, continua a ser identificado com o grupo dos poderosos, dos cultos, dos ricos, dos brancos, etc., mesmo que de forma sutil e matizada pela amizade construída no relacionamento diário"*[15]. Colocados nessa posição "superior" pelos nossos interlocutores, corremos o risco de realmente acreditar nisto e querermos nos tornar porta-vozes dos "pobres e coitados" frente à nossa sociedade massacradora. Essa visão distorcida de nosso papel frente ao grupo estudado nos fez intensificar a atitude participante, não justificada como forma de conhecer, e passa a servir somente a propósitos políticos. *Isto reduz a pesquisa à denúncia*, conforme alertou CARDOSO (1988, p.100).

Mais próximos enfim, os caiçaras de Cambury foram, aos poucos, aprofundando os relatos sobre suas vidas, seu grupo, sua cultura, sua história e mediante esta aproximação, eles também foram me mostrando caminhos que me fizeram relativizar o recorte inicial delimitado para a pesquisa. Inicialmente, levou-me até o Cambury o interesse em estudar as transformações ocorridas no universo cultural de seus moradores, após o bairro ter sido incorporado ao Parque Estadual da Serra do Mar, em 1979, e como se dava a relação de alteridade entre os executores de leis ambientais e os caiçaras.

---

[14] ZALUAR (1985, p.20).

[15] ZALUAR (1988, p.123).

Iniciado o trabalho de campo e na medida em que as entrevistas avançaram, a realidade daquele contexto e a história de seus sujeitos foi adquirindo forma, revelando-me outros fatores promotores de mudança – além do fato de seu território ter virado Parque. Ainda mais, o contato com os caiçaras instigou-me a querer conhecer melhor sobre sua vida e cultura; para se falar em mudanças, torna-se necessário conhecer o que está mudando. Quando respondi a Irinéia, na segunda ida a campo, sobre meus propósitos iniciais de pesquisa, não tinha idéia do quanto aqueles objetivos de principiante seriam ainda moldados pelo convívio com aquele grupo social.

> O código cultural "nativo" pronto, acabado, completo e fechado, instituído desde logo (...) apresenta-se diante do pesquisador já transfigurado em objeto, sobre o qual aquele se debruça usando plenamente a sua razão para encontrar a lógica (racional) contrastiva ou principal do nativo. É como se tudo já estivesse resolvido antes mesmo de se começar a batalha do entendimento. [16]

Penso que o fato de não ter utilizado um roteiro de questões na maioria das entrevistas representou uma chave para o caiçara de Cambury ampliar minha visão da sua realidade. Nossas conversas eram relatos gerais sobre a história passada e presente do grupo, às vezes, de indivíduos; durante elas permanecia como espectadora, não direcionando suas falas sob nenhum aspecto. Após tomar contato com esses relatos durante cinco idas a campo, comecei a perceber as várias nuances interessantes de serem aprofundadas, e aí sim, procurei informantes "chaves" e realizei entrevistas mais dirigidas, ocorrendo isso somente nas duas últimas idas a campo. Por exemplo, quando houve necessidade de aprofundar um pouco mais os dados acerca das formas de acesso à terra pelos caiçaras, no passado e no presente, procurei alguns moradores mais antigos do bairro e uma liderança local para entrevistar. E nesse ponto sim, busquei nortear nosso diálogo por algumas questões (abertas) previamente elaboradas.

Durante as últimas três idas a campo, tive também oportunidade de gravar algumas entrevistas coletivas - uma com um grupo de velhos e outra, com as mulheres de alguns líderes da comunidade. Essas entrevistas foram coletivas ao acaso. A com os "velhos" ocorreu quando estava

[16] ZALUAR (*op. cit.*, p.110)

num dos bares do bairro, conversando com o dono e coincidiu ter acabado a reunião na igreja e alguns moradores, ao me verem por ali, foram até lá. Foi chegando um, depois outro, o assunto foi ficando interessante e quando demos por conta havia umas dez pessoas. Pedi para gravar a conversa e elas consentiram. No caso das mulheres foi um pouco diferente. Fui convidada por uma delas para ir a sua casa num sábado à tarde, comer um bolo de fubá e experimentar o café de cana preparado por ela. No transcorrer de nosso animado "papo"- havia mais duas mulheres e algumas crianças - perguntei se poderia gravar e elas também consentiram. Entretanto, a maioria das entrevistas eram realizadas individualmente.

Se árduo foi o trabalho de campo, não menos árduo é escrever sobre o que vimos, ouvimos e vivemos junto aos nossos sujeitos de pesquisa. No momento da pesquisa caracterizado pelo ofício de escrever, nos colocamos frente ao enorme desafio de (re) arranjar o material etnográfico como um *corpus*, um conjunto sistematizado, fixo. Após passar tanto tempo junto a eles, bisbilhotando suas vidas, arrancando informações sobre seus conflitos, lutas, revoltas, rememorando com eles seu passado e presente, partilhando com eles de seus sonhos relativos ao futuro... deixo-os livres e parto rumo à reflexão e, como ZALUAR (1985, p.31), *debruço-me sobre a "troca de idéias" fixada no meu diário de campo para arrancar seus sentidos, sua polifonia, que, por algum motivo temo reduzir ou empobrecer.*

A construção deste trabalho é fundamentado, em grande parte[17], no imaginário e nas práticas quotidianas dos caiçaras de Cambury. Aos olhos de alguns pesquisadores, isso pode parecer um tanto "subjetivo demais" já que, talvez o caiçara de Cambury não fosse capaz de relatar sua realidade com a objetividade e precisão de informações julgadas necessárias. Talvez tivessem razão, se a intenção desta pesquisa fosse desvendar uma verdade absoluta..."se isso fosse possível". Entretanto, um de seus pressupostos básicos é: haverá tantas verdades quantos forem os sujeitos dispostos a falar e no caso, quem fala é o caiçara de Cambury e fala do seu olhar sobre sua própria realidade e das transformações que ela vem sofrendo.

[17] Os estudos bibliográficos e documentais tiveram grande importância na construção e resultado desta pesquisa Entretanto, de muitas maneira procurei, mesmo atravessando momentos de grande dificuldade, fazer com que esses "dados secundários" (baseados em bibliografias estudadas) dialogassem com os "dados primários", isto é, com os dados provenientes de minha observação direta em campo e da fala de meus interlocutores.

O leitor pode estar neste ponto carregando algumas dúvidas, pois como foi escrito o parágrafo anterior, dá-se a impressão de que não estive presente, nem durante a pesquisa nem durante a análise dos seus resultados. De modo algum isso ocorreu e em nenhum momento tive como pretensão a neutralidade e a distância. O caiçara de Cambury falou, durante o trabalho de campo, para mim, e no momento mesmo da escuta, sua fala sofre a primeira interpretação, sob os crivos de minha concepção de vida e dos meus modos de perceber as coisas e os fatos.

Mesmo trabalhando com dados primários e na maioria das vezes reproduzindo suas próprias falas, ao passo que as interpreto e as coloco dentro do texto construído por mim, essas falas, podem adquirir, ou não, sentidos diversos da sua expressão inicial. No momento da escrita, portanto, nova reinterpretação é realizada sob o crivo do olhar e da experiência também dos meus pares - outros pesquisadores. Desta forma, a fala do caiçara sofre dupla interpretação: no momento da escuta ocorre a primeira, quando sua fala passa pelos crivos de minha percepção individual e assim, torna-se ou não, um dado etnográfico; no momento da escrita , quando sua fala é inserida em um texto no qual passa a dialogar também com outros autores, sofre a segunda interpretação.

Com tudo isso, posso afirmar: neste texto, todos nós falamos, e através de múltiplas vozes, tento construir um diálogo entre as várias formas presentes de se conceber o mesmo universo e a mesma problemática. O caiçara fala como é viver no território de Cambury no *Tempo dos Antigo* e nos *Tempo de Hoje*; outros autores falam de suas experiências e pensamentos acerca de temas relacionados a esta dissertação e eu, na medida do possível, trabalho no sentido de perceber as nuances do diálogo entre as várias vozes, e ao mesmo tempo conto/interpreto os dados possíveis de obter, nesse ano de convívio com os caiçaras, no bairro de Cambury.

A metodologia utilizada para a análise dos dados etnográficos traz contribuições das várias escolas de nossa disciplina, sobretudo da Escola Interpretativista, através da ênfase na *historicidade* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988). Nas escolas anteriores a esta, a história foi considerada um processo linear, natural, progressista, evolutivo, o que poderia ser resumido em breves palavras no seguinte. Na Escola Evolucionista, o tempo era linear para embasar uma visão

de história natural, progressiva e evolutiva. Na Escola Estrutural-Funcionalista, o tempo era considerado uma ameaça, já que pensar em tempo histórico é ir fundo nas particularidades e, pensar em enfatizar particularidades, é uma ameaça à busca de unicidade e universalidade da história humana. Já na Escola Culturalista, liderada por Franz Boas, houve tentativa de enfatizar o particularismo histórico, entretanto, nesta vertente, ainda se procurava estudar as mudanças culturais através de reconstruções históricas e comparações, o que acabava por fazer a história se enquadrar novamente em etapas evolutivas.

Dentro do Paradigma Hermenêutico, a história, *desvencilhada das teias naturalistas que a tornaram totalmente exterior ao sujeito cognoscente, (...) toma sua forma interiorizada e se assume como historicidade*[18]. Já não se pensa em detectar etapas evolutivas, seja no contexto sócio-econômico e cultural estudado, seja nas transformações sofridas por ele. Pensa-se em adentrar neste contexto e nestas transformações, para interpretá-las à luz do que nos revelam os próprios sujeitos no cotidiano da pesquisa. Foram os caiçaras de Cambury que me revelaram a importância de perceber sua realidade sob o ponto de vista também histórico. Não através de processo histórico estático e acabado, mas dinâmico e pleno de nuances não reveladas ao meu olhar, a princípio, demasiado redutor. Compreender uma realidade sob o prisma da *historicidade* implica em movimento, dinamismo, ambiguidade, complexidade. Revelou-me isto o caiçara de Cambury; se eu queria compreender as transformações ocorridas naquele território e aos seus sujeitos, deveria ir além de ver no Parque o causador de todos os males. Esse ir além somente me seria oferecido por compreensão também histórica daquele contexto, revelada por meus interlocutores.

Ao falar da história de seu grupo, o caiçara de Cambury se refere ao *"Tempo dos Antigo"* e ao *"Tempo de Hoje"*, como referência para análise das transformações sócio-econômicas e culturais que vêm atravessando e ressaltam: o marco divisor entre estes dois períodos foi a demarcação das posses familiares pelo IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e a construção da BR. 101, pelo Governo Federal, constituindo o que chamo de Tempo de Transição. Dessa forma, construo este texto baseando-me na análise / interpretação destes três períodos. No

[18] CARDOSO DE OLIVEIRA (1988).

"Tempo dos Antigo" interno-me em sua narrativa sobre o passado mais remoto até o Tempo de Transição. Em seguida, interpreto os dados etnográficos obtidos sobre o *"Tempo de Hoje"*, à luz das transformações sofridas pelo grupo, em decorrência das novas regras sobrepostas às tradicionais de vivência e convivência no bairro, principalmente a partir da década de 70.

Assim, na Parte I desse trabalho: PESQUISADORA – Os Tempos da Pesquisa, foi realizada a reflexão dos caminhos percorridos, da Biologia à Antropologia e a Educação, na construção desse objeto de pesquisa. Na Parte II, – intitulada CAIÇARAS: *O Tempo dos Antigo* – a análise adentra ao tempo passado: a origem dos primeiros moradores, a ocupação do território, as relações de parentesco, as formas tradicionais de ocupação e uso do solo e da mata e seus recursos, a pesca, a religião, tudo pretendendo aproximar-me da construção da identidade do caiçara de Cambury, ao longo do tempo e em seu espaço.

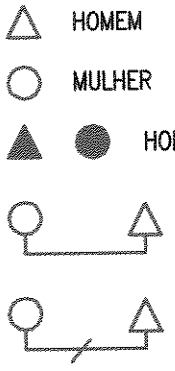
Destaco aqui o olhar construído em torno das relações de parentesco no contexto do bairro. O Diagrama de Parentesco do Bairro de Cambury (DIAGRAMA I) tornou-se um surpreso resultado desta experiência de pesquisa, por não ter sido prevista sua realização. Entrevistas com moradores mais antigos sempre continham referências a personagens do passado, seja por se tratarem de parentes dos entrevistados, seja por se tratarem de pessoas que, por algum motivo, deveriam ser ressaltadas na história do grupo. Mesmo que a pesquisa tivesse, a princípio, objetivos não contidos na elaboração do Diagrama de Parentesco no Bairro, as relações de parentesco impunham-se como relação social fundamental, mostrando sua força e importância a todo momento. Comecei por tomar nota destes personagens do passado e, na medida do possível, resgatar seus parentes atuais. Juntei a estes dados informações sobre parentesco contidas em relatório elaborado por técnicos da Secretaria do Meio Ambiente (SÃO PAULO, 1992) e quase somente por curiosidade, coloquei-os em um Diagrama. Diante do resultado daquele "esboço" de Diagrama, não pude mais conter minha curiosidade e iniciei entrevistas sobre o assunto com moradores idosos. A cada entrevista, ficava ainda mais instigada em conhecer melhor as famílias, suas procedências, suas etnias... e o resultado foi o Diagrama de Parentesco, quase completo, do Bairro de Cambury. Segundo um morador local *"Tem quase todos aí. A moça conseguiu colocá até os importante que já morreram"*.

DIAGRAMA DE PARENTESCO

BAIRRO DE CAMBURY – UBATUBA – SÃO PAULO – BRASIL

DADOS COLETADOS DE JULHO DE 1996 A AGOSTO DE 1997

LEGENDA:



HOMEM

MULHER

HOMEM e MULHER FALECIDOS

CASAMENTOS

CASAMENTO INTERROMPIDO POR DIVÓRCIO OU FALECIMENTO

INDICA UNIÕES SEPARADAS GRAFICAMENTE

FILIAÇÃO

? FILHO EM FASE DE GESTAÇÃO

?○ ?△ NÃO HOUVE REGISTRO DO NOME

[ANOS] TEMPO QUE A FAMÍLIA HABITA O BAIRRO

CORES:

△ ○ FAMÍLIA EGO

△ ○ 1ª GERAÇÃO

△ ○ 2ª GERAÇÃO

△ ○ 3ª GERAÇÃO

△ ○ 4ª GERAÇÃO

5ª GERAÇÃO

CONVENÇÕES:

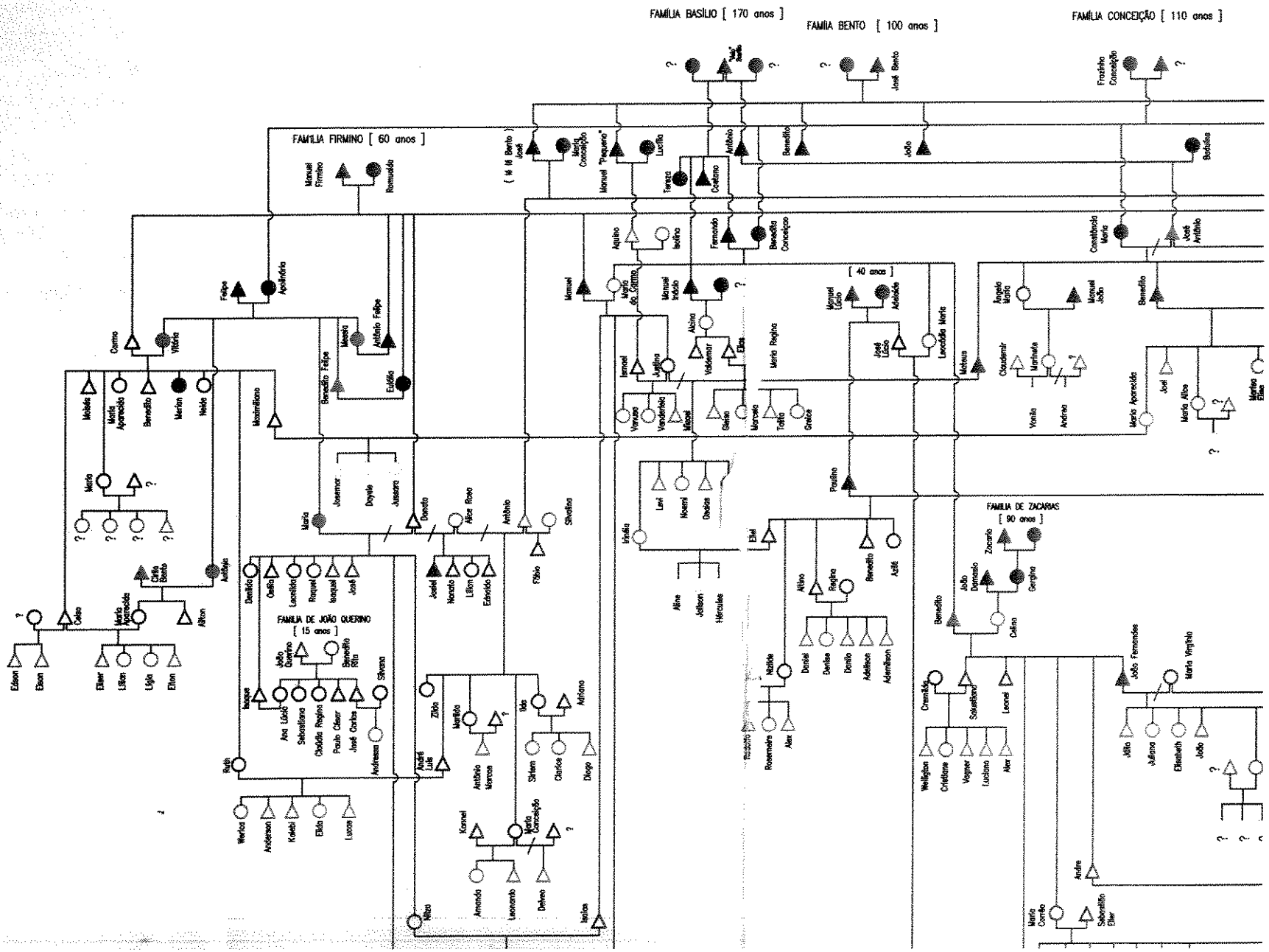
1. As cores indicam indivíduos pertencentes à diferentes gerações em uma mesma família.
2. Quando um pai e uma mãe são de gerações diferentes em relação à família do outro (por exemplo, o pai da 3ª geração dentro de sua família e a mãe da 2ª geração dentro de sua família) o filho será considerado em relação à família mais antiga (neste exemplo, pertencente à 4ª geração, tendo como referencial a família do pai).

OBSERVAÇÃO

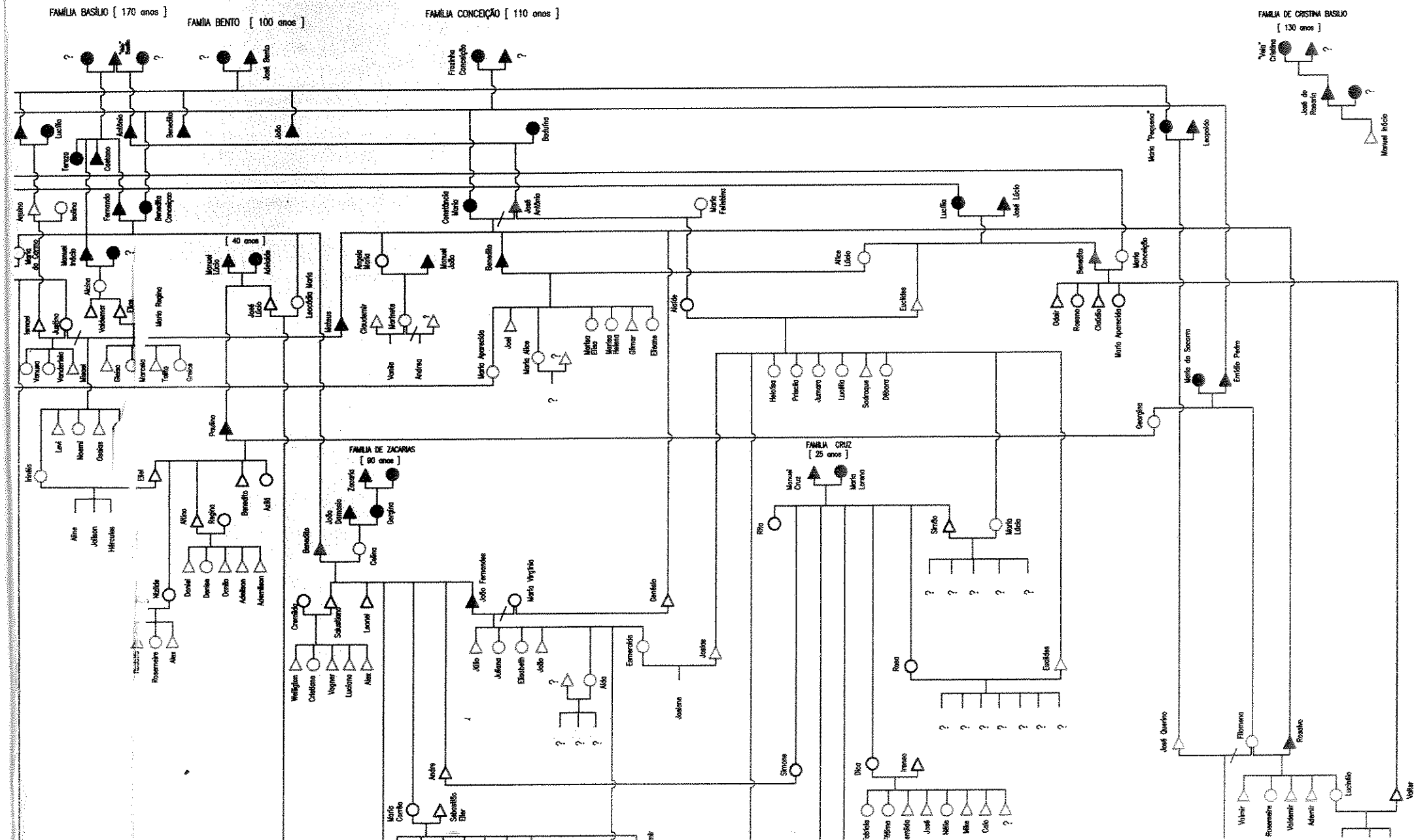
Alguns indivíduos que morreram ou residem fora do bairro não foram incluídos neste Diagrama.

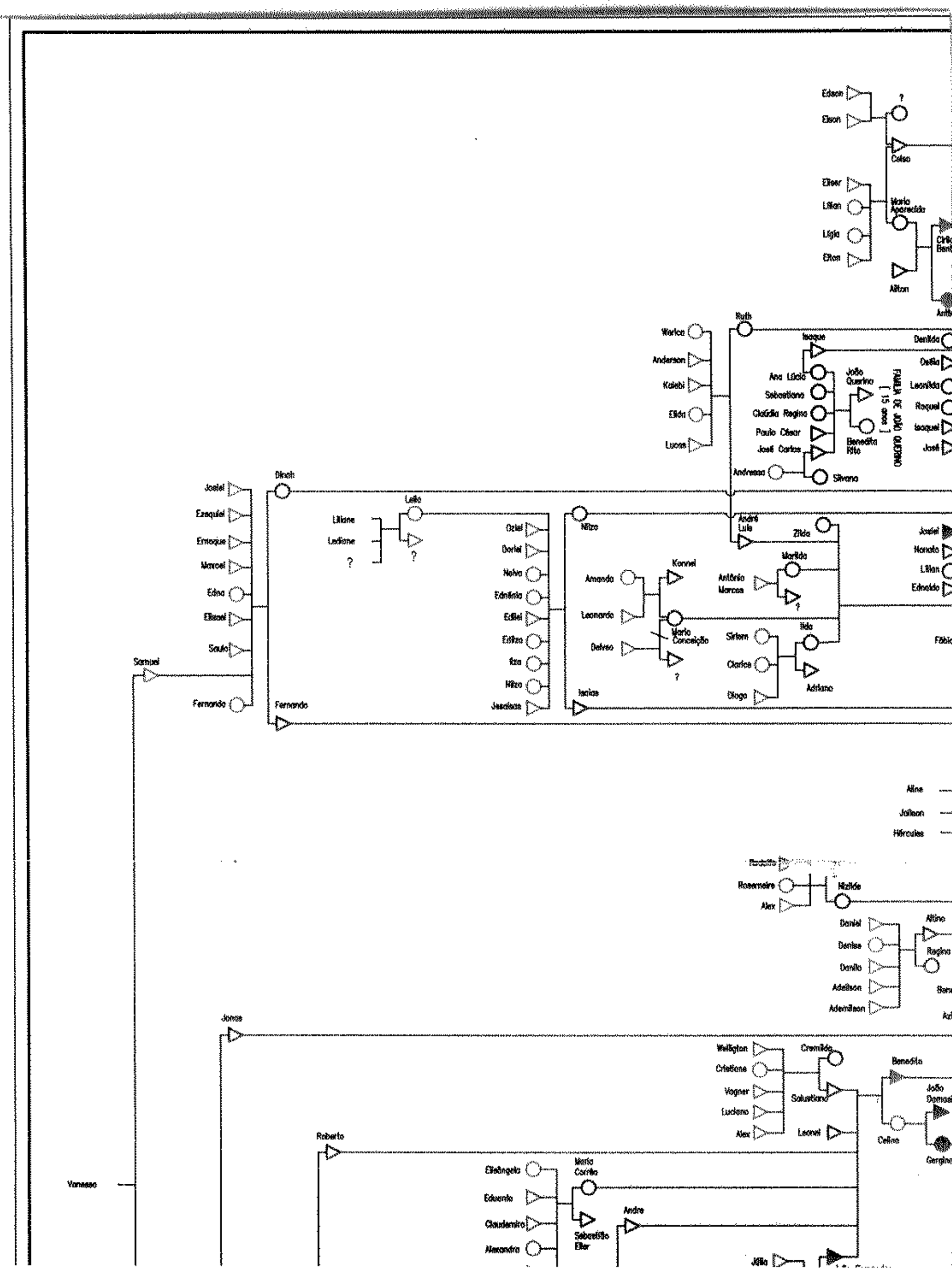
Elaborado por CANDICE FILIPAK MANSANO
Orientadora: Profa. Dra. NEUSA MARIA MENDES DE GUSMÃO / FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Co-Orientador: Prof. Dr. MÁRCIO D'OLNE CAMPOS / INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS À EDUCAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO intitulada – "Aquele que matou este rio hoje proíbe a gente de plantá" : o Homem Urbano-Industrial ensinando ao Homem-Tradicional conservar a natureza.

DIAGRAMA DE PARENTESCO

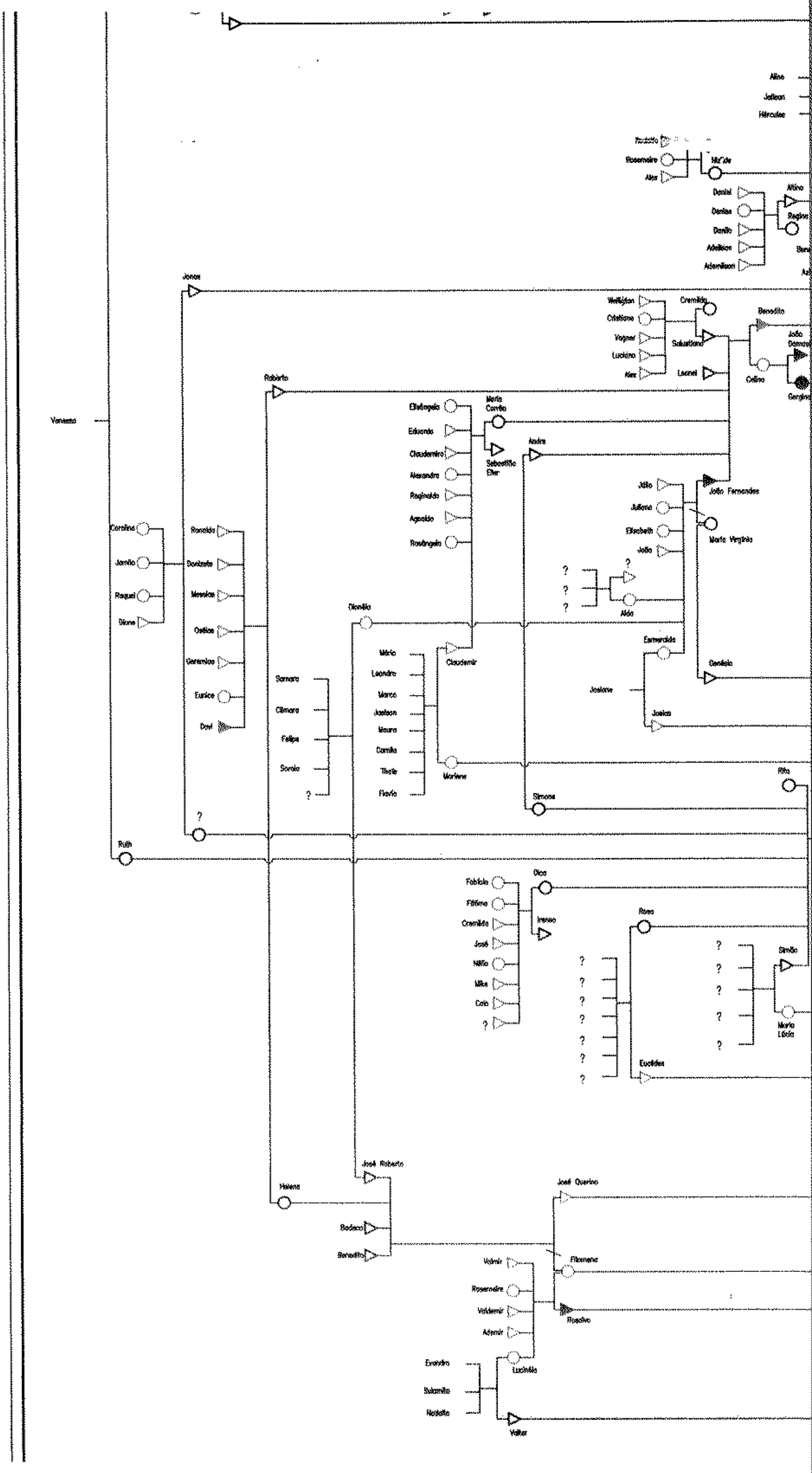


SCO


FAMÍLIA BASÍLIO [170 anos]
FAMÍLIA BENTO [100 anos]
FAMÍLIA CONCEIÇÃO [110 anos]
FAMÍLIA DE CRISTINA BASÍLIO
[130 anos]
[40 anos]
FAMÍLIA DE ZACARIAS
[90 anos]
FAMÍLIA CRUZ
[25 anos]



FAMÍLIA DE JOÃO QUERINO
[15 anos]
Edson
Elson
Celso
Elieer
Lilian
Maria Aparecida
Lígia
Elton
Ailton
Ruth
Werica
Anderson
Kalebi
Elida
Lucas
Isaque
Ana Lúcia
Sebastiana
Claúdia Regina
Paulo César
José Carlos
João Querino
Benedita Rita
Andressa
Silvana
Denilda
Osélia
Leonilda
Raquel
Isaquel
José
Dinah
Joziel
Ezequiel
Enrroque
Marcel
Edna
Elisael
Saulo
Samuel
Fernando
Lelio
Liliane
Ladiane
Oziel
Doriel
Nelva
Ednênia
Ediel
Edilza
Iza
Nilza
Jasaiasa
Nilza
André Luís
Zilda
Amanda
Leonardo
Delvaso
Konnel
Maria Conceição
Antônio Marcos
Marilda
Sirlene
Clarice
Diogo
Ilda
Adriano
Isaías
Joziel
Nonato
Lilian
Ednaldo
Fábio
Aline
Jaílson
Hércules
Rosemeire
Alex
Nizilde
Daniel
Denise
Danilo
Adeilson
Ademilson
Altino
Regina
Jonas
Welligton
Cristiane
Vagner
Luciano
Alex
Cremilda
Salustiano
Leonel
Benedita
João Damasio
Celina
Gergina
Roberto
Vanessa
Eliabângela
Eduardo
Claudemiro
Alexandra
Maria Corrita
Sebastião Elier
Andre
Júlio


Vanessa
Carolina
Jamilo
Raquel
Sione
Jonas
Roberto
Ronaldo
Donizete
Messias
Odilce
Geremias
Eunice
Davi
Ruth
?
Samara
Climara
Felipe
Soraia
Dionísio
Mário
Leandro
Marco
Jaelson
Maura
Camila
Thalie
Flavio
Claudemir
Marlene
Simone
Rita
Elisângela
Eduardo
Claudemiro
Alexandre
Reginaldo
Agnaldo
Rosângela
Maria Corrêa
Sebastião Elier
André
João Fernandes
Maria Virgínia
Júlia
Juliana
Elizabeth
João
Aldo
Esmeralda
Josiane
Joelcio
Genésio
Wellington
Cristiane
Vagner
Luciano
Alex
Cremilda
Salustiano
Leonel
Benedito
Celina
Daniel
Denise
Danilo
Adailson
Ademilson
Altino
Regina
Rosemeire
Aline
Jailson
Hércules
Fabíola
Fátima
Cremilda
José
Nilda
Mike
Caio
Olga
Ireneo
Rosa
Simão
Maria Lúcia
Euclides
Helena
José Roberto
Bodeco
Benedito
José Querino
Filomena
Rosalvo
Valmir
Rosemeire
Valdemir
Ademir
Lucinilda
Evandro
Sulamita
Nadalia
Valter

Tive a oportunidade de adquirir e/ou conferir os dados inúmeras vezes, com diferentes pessoas e em diferentes situações. Duas destas situações tornam-se interessantes resgatar. Ainda quando não dispunha de muitos dados, fui convidada para tomar café na casa da esposa de um dos líderes da comunidade e aproveitei para levar o Diagrama. Estávamos todos na cozinha - eu, duas mulheres e cerca de umas seis crianças / adolescentes, filhos da dona da casa - quando resolvi retirar da mochila o papel que continha o Diagrama e colocá-lo sobre a mesa. Por alguns segundos todos ficaram a olhar aquele papel enorme, cheio de rabiscos, sem dizer absolutamente nada. Eu deveria estar ainda mais confusa do que eles, afinal, como poderia explicar as regras de construção do Diagrama e por onde começar? Comecei a explicar e tinha a impressão de que ninguém estava entendendo absolutamente nada, quando uma menina de uns 12 anos disse "*Olha aqui mãe, a senhora e o pai. Olha eu aqui...*" [risadas]. Senti um alívio enorme, afinal, não estava falando sozinha. Estimuladas pela irmã, outros jovens se juntaram mais próximos a mesa e começaram a tentar identificar-se, procurar seus primos e tios. Acompanhei-os e quando passavam por alguém ainda não conhecido por mim, perguntava-lhes e prontamente respondiam, satisfeitos em participar. Curioso era quando eu me perdia no Diagrama, não sabia onde tinha parado, e eles logo me orientavam. Para eles era muito mais fácil que para mim, por serem todos aqueles ali parentes, vizinhos, "*da linhagem*". Curioso foi também perceber o comportamento das duas mulheres adultas. Elas pareceram não compreender muito bem o gráfico no papel, e suas contribuições ocorriam apenas, quando eu perguntava oralmente sobre uma pessoa e outra.

Outro momento interessante na elaboração do Diagrama, ocorreu quase no final da minha pesquisa de campo. Estava no bar de um morador local, contando a ele sobre os dados de que dispunha e perguntando sobre sua família, quando me dei conta de já não estarmos mais sozinhos. Foi chegando um, outro e outro e quando percebi, éramos mais de dez pessoas. Todos olhando atentamente para aquele papel, já não tão rabiscado. Foi incrível a reação das pessoas. Os mais velhos se deliciavam com a possibilidade de se verem "retratados" naquele papel e exclamavam aos mais jovens e para mim, o quanto eram antigos ali naquele lugar. Os mais jovens se surpreendiam ao perceberem que já são a quarta ou quinta geração de sua família no bairro. Com isso, posso afirmar que este Diagrama de Parentesco, de forma alguma, foi elaborado apenas por

mim. Sua elaboração foi fruto de esforço individual, mas igualmente o resultado do apoio e solidariedade de muitos.

Na Parte III – CAIÇARAS: Do Tempo de Transição ao *"Tempo de Hoje"* – a descrição e análise vão de encontro às ações do Poder Público, que foram promotoras de mudança no modo de vida e visão de mundo do caiçara de Cambury, nestas últimas décadas. São enfocadas as conseqüências trazidas por tais ações, sendo a principal, o esfacelamento da identidade cultural do grupo. Ao adentrar no *"Tempo de Hoje"*, a reflexão gira em torno da incorporação do território dos caiçaras ao Parque Estadual da Serra do Mar, na qual busco enfatizar os conflitos entre saberes e processos existentes no bojo dessa situação. A análise feita na Parte III, busca revelar como os saberes, processos e técnicas empregados pelos caiçaras em suas vivências vão sendo absorvidos por saberes, processos e técnicas do sistema dominante.

E, por fim, no último item desse texto, deixo as fotos falarem por si...

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

PARTE II:

CAIÇARAS: "*O Tempo dos Antigo*"

"Eu não tinha esse rosto de hoje,
assim calmo, assim triste, assim magro,
nem estes olhos tão vazios,
nem o lábio amargo".

Cecília Meireles

CAPÍTULO I:

Histórico da Ocupação de Cambury

1.1. Delineando contornos

A localidade de Cambury é conhecida como bairro de Cambury e é o último aldeamento caiçara do litoral norte do Estado de São Paulo em direção ao Rio de Janeiro. É formado em sua quase totalidade por sítios familiares, entendidos como áreas de moradia e/ou trabalho[1]. Compreendido entre as coordenadas 44 50'W a 44 48'W de longitude e 23 20'S a 23 25'S de latitude (MAPA II), o acesso à Vila se dá pela rodovia Rio - Santos, no Km 1, localizando-se desta forma a 47 Km de Ubatuba, no Estado de São Paulo, e a 25 Km de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro.

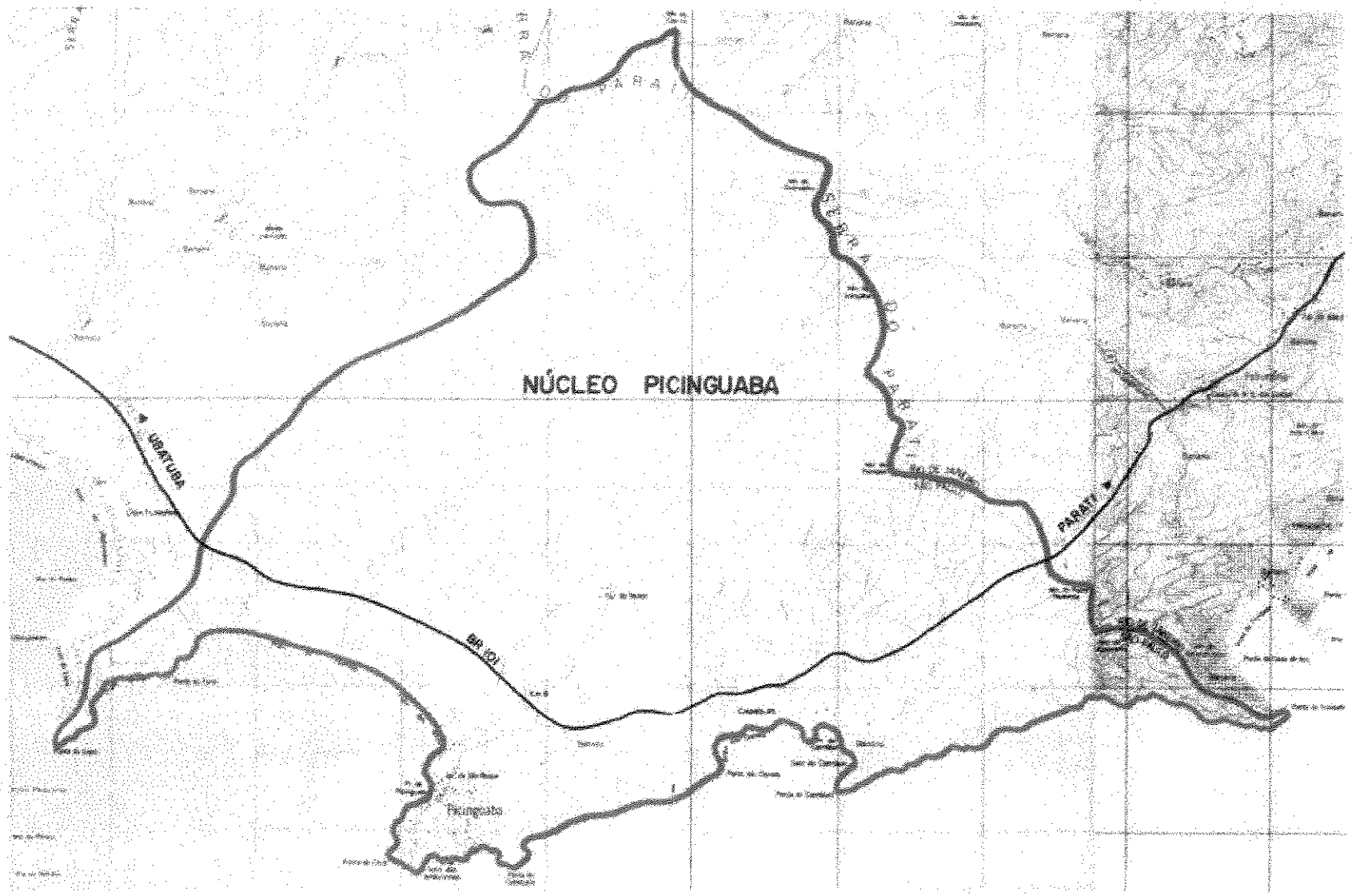
Da rodovia, pouco pode-se avistar do bairro. Os que trafegam de Ubatuba a Paraty, ao chegarem próximo ao Km 1, verão à sua esquerda, a enorme Cachoeira do Cedro situada e em frente à pequena estrada de acesso ao Cambury, do lado direito da rodovia. Esta estrada, não pavimentada, que liga a Br.101 à praia, possui 4 Km de extensão, existindo também uma trilha alternativa com aproximadamente 2km, cujo acesso localiza-se no Km 3.

A estrada de terra desce até a praia fazendo quase uma diagonal (norte - sul). Do seu trajeto emergem várias e estreitas picadas na mata, ou trilhas, fazendo a ligação com alguns sítios, ou mesmo casas, localizadas no interior da mata (ver FIGURA I, p. 19-20)[2]. Existem também outras trilhas, ainda mais estreitas, ligando um sítio ao outro, uma casa à outra. O relevo acidentado e a mata exuberante revelam em seus entremeios a presença humana, através de pequenas casas de pau-a-pique surpreendentemente encaixadas e distribuídas de maneira dispersa na vastidão da paisagem.

---

[1] O Bairro de Cambury tem uma área de 467 ha, segundo RODRIGUES, E. P. F. **Projeto Comunidades Litorâneas Cambury/SP: ensaio de planejamento para o bairro**. Faculdade de Belas Artes / USP-SP, 1992 (trabalho apresentado para conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo).

[2] Para se remeter aos nomes dos moradores que residem nas casas, busque seu número correspondente que se encontra no ANEXO I)



NÚCLEO PICINGUABA · Localização

Município de Ubatuba SP

MAPA II: LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO DE CAMBURY **FONTE : GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1987)**

Quando a estrada cruza o último riacho rumo à praia, existe uma trilha, um pouco mais larga, cujo trajeto vai até a *"favela"*. Este termo foi instituído pelos próprios caiçaras, provavelmente, influenciados pela denominação urbana de favela, para designar o aglomerado de moradias localizado próximo a morros de elevada altitude. O lugar é habitado basicamente por antigos moradores ou pessoas que venderam suas posses próximas ao mar, levando o termo favela se aproximar ainda mais do sentido urbano, por abrigar os excluídos, ou sejam, aqueles que estão à margem do bairro por terem perdido o direito à terra. Segundo um morador local, a área era antes, predominantemente, do caiçara Benedito dos Santos. De acordo com seu relato, os filhos de Benedito, quando se casaram, construíram suas casas próximas à do pai, subdividindo o sítio em pequenos lotes. No entanto, no decorrer dos anos, alguns filhos de Benedito foram vendendo pequenos lotes para outros moradores do próprio bairro ou, mais recentemente, para pessoas de fora, aumentando bastante o número de moradias e reduzindo os espaços de quintal.

A pequena estrada ao se aproximar da praia, cruza uma área de baixada denominada pelos moradores de *"várjão"* (várzea). É nesta área que, acerca de 30, 40 anos atrás, estava localizado o maior adensamento de moradias e áreas de cultivo. Hoje, encontramos por lá algumas casas dispersas, o camping, a escola, um bar, alguns quintais caiçaras servindo de camping durante a temporada, o campo de futebol, o cemitério e duas igrejas, a Assembléia de Deus e a Católica (ver FIGURA I, p. 19-20). Na área da marinha, como é chamada pelos moradores a área em frente ao mar, estão poucas casas, alguns ranchos de pesca, um restaurante, um bar e vários quiosques de venda de alimentos e bebidas, que funcionam durante o verão.

Os caiçaras de Cambury dividem, hoje, o espaço do bairro em três sub-áreas: a praia, a favela e o sertão (FIGURA I); se passássemos com uma visão menos crítica, poderíamos, num primeiro momento, pensar ter sido o critério utilizado para esta divisão a distância que cada área tem da praia. A experiência de campo revelou-me que o território, ou espaço socialmente construído, ocupado e vivenciado pelos caiçaras de Cambury, vem se transfigurando ao longo do tempo, processo esse, intensificado a partir da década de 60. A ocupação do espaço do Bairro não foi estanque ao longo do tempo, obedecendo a uma dinâmica que respondia às necessidades do grupo e / ou imposições externas provenientes do sistema vigente na sociedade inclusiva.

Tendo como base o acontecido à família Firmino, pode-se ter uma idéia da transfiguração territorial que vem ocorrendo no bairro de Cambury, motivada pelo processo de venda e compra de terra intensificado nos últimos 30 anos. Logo que chegaram ao bairro, os Firmino habitavam uma área no canto esquerdo da praia. Com a venda da maior parte desta área, a família abriu[3] novo espaço para sítio e moradia no sertão, próxima à rodovia Rio-Santos. Hoje, a maior parte da família habita, predominantemente, duas áreas no sertão - a família de Carmo Firmino tem seu sítio e moradias localizados na metade do percurso entre a rodovia e a praia, e a família de Manuel Firmino (o filho) habita uma área já bem próxima à rodovia. Na área da praia restou apenas uma filha – Justina – e um irmão – Sr. Donato – de Manuel Firmino. (FIGURA I).

Os caiçaras de Cambury vivem hoje no que alguns autores chamam de bairros rurais. Autores como CÂNDIDO (1971), QUEIRÓZ (1976) e FUKUI (1978)[4], entre outros, tratam com rigor de detalhes a noção de bairros rurais e suas características. Antônio CÂNDIDO em seu livro *Os Parceiros do Rio Bonito* (1971, p.62), faz um interessante estudo sobre o caipira do Estado de São Paulo e, em um dos capítulos, aborda os tipos de povoamento que ocorrem no meio rural, sendo um destes, os chamados bairros rurais:

> Este é a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou mais famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentido de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas uma das outras, sugerindo por vezes a uma idéia exagerada de segregação (...) sendo que é raro o morador não integrado à vizinhança.

Segundo o autor, existem dois elementos fundamentais integrantes do conceito de bairro. A base territorial é o elemento que denota o sentido topográfico ao conceito, geralmente acompanhado do sentimento de localidade existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas. Bairro seria portanto, uma porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer,

---

[3] O termo abriu uma área é utilizado pelos caiçaras para indicar que, para ocuparem uma nova área dentro do bairro era necessário abrir uma clareira na mata.
[4] *apud* GUSMÃO (1995).

formando certa unidade, diferente das outras, sendo esta unidade garantida pela convivência gerada a partir da proximidade física e necessidade de cooperação. Apesar de não estar situado no interior de São Paulo, onde o autor fez seu estudo, a localidade de Cambury é tomada, nesta pesquisa, como um bairro rural no sentido defendido pelo autor, com algumas peculiaridades geradas pelos fortes laços de parentesco e pela cultura e história em comum.

O grupo caiçara habitante do bairro rural de Cambury é, nos dias de hoje, denominado por eles e pelos de fora de comunidade. A realidade estudada por GUSMÃO (1995, p. 30) assemelha-se neste aspecto com o Cambury e assim, tomo o mesmo sentido do termo comunidade, defendido pela autora: *o conjunto de moradores que participam das atividades comuns ao bairro.* Com isso, nos limites deste trabalho, a área do bairro rural é tomada no sentido de *comunidade-bairro, denotando o espaço físico e social dos sítios.* Ainda segundo a autora[5]:

> A comunidade-bairro tem como conteúdo o conjunto de relações entre moradores da área territorial específica, unidos por sentimentos ligados ao parentesco, à localidade, à vizinhança (...).

Entretanto, para os moradores de Cambury, o fato de se auto-denominarem e serem denominados de comunidade é bastante recente. Segundo um morador local, na década de 80, um grupo de ativistas políticos veio ao bairro para estimular a população a se organizar politicamente a fim de se defender da ameaça da expropriação de suas terras, criando uma Associação de Moradores. A ameaça vinha do interesse de grandes compradores de terras, turistas querendo adquirir lotes, e também da expropriação do *uso* da terra, fomentada pela implementação do Núcleo Administrativo de Picinguaba / Parque Estadual da Serra do Mar[6]. Dessa época em diante os moradores de Cambury se tornaram a comunidade de Cambury, termo que, segundo eles, dá mais força política ao grupo para lutar pela posse e uso efetivo de suas terras.

---

[5] GUSMÃO (1995, p. 32).

[6] O Núcleo Picinguaba foi incorporado ao Parque em 1979, entretanto, a implementação efetiva começou a ser feita a partir de 1985, com o início das construções da sede e com a chegada dos aparatos e de pessoal para a fiscalização.

O pessoal precisô se organizá porque tava vindo muito invasô, invasões né, o pessoal comprando muita terra. Tinha muita gente entrando, entrando aqui pra dentro. Então eles tava expulsando os caiçara, só eles tava tendo poder, os caiçara não tava tendo poder de nada. Os caiçara não conseguia fazer nada, só acontecia o lado deles. Só melhorava o lado dos turista que comprava terra de alguns caiçara daqui. Então a gente criou uma Associação pra ficar mais forte, pra podê se defendê. Nós tivemo ajuda de uns político que ajudaram nós a legalizá a Associação no cartório e criar o Estatuto. Desta época e com a chegada do Parque nós passô a chamá também comunidade. A comunidade não era antes comunidade. Esse nome a gente começou a usar assim pra se defendê do Parque ... nós se tornamo comunidade tradicional [risadas]. Antes a gente era o Cambury, as família.

Se hoje é importante para o grupo se auto-denominar uma comunidade, termo instituído pelos de fora, até pouco tempo atrás o importante para o grupo era serem parentes, "*...eram uma família só*". Ser parente - categoria de dentro - passou a ser menos importante na garantia do acesso à terra que ser comunidade - categoria de fora. Entretanto, não foi sempre assim, segundo a memória relatada pelo grupo e até pouco mais de vinte anos atrás, o que realmente garantia o acesso à terra era o parentesco.

Os caiçaras de Cambury fizeram muita questão de contar-me que suas vidas, bem como o viver no Bairro, não são os mesmos de outros tempos. Falar do presente sem remeter-se ao passado pareceu-me tarefa impossível ao caiçara de Cambury. Para falar de sua vida hoje é preciso dizer que: *"Hoje nós é chamado comunidade mas não foi sempre assim"*, que *"Antes o que mandava aqui era ser parente"*, que *"A terra antes podia ser usada por todo mundo e o caiçara tinha sua demarcação própria"*, enfim, os dias de hoje são refletidos com patamares no passado. Assim, sigo o percurso desse texto, resgatando o que me foi narrado dessa história – no Tempo dos Antigo.

1.2.Ocupação do Litoral Norte Paulista e Principais Ciclos Econômicos:

Historicamente, a formação dos bairros rurais caiçaras só pode ser entendida no contexto da ocupação do litoral sul-sudeste e de seus ciclos econômicos. Os momentos de prosperidade econômica alternados com os de estagnação, juntamente com os fatores geográficos, desencadearam processos de ocupação diferenciados e foram, na maioria das vezes, os responsáveis pela origem e permanência de pequenos aglomerados humanos ao longo da costa norte paulista. Desta forma, podemos afirmar estar a formação dos bairros rurais caiçaras intimamente relacionada à história ecológica da sociedade na qual estão inclusos. Essa história ecológica, conforme foi proposta por WORSTER[7]: *não deve ser simplesmente a história dos ciclos econômicos, mas sobretudo a história das relações complexas, materiais e simbólicas, que os homens, ao longo do tempo histórico, desenvolveram com o mundo natural e com os outros homens.* Tal história ainda está por ser resgatada no universo estudado, e nessa experiência me restrinjo apenas a alguns de seus aspectos.

O processo de povoamento do litoral paulista é anterior ao período colonial. Quando os europeus chegaram ao Brasil, a costa paulista era então habitada por grupos Tupy - Guaranis[8]. O litoral norte de São Paulo não favoreceu a colonização do europeu, em parte pela resistência oferecida por esses índios, em parte por suas condições geográficas peculiares que dificultavam a comunicação com o planalto. Ubatuba, por exemplo, situa-se em terras que à época do descobrimento, eram ocupadas pelos Tupinambás, índios que ofereceram intensa resistência à colonização portuguesa. A cidade de Ubatuba foi fundada no início do século XVII, na praia de Iperoig, onde anteriormente existia uma aldeia Tupinambá.

Quando os europeus aqui chegaram, encontraram criaturas as quais, segundo eles, mais pareciam bichos que homens seja pelo modo como se vestiam, ou não se vestiam, seja por seus comportamentos em relação aos outros homens e à natureza. Os europeus não conseguiam compreender a relação íntima e até mesmo simbiótica dos índios com a natureza e por isso, classificaram-nos de selvagens. Eram selvagens, porque em nada se pareciam com os povos civilizados com os quais costumavam se relacionar em seus países de origem, seja nos símbolos e

---

[7] *apud* DIEGUES (1994b, p.18).
[8] AYROSA (1934 *apud* ADAMS, 1996).

religiões, seja nos saberes e técnicas, seja no modo de viver e se relacionarem-se com o mundo natural e com os outros homens. Selvagens porque eram profanos e sem cultura.

Logo de início, o objetivo central dos colonizadores em relação aos índios foi domesticá-los, quer através da catequização, quer obrigando-os a trabalharem na domesticação da natureza. As formas tradicionais segundo as quais os índios se relacionavam com o ambiente, respeitando os ciclos e ritmos da natureza, foram sendo forçosamente substituídos pelo ritmo do progresso dos homens civilizados, aos quais a única coisa que interessava era tirar o maior proveito de tudo o que pudessem encontrar aqui, para depois retornarem à sua civilizada metrópole. José Bonifácio de ANDRADE e SILVA (1963, p.156), quase trezentos anos depois do descobrimento, faz uma análise do que estava acontecendo com os recursos naturais do Brasil e com seus habitantes nativos, devido à concepção homem-natureza e homem-nativo, face à relação dos colonizadores com a colônia. As palavras de Bonifácio retratam com bastante clareza a história ecológica do Brasil Colônia e, se pensarmos bem, do Brasil Contemporâneo:

> Nossas terras estão ermas, e as poucas que temos roteado são mal cultivadas, porque o são por braços indolentes e forçados; nossas numerosas minas, por falta de trabalhadores ativos e instruídos, estão desconhecidas ou mal aproveitadas; nossas preciosas matas vão desaparecendo, vítimas do fogo e do machado da ignorância e do egoísmo; nossos montes e encostas vão-se escavando diariamente, e com o andar do tempo faltarão as chuvas fecundantes, que favorecem a vegetação e alimentam nossas fontes e rios, sem o que nosso belo Brasil, em menos de dois séculos, ficará reduzido aos páramos e desertos da Líbia. Virá então esse dia (dia terrível e fatal), em que a ultrajada natureza se ache vingada de tantos erros e crimes cometidos.

Entretanto, estes pensamentos de maneira alguma passavam nas mentes dos desbravadores e o que importava era domesticar para utilizar, tanto a natureza quanto os nativos. E os índios, o que estariam pensando eles diante de ações tão diferentes? Persuadidos pelos colonizadores, os índios se viam trabalhando para a devastação daquilo para eles tido como sagrado, contribuindo para que o homem branco domesticasse aquele mundo selvagem que, para eles nada tinha de selvagem. Era familiar, porque era a sua casa, o seu trabalho, onde criava e recriava suas

tradições, onde encontrava o ponto de partida para suas representações, onde encontrava o fundamento de sua própria identidade.

Mas o homem branco queria domesticar aquilo que ele não compreendia e, portanto, era selvagem: a natureza exuberante e seu habitante exótico. Para ele, tudo seria menos ameaçador se pudesse homogeneizar toda aquela selvageria tornando-a civilizada, para assim ser mais facilmente domesticada e até, capturada. A captura realmente aconteceu, não só a física, posto que o índio se tornou escravo, mas a captura simbólica que retirou a liberdade de se expressar através de sua religião e modificou sua maneira de ser e estar na natureza.

O padrão de ocupação do litoral norte paulista, após o descobrimento[9], foi bastante desigual devido principalmente aos fatores geográficos, que ora constituíam elementos de atração para fixação humana e ora de repulsão. Observa-se a existência de grandes e médios aglomerados, ao redor dos quais giram pequenos núcleos populacionais[10]. As escarpas montanhosas da Serra do Mar e sua vegetação exuberante criaram um fator de isolamento, mas as numerosas pequenas baixadas costeiras com solo seco (sem entretanto faltar um curso d'água) criaram condições que justificaram o estabelecimento de pequenos agrupamentos humanos do litoral norte, mais tarde chamados grupamentos caiçaras[11]. As bases da identidade daquele índio, outrora catequizado e escravizado para se adequar à ordem estabelecida - de Brasil Colônia - deixaram contribuições marcantes na cultura desses homens, hoje habitantes desse litoral, sobretudo no que se refere ao manejo dos recursos naturais, o uso do solo e técnicas ligadas a pesca.

A ocupação dessa porção do litoral paulista foi tardia, quando comparada a do restante do litoral, principalmente devido à resistência imposta pelos índios à colonização. Entretanto, com a concessão de sesmarias nos séculos XVI e XVII, instalaram-se nessa região da costa brasileira, atividades agrícolas para demanda do mercado externo (grandes fazendas) e pequenos focos de agricultura para o aprovisionamento (núcleos populacionais mais isolados geograficamente). As

---

[9] Apesar da impropriedade do termo descobrimento, ele indica um momento de nossa história, ou seja, a chegada dos colonizadores ao Brasil. O uso de aspas se deve a esta impropriedade.
[10] ADAMS, *op. cit.*
[11] MUSSOLINI, 1980; FRANÇA, 1954; MARCÍLIO, 1986.

grandes fazendas funcionavam com mão de obra escrava, de índios ou de negros, e suas atividades eram direcionadas segundo a demanda dos grandes ciclos econômicos do país naquela época, como o da cana de açúcar, do café e do ouro.

O ciclo da cana de açúcar:

A fácil adaptação dessa cultura ao úmido litoral norte paulista, propiciou o desenvolvimento da economia açucareira em duas modalidades: açúcar e aguardente de cana[12]. Não constam dados que apontem para o início dessa cultura em Ubatuba, mas a partir de 1760, o município crescia em ritmo acelerado em virtude da economia açucareira, o que se estendeu até o ano de 1789, quando o Cap. General Bernardo José de Lorena publicou um edito obrigando todas as Vilas do litoral a dirigirem suas embarcações e comercializações para o porto de Santos. Essa estratégia foi utilizada para garantir o abastecimento da capital com gêneros alimentícios e movimentar o porto de Santos[13]. Além disso, o edito publicado visava incentivar o comércio direto com Portugal e auxiliar a agricultura de serra acima que seria escoada, naturalmente pelo porto de Santos.

Essa medida, benéfica em geral para a capitania paulista e para Santos, prejudicou vários pontos do litoral e, especialmente Ubatuba, situada longe desse porto e teve, portanto, maior dificuldade em comercializar seus produtos[14]. O problema da dificuldade de comercialização fez com que a produção açucareira diminuísse, de 14 engenhos em 1788 passou a 5 em 1797 e, com isso, o município voltou à estagnação econômica.

Essa medida, afetou também a Vila de São Sebastião, que em 1798, encaminhou uma súplica à rainha D. Maria I de Portugal, a qual concedeu a São Sebastião e posteriormente a Ubatuba, o direito de comercializar seus produtos em qualquer porto da América[15]. Essa liberação

---

[12] RODRIGUES (1997).
[13] ADAMS, *op.cit.*
[14] CERQUEIRA (1966 *apud* RODRIGUES, *op.cit.*).
[15] RODRIGUES, *op.cit.*

durou muito pouco, retornando a proibição no início do século XIX, o que praticamente zerou a produção açucareira em Ubatuba em meados de 1803, continuando apenas a produção de aguardente.

A produção de aguardente no município de Ubatuba associa-se intrinsecamente à pequena produção gerada nos bairros rurais ou a alguns poucos engenhos de grande porte. O transporte do produto era feito através das canoas de voga tão célebres no Rio de Janeiro para o sul, quanto as jangadas ou as barcaças no nordeste[16]. Essas canoas, sobreviventes da cultura indígena, foram usadas até recentemente, e em alguns pontos ainda são utilizadas, como meio de transporte de mercadorias e pessoas, o que configurou a fase heróica na história deste litoral, a chamada epopéia caiçara[17]. Durante muito tempo, as canoas de voga representavam o único meio de transporte de mercadorias e pessoas, que abastecia as Vilas de difícil acesso (ferramentas, sal, vestuário, anzóis, etc...).

O ciclo do ouro:

No fim do século XVII e início do XVIII a vida econômica costeira reanimou-se com a descoberta do ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso[18]. Os portos de Ubatuba, São Sebastião e Paraty serviam de escoadouro das minas para os países europeus. Os antigos caminhos indígenas que faziam a ligação do planalto com o litoral foram resgatados durante o ciclo do ouro. Exemplos desses caminhos são o dos Goianás, que ligava Cunha a Paraty e, dos Guaranis, que ligava São Luís do Paraitinga a Ubatuba.

Entretanto, com a construção da Ferrovia D. Pedro II, esse quadro se alterou, levando novamente o litoral à estagnação econômica, já que, com a interiorização do cultivo do café e com as minas de ouro funcionando a todo vapor, houve intensa migração da região de Ubatuba para o

---

[16] MUSSOLINI, *op.cit.*
[17] NOFFS (1988).
[18] LUCHIARI (1992).

interior, em busca de trabalho.

O ciclo do café:

A produção de café em Ubatuba tem início ainda no ciclo do açúcar, cuja referência já é encontrada no ano de 1708 (RODRIGUES, 1997). O café atraiu para o município, além da imigração luso-brasileira, a imigração francesa e inglesa, tendo propiciado à região algumas décadas de prosperidade.

CERQUEIRA (1966)[19] relata que as maiores plantações de café do litoral norte paulista situavam-se ao lado de Ubatuba e Caraguatatuba, em grandes fazendas que funcionavam com mão de obra escrava. Das fazendas do município de Ubatuba, o autor relata o nome de três: Fazenda Cambory de Manuel de Oliveira Santos, natural de Ubatuba; Fazenda Picinguaba de Maria Alves de Paiva, natural do Rio de Janeiro; e a Fazenda São Pedro de Alcântara, em Brajamerinduba.

Os maiores produtores de café eram os imigrantes, normalmente com mais posses, podendo investir em escravos e não necessitando manter culturas de subsistência. Esse fato, no entanto, não impossibilitou pequenos produtores de também cultivarem o café, fazendo este produto dominar a economia de Ubatuba por três décadas.

No século XIX, o litoral conheceu a fase de maior prosperidade, desde seu ingresso no ciclo cafeeiro. O café foi responsável pela abertura do Caminho Padre Dória, que ligava São Sebastião a Salesópolis, e de outro caminho, que ligava Ubatuba a São Luís do Paraitinga[20]. De acordo com CERQUEIRA (1966)[21], em torno de 1850, com a chegada do café ao Vale do Paraíba, o cultivo no litoral começou a decair. A Serra do Mar e os morros isolados da costa do litoral norte reduzem as áreas aptas para as grandes plantações. Dessa forma, a concorrência com

---

[19] *apud* RODRIGUES (1997).
[20] SILVA (*apud* RODRIGUES, *op.cit.*).
[21] *apud* RODRIGUES (*op.cit.*).

o planalto fica desleal, por este último possuir áreas mais favoráveis e extensas. O escravo de Ubatuba, bem como o do litoral em geral, foi desviado para o Vale, onde podia ser vendido a preços mais compensadores do que os rendimentos obtidos com o seu próprio trabalho.

Todos esses fatores ainda foram mais agravados com a construção, da já referida Estrada de Ferro D. Pedro II em 1877, que ligava o litoral ao sul de Minas Gerais, passando pelo Vale do Paraíba, onde se fazia o escoamento dos produtos vindos do interior, aumentando assim a concorrência com o litoral. Em meados do século XIX, importantes vias de acesso foram também construídas entre Santos, São Paulo e Rio de Janeiro.

Todos esses fatos históricos fizeram parte também da história da 3ª Companhia, divisão administrativa do Município de Ubatuba, no qual está localizado o Bairro de Cambury, tendo perdurado até este século.

1.3. Breve Histórico da Ocupação da Região de Picinguaba [22]

A região de Picinguaba fazia parte da então 3ª Companhia segundo a divisão administrativa do município de Ubatuba e abrangia quatro praias, com seus respectivos sertões[23] - a Almada, a Fazenda, a Vila de Picinguaba e o Cambury. Apresentando um litoral recortado e onde as montanhas da serra se aproximam bastante do mar, a ocupação foi realizada de forma fragmentada devido à presença de terras cultiváveis bastante descontínuas.

Nas primeiras décadas do século XIX, a região apresentava uma próspera agricultura, sendo sua produção escoada serra acima para Cunha e São Luís do Paraitinga, através das trilhas

[22] Não tomo o termo região no sentido atribuído pelo IBGE, e sim, no sentido de designar a micro-região onde o Bairro de Cambury está inserido.
[23] Sertão é o nome dado para a porção dos bairros que adentra a serra em oposição à praia.

de Ubatumirim e do Corisco[24]. Os principais produtos comercializados eram a farinha de mandioca e o peixe seco.

CERQUEIRA (1966)[25] relata que existiam, no início do século, XIX duas grandes fazendas na região - a de Cambory e a de Picinguaba, abrigando engenhos e atividade pesqueira intensa. Baseando-se no autor, e, principalmente, em relatos orais, têm-se duas versões do que poderia ser a origem dos primeiros moradores de Cambury. Uma versão foi elaborada a partir dos dados bibliográficos fornecidos pelo autor e outra construída a partir dos dados etnográficos presentes nos relatos orais dos interlocutores.

1.4. Formação do Bairro de Cambury e seus Primeiros Moradores

Segundo CERQUEIRA (1966)[26], o dono da Fazenda Cambory era Manuel de Oliveira Santos, migrante português que durante o ciclo da cana de açúcar estabeleceu-se na região, hoje o bairro do Cambury, construindo um engenho para processar o açúcar e a aguardente de cana, usando para tal a mão de obra escrava.

Devido aos períodos de altos e baixos que configuraram a economia do litoral paulista e sul fluminense, muitos proprietários abandonavam suas terras e seus escravos e migravam para o interior do estado. Isso pode ser o que aconteceu com Manuel de Oliveira Santos e também com o proprietário da Fazenda Picinguaba que, com a crise da indústria açucareira no início do século XIX, vieram a abandonar suas terras deixando-as à mercê de seus escravos. Estes ex-escravos teriam se estabelecido na área, formando um pequeno aglomerado de famílias. De acordo com o

---

[24] Muitas destas informações sobre a região de Picinguaba foram retiradas quase na íntegra do estudo realizado por Eliane Penna Firme Rodrigues, arquiteta, residente numa das praias de Picinguaba. Este texto, especificamente, foi resultado de uma consultoria que a autora forneceu à Secretaria do Meio Ambiente do Estado, quando da elaboração do Plano de Gestão do Parque Estadual da Serra do Mar no município de Ubatuba. RODRIGUES, E. **Relatório da Caracterização Sócio-Ambiental**. Parque Estadual da Serra do Mar. Ubatuba/SP, julho de 1997 (mímeo).

[25] *apud* RODRIGUES (*op.cit.*).

[26] *IBID.*

censo de 1824, a Vila de Picinguaba somada à de Cambury possuía 31 fogos[27]. Relatos orais apontam para o fato de que a família mais antiga do bairro era constituída por ex-escravos - conhecidos como os Basílio - o que poderia vir a confirmar esta versão da história. GUSMÃO (1995, p. 47) analisando a formação do Bairro Campinho da Independência, localizado nas proximidades de Paraty, escreve:

> Historicamente, os movimentos de transferência de mão-de-obra escrava obedeceram ao ritmo dos ciclos econômicos. A decadência deste ciclo [do ouro e de outros produtos] desativa as fazendas e origina muitos núcleos negros locais: Cabral, Rio dos Meros e Caboclo, por exemplo. Todos foram prósperas fazendas no passado e hoje, são áreas rurais com alta concentração de população negra. Nenhuma dessas localidades, porém, tem as características de Campinho: onde não há "mistura", onde "tudo é parte de preto, tudo é parte de parente".

Entretanto, relatos orais também apontam outra versão para explicar a origem dos primeiros moradores de Cambury. Um grupo de escravos fugidos da região de Paraty, liderados por Josefa, vieram por trilhas no interior da mata e se estabeleceram em uma gruta no alto da Serra denominada pelos moradores de Toca da Josefa.

> *Existia uma senhora que caçava bicho do mato. Isso muito antes deu nascer, meus avós já contavam pros meus pais e eles contaram pra mim. Essa mulher vinha de Trindade (RJ) aqui caçar, vinha caçar. Quando ela e seu grupo vinha caçar em Cambury ficava numa toca ali em cima, que a senhora ainda pode ver os resto de lenha queimada. Ela era negrona assim como eu. Ela vinha pescá marisco aqui na praia. Depois eu acho que ela se mudou praquela toca com seu bando. Aqui pra baixo também tem a Toca do Tiporo que era um senhor antigo aqui do lugar. Ele contava as história do tempo da escravidão.*

> *Aqui tem uma toca que trata da Toca da Josefa, é aqui mesmo em cima do morro. Ainda tem carvão lá do tempo da escravidão. A Josefa foi uma escrava saída da tribo de Paraty, que saiu fugida junto com seu bando. Eles vinham pescar aqui na praia, tirar marisco das pedra. Foi na época da escravidão.*

[27] Fogos é a denominação dada no século passado para designar um conjunto de famílias extensas vivendo próximas (MARCÍLIO, *op.cit.*).

Nós tinha aqui uma tia, nóis tratava de tia né, que chamava Josefa. Ela, aproximadamente, se ela fosse viva hoje tinha uns 200 ano. Ela vivia assim na mata virge, nesse matão aí pra cima e era uma escrava. Hoje você encontra por aí uns buraco, grande assim de uns dois metro que ela fazia. Ali era onde ela pegava a caça. A caça passava ali e caía no buraco... Ela cobria o buraco de vara e folha, a caça não sabia e caía no buraco. No outro dia cedo ela ia lá e tirava, matava e fazia a comida dela nas mata mesmo por aí. Comia a caça com palmito.

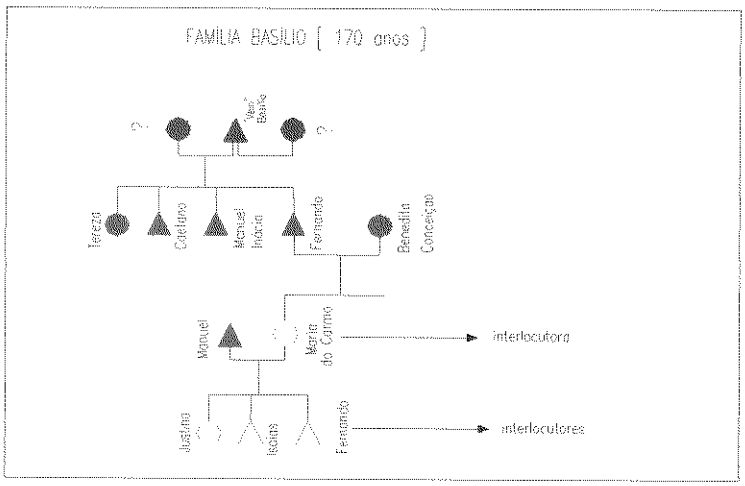


DIAGRAMA II: Família Basílio [170 anos][28]

Este último relato é de um descendente dos Basílio[29], que afirma ser Josefa sua parenta e em conversa com a descendente mais antiga dos Basílio ainda viva, mãe do relator, o parentesco

[28] Não será colocada legenda nos diagramas apresentados no decorrer do texto, pois os mesmos estão padronizados com a legenda do Diagrama completo do Bairro (DIAGRAMA I).

[29] Poderia nomear o resultado grafado das relações de parentesco do Bairro de Cambury, tanto de *Diagrama* quanto de *Gráfico*, segundo as explicações destes termos contidas no Dicionário AURÉLIO da Língua Portuguesa: (1) *Diagrama é a representação gráfica de um fenômeno;* (2) *Gráfico* [dentre outras possíveis significações] *é a representação gráfica de fenômenos físicos, econômicos, sociais ou outros.* Já o termo *figura* não me pareceu muito apropriado, porque daria uma conotação um tanto estática a um fenômeno tão dinâmico quanto as relações de

foi confirmado. Segundo ela, Josefa[30] teria chegado ao lugar há uns 170 anos atrás (DIAGRAMA II)[31].

Quarenta anos depois da chegada da família Basílio ao Cambury[32], foi lembrada a chegada da "*Véia*" Cristina Basílio e seu marido, cujo nome não se sabe mais (DIAGRAMA III). Apesar do sobrenome ser o mesmo da família anterior, todos os interlocutores mais antigos afirmam que ela também era Basílio, mas de "*outro Basílio*". Cristina teve vários filhos, mas o único lembrado é José do Rosário, pai de Manuel Inácio, ainda vivo e residente em Ubatuba. Não resta nenhum descendente de Cristina no bairro, mas ela e sua família foram bastante citadas em nossas conversas, pois foram os primeiros a venderem suas terras para pessoas de fora. Manuel Inácio, neto de Cristina, vendeu a terra que lhe pertencia a João Bento, hoje um dos maiores proprietários de terra no bairro[33].

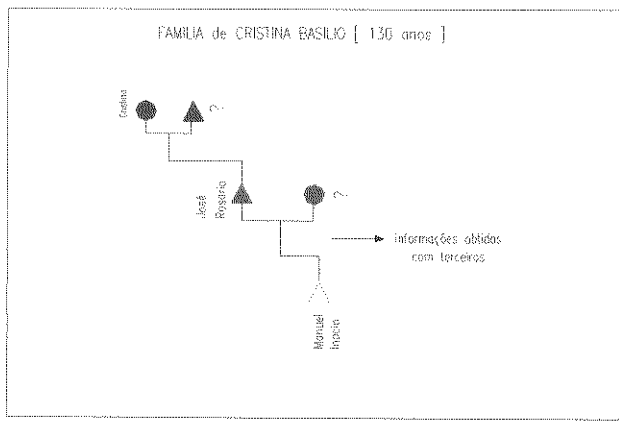


DIAGRAMA III: Família de Cristina Basílio[34] [130 anos]

---

parentesco : (3) *Figura* [dentre outras possíveis significações] *é a representação de imagem por meio de desenho, ; gravura, fotografia, etc;* ou *figura é imagem, representação, forma, figuração;*

[30] Não foi possível identificar no DIAGRAMA, onde estaria Josefa. Talvez ela possa ter sido uma das esposas do "*Veio*" Basílio, já que o parentesco com os Basílio foi ressaltado e não obtive o nome das duas mulheres.

[31] Esses DIAGRAMAS estão abreviados de modo a conter somente os progenitores e os filhos das famílias que chegavam ao Bairro. Foram feitas apenas breves extensões das relações de parentesco, de modo a chegar nos interlocutores que forneceram as informações sobre a família.

[32] Neste ponto é necessário ressaltar que os dados etnográficos fornecidos com o intuito da elaboração do Diagrama de Parentesco não garantem por si só uma exatidão na ordem de chegada das famílias ao Bairro.

[33] O processo de venda e aquisição de terras no Bairro será abordado posteriormente.

[34] Para nomear esta família, neste trabalho, usei também o primeiro nome da progenitora para que não haja confusão com a outra família Basílio.

Outro Basílio... outro Basílio. A descendência da Cristina é outra. Agora neste momento eu tava falando ali com Manuel Inácio que vem a ser neto da "véia" Cristina, ele mora em Ubatuba. O não sobrou ninguém morando aqui não. Os descendente Basílio que tem aqui é de outro Basílio.

Alguns anos depois, chegou ao bairro a família Conceição. Segundo relato de um descendente por via materna da família Conceição, hoje com 71 anos, sua mãe Constância Maria Conceição chegou com oito dias de nascimento, há 110 anos atrás (DIAGRAMA IV). A procedência desta família é o Estado do Rio de Janeiro. Dos pais de Constância Maria da Conceição, só se lembra o nome da mãe, Frozina Conceição. Frozina e seu marido tiveram muitos filhos ainda no Estado do Rio e outros já no bairro de Cambury, entretanto só foram lembrados três, incluindo Constância Maria.

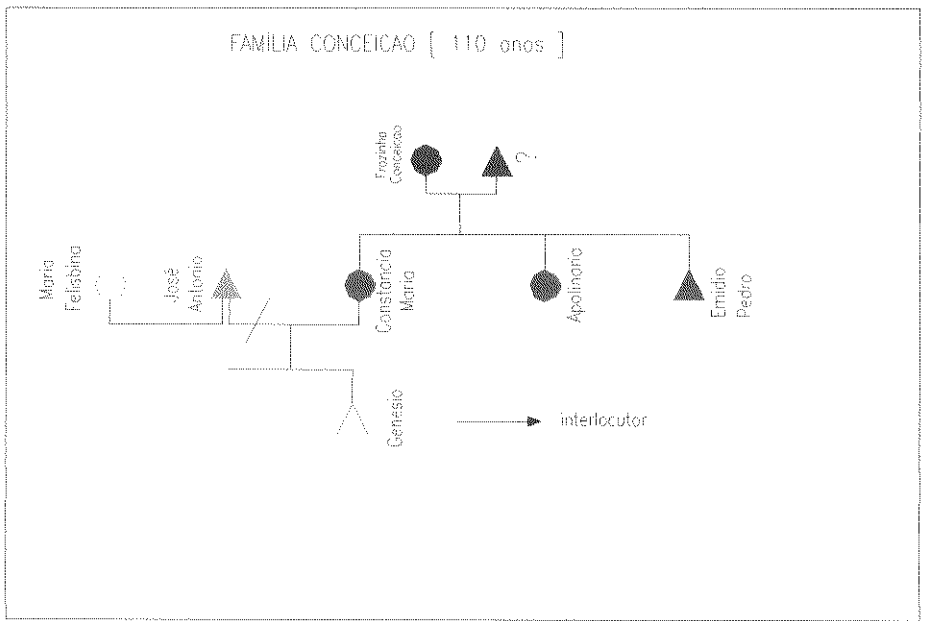


DIAGRAMA IV: Família Conceição [110 anos]

Já fez nove ano que ela morreu [a mãe dele]. (...) pelas data deu 103 ano quando eu sepultei ela. A moça vê que naquela época não tinha muitas vez nem registro e depois de uns tempo bem passado aí vinha o registro pra dá a idade certa. Nos registro ela tinha 89 ano quando morreu, mas ela tinha muito mais. Tinha 103 ano. Ela viveu ali daquele lado do rio e lá teve e criou 13 filho.

Em seguida, chegou a família de Manuel Bento, casal e cinco filhos - José Bento (Ié, Ié Bento), Manuel Pequeno, Benedito Bento, João Bento e Maria Pequena (DIAGRAMA V). Tal como os Basílio, José Bento também foi um escravo, fugido de uma fazenda nas proximidades de Paraty, segundo o relato de seu neto, hoje com 63 anos. O pai do interlocutor, também José Bento, nasceu em liberdade. Já morando no Cambury, o pai do interlocutor foi trabalhar uns tempos em um engenho próximo a Ubatuba, onde conheceu Maria Conceição Abreu, filha do dono engenho. De acordo com o relato, seu pai era negro, mas sua mãe era clara e dos olhos

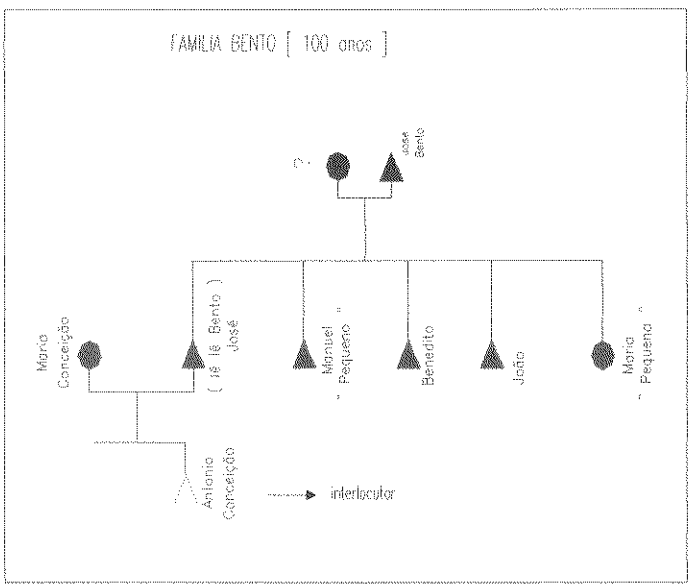


DIAGRAMA V: Família Bento [100 anos]

UNICAMP

azuis, fato que explica sua pele e olhos claros e o cabelo "caracolado". Ié Ié Bento nasceu no Bairro de Cambury e segundo ainda o relato do interlocutor, seu pai teria morrido há 21 anos quando estava com 75 anos. Tendo estes dados como base, infere-se que a Família Bento Vieira teria chegado ao Cambury cerca de 100 anos atrás.

A próxima família que chegou ao Cambury foi a de Zacarias e sua esposa (DIAGRAMA VI). Pouco me foi relatado sobre esta família, seja sobre sua procedência, seja sobre há quanto tempo atrás teria chegado. Diante disso, busquei fazer uma inferência do tempo em que estão no bairro, baseando-me na idade da neta de Zacarias, Celina, que se encontra hoje com 90 anos. Ela conta ter vindo criança para o Cambury, juntamente com seus pais - João Damásio e Georgina - e avós. Com isso, penso que eles teriam chegado ao bairro há uns 90 anos atrás.

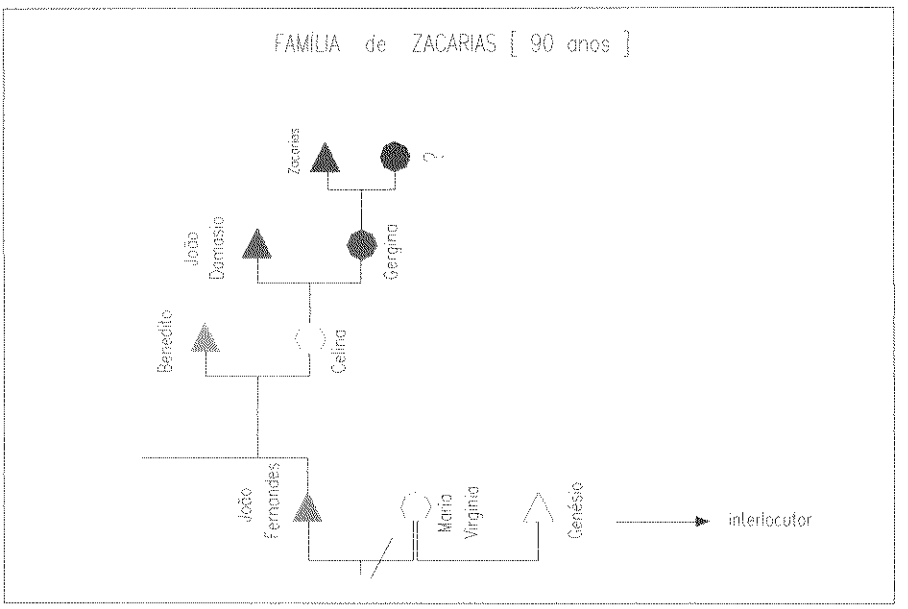


DIAGRAMA VI: Família de Zacarias[35] [90 anos]

[35] Não foi possível nomear esta família com o sobrenome, posto que não obtive informações precisas sobre o sobrenome dos progenitores. Sendo assim, faço uso da preposição **de** para indicar pertencimento e, neste caso, pertencimento à família *de* Zacarias.

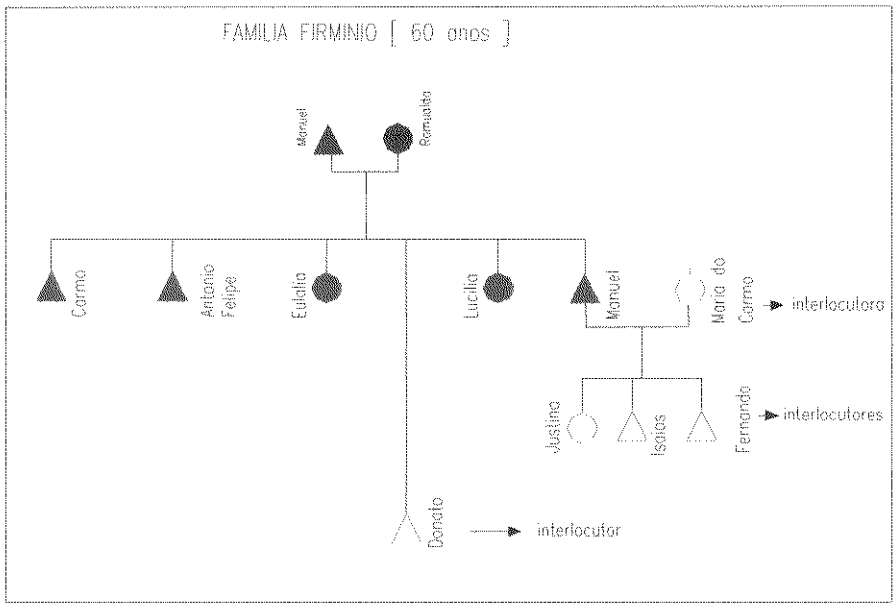


DIAGRAMA VII: Família Firmino [60 anos]

Há mais ou menos 60 anos atrás foi a vez de chegarem os Firmino (DIAGRAMA VII). Vindos das proximidades de Paraty, mais precisamente do povoado de Trindade, os Firmino são de origem étnica diferente da dos demais.

> *Nós somo uma família só, descendente daqueles antigo que o pessoal chamava de índio Karapeva. Os índio Karapeva era um pessoal que vivia aqui nessa região há muitos ano. Eles vivia que nem bicho do mato.*

Este interlocutor é um descendente direto dos Basílio e dos Firmino - sua mãe e seu pai, respectivamente. Foi através dele que fui informada mais enfaticamente que, os Basílio eram os escravos e os Firmino os índios. Segundo ele, seu avô e avó, Manuel Firmino e Romualda, teriam chegado ao Cambury há cerca de 60 anos atrás, trazendo consigo seu pai, também Manuel Firmino, e seus seis tios. Seu pai Manuel Firmino teria 80 anos se estivesse vivo e veio para o bairro quando tinha quase 20 anos.

Há cerca de 40 anos passados, foi a vez de chegar Manuel Lúcio, sua esposa Adelaide e seus filhos José Lúcio e Paulino Lúcio (DIAGRAMA VIII). Segundo relato de José Lúcio, sua família veio de Itamambuca, bairro rural localizado a 25 km de Ubatuba no sentido de Paraty.

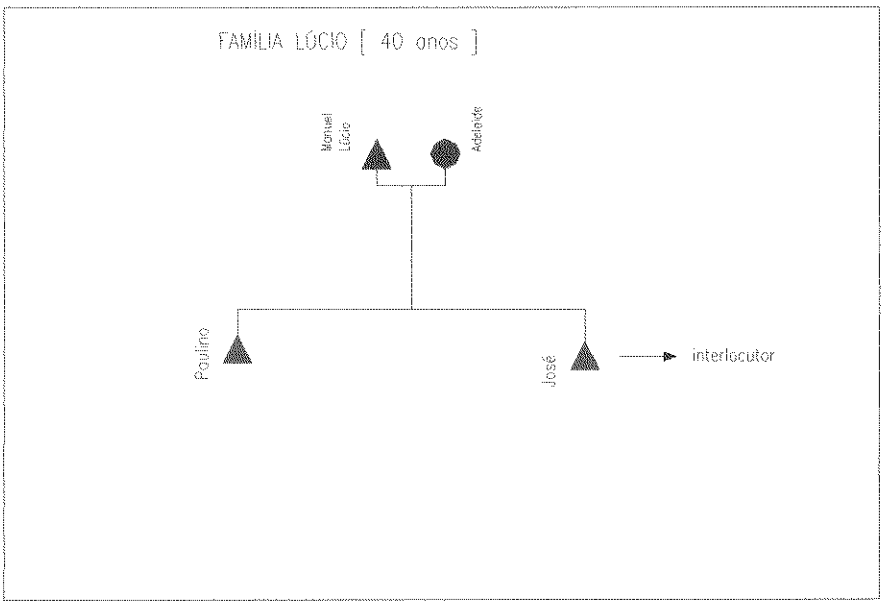


DIAGRAMA VIII: Família Lúcio [40 anos]

Mais recentemente, chegaram mais duas famílias ao bairro - a de Miguel Cruz e a de João Querino. Miguel Cruz e Maria Lorena (DIAGRAMA IX) vieram também do Estado do Rio de Janeiro há cerca de 25 anos, trazendo cinco de seus oito filhos. O propósito da vinda de Miguel Cruz difere daquela dos demais - ele veio com sua família tomar conta das terras de Francisco Munhóz, dono da maior parte do bairro "*nos dias de hoje*". João Querino e Benedita Rita vieram há cerca de 15 anos atrás, mas sobre eles não tive a oportunidade de saber mais do que isto (DIAGRAMA X).

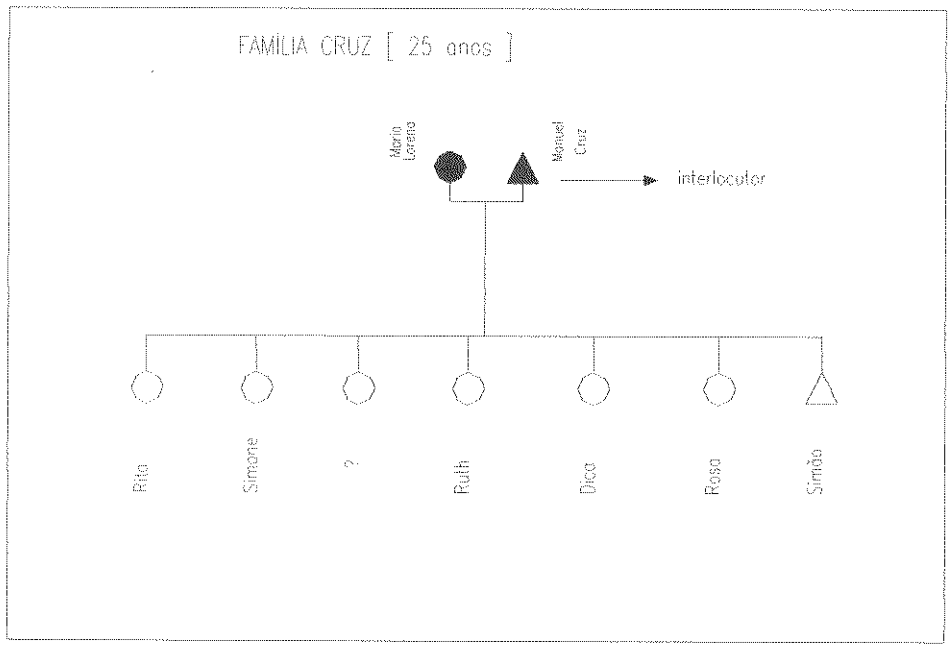


DIAGRAMA IX: Família Cruz [25 anos]

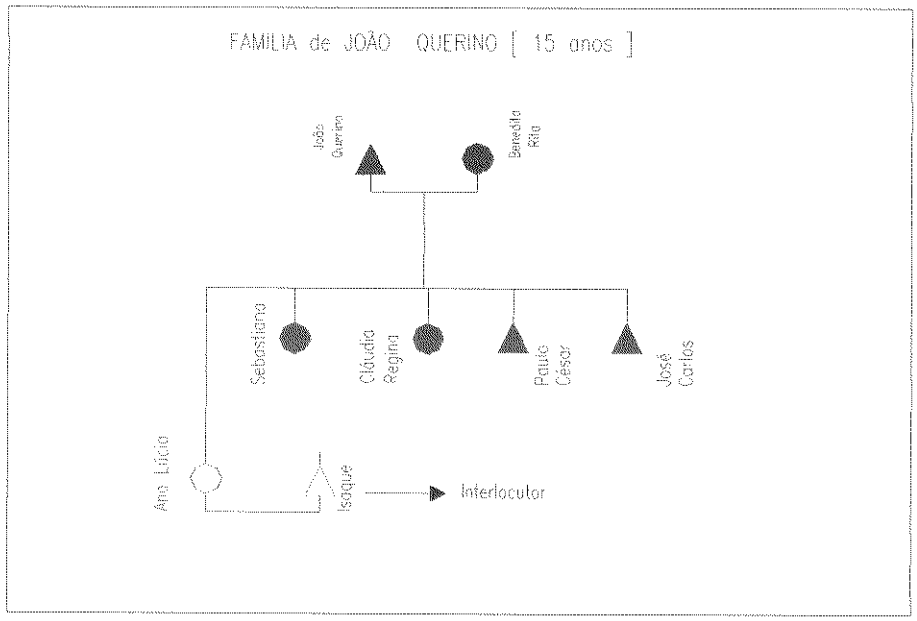


DIAGRAMA X: Família de João Querino[36] [15 anos]

[36] Mesmo caso da família de Zacarias.

Independente da existência real de uma ou de outra versão levantadas acerca da origem dos primeiros moradores de Cambury, considero as duas como essencialmente verdadeiras, posto que, suas diferenças se dão por terem sido construídas a partir de referenciais diferentes. O fato de os moradores de Cambury não terem nunca citado em suas entrevistas a tal fazenda da qual CERQUEIRA (1966)[37] fala-nos em seu livro, remete-nos à reflexão primordial sobre os patamares de construção da memória. A memória do grupo parece estar construída no patamar da liberdade e não da opressão[38], pois em alguns momentos até falam serem descendentes de escravos, mas referem-se a eles como "*ex-escravos, escravos fugidos, negros valentes e fortes que moravam logo ali no morro*". Falar da Fazenda Cambory seria falar de um tempo de sofrimento, no qual trabalhavam forçados, oprimidos, tratados como inferiores. Em vez disso, falam de Josefa, a "*escrava fugida*", que lhes é motivo de orgulho devido a sua coragem e valentia.

A história-mito narrada pelo caiçara de Cambury não coincide na íntegra com à história oficial, assim como a história[39] local deste grupo não é idêntica à macro-história regional, nacional e mundial, apesar daquela ser intimamente influenciada por esta. A compreensão da existência caiçara de hoje fundamentou-se na compreensão das particularidades desta história local, narrada pelos moradores locais durante o encontro etnográfico. De Josefa ao Sr. Genésio, um dos meus principais interlocutores, o tempo se faz bastante longo *"quase duzentos anos"* e a narrativa da vivência que permeou esse tempo foi moldada por frases do tipo *"aquele tempo que não volta mais"*. Da fartura à miséria, da liberdade (mesmo provindos de um tempo de escravidão) à opressão, da época em que *"o que importava era que nós era parente"* à atual *comunidade* de Cambury, a vivência local é narrada como se tivessem vindo do "*paraíso*" para o "*tempo de sacrifício*". Meus objetivos durante a pesquisa etnográfica eram e, de certa forma, ainda continuam sendo, mesmo na fase de interpretação e escrita dos dados, voltados no sentido de compreender os entremeios desta história / vivência / convivência local, do Tempo dos Antigo aos Tempo de Hoje.

---

[37] *apud* RODRIGUES (*op.cit.*).

[38] Alguns autores, como GUSMÃO (1996), discutem com maior profundidade esta questão.

[39] O termo história é adotado, neste caso, em sentido amplo e dinâmico, e sua significação abrange a idéia de contextos econômicos, sociais e culturais.

CAPÍTULO II: Terra e Parentesco

2.1. O Parentesco em Cambury

No Diagrama de Parentesco do Bairro de Cambury (DIAGRAMA I) estão contidos 326 indivíduos, dos quais 272 encontram-se vivos e 54 já são falecidos. Através desse estudo, constatou-se que no bairro de Cambury existem oito famílias ego[1], das quais descendem todos os moradores locais, parentes. Alguns parentes casaram-se com pessoas de fora, não- parentes, mas suas famílias não são consideradas como pertencentes ao "*lugá*" e portanto, não foram incluídas neste estudo. Também pode-se concluir que o número de gerações de cada família no Bairro, sem contar com a família ego, é o seguinte:

FAMÍLIA BASÍLIO: 5 gerações [170 anos]
FAMÍLIA CONCEIÇÃO: 5 gerações [110 anos]
FAMÍLIA BENTO: 4 gerações [100 anos]
FAMÍLIA de ZACARIA: 5 gerações [90 anos]
FAMÍLIA FIRMINO: 3 gerações [60 anos]
FAMÍLIA LÚCIO: 3 gerações [40 anos]
FAMÍLIA CRUZ: 2 gerações [25 anos]
FAMÍLIA de JOÃO QUERINO: 2 gerações [15 anos]

Quando iniciei as primeiras anotações sobre as relações de parentesco em Cambury, não tinha consciência da importância dessas relações no universo deste grupo social caiçara. Tal importância foi sendo revelada no transcorrer do caminho pelos dados obtidos, mas sobretudo, pela reação dos interlocutores quando conversávamos sobre essas relações. Todos pareciam querer me dizer que o que realmente importava era serem parentes e já viverem no bairro há *"mais de cem anos"*. Somente quando em fase já bastante avançada na elaboração do Diagrama, consegui enxergar o que eles insistiam em me mostrar: o entusiasmo dos caiçaras de Cambury com a elaboração do Diagrama de Parentesco estava relacionado a suas percepções de que somente o parentesco e o tempo de permanência de cada família no Bairro podem revelar quem realmente *pertence* ao lugar, pois a grande maioria não possui a documentação legal da terra. Nos

[1] Não existem mais no bairro descendentes de Cristina Basílio, portanto, sua família não foi incluída neste cálculo.

dias de hoje, ser parente e residir no bairro há *"muito mais de cinqüenta anos"* são dados importantes, não só por serem essenciais para se caracterizar modo particular de ser e viver, mas sobretudo, por serem percebidos pelos próprios caiçaras como instrumento de resistência à expropriação definitiva de suas terras, já que teriam o direito de permanência na terra de seus ancestrais.

Quando me dirigi ao bairro de Cambury, minha intenção primordial era entender / interpretar as situações promotoras de mudanças e os conflitos delas decorrentes, o que acabou me transportando, a princípio, para longe da busca da compreensão da identidade cultural dos caiçaras. Para entender as mudanças, teria que entender, a princípio, a natureza do que estava mudando, isto é, o significado de ser caiçara e viver naquele lugar. O encontro etnográfico ampliou minhas inquietações, revelando-me que, através da compreensão das relações de parentesco no Cambury e sua importância no cotidiano e na história daquele grupo social, por exemplo, estaria me aproximando de uma das formas com a qual o caiçara se organiza para resistir às mudanças e mais do que isso, estaria compreendendo uma das instituições sociais primordiais na existência caiçara.

De acordo com WOORTMANN (1995, p.12), a ênfase de muitas análises sobre o rural feitas no Brasil, recaiu sobre o grupo doméstico como unidade de produção e de consumo e eliminou certas dimensões fundamentais da reprodução social, isto é, a reconstrução no tempo da condição camponesa. Apesar das diferenças étnicas e culturais entre os diversos grupos camponeses, evidencia-se, segundo a autora, *uma identidade entre sistemas rurais capazes de desenvolverem mecanismos que visam a obtenção de uma maior resistência cultural, que lhes permite a sobrevivência em um mundo em constante transformação. Instituições ligadas ao parentesco, como o casamento e a herança, são exemplos destes mecanismos.*

Nesse trabalho, a família caiçara não deixa de ser enfocada como unidade de produção e de consumo no transcorrer de seus capítulos, entretanto, foi preciso ir além e compreender as formas encontradas pelas famílias para garantirem a terra-patrimônio e, com isso, garantir também a continuidade de sua condição de lavradora da terra, usando as instituições ligadas ao parentesco.

Assim como WOORTMANN (1995), ainda que como aprendiz na Antropologia, tento também compreender as relações que interligam os grupos domésticos, ou melhor dizendo, as famílias caiçaras de Cambury, e o quanto essas relações de afinidade e parentesco são importantes no que se refere ao acesso e permanência na terra. Visando a essa compreensão, uma relação se fez fundamental - aquela entre a etnografia e a historiografia - e foi o que fiz, aliando durante a pesquisa, o trabalho de campo à reconstrução da história local. Vale salientar que esta última se fez menos com o uso de documentos ou de descrições do passado e mais através do próprio trabalho de campo, utilizando-me dos depoimentos cedidos pelos interlocutores.

Ainda como a autora[2], *a temporalidade é por mim tratada, levando em conta, de um lado, a inserção desses grupos em processos macro-históricos (regionais, nacionais ou internacionais), e de outro, como construtores de sua própria história, inclusive de uma história-mito, e de uma micro-história.* A começar pela chegada das famílias ao bairro e suas etnias, o caiçara revela as primeiras nuances de sua história usando mitos como Josefa, escrava fugida nos tempos da escravidão. As famílias vão chegando e se interligando através do casamento, constituindo o grupo caiçara que vive há cerca de 170 anos no Cambury. Os valores e tradições do grupo se relacionam com o sistema político, social e cultural vigente na região e no país - influenciados pelo movimento político, social e cultural ocorrentes no mundo - alterando-se e/ou sendo reconstruídos como resistência, emoldurando o quadro do contexto vislumbrado neste estudo. Com o intuito de entender e apreender a dinâmica desses movimentos, utilizei-me de histórias de vida de pessoas e famílias, tendo as relações de parentesco como parâmetro nessa compreensão, em sua temporalidade e em contexto.

Observa-se que no passado, quando as famílias ainda estavam chegando e formando o grupo, era bastante comum o casamento dos filhos das que chegavam com os das já existentes no bairro. Passados cinqüenta anos da chegada de Frozina Conceição e seu marido, chegaram Sr. Manuel Firmino, sua esposa Romualda e seus filhos, ainda crianças. Naquela época, Apolinária Conceição, filha de Frozina, já era casada com Felipe e tinha cinco filhos. A maioria dos filhos de Manuel e Romualda casaram com os filhos de Apolinária (Diagrama XI).

[2] WOORTMANN (1995, p. 16).

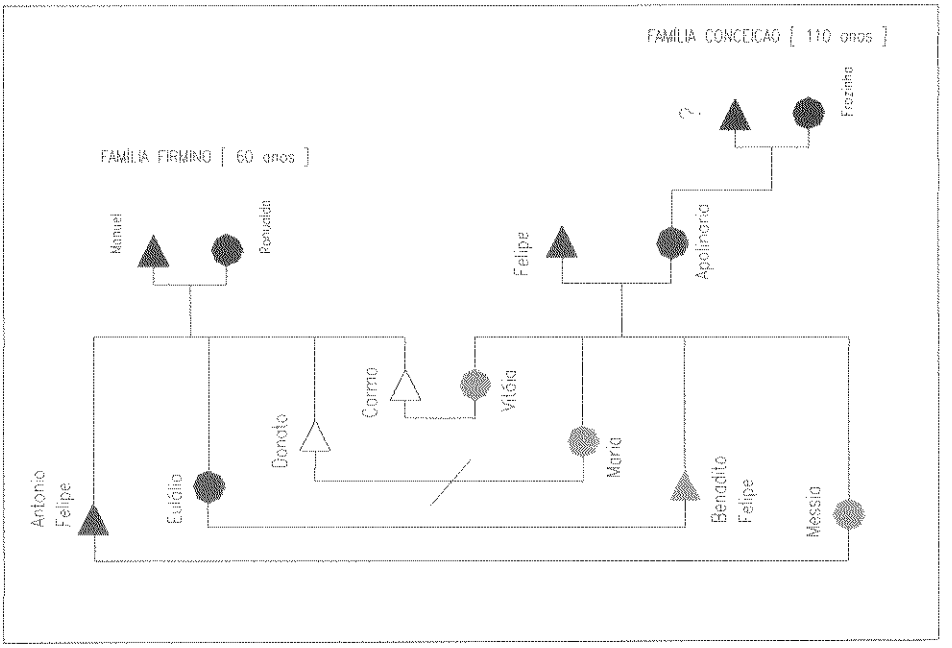


DIAGRAMA XI: Casamentos entre famílias.

No caso, existe exemplo explícito desta tendência, pois quase todos os filhos dos dois casais casaram-se entre si. Esta parece ter sido uma estratégia de aproximação e aceitação das novas famílias como pertencentes ao grupo. Os filhos que se casavam com pessoas do lugar passam a ser considerados de dentro do bairro, isto é, pertencentes ao bairro, o mesmo não acontecendo com os progenitores dessa nova família, que são e sempre serão considerados de fora. Os irmãos, que porventura se casam com pessoas de fora, ou ainda não se casaram, são considerados de fora, mesmo nascidos no lugar.

> *Esse pessoal que vem de fora e de outras descendência nós não considera daqui. Ainda que ele seja um pescador, seja um caiçara, a gente não considera como um caiçara tradicional de raiz, de geração daqui.*

As categorias utilizadas pelos caiçaras para diferenciar umas pessoas das outras como pertencentes ou não ao bairro, se são de dentro ou se são de fora, explicita uma dicotomia que caracteriza quem pertence e quem não pertence ao bairro. Até cerca de 25, 30 anos atrás, o grupo

parecia não resistir à chegada de outras famílias. Elas foram chegando, vindas das procedências mais variadas, e parece terem sido aceitas, sem conflito, pelo grupo de famílias já residentes anteriormente. Não existia nenhuma resistência quanto ao casamento de pessoas de dentro com pessoas de fora, e ao passo que isso ocorria, os afins se tornavam automaticamente pertencentes ao bairro. Não me foram reveladas, portanto, evidências de que o grupo privilegia a endogamia entre seus membros, apesar de existir enorme quantidade de casamentos ocorridos entre primos e parentes (DIAGRAMA XII).

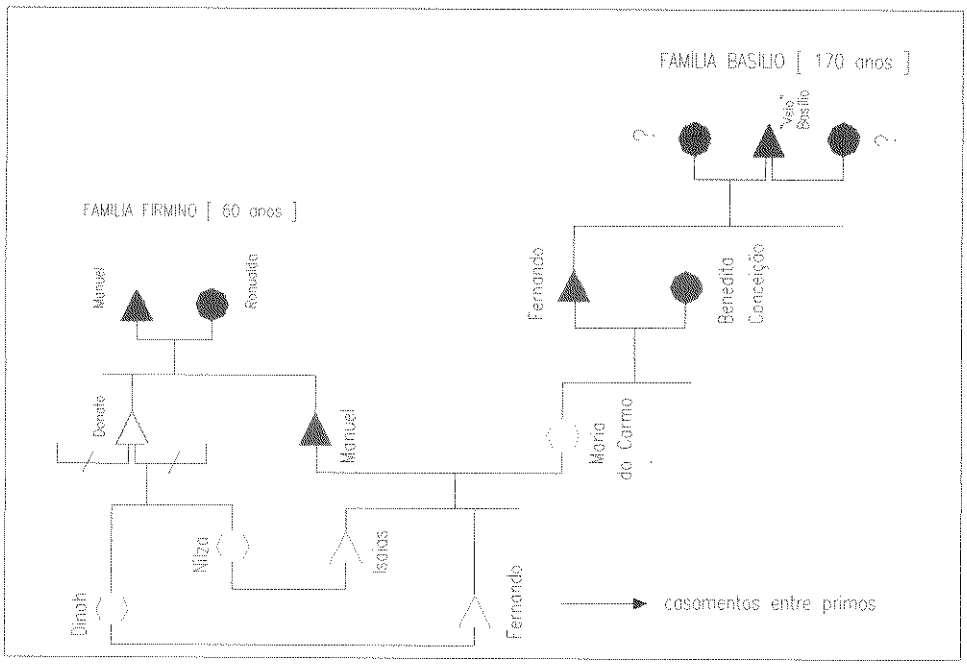


DIAGRAMA XII: Casamento entre primos.

Nesse ponto, surge questão de suma importância na compreensão destas categorias - de dentro e de fora. J. C.[3] e sua família, chegaram ao bairro há 25 anos, provenientes do Estado do Rio de Janeiro. Apesar de alguns filhos deste morador já terem se casado com pessoas do lugar e, portanto já terem sido aceitos como pertencentes ao lugar, os caiçaras de Cambury não se harmonizam com a presença desta família no bairro. Sempre que é possível, os caiçaras ressaltam não pertencer ela ao bairro.

[3] J. C é um nome fictício utilizado, neste caso, para não fomentar conflitos.

> *Nós temos pessoas aqui dentro do Cambury, que está há uns vinte ano aqui dentro. Pessoas que vieram de fora tomá conta de terrenos no Cambury, esses a gente não considera como sendo do lugá. Quem é nascido aqui é aquele que é nascido aqui, que vem das descendência daqui, que já viveu seus 70, 80 ano aqui... Ele tá com 25 ano de Cambury e se você perguntá pra ele quanto tempo ele tá aqui, ele vai dizê tem que uns 40 ano. Só nós que conhecemo quando ele veio pra cá sabemo que tem 21 ano. Ele não é um caiçara nativo daqui. A gente conhece ele como tomadô de conta das terra, mas não é um nativo daqui.*

Este relato dispara várias reflexões. O Sr. J. C chegou ao bairro há 25 anos e não é considerado do lugar, fato que não se torna díspar, posto isso acontecer normalmente com todos os que chegam de fora. Entretanto, parece existir uma diferença entre as famílias chegadas antes da década de 70 e as chegadas depois. As que chegaram antes e já *"viveu 70, 80 ano aqui"*, foram aceitas pelo grupo e são consideradas do lugar. Mesmo os progenitores que, pela lógica apresentada no relato anterior, deveriam continuar considerados de fora, são considerados de dentro e com eles a família toda. Por que haveria diferenciação entre as famílias vindas antes da década de 70 e as vindas depois? Seria apenas uma questão de cronologia, isto é, por já estarem há muitos anos no bairro, são convertidas em de dentro?

A resposta é dada pelo próprio caiçara em seu depoimento: *"A gente conhece ele como tomadô de conta das terra , mas não é um nativo daqui"*. Se existe conflito nos dias de hoje com tal família, mesmo conflito sutil, não é apenas porque ela chegou há pouco tempo no lugar e sim, porque ela é exemplo vivo do conflito fundiário que o caiçara de Cambury vem vivendo, justamente desde o final da década de 60 e início da década de 70.

A partir desse período, algumas ações promotoras de mudanças invadem o universo simbólico e material do caiçara de Cambury e desencadeiam transformações, até hoje sentidas pelo grupo. O caiçara possuía um modo tradicional de trabalhar e se organizar para o trabalho, fundamentado nas relações de parentesco e continua, na medida do possível, a conciliar suas tradições com as novas estratégias de vivência e convivência existentes hoje no Cambury. A organização social em torno do parentesco continua, de certa forma, a ser um modo pelo qual o

caiçara resiste e se adapta às transformações que lhes são impostas. Tal acontece, mesmo quando formas tradicionais de acesso e demarcação das terras fundadas no parentesco e coletividade são forçosamente substituídas pelas formas oficiais de demarcação de posses individuais. Por ser uma forma de ser, viver e resistir, a compreensão das relações de parentesco continua a ser fator de enorme importância, se o objetivo é compreender a existência caiçara de hoje.

Antes de adentrarmos nos conflitos entre parentes e não parentes, os de dentro e os de fora - dicotomias presentes a partir de conflitos iniciados após a década de 70 - vejamos o modo tradicional usado pelo caiçara para ter acesso às áreas de moradia e trabalho e as formas de organização social para o trabalho nessas áreas. No Tempo dos Antigo, essas tradições eram estritamente fundamentadas nas relações de parentesco, em contexto menos conflituoso.

2.2. "*Aqui era tudo praticamente de uma família só*"

Ser parente era condição para ser considerado pertencente ao bairro e ter acesso livre ao uso da terra e dos recursos naturais. Através dos dados de casamento e filiação e observando a localização das moradias, alguns elementos da prática concreta e do universo simbólico ganharam forma e sentido durante a pesquisa, como na compreensão das formas de o caiçara se organizar tradicionalmente no espaço físico, em épocas passadas.

Até a década de 60, os moradores de Cambury não tinham suas posses declaradas. Existia uma espécie de consenso entre eles, no sentido de que enquanto uma pessoa, ou família, estava trabalhando em uma terra, aquela terra era daquela pessoa ou daquela família. As famílias circulavam pelo território do bairro, trabalhando em áreas consensualmente estabelecidas, sem qualquer preocupação em delimitar suas roças como propriedade. Suas terras possuíam valor de uso e não valor de mercadoria.

> *Vamos dizer, eu abria um sítio aqui, plantava um tempo, mas daqui a pouco eu achava que estava pouco e tal... eu podia mudar e abrir um sítio maior. Abria outro sítio e abandonava a*

> *área, não vendia não... deixava. Aí podia vir uma outra pessoa e se apossear da onde eu tava plantando e continuar plantando ali. Isso ainda era a uns 30 ano atrás.*

Isto caracteriza o que se denomina sistemas de usufruto da terra, entendidos enquanto sistemas de posse em comum, com uso comum de uma terra e de seus recursos por grupos específicos que têm, na apropriação familiar e no usufruto comum, a base de sua organização e defesa perante a sociedade inclusiva[4]. Essas formas de apropriação comum do espaço se estendem também à apropriação comum dos recursos naturais, através do extrativismo vegetal (cipós, fibras, plantas medicinais, plantas frutíferas), da caça e pesca e da pequena agricultura itinerante. Vale dizer: no Tempo dos Antigo, o território do bairro e seus recursos, provindos da mata ou do mar, eram potencialmente exploráveis por todas as famílias e das atividades e relações que aí se processavam, elaboravam-se formas de representação do meio, dos sujeitos e da coletividade.

Da representação de um espaço coletivo afloravam algumas peculiaridades referentes às formas de acesso à terra e à organização social do trabalho. O modo de ocupação do território do bairro era, no Tempo dos Antigo, caracterizado essencialmente pelo que denomino fogos[5]. A formação de um fogo ocorria a partir de uma família ego: quando um filho ou filha da família ego se casava, construíam sua casa ao lado da dos pais; quando por sua vez os netos da família ego se casavam, também construíam suas casas ao redor da dos avós e seus pais e, assim, sucessivamente, formando uma família extensa (DIAGRAMA XIII e FIGURA II). Um conjunto de famílias extensas, vivendo próximas, constituem um fogo.

> *Quando um filho casa ele costuma fazer a casa no terreno do pai. A filha também é igual. Os pais cede o lote pro filho construí porque o sítio é grande, né. As vez forma até uma vila, um patrimônio de uma família só.*

[4] GUSMÃO, 1995.

[5] Uso este termo no sentido empregado por MARCÍLIO (1986). Os caiçaras de Cambury não utilizam o termo fogos, para se referirem ao aglomerado de moradias pertencentes a uma mesma família tronco, utilizam a denominação "*patrimônio*".

Um caiçara descendente da família Conceição (mãe) e Basílio (pai) informou-me que sua mãe teria chegado com oito dias de vida ao Cambury, proveniente do Estado do Rio de Janeiro, de onde veio com sua família. Segundo este informante, a família Conceição estabeleceu-se em área localizada nas proximidades do Rio da Barra, onde permanece até os dias de hoje. Com estes

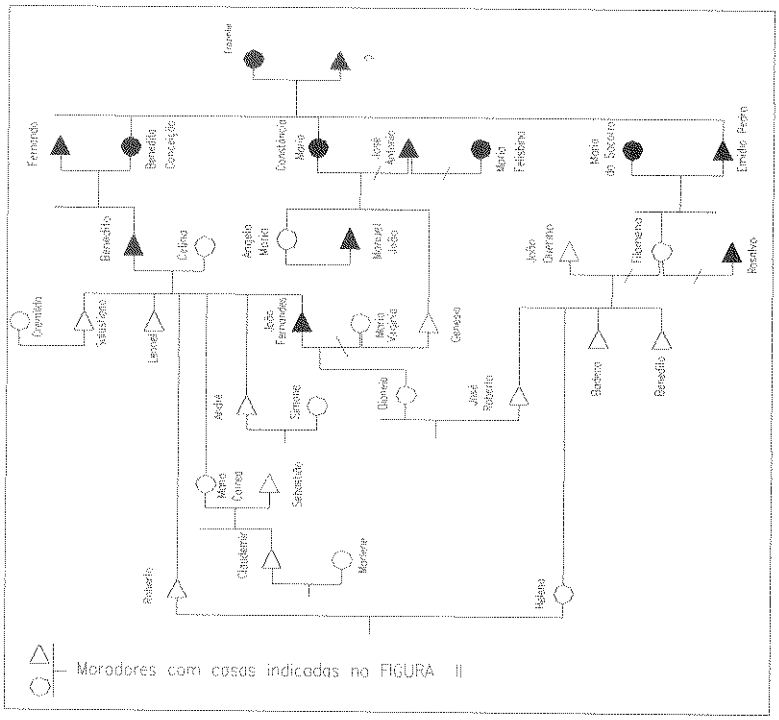
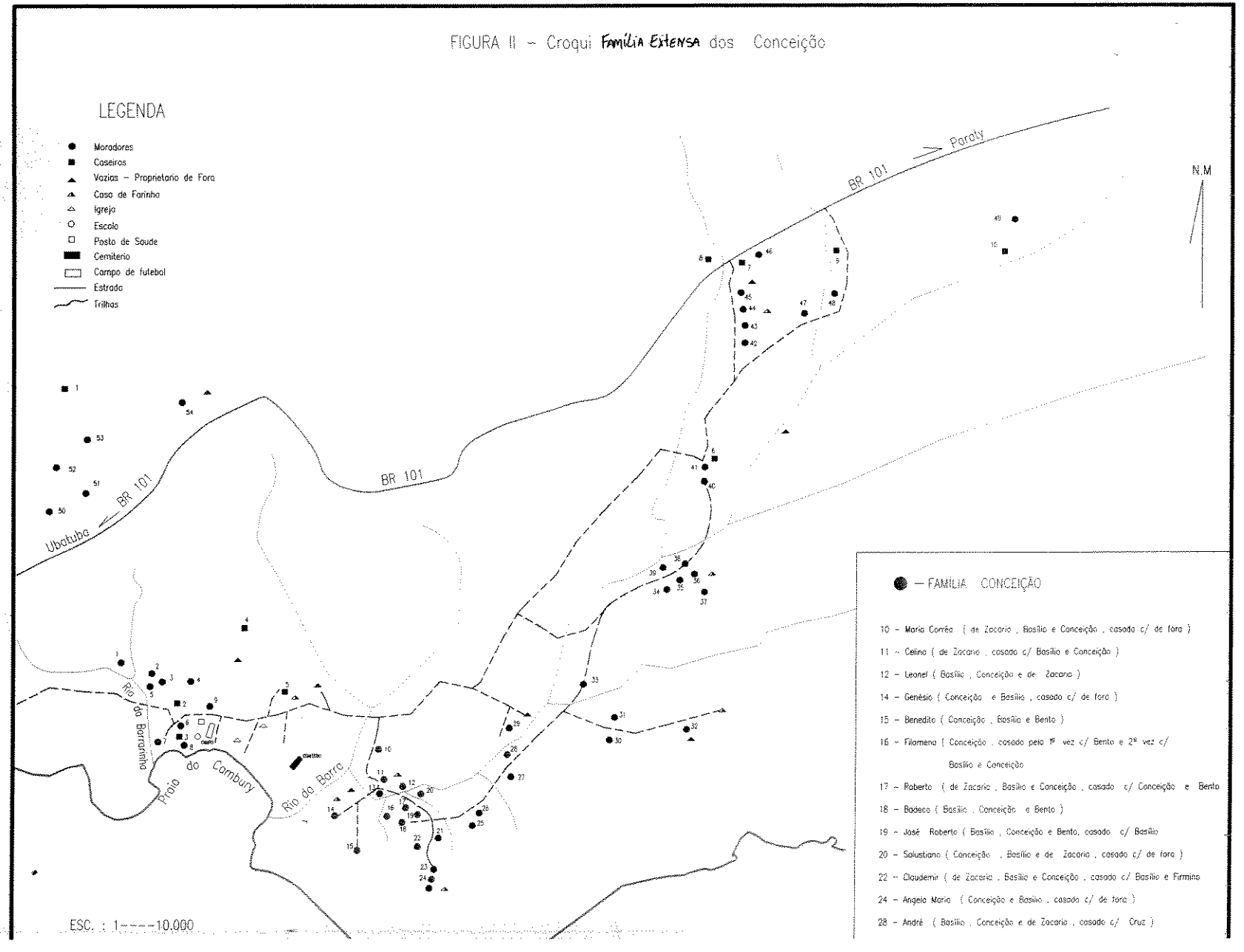


DIAGRAMA XIII: Relações de Parentesco na FAMÍLIA CONCEIÇÃO

dados, pode-se inferir como se deu a ocupação daquela área, o que vem ilustrar a reflexão sobre como eram ocupados os território pelas famílias, levantada anteriormente (DIAGRAMA XIII e FIGURA II).

FIGURA II - Croqui **Família Extensa** dos Conceição



Baseando-me no que foi relatado, não parece existir nenhum tipo de diferenciação no procedimento com filhos ou filhas, quando estes se casam e desejam construir suas moradias. Tanto o filho quanto a filha podem construir suas moradias na área dos pais, dependendo da vontade dos mesmos e disponibilidade de espaço[6].

> *Os pais aqui cede terreno, tanto pro filho quanto pra filha construí. O sítio é grande, né, e dá pra cada um fazê uma casa. Agora, já com a roça é diferente. O filho casa e tem que abrí seu próprio sítio, pra família dele. Era assim no Tempo dos Antigo, por que hoje é assim, diferente. Hoje não tem mais esse direito de abrir sítio e ir morando, nós declarou posse, né?! Mas no Tempo dos Antigo cada família tinha seu sítio.*

No início da década de 60, as *"coisas começaram a mudar por aqui"*. Houve, naquela época, uma campanha do extinto IBRA[7] no sentido de promover a legalização das terras, incentivando os moradores de Cambury a declararem suas posses e iniciar o pagamento de impostos. Esse foi o primeiro passo para o que chamo de individualização da terra-território ou comunidade-bairro, constituindo-se no primeiro estopim de mudança lançado no universo simbólico e material do grupo caiçara de Cambury, pelo que pude resgatar em campo. Logo em seguida, a construção da estrada Rio-Santos amplia o processo de venda de terras dos caiçaras para empresários de turismo, políticos e turistas que também passaram freqüentar mais os domínios do bairro. Ainda, no final da década de 70, o território do bairro caiçara de Cambury é incorporado ao Parque Estadual da Serra do Mar, e o grupo se vê privado, dentre outras coisas, de abrir novas áreas de cultivo e realizar seu sistema tradicional de manejo do solo. Estas três ações conjuntas desencadearam processos de rupturas e transformações no modo tradicional de o caiçara ter acesso à terra e de organizar-se para trabalhar nela. Mas antes de falar em mudanças, vejamos a forma como o caiçara construiu sua identidade cultural entre os territórios, terra e mar, ao longo do tempo.

---

[6] Não se pode tomar este dado como sendo atribuível ao pensamento de todos os caiçaras de Cambury. Em nenhuma outra entrevista este ponto foi levantado, portanto, não é um dado a ser generalizado.

[7] IBRA: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

CAPÍTULO III: Territórios do Azul Marinho em Cambury – o caiçara entre a terra e o mar

A importância que o caiçara de Cambury atribui às relações de parentesco e afinidade não é uma característica exclusiva da cultura caiçara, e sim da maioria dos grupos que habitam e trabalham no meio rural. *Apesar das diferenciações étnicas, evidencia-se uma identidade entre sistemas rurais capazes de desenvolverem mecanismos que visam a obtenção de uma maior resistência cultural que lhes permite a sobrevivência em um mundo em constante transformação*[1]. O parentesco e o casamento são dois desses mecanismos usados no meio rural para resistir a pressões transformadoras externas, por garantirem a permanência na terra como patrimônio da família.

Garantir a terra como patrimônio, usando o parentesco e a afinidade é também uma característica cultural dos Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste estudados por WOORTMANN (1995), da comunidade negra de Campinho da Independência estudada por GUSMÃO (1995) e dos caipiras estudados por CÂNDIDO (1971). O que diferenciaria, então, os caiçaras que vivem no litoral de alguns estados brasileiros, dos colonos do sul, dos sitiantes do nordeste e dos caipiras do interior de São Paulo estudados por esses autores? Neste capítulo, dedico-me à difícil tarefa de me aproximar das peculiaridades do modo de ser e viver que caracteriza a cultura caiçara, fundamentando-me em contribuições deixadas por alguns dos autores que pesquisaram grupos caiçaras ao longo do litoral, mas sobretudo utilizando-me das contribuições trazidas pelo próprio caiçara de Cambury no texto de pesquisa.

Descendente de portugueses, índios e negros, mas também da mestiçagem ao longo dos anos de presença de holandeses, franceses e espanhóis que surgiram pelas costas[2], o caiçara traz em sua herança étnica saberes e técnicas intimamente relacionados ao ambiente em que vive – a terra e o mar. Na terra, o caiçara trabalha na lavoura para seu sustento; na mata, ele coleta ervas para sua culinária e prática medicinal, extrai madeira e cipós para manufaturar utensílios de uso doméstico e para o trabalho; no mar, ele pesca o peixe; e tanto ali quanto na terra ele se fundamenta em saberes sobre os ventos e a lua, dentre outros, para elaborar realizar suas técnicas. Assim, sobre a terra e o mar, observando os ventos e o luar, o caiçara se depara com a matéria

[1] WOORTMANN (*op.cit.*, p. 15).
[2] SIQUEIRA (1984, p. 13).

prima que utiliza para produzir grande parte dos aspectos simbólicos e materiais de sua cultura. Conhecer esses aspectos, produzidos por eles em sua relação com a terra e o mar, é o ponto de partida para refletir sobre ser caiçara no bairro de Cambury.

3.1. *"A gente come o Azul Marinho": uma tentativa de compreender a cultura caiçara*

A dificuldade em compreender como se constitui a noção de caiçara está associada à grande diversidade de significados do termo, tanto do ponto de vista etimológico - que remete a algumas origens indígenas - quanto do ponto de vista de sua configuração étnica, territorial e sócio-cultural ao longo de sua história mais recente[3]. Com o devido cuidado com os determinismos geográficos ou ecológicos, busco entender a cultura caiçara através da compreensão da relação desses homens com a natureza e das relações sociais desta decorrentes. Além desses aspectos, conhecer a origem étnica do grupo caiçara estudado também foi de suma importância na aproximação de seu modo peculiar de ser e viver, posto que, permitiu identificar alguns saberes e técnicas deixados de herança por grupos étnicos específicos.

Sendo assim, três aspectos são tomados como referência para se pensar a complexa noção de caiçara, entre os quais, se existem separações, são apenas por imposição metodológica, não indicando separação entre eles na dinâmica da configuração do que seria ser caiçara. Entre vários possíveis aspectos a serem estudados, tomo os geográficos, os étnicos e os referentes à relação caiçara – natureza.

O termo caiçara tem origem no vocábulo Tupi-Guarani caá-içara[4]. Para esses povos, o termo era utilizado para denominar as estacas colocadas à volta das tabas ou aldeias e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. De nomear um objeto o termo caiçara passa a nomear um tipo de pessoa, configurando todos os indivíduos e comunidades que

[3] ADAMS (*op.cit.*).
[4] SAMPAIO, T. **O Tupi na geografia nacional**. Brasiliana, 1987.

vivem no litoral dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Este seria, portanto, o aspecto geográfico, ou seja, o que considera o espaço habitado por populações caiçaras. Uma liderança local do bairro de Cambury compartilha deste aspecto pronunciando-se da seguinte forma:

> *Um caiçara é uma pessoa que é nascida aqui na beira do mar da nossa região. Nasceu por aqui, vive por aqui, é criado por aqui e pretende morrer aqui ... esse é considerado caiçara legítimo daqui. As pessoa que vem de fora pra cá, está aqui há uns 20, 30 ano, mas veio de outras região, de outras descendência de pessoa de fora, não consideramo como caiçara.*

Alguns autores[5] trabalham com a noção de caiçara como sendo uma expressão regional do caipira[6] paulista, o caipira do litoral[7], entretanto um caipira possuidor de bases culturais únicas, construídas a partir do contato secular com a Mata Atlântica e o Mar. DIEGUES (1994b, p.93) escreve: o que diferencia as populações caipiras do litoral das de serra acima (planalto) é o fato de basearem sua subsistência num complexo calendário de atividades socio-econômicas e culturais ligadas a Mata Atlântica e ao litoral. LUCHIARI (1992, p.180), ao trabalhar sobre este ponto de vista cita MARTINS (1981):

> Famoso tornou-se o caipira, palavra provavelmente de origem indígena, usada para designar o camponês das regiões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul .

e acrescenta:

> No litoral paulista, esse mesmo trabalhador é denominado caiçara.

---

[5] LUCHIARI (*op.cit.*), DIEGUES (1994b), dentre outros.

[6] Para designar os aspectos culturais do homem que vive no campo em São Paulo, usa-se aqui o termo *caipira*, que abrange um modo de ser, um tipo de vida característicos. A área de abrangência do caipira se restringe ao estado de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul (CÂNDIDO, 1971).

[7] No período pós-colonização o litoral era formado por brasileiros originários da miscigenação genética e cultural do colonizador português com o indígena e posteriormente com o negro (ADAMS, *op.cit.*, p.106), ocorrida nas 4 primeiras décadas, tendo formado uma população de mamelucos/mulatos que rapidamente se multiplicou. Esta população mestiça foi aos poucos se espalhando pelo território, estabelecendo variantes culturais de acordo com o tipo de exploração econômica e as peculiaridades ecológico-regionais, conformando no Brasil rural, um conjunto de *sub-culturas* a que se costuma denominar *cultura rústica brasileira* (RIBEIRO, *apud* ADAMS, *op.cit.*). Nesse contexto, a *cultura caipira* (FRANÇA, 1954 e SETTI, 1985) formou-se pelo cruzamento do português, índio e negro, produzindo o mestiço paulista, na qual o caiçara está inserido.

A noção de caiçara pode também ser abordada sob a ótica de sua origem étnica. Sendo fruto da miscigenação étnica entre portugueses, índios, negros (e também, ao longo dos anos, entre holandeses, franceses e espanhóis[8], os caiçaras herdaram conhecimentos e técnicas e desenvolveram um série de tecnologias patrimoniais[9], que se relacionam diretamente ao conhecimento produzido dentro desses grupos étnicos específicos.

A herança trazida desses grupos étnicos se faz bastante presente no dia-a-dia caiçara, seja em sua tecnologia de pesca e agricultura, seja no linguajar. Do colono português, o caiçara traz na linguagem o tratamento na segunda pessoa do plural e a troca do V pelo B (saúba em vez de saúva, guapurubu em vez de guapuruvu); as unidades métricas ainda são aquelas correntes no século passado como a braça, o palmo, o litro para a farinha; e o tresmalho, a rede de pesca ainda mais utilizada pelos caiçaras. A herança indígena está muito presente nas técnicas de uso e manejo do solo e da mata: o pousio que é o sistema de rotação de áreas de cultivo; a coivara que é o hábito de queimar o capoeirão antes de cultivar; a utilização de várias plantas como ervas medicinais; os instrumentos utilizados no preparo da farinha como o tipiti (cesto feito de cipó timbopeva usado para espremer a mandioca ralada) e a prensa; além dos nomes indígenas dados às plantas e aos instrumentos de trabalho. Na pesca, a presença da herança indígena é também muito forte: a canoa escavada em um tronco só; as ervas entorpecentes usadas para atordoar o peixe (timbó); a poita que é um tipo de âncora indígena empregada tanto para ancorar as canoas, quanto as redes.

Visando compreender como se constitui a *visão de mundo* e o *modo de vida*[10] dos caiçaras, torna-se necessário ir além da compreensão dos aspectos geográficos e étnicos do termo e ir de encontro ao campo simbólico e material gerado na relação dos caiçaras entre si, enquanto grupo social, e deles com o meio onde vivem. Torna-se necessário, então, adentrar nos aspectos

[8] SIQUEIRA (*op.cit.*).
[9] DIEGUES (1994b).
[10] Segundo GEERTZ (1978, p.4), *visão de mundo* é o quadro que um povo elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito de natureza, de si mesmo, da sociedade. São aspectos cognitivos e existenciais.

culturais elaborados e vivenciados pelos caiçaras[11]. O mesmo caiçara de Cambury que nos falou há linhas atrás, retorna para também concordar com esta reflexão dizendo:

> *Toda pessoa que nasce aqui na região de Ubatuba é um caiçara, mas pra ele se manter como um caiçara ele tem que continuar fazendo as atividade que um caiçara faz. Nossa atividade é mexer com pesca, com artesanato, com roça. Se um caiçara que mora aqui, por exemplo, não conhecer o que é um azul marinho, ele não é um caiçara de verdade. Por exemplo, alguém lá da cidade fala "Eu vou lá pra terra dos caiçara comer um azul marinho", chega aqui e pergunta pra uma pessoa que está morando aqui, que é um caiçara, fazer um azul marinho e ela não sabe aprontar, ela praticamente não é um caiçara, assim dos legítimo. Ele não é um conhecedor das profundidade dos caiçara. Então existe uma diferença entre as pessoa que nasce e as que nasce e sabe das coisa do lugá.*

Nesse sentido, fica claro que, para este morador de Cambury, não basta ter nascido no litoral para se dizer caiçara, sendo também necessário compartilhar de saberes e técnicas característicos de sua cultura. Essa necessidade aparece na fala deste caiçara, quando diz, por exemplo, que uma pessoa não pode se auto-denominar caiçara, se não sabe preparar o prato típico de sua cultura, o *azul marinho*. É interessante perceber que ao citar o *"saber aprontar o azul marinho"* como um dos aspectos fundamentais, para se identificar um caiçara *"dos legítimo"*, este interlocutor nos remete justamente à importância que os territórios terra e mar possuem na construção de sua cultura, pois os ingredientes necessários ao preparo desse prato provêm da terra (e mata) e do mar.

> *Aqui nós come o azul marinho. A banana e a mandioca a gente planta na terra daqui mesmo, nós planta na roça. O peixe, que pode ser o carapau, a cavala ..., a gente mata ali no mar, perto daquele costão ali. Tem também os cheiros [ervas para tempero] que a gente cata aqui no mato. Só que não é assim, vai misturando tudo não. Tem que sabê a hora ... tem que sabê. Precisa*

[11] A noção de cultura vem sendo refletida por muitos autores e sob inúmeros aspectos, o que acabou gerando uma riqueza e amplitude de bibliografias publicadas sobre o termo. Não tive a pretensão de esgotá-las e o contato breve que tive com o material produzido, foi visando encontrar a reflexão que mais se adequasse a que faço neste estudo. Tomo as noções de cultura defendidas por BRANDÃO (1986) e CHAUÍ (apud BOSI, 1983) que parecem se aproximar do que, neste trabalho, entendo pelo termo. Segundo o primeiro autor, aquilo através do que se lê; aquilo com que os homens trocam entre si nas trilhas difíceis da vida em sociedade, as mensagens e os significados que tornam, ao mesmo tempo, tal vida social e humana. Isto é vivido como e através da cultura. E a segunda autora reflete cultura como sendo: o campo simbólico e material das atividades humanas.

corsertá [limpar] o peixe um dia antes. Vai colher a banana que não pode ser nem verde e nem madura demais. Pega os cheiro e deixa ali tudo pronto pra jogá no caldo. É assim: faz um caldo com os cheiro e põe o peixe pra cozinhá. Quando chega o tempo certo, que a moça percebê que pode ponhá a banana, a moça põe. Aquilo vai cozinhando e ficando azul ... azul da cor do mar. Quando tá pronto é só colocá no prato e comê, com a farinha de mandioca né. A moça não pode deixá de comê ele com a farinha da mandioca do próprio lugá, aí sim, tem mais gosto...

Através de sua fala, o interlocutor enfatiza que "*não é assim, vai misturando tudo não*" para "*saber aprontar o azul marinho*". Para realizar esta técnica, o caiçara, necessariamente, tem que possuir saberes específicos relacionados diretamente ao preparo do prato – "*consertar*" (limpar) o peixe na véspera, saber o momento de se colher a banana (nem verde e nem madura) e de colocá-la no cozido – e indiretamente – os saberes que o caiçara deve possuir acerca do trabalho na lavoura e no mar. E mais: os saberes relacionados à mata, onde ele coleta os temperos certos que darão o sabor ao cozido. Dessa forma, para se saber fazer o azul marinho é necessário aliar saberes e técnicas específicos, possuídos somente pelos "*caiçara legítimo*". Com isso, ao refletir sobre o preparo desta receita, podemos avançar na compreensão da cultura caiçara, tanto em seus aspectos simbólicos – relacionados aos saberes - quanto em seus aspectos materiais – relacionados às técnicas.

Assim como o azul marinho, a cultura do caiçara é construída na concomitância terra – mar e o dinamismo dessa construção pode ser mais bem percebido se, neste ponto, a etnografia se aliar à história, mas uma história dinâmica e com movimento – a historicidade[12]. Tanto o mar quanto a terra são territórios sempre explorados pelos caiçaras de Cambury, em busca de seu aprovisionamento. Entretanto, ao longo dos anos pôde-se perceber que o caiçara variou o grau de importância atribuído a esses dois territórios, segundo suas necessidades e, em outros momentos, segundo pressões econômicas, sociais e culturais externas ao bairro. Por ser um prato típico da cultura caiçara e por conter ingredientes retirados da terra e do mar, elejo o preparo do azul marinho como ponto de partida para analisar a construção dinâmica da cultura dos moradores de Cambury. Para tal, transporto uma caiçara que deseja preparar o azul marinho, para diferentes

---

[12] Esta noção já foi discutida na Introdução desta Dissertação.

épocas da história do grupo. Perceberemos, então, terem as ocupações e preocupações que antecedem o preparo do prato variado enormemente ao longo do tempo, no mesmo lugar[13] – o Cambury.

Uma família caiçara, no Tempo dos Antigo ...

> *Era mês de outubro de 1963. Dona Maria do Carmo Basílio Conceição acordou pela manhã e já se antecipou no preparo do café, antes de chamar os filhos e o marido. Moeu a cana no pequeno engenho que ficava do lado de fora da casa e aproveitou para moer o café na moenda. Pegou a batata-doce e o inhame, que tinham sido colhidos na véspera, e colocou pra cozinhar no fogo, já aceso no interior da casa. A garapa começou a ferver na panela, D. Maria do Carmo misturou o café, coou e estava pronto o café de cana. Quando o desjejum estava na mesa, chamou os que estavam dormindo e, enquanto se alimentavam, já se organizaram para o trabalho do dia. Como era época de pesca, Isaias e Fernando deveriam ir junto com o pai, Manuel Firmino, pescar no cerco. Justina, a única filha do casal, deveria ajudar a mãe nas lidas da casa e do quintal e, se fosse o caso de faltar alguma coisa na cozinha, deveria ir buscar na roça.*
>
> *Naquela época do ano o peixe era farto e então, era raro o dia em que o azul marinho não estava presente na mesa da família. Aquele dia não deveria ser uma exceção. A farinha de mandioca, que impreterivelmente acompanha o azul marinho na mesa, havia sido preparada há uma semana atrás. D. Maria do Carmo e Justina tinham ido colher a mandioca na roça e enquanto colhiam, as duas ficaram a rememorar a época que haviam plantado aquelas ramas, há quase dois anos atrás ... Era final de agosto e as primeiras chuvas tinham caído na terra, que vinha sendo preparada desde o mês de junho daquele ano... Enquanto rememoravam, os pensamento voaram longe, e quando deram por si, o sol já se fazia alto, devendo ser próximo ao meio-dia. Precisavam voltar ligeiro para casa e preparar o almoço para os outros, que já deviam estar voltando do mar. Colocaram a mandioca colhida no cesto, trançado em cipó timbopeva, e se puseram a caminho de casa.*
>
> *Ao chegarem, D. Maria foi alertada pelo marido que o sal que dispunham mal daria para salgar o peixe, imagine, então, para preparar o azul marinho "de todo dia". Seu Manuel já havia consultado seus vizinhos, mas parecia faltar sal em todas as casas. Decidiram, então, ir à Picinguaba comprar, pois assim poderiam também aproveitar para vender o peixe que tinha vindo farto naquele dia. No outro dia, bem cedo, Isaias e Fernando se puseram rumo a Picinguaba levando a canoa cheia de peixe. Seriam duas ou três horas no mar...*

---

[13] *O lugar não tem aqui apenas a conotação de espaço físico onde se vive (...). O termo acumula as dimensões geográfica e social* – em SILVA, Gláucia Oliveira da. **"Tudo o que tem na terra tem no mar"- a classificação dos seres vivos entre trabalhadores da pesca em Piratininga, Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional do Folclore, 1989, p. 15.

De posse de uma quantidade boa de mandioca, D. Maria do Carmo, naquele dia mesmo que Isaias e Fernando tinham ido a Picinguaba, foi à casa de Leocádia Maria, sua irmã, e Celina, mulher de Benedito, seu irmão, convidá-las a ajudar no preparo da farinha. Se reuniram na casa de farinha da família, localizada a poucos metros da casa onde moravam, e deram início ao preparo da farinha de mandioca. Depois de um dia inteiro de trabalho a farinha estava pronta. D. Maria do Carmo deu alguns litros para suas parentas e guardou o restante para comer com o azul marinho que prepararia no outro dia, quando os filhos já teriam chegado com o sal.

A caminho de casa, ela e sua filha aproveitaram para apanhar uma quantia boa de banana da terra, que seria usada também no preparo do azul marinho. Após colher as bananas no caminho de volta pra casa, D. Maria dirigiu-se a área próxima ao seu quintal, para coletar os cheiros que dariam o sabor ao azul marinho... Ao lado dos cheiros, D. Maria tinha plantado um pouco de ervas medicinais. Aproveitou e pegou um maço de rama de poejo para levar à sua mãe, que andava sentindo cólicas. Voltou para casa e ao chegar, colocou a panela com água e os cheiros no fogo para esperar o peixe, que viria com certeza, pois era outubro e outubro era tempo de peixe ...

...

Manuel Firmino e seus dois filhos, Isaias e Fernando, chegaram na praia quando o sol estava nascendo. Já havia outros pescadores se preparando também para irem armar o cerco. Com a ajuda de outros pescadores, os três puxaram a canoa, de um tronco só, até beira do mar e depois se dirigiram para o seu rancho buscar as redes – feitas de fibra de embaúba - a poita – espécie de âncora feita com uma pedra, os remos e os demais apetrechos necessários ao ofício. Várias canoas foram lançadas ao mar e dirigiram-se para as proximidades do costão. Naquele dia, foram montados três cercos e das visitas que Seu Manuel fez à sua rede, tirou do mar quatro canoas, cheias de cavala...

Voltaram para casa trazendo cinco cestos cheios de cavala. Toda ela seria consertada e salgada para depois, ficar secando nos varais estendidos em frente à casa da família, até que estivesse no ponto de ser vendida. D. Maria já estava com o caldo fervendo na panela, só esperando o peixe. No cesto trazido pelo marido havia também um pouco de carapau, que foi usado no preparo do azul marinho daquele dia. Enquanto saboreavam o prato, S. Manuel Firmino ficou a rememorar o tempo em que ele e seu filho mais velho, Isaias, estiveram pescando embarcados em Santos, em São Sebastião e em Picinguaba...

3.2. *"A banana e a mandioca a gente planta na roça"*: a agricultura para o aprovisionamento.

D. Maria do Carmo e Justina tinham ido colher a mandioca na roça e enquanto colhiam, as duas ficaram a rememorar a

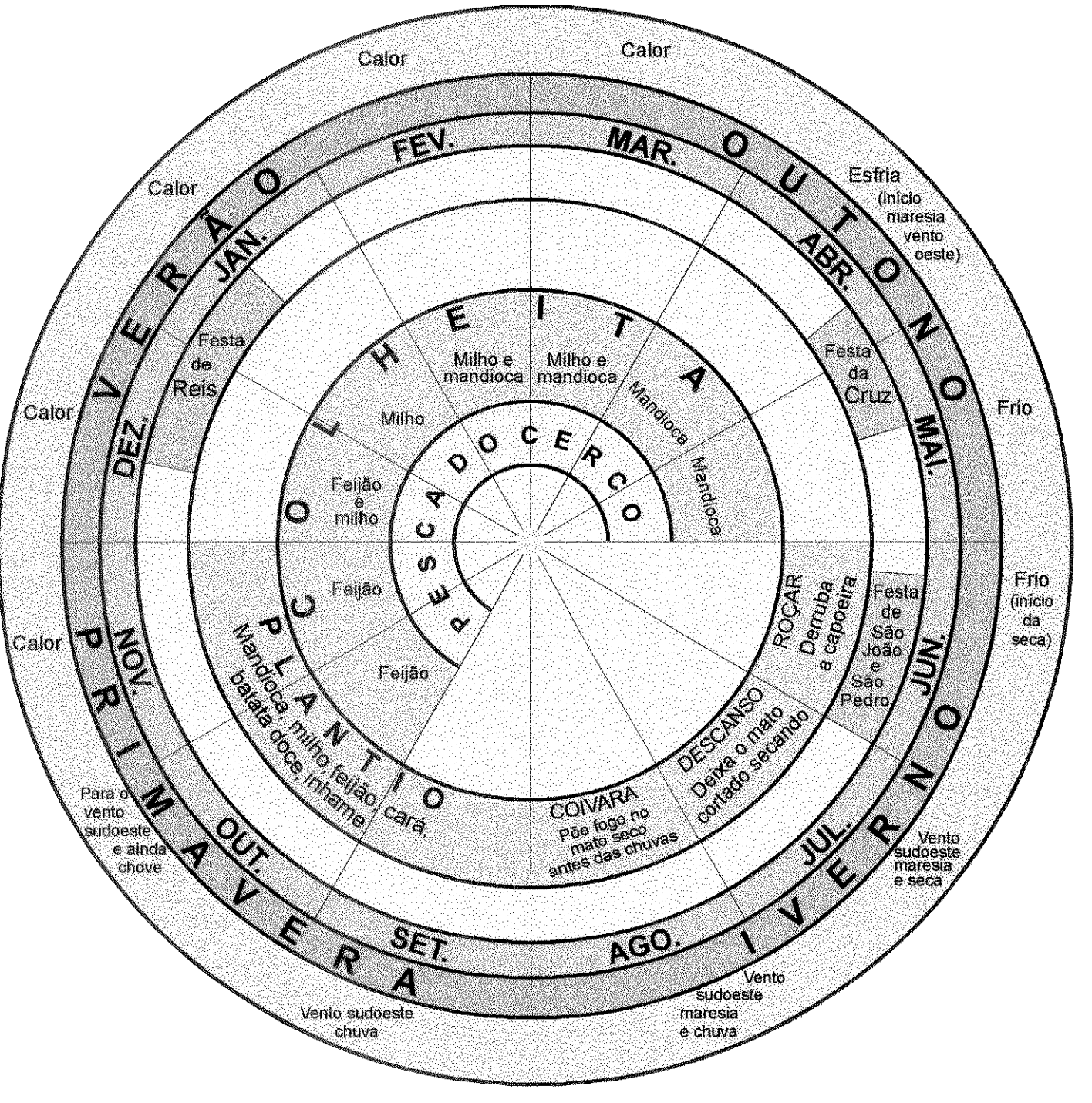
> *época que haviam plantado aquelas ramas, há quase dois anos atrás ... Era final de agosto e as primeiras chuvas tinham caído na terra, que vinha sendo preparada desde o mês de junho daquele ano...*

No Tempo dos Antigo, os ritmos sociais e econômicos dos caiçaras de Cambury eram intimamente relacionados aos ritmos da natureza circundante. MUSSOLINI (1980, p.225) após anos de convivência entre os caiçaras, reflete sobre o modo de ser e viver desses habitantes de nosso litoral, descrevendo-os como sendo homens ligados aos ritmos e movimentos da natureza, da qual retiram seu sustento direto, seja da mata (extração ou cultivo) e do mar, criando intimidade muito pronunciada entre eles e seu habitat.

> Conhece o homem muito bem as propriedades das plantas ao seu redor, bem como dos fenômenos presos à terra e ao mar e que os norteia no sistema de vida anfíbia que leva, dividindo suas atividades entre a pesca e a agricultura de pequeno vulto, com poucos excedentes para troca ou para venda; os ventos, os "movimentos" das águas, os hábitos dos peixes, seu periodismo, a época e a lua adequada para pôr abaixo uma árvore ou lançar à terra uma semente ou u'a muda ou colher o que plantou.

Para o caiçara de Cambury, o ano era dividido em duas grandes épocas com duração de seis meses cada - a época do frio e a época do calor – as quais por sua vez eram também subdivididas em períodos de menor duração, de acordo com a realização de algumas atividades. A grosso modo, na época do frio, era o *"tempo de plantar"* e na época do calor, era o *"tempo de pescar* e *de colher"* o que plantou. Dependendo da oferta de frutos e outros recursos da mata, os caiçaras conciliavam o *"tempo de coleta* e *de caça"*, e no entremeio desses vários tempos, existia também o tempo das festas, quase sempre relacionadas às comemorações da Igreja Católica – Folia de Reis, Festa da Cruz, Festa de São João e São Pedro.

A agricultura tradicional do caiçara era, no Tempo dos Antigo, a rotação de áreas, ou agricultura itinerante, consistindo, em termos gerais, na derrubada da capoeira, queimada, cultivo por três anos e pousio (ver FIGURA III, p. 78-79). O mês escolhido para iniciar o preparo da terra era junho, pois sendo a chuva quase inexistente, o manejo da mata que antecede o plantio



CLIMA
ESTAÇÃO DO ANO
MESES DO ANO
FESTAS
AGRICULTURA
PESCA

FIGUARA III

CALENDÁRIO VIVENCIAL DO
"TEMPO DOS ANTIGOS"

ficava assim, favorecido. Os primeiros passos desse manejo era roçar a "*capoeira*", cortar os galhos em pedaços menores e deixar todo o material vegetal secando cerca de três meses, dependendo do clima. Muita madeira era aproveitada como lenha, na construção de casas e ranchos e na manufatura de utensílios domésticos. Na realização dessa fase do manejo, o caiçara normalmente convocava a ajuda de parentes e vizinhos, que trabalham no sistema de troca de dia ou troca de tarde.

Após os três meses deixando a "*madeira descansar*", ele dava procedimento ao manejo da área – mês de agosto - através da queimada do material vegetal que se encontrava sobre o solo. No dia da queimada , fazia a "*limpeza*" de qualquer material vegetal em uma faixa de 1,5 metros de largura ao redor da área a ser queimada, para impedir que o fogo se alastrasse pela mata – este espaço vazio de mata era denominado "*aceiro*". Nessa faixa, a terra fica nua como que para servir de isolante contra a propagação do fogo. A direção do vento era observada com muito cuidado, pois seria a força propagadora do fogo. Então, o fogo era aceso num monte de folhas secas em toda a extensão do lado escolhido, formando uma "*frente de fogo*" que percorreria toda a área da futura roça até chegar ao "*aceiro*". A queima era realizada, preferencialmente, nas horas mais quentes do dia – entre 12:00 e 14:00 h - e durava aproximadamente 1 hora em uma área de 2 mil m^2. Após essa primeira queima, os caiçaras realizavam uma segunda, destinada a queimar os paus e galhos não consumidos pelo fogo anterior. Essa prática é denominada de *coivara*, e normalmente, era realizada um mês antes do plantio. Nessa etapa da agricultura itinerante, o caiçara, que utilizaria a área para o plantio, contava também com a colaboração de parentes e vizinhos.

> *Existia mutirão pra fazê roça, fazê casa ... existia muito. Mutirão pra fazê roça juntava 10, 15 homem por exemplo. Eu avisava hoje: "Amanhã eu preciso de abri uma roça". Chegava pra um e perguntava: "Amanhã você pode me dá uma tarde?" Aí ia 10, 15 homem e trabalhava uma tarde e ajudava eu abrir a roça pra mim. Se eu fosse fazê sozinho ia demorá 10 dias, mas em conjunto era uma tarde só. Quando era pra fazê casa assim de pau-a-pique, o dono só erguia a casa e quando era pra amassá o barro era chamado mais 15, 20 homem, mulhé, criança. Todo mundo trabalhava e não tinha briga e nem confusão. Depois o dono da casa só batia o chão, botava porta e janela e já podia morá na casa. Era uma união tremenda. Os mutirão era feito por pessoa daqui e pessoa de fora, que também vinha ajudá. Aqui vinha muito o pessoal de Campinho ajudá. Era só avisá e eles vinha.*

Tinha muita pinga, muita cachaça por lá e eles trazia aqueles garrafão assim e todos bebia muito depois do trabalho pra comemorá o feito. O dono da casa fazia café e almoço pra eles. Trabalhava na roça ou na casa, comia, bebia e depois ia embora.

Durante o preparo da roça ou a construção de uma casa, momentos que exigiam maiores esforços de trabalho, o sistema usado era a troca de dia ou adjutório, dentro do qual uma pessoa ou uma família ajudava outra, cedendo-lhe um dia de trabalho, o qual seria retribuído em momento oportuno. *No tocante à roça, a família se basta; suplementa a atividade de seus membros com a colaboração de um compadre ou amigo que, pela instituição do "adjutório" ou "troca de dia", cede um dia de trabalho, esperando a retribuição no momento oportuno*[14].

A imagem que se tinha após a queimada era de grande quantidade de cinzas, troncos e galhos carbonizados. Toda a vida presente nas camadas superficiais do terreno fora praticamente aniquilada, pois nos primeiros 5 cm, a temperatura varia em torno de 100 a 500^0 C [15]. O solo ficava descoberto, totalmente susceptível à ação das chuvas e ventos. Era nesse solo onde o caiçara plantava, no final do mês de agosto, as ramas de mandioca, batata-doce, cará, inhame, as sementes de feijão e milho, que começariam a brotar logo ao cair da primeira chuva. Juntamente com as espécies cultivadas começavam a brotar também algumas ervas daninhas e as árvores que haviam sido cortadas ressurgiam com brotos vigorosos. Em dois anos, alguns vegetais já ultrapassavam a altura da mandioca, começando esta a ser colhida. A essa altura, os outros cultivares – milho e feijão (plantações anuais) - já haviam sido colhidos e somente encontravam-se nessa área a mandioca, a batata-doce, o cará e o inhame[16].

---

[14] MUSSOLINI (1980, p.238).

[15] CANELADA, Gersony. V. M e JOVCHELEVICH, Pedro. *O Organismo Agrícola das Populações Tradicionais na Estação Ecológica Juréia – Itatins* in **AGRICULTURA BIODINÂMICA – Boletim do Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural**., ano 13 – nº 73.

[16] Como os caiçaras de Cambury já não realizam nos dias atuais este sistema de manejo (assim como era feito tradicionalmente), não foi possível acompanhar em campo a execução de todas as etapas como estão sendo descritas no texto. Os dados aqui contidos foram retirados de entrevistas realizadas sobre o modo como o caiçara realizava essas atividades a mais de 20 anos atrás. Nos dias de hoje a agricultura é realizada de modo incipiente, restringindo-se basicamente ao plantio da mandioca (comparar o Calendário do Tempo dos Antigo e o Calendário dos Dias de Hoje – FIGURAS III e IV, p. 78-79 e p. 143-144). Inclusive, gostaria de salientar que as frases aqui se encontram no tempo verbal passado, pois estou descrevendo o manejo como realizado no passado. A forma como realizam o manejo no presente é muito diferente e será descrita somente no capítulo IV.

O trabalho de plantio e manutenção da roça era realizado somente pelos membros da família nuclear. Assim, a unidade básica de trabalho na roça era a família nuclear - ou extensa, em alguns períodos - sendo a divisão do trabalho bastante clara, baseando-se tanto no sexo quanto na idade. *A primeira (família nuclear) é fundamental nas lidas agrícolas. Os filhos ajudam na limpeza da terra, no plantio e na colheita. A mulher, além do duro trabalho doméstico, ajuda na fabricação da farinha de mandioca, atividade feita semanal ou quinzenalmente dependendo do tamanho da família (...)*[17].

De outubro a abril, a manutenção da roça e colheita de produtos era realizada pelas mulheres e seus filhos. Como nesse período, não tinha muita lida na roça, as mulheres se dedicavam também ao trabalho nos quintais, onde cuidavam dos pomares, roçavam o mato da redondeza das casas, plantavam os *"cheiros"* (ervas para temperarem os alimentos) e as ervas medicinais. As crianças, no mesmo período, também costumavam despender mais seu tempo brincando nos arredores das casas e na praia, quase nunca entrando no mar, já que ele *"é muito perigoso e minha mãe não deixa não"*.

De abril a outubro, a presença da família era mais constante na roça, inclusive a presença masculina, pois ao mesmo tempo em que as atividades na pesca estavam menos intensas, as atividades na roça exigiam esforço físico e constância, o que sobrecarregaria a mão de obra feminina. Nessa época a família toda ia para a roça, permanecendo por lá quase o dia todo. Antes de saírem para a roça, as mulheres armazenavam em pequenas vasilhas ou cestos de tipiti, a sobra do desjejum para ser consumida durante o dia. Ainda em casa, a mulher delegava as tarefas domésticas à filha mais velha, que deveria cuidar do quintal, lavar as roupas e preparar o jantar, para quando a família voltasse. Saíam de casa por volta das 6 horas da manhã ...

> *Na roça era mulher e homem. Olha, eu tinha quatro tia. Uma era mãe de criação, chamava de mãe. Aquilo trabalhava minha filha, aquilo trabalhava pior do que homem. Aquilo roçava, aquilo carpia, aquilo arava, aquilo botava fogo coivara, aquilo batia a enxada, cavocava, plantava, limpava ... dava planta. É sim senhora. Desse tamaninho assim tava na roça com a mãe e a enxada. Tinha uma mulher chamada Maria. De manhã ela levantava da cama, fazia o*

[17] DIEGUES (1994a, p. 109).

café pras criança, tomava café com o marido e com os doze filho. Dava serviço pra uma das filha mais velha limpá a casa, limpá o quintal, lavá as vasilha, botá a comida no fogo ... e aí saía. Saía ela, a Izidora, a Teresa, a Emilinha. Cada uma das filha com sua enxadinha, com sua foice. E ela com o marido a mesma coisa. No eito que minha tia batia a enxada as criança batia atrás. Ela subia o morro carregando a enxada numa mão, uma criança no outro braço, com o cesto na cabeça e uma caximbão assim na boca. Depois do trabalho cada um colhia o que tava precisando... uma mandioca, um cará, a lenha, a batata-doce, o inhame e ia embora. Chegava em casa tomava um banho no rio, trocava de roupa e ia comê o jantá, que a essas hora já tava pronto. E todos os dia era isso. Muitas delas, muitas das mulheres faziam igual a Maria. Ia elas e os filho tudo pra roça. Criava os filho na roça, tudo lá em cima daquele morro que a moça tá vendo lá. Tinha umas que ia cedo, levava o balaio cheio de comida, a criança num braço, a enxada e a foice no outro e voltava só de tarde.

Para escolher a época de realizar o plantio ou a colheita de seus produtos, além de selecionarem os meses do ano, onde o clima era mais adequado, o caiçara também escolhia "*a lua certa*". No plantio da mandioca, por exemplo, o caiçara escolhia o período entre a lua crescente e a lua cheia para colher as ramas a serem plantadas e efetivar o plantio.

Agora a rama de mandioca não tem época para plantá. Só tem que tomar cuidado com a lua que você pica a rama pra plantá. A lua boa é da crescente para a cheia pra cortar a rama. Assim, quatro dia antes da lua cheia você corta pra ir plantá. Nessa época a rama de mandioca cresce e engrossa, da crescente pra cheia ela cresce e engrossa a raiz da mandioca. Se você planta uma rama na minguante, tanto a rama quanto a vara mingua. Esse é o nosso conhecimento da roça.

Para escolher a época de colher a mandioca, o caiçara também observava as fases da lua e as relacionava com a disponibilidade de água em diferentes partes do vegetal.

A moça sabe que existe muitos tipo de mandioca. Tem uma que a gente tinha, há muito tempo atrás, que a gente usava pra fazê cozido. Esta mandioca, pra fazê cozido, ela tem que ser mole e cheia de suco. Então, a moça tem que colhê ela na lua nova. Nessa lua a água desce pra terra, desce pra raiz. Agora, se a moça qué fazê farinha, a mandioca é outra e a lua que colhe é outra também. A mandioca pra fazê farinha não precisa ter suco então a moça colhe entre a crescente e a cheia. Nessa lua a água da planta tá nas folha e na raiz tem menos água. Tem sabê estas coisa da lua pra mexê na roça, a moça sabe...

A área de terra preparada pelo caiçara era usada por ele e sua família por dois ou três anos e então, era legada ao descanso. Nesse momento do manejo dava-se início ao pousio, cujo período de duração chegava a quinze anos. Cinco anos após a queima, a mandioca já tinha sido colhida, algumas árvores já atingiam quatro metros de altura e o solo encontrava-se coberto por samambaias. Com dez anos de descanso, a vegetação já sombreava completamente o solo e a camada de serrapilheira[18] formada encontrava-se com espessura relevante. Com quinze anos, o tipo de vegetação já era bastante diverso, com plantas herbáceas, arbustivas, cipós e árvores[19] – algumas atingiam até 10 metros de altura. O solo encontrava-se totalmente sombreado e coberto com uma camada de 2 a 3 cm de serrapilheira, onde existia uma intensa atividade de formigas, minhocas e fungos decompositores. Nesse período, a fertilidade do solo atingia seu ponto máximo e era quando o *pousio* deveria ser interrompido, sendo a área novamente disponibilizada para o manejo (ver FIGURA III, p. 78-79)[20]. No Tempo dos Antigo, as roças eram geralmente de pequeno porte e para cada meio hectare de roça, existiam aproximadamente 5 hectares de pousio. As roças encontravam-se normalmente localizadas nas baixadas dos morros (*"varjão"*) próximas às casas ou, em alguns casos, a horas de caminhada pelas trilhas no interior da mata.

Na realização de suas práticas agrícolas, os caiçaras interrelacionavam saberes sobre a terra, sobre o clima, sobre os cultivares[21] e sobre as fases da lua, adquiridos como herança de seus

---

[18] Denomina-se serrapilheira o amontoado de folhas e galhos secos caídas no solo. Esse micro-ambiente é habitado por fauna específica que age decompondo esta matéria orgânica; após decomposta torna-se disponível novamente às plantas como nutrientes.

[19] Não houve intenção de classificar taxionomicamente as plantas encontradas nessas áreas. Nem mesmo foi minha intenção avaliar, pelo menos enquanto estava em campo, se essa técnica era eficiente enquanto prática agrícola e /ou predatória do meio natural. Procurei me manter distanciada, na medida do possível, das ferramentas adquiridas na Biologia, me atendo mais às explicações dadas pelos caiçaras, que aos conhecimentos acadêmicos relativos a ecossistema. Nem sempre é possível relativizar nossos conhecimentos acadêmicos, que nos deixam avessos, por exemplo, ao desmatamento e queimadas, de modo geral, mas se o intuito era compreender os saberes caiçaras existentes por trás dessas técnicas, o distanciamento se fez necessário. Esse distanciamento, além de favorecer o meu aprendizado sobre novas formas de perceber e vivenciar aquele ambiente, proporcionou-me também a possibilidade de relativização de certos conceitos tão arraigados à ciência biológica convencional. Pretendo discutir este assunto posteriormente.

[20] Quando em campo, fui levada pelos caiçaras a identificar *in loco* algumas áreas deixadas em pousio – áreas com 5 anos em descanso, outras com 10, outras com 15 anos . Mesmo hoje se tratando de atividade ilegal, tive a oportunidade de acompanhar também a realização da coivara e de visitar algumas pequenas roças que restaram.

[21] Cultivar(es) é a designação dada pela ciência agronômica às espécies de plantas manejadas pelo homem na agricultura.

ancestrais ou na observação direta[22]. Quais os saberes que estariam por trás, por exemplo, do sistema de agricultura itinerante? Todo agricultor visa possuir um solo produtivo e o caiçara elegeu esse sistema agrícola porque acredita ser ele eficiente. O caiçara tem explicações sobre a finalidade de cada etapa dessa prática, e todas elas giram em torno do controle de pragas e doenças e do aumento da produtividade do solo. O corte e queima do sub-bosque eram realizados para facilitar o manejo da área, para diminuir a incidência de pragas e doenças e para aumentar a produtividade. Após cultivar uma área por 2 ou 3 anos, ela era deixada em descanso não só devido à exaustão do solo, mas também porque o manejo da área se tornava difícil devido a presença em demasia de outras plantas além das cultivadas. Os caiçaras alegam que deixar a área em *pousio* para que a vegetação se recupere, favorecia também a recuperação da fertilidade do solo.

Outros saberes permeiam também o plantar e o colher. Para realizar o manejo correto dos cultivares na roça era necessário conhecer suas sazonalidades, suas necessidades de luz e de água, o manejo ideal (modo de plantio) de cada um, dentre muitos outros detalhes. As observações sobre o clima permeavam todas as atividades na roça, do preparo da área ao plantio e colheita, sendo necessário escolher o mês de clima ideal para cortar e deixar secando o sub-bosque, o mês sem chuvas para realizar a coivara e o mês de começo da chuva para realizar o plantio. Além de tudo isso, *"tem que saber a lua certa"* para manejar os produtos na lavoura. O caiçara, ou melhor, um de seus ancestrais étnicos – os índios -, tiveram que observar criteriosamente o manejo realizado, para atentarem o fato de que ao plantarem ou colherem em diferentes fases da lua, o resultado final era diferente. Muitos saberes foram acumulados até que pudessem chegar ao conhecimento elaborado de que se plantar na lua minguante *"tanto a rama quanto a vara mingua"*.

> *Ao chegarem da roça, D. Maria foi alertada pelo marido que o sal que dispunham mal daria para salgar o peixe, imagine, então, para preparar o azul marinho "de todo dia". Seu Manuel já havia consultado seus vizinhos, mas parecia faltar sal em todas as casas. Decidiram, então, ir à Picinguaba comprar, pois assim poderiam também*

[22] Não pretendo, com a descrição que se segue, fazer uma abordagem completa dos saberes que permeiam a prática agrícola dos caiçaras. São incluídos apenas alguns destes saberes.

aproveitar para vender o peixe que tinha vindo farto naquele dia. No outro dia, bem cedo, Isaias e Fernando se puseram rumo a Picinguaba levando a canoa cheia de peixe. Seriam duas ou três horas no mar...

Naquela época, os produtos cultivados, eram predominantemente, para o próprio consumo das famílias, sendo o excedente usado para troca com pessoas do bairro ou venda para pessoas de outras localidades[23]. A produção, era assim, de *aprovisionamento*, tal como foi defendida por SAHLINS (1979a, p.118). Diz ele: ... *A produção doméstica não é descrita somente como 'produção para uso', isto é, para consumo direto. As famílias também podem produzir para trocar, assim adquirindo indiretamente o que precisam. Ainda assim é 'o que eles precisam' que governa a produção e não o lucro que podem ter. O interesse na troca permanece como interesse de consumo e não como interesse capitalista.* No Tempo dos Antigo, a dificuldade de comunicação por terra favoreceu esse tipo de prática agrícola e econômica.

O período das aventuras por mar ou por terra para fazer compras, vender o pequeno excedente de sua produção (principalmente farinha de mandioca e peixe seco), visitar amigos e parentes, casar-se ou enterrar uma pessoa que morreu é relatado como período áureo[24] na vida dos caiçaras de Cambury. A troca era realizada entre os moradores do bairro, podendo ser realizada de formas diferentes: (1) uma mercadoria por outra, no ato da troca; (2) uma mercadoria por outra que poderia ser entregue quando a pessoa tivesse algo para retribuir; (3) uma mercadoria por favores, como uma tarde de trabalho na roça ou na construção de uma casa. Os acertos eram sempre implícitos à própria troca, sem precisar nem mesmo verbalizá-los e eram baseados no princípio da confiança.

---

[23] Muitos autores chamam esse tipo de produção agrícola de lavoura de subsistência. No entanto, o termo subsistência pode carregar um sentido depreciativo. Como substantivo, a palavra subsistência relaciona-se à idéia de manutenção da vida, ao conceito de existência. Mas o uso do termo para qualificar - como ao afirmar que uma sociedade tem uma economia de subsistência - pode trazer o significado depreciativo de sub-existência. Considerando a força das idéias pseudo-evolucionistas - que nos impele a acreditar que o civilizado é evoluído e o primitivo é atrasado - acabamos por restringir o uso do termo subsistência para sociedades ditas primitivas, aquelas onde as pessoas vivem da natureza sem acumular capital. Não se vê um moderno agricultor - aquele que utiliza tecnologias avançadas e acumula capital e dinheiro através de sua atividade – dizendo, por exemplo: Eu sub-existo de produzir cana de açúcar.

[24] DIEGUES, 1994b.

A venda também ocorria, mas com pessoas de outros lugares, isto é, das cidades e vilas da proximidade. A venda visava à obtenção de dinheiro, necessário na aquisição de mercadorias não existentes no bairro como o sal, o querosene, as vestimentas. O dinheiro visava, dessa forma, à necessidade de consumo e não ao acúmulo de capital, possuindo então, valor de troca. O ponto mais forte de comércio próximo ao Cambury era a Vila de Picinguaba, para onde eram levados o peixe seco, a farinha, a banana, a batata-doce, transportados de canoa ou pelas trilhas existentes no interior da mata. Por vezes, esses excedentes eram também transportados de canoa para Paraty e Ubatuba, ou vendidos à comerciantes que passavam de barco, comprando e vendendo produtos. Os processos de venda / compra poderiam ser realizados tanto por homens quanto por mulheres, salvo os realizados à canoa, de responsabilidade exclusiva dos homens.

> *Quando a farinha sobrava o pessoal costumava vender para os de fora. Colocava um saco de farinha nas costa e levava pra Picinguaba. Chegava lá, vendia a farinha e já comprava o sal, o querosene e voltava. Minha mãe chegou a andar meio dia pra mode comprar o sal pra escalar*[25] *o peixe. Nós vendia farinha, banana, o café também, quando sobrava. Nós plantava o café, deixava secar e depois socava no pilão pra tirar aquela casca grossa. Aí ensacava naqueles saco grande de 20kg e levava pra Picinguaba. Muitas pessoa já torrava o café e levava torrado.*

A relação social entre parentes era baseada na reciprocidade, e como o parentesco unia a grande maioria das famílias, esta era a predominante no bairro. Cada uma das famílias nucleares era responsável por sua produção na roça e no mar, entretanto, se por acaso faltasse algum produto para alguma família, os demais parentes disponibilizavam seus recursos para suprir as necessidade dos que estavam em dificuldades. Na realidade, não se tratava de uma doação e sim de uma troca, sendo que, quando a família receptora dispusesse de recursos deveria retribuir a contribuição, seja com o mesmo produto, seja com outro equivalente.

> *A gente dividia as coisa com a comunidade. Tinha uma época que faltava as coisa por aqui, aquele que tinha mais sempre ajudava aquele que não tinha. Ninguém vendia farinha pro outro aqui do lugá. Se precisava a gente dava e quando essa pessoa fizesse farinha dava de volta. Vamos dizê, o pessoal daqui não tinha que pagá. Então, se a pessoa as vez não podia devolvê em*

[25] *"escalar"* o peixe é salgá-lo.

> *farinha, devolvia em cana, em sal. Naquela época não corria dinheiro aqui dentro do bairro. Eu fui conhecê dinheiro, dinheiro mesmo, quando eu tinha quinze ano... hoje eu tô com 42 ano.*

As benfeitorias da família extensa eram socializadas entre todos os seus membros, como por exemplo, a casa de farinha, o engenho e o rancho de pesca. Quando era época de fazer a farinha, moer a cana, consertar as redes e canoas, cada uma das diversas famílias nucleares uniam seus produtos, benfeitorias e manufaturavam de modo coletivo. Dessa forma, cada família nuclear, pais e filhos, deviam ser responsáveis pela sua própria produção, cada uma com sua roça e com sua canoa

> *De posse de uma quantidade boa de mandioca ...*
> *deram início ao preparo da farinha ...*

A produção da farinha de mandioca é um aspecto fundamental na cultura caiçara. O modo de produzir a farinha, bem como a tecnologia utilizada é de herança indígena. Eles usam a mandioca brava (*Manihot utilissima)*, da qual retiram a casca (ralar), moem, colocam no tapiti (cesto de timbopeva), prensam (em prensas de madeira) e "*forneiam*" (em fornos de cobre). MUSSOLINI (1980, p. 226) descreve:

> A associação do peixe com a farinha de mandioca na dieta é dos aspectos mais gerais da cultura litorânea. Farinha que provém da raiz da *Manihot utilissima* (mandioca brava ou rama), da qual extraem o ácido cianídrico - que lhe dá grande teor tóxico – levando a massa para a prensa, depois de ralada, dentro de um *tipiti*, cesto de *timbopeva*, herança dos índios, que o empregavam para igual fim.

O plantio e a colheita da mandioca, no Tempo dos Antigo, eram realizados pela família nuclear. Já o preparo da farinha, normalmente era feito também com a participação de vizinhos e da família extensa, constituindo-se num dos marcos da sociabilidade caiçara[26].

[26] GUSMÃO (1995) discute com maior profundidade a noção de sociabilidade. Aqui, adoto o sentido atribuído pela autora que, em síntese, seria: as relações de sociabilidade são aquelas que nascem no cerne do convívio social e a

A caminho de casa, ela e sua filha aproveitaram para apanhar uma quantia boa de banana da terra, que seria usada também no preparo do azul marinho ...

As culturas perenes, como o café e banana eram cultivadas, geralmente, fora das áreas de roça, ao longo das trilhas no interior das matas, ou mesmo nos quintais da casa dos caiçaras. O manejo desses cultivares era relativamente simples, resumindo-se à colheita de seus frutos e replantio, quando as plantas começavam a diminuir a produtividade. Não existia, então, uma rotina de trabalho no trato dessas culturas perenes, como acontecia no caso das plantas sazonais.

3.2. "*E os cheiros a gente cata aqui no mato*": o manejo da floresta

Após colher as bananas no caminho de volta pra casa, D. Maria dirigiu-se a área próxima ao seu quintal, para coletar os cheiros que dariam o sabor ao azul marinho...

A cultura do habitante de Cambury é marcada por representações simbólicas e por vezes até míticas, sobre a natureza que o circunda. O caiçara adentra na mata para buscar os recursos que lhe são ofertados e fala da floresta como extensão de seu quintal: "*Nóis busca os cheiro aqui no mato*"; ele fala dela como um meio onde "*não pode ir sozinho qualqué hora não*". A natureza ao redor é extensão de seu quintal, mas também é lugar que merece respeito e contém coisas que ele, o caiçara, não domina.

Segundo GODELIER (1984)[27], nenhuma ação intencional do homem sobre a natureza pode começar sem a existência de "representações, de idéias que, de modo algum, são somente o reflexo das condições materiais de produção. Em suma, no coração das relações materiais do

---

partir da qual os indivíduos reafirmam e reconstroem suas identidades, tendo como base a troca de experiências entre indivíduos e destes com o grupo.

[27] *apud* DIEGUES, 1994a, p.55.

homem com a natureza aparece uma parte ideal, não-material, onde exercem e entrelaçam as três funções do conhecimento: representar, organizar e legitimar as relações dos homens entre si e deles com a natureza. O autor descreve que, para os Pigmeus (coletores – caçadores), por exemplo, a floresta é um ambiente amigo, onde se sentem em segurança e os caiçaras passam essa mesma impressão ao falarem da mata, em certos momentos. Já em outros, parecem estar falando de um ambiente não muito amistoso, onde "*tem muita cobra, onça... é perigoso*".

Para o caiçara, a mata parece ser algo que não tem fim - " *sobe a serra e ainda continua pra frente... não acaba não, esse matão aí não tem fim*" e é também o habitat de habitantes míticos - "*Aqui no Cambury tem umas toca, umas gruta. A moça sabe que no Tempo dos Antigo morava gente por lá, porque as vez nóis entrava nessas toca e tinha resto de lenha queimada*". Dois caiçaras, com mais de 60 anos, falaram sobre esses habitantes míticos, sendo que um deles chegou a afirmar já ter sido perseguido. Outros perigos levantados sobre a mata foram relacionados à presença de animais perigosos, a pessoas que se perderam e nunca mais voltaram... Mas a mata também é para o caiçara de Cambury lugar onde encontra coisas que lhe proporcionam prazer e bem estar – "*De andar por essas mata sentindo o ar puro, a fresca que brota das árvre... pega uma fruta aqui, bebe uma água da cachoeira*".

A forma como o caiçara percebe a floresta – juntamente com os aspectos geográficos e ecológicos do meio natural – são o ponto de partida para elaborar as técnicas de uso e manejo deste meio. Daí, as representações feitas da mata não existem apenas no pensamento, mas também são expressas numa linguagem representando uma das condições indispensáveis ao aprendizado das técnicas e da sua transmissão.

Munido, então, de dose necessária de coragem de modo a transcender o medo dos imprevistos que poderiam surpreendê-lo no interior da mata e, geralmente, em grupos, o caiçara "*daquele tempo*" adentrava naquele ambiente em busca daquilo "*de bom*" que este poderia lhe oferecer. As atividades relacionadas à coleta e à caça baseavam-se nos parâmetros necessidade-disponibilidade, sendo evitado qualquer tipo de abuso pois, como já foi dito por DIEGUES, (1994b), o uso sustentável dos recursos era premissa necessária para a conservação de suas

próprias vidas. A periodicidade da caça variava de acordo com a época em que os animais se encontravam em maior abundância, sendo os períodos de reprodução evitados e a periodicidade da coleta, também obedecia à disponibilidade de recursos.

> *Ao lado dos cheiros D. Maria tinha plantado um pouco de ervas medicinais. Aproveitou e pegou um maço de rama de poejo para levar à sua mãe, que andava sentindo cólicas...*

As plantas medicinais eram praticamente a única fonte medicinal de que dispunha o caiçara de Cambury. As propriedades medicinais das plantas e a fabricação de remédios caseiros foram conhecimentos herdados principalmente dos índios e eram passados cuidadosamente de geração em geração. Grande parte das ervas medicinais eram cultivadas também nos quintais das moradias.

> *Antes os filho ficava doente e ninguém ia procurar médico não. O médico era em casa mesmo... o remédio caseiro. Quando alguém era picado de cobra aqui, o único remédio era o querosene para beber, a garapa da cana com o veneno de cobra e o alho socado.*

> *Mas também o pessoal dos antigo era mais forte. Era dificil um doente aqui neste lugar. Era de um cego achar um vintém uma pessoa morrer aqui neste lugar. A pessoa morria com 90, 100, 103 ano. Também, ninguém comia essas coisa que tem hoje... essas lata, arroz, pão. Era peixe, batata doce, farinha, milho, tudo do lugar.*

ERVAS	MEDICINAIS
nome da erva	**uso comum**
Confrei	Infecções
Novalgina	Dores
Cidreira	Calmante
Melissa	Calmante, dor de estômago
Capim santo	Calmante, pressão

Hortelã	Vermes
Camomila	Calmante, dor de estômago
Abacate	Rins e fígado
Poejo	Dores e cólicas
Hortelã de folha preta	Vermes
Saião	Machucados
Rosa branca	Tosse e febre
Boldo	Dor de barriga
Jatobá	Fígado e rins
Coxa-goiaba	Diarréia
Erva de Santa Maria	Vermes e ferimentos
Chapéu de couro	Rins e fígado
Pariparoba	Fígado
Cipó abuta	Chá para limpeza geral
Broto de embaúba	Xarope para bronquite
Quina cruzeiro	Dores
Picão	Rins e fígado
Sete sangria	Rins e pressão alta
Urtiga	Banhos desintoxicantes
Barba timão	Ferimentos
Erva moura	Banhos
Carobinha	Sarna
Taioba branca	Banhos e chás
Canela	Dores

Quadro I: Ervas Medicinais de uso mais comum[28]

[28] GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. **Relatório do Bairro do Cambury.** São Paulo, fevereiro de 1992 - disponível na Biblioteca do Núcleo Picinguaba.

Muitas plantas eram utilizadas para outros fins como construção, canoa, utensílios, cestarias, amarrações (o cipó timbupeva, cipó balaio, cipó imbé), redes (fibra da casca da embaúba), etc. Muito pouco do que o caiçara necessitava era comprado fora do bairro e até mesmo os instrumentos de pesca eram quase todos confeccionados por eles no próprio bairro, como a canoa, os remos, as redes, cordas, a poita... Os caiçaras de Cambury também extraíam produtos alimentícios de várias plantas – o palmito, cocos, jaca, goiaba, manga, banana, jabuticaba, guaricica, bacuparí, dentre outras – e os temperos (*"os cheiros"*) - a pimenta e ervas verdes.

USO DOS RECURSOS NATURAIS	
nome do recurso	**uso comum**
Jacatirão	Estrutura de construção
Aricurana	Estrutura de construção
Cedro	Canoas e artesanato
Sapé	Cobertura
Embaúba	Corda
Timbuíba	Canoa
Ingá	Canoa
Laranjeira do mato	Lenha
Araçarana	Vigas e lenha
Sucanga	Lenha
Chorão	Esteio e caibros
Palmito	Ripas
Cipó	Cordas
Sapucaia	Esteios
Figueira	Canoa
Goricanga	Cobertura
Canela preta	Construção
Canela parda	Construção

Ipê	Construção
Orelha de onça	Construção
Taquara de lixa	Cestos
Timbupeva	Cestos
Pati	Construção
Canudo de pito	Construção

Quadro II: Principais Recursos Naturais utilizados[29].

A caça era outra atividade bastante difundida no bairro. Existiam várias formas de se caçar como a ceva, a armadilha, a caça com espingarda, o buraco, o estilingue e outras. A *ceva* consistia em espalhar grande quantidade de um alimento normalmente ingerido pelo animal que se queria caçar; quando o animal se aproximava para alimentar-se, era capturado. As armadilhas eram construídas para capturar animais específicos e geralmente continham cevas. A espingarda muitas vezes era utilizada para matar o animal, seja na ceva, seja após capturado pela armadilha. A caça utilizando-se do buraco consistia em cavar um buraco de cerca de 2 metros de profundidade, cobrir com galhos e folhas e esperar que o animal caísse dentro; geralmente, esse buraco era

ESPÉCIES MAIS	**CAÇADAS**
nome popular	**forma como é caçado**
Paca	Armadilhas com ceva, buraco
Cotia	Armadilhas com ceva, buraco
Porco do mato	Armadilhas com ceva, buraco
Tatu	Com cachorro
Capivara	Com cachorro
Coati	Armadilhas com ceva, buraco
Gambá	Armadilhas com ceva
Jacú	Armadilhas com ceva

[29] *IBID.*

Macuco	Armadilhas com ceva
Uru	Armadilhas com ceva
Nhambú	Armadilhas com ceva
Vários tipos de passarinhos	Estilingue. Arapucas

Quadro III Espécies mais caçadas[30].

cavado nas proximidades de uma árvore frutífera que produzia a fonte de alimento do animal que se pretendia caçar. E finalmente, o estilingue era usado para caçar vários tipos de passarinhos.

Os recursos provindos da coleta variavam, então, desde ervas medicinais, madeira para canoa e para a manufatura de utensílios domésticos e para o trabalho, cipós para confeccionar as cestarias e fazer amarrações, fibras para tecer a rede de pesca, madeira e barro para a construção das casas, a lenha.

3.3. "*O peixe a gente mata ali no mar*": o trabalho no mar

> *Coletados alguns cheiros para o prato, D. Maria voltou para casa. Ao chegar, colocou a panela com água e os cheiros no fogo para esperar o peixe, que viria com certeza, pois era outubro e outubro era tempo de peixe ...*

No calendário vivencial dos moradores de Cambury, existia uma complementaridade entre as atividades relacionadas à pesca e as relacionadas à agricultura (ver FIGURA III, p.78-79). Esse trânsito entre o mar e a terra era marcante no Tempo dos Antigo. Um caiçara de Cambury explicou em sua entrevista que a agricultura era, "*naquele tempo*", a atividade mais importante no cotidiano do grupo, pois era dela que retiravam seu aprovisionamento de modo mais "*seguro*". Até a metade da década de 70, a atividade agrícola realizada pelos caiçaras de Cambury permitia a

[30] *IBID.*

produção de variedade grande de alimentos como a mandioca, a cana, a batata doce, o feijão ... e assim, ela garantia quase todo o seu sustento.

Durante todo o ano, a pesca também acontecia no cotidiano do Cambury, mas de modo incipiente, apenas para garantir o peixe para consumo diário. Nos meses do calor e quando era safra de tainha – em alguns meses do frio - ela era realizada com mais freqüência e naquela época sim, visava à obtenção de dinheiro para a compra de mercadorias não disponíveis no bairro. Na década de 50, 60 e 70, muitos caiçaras também se deslocavam periodicamente para as cidades de Santos, Ubatuba, São Sebastião e Paraty pescar embarcados, principalmente, na pesca da sardinha. Então, a roça era a base da existência, era "*aquilo que mantém*" e a pesca era "*aquilo que dava um dinheirim*" para comprar o querosene, o sal, a vestimenta.

> *O pessoal pescava muito aqui. Numa hora dessa* [dez horas da manhã] *o pessoal chegava com 2 rede, 3 rede carregada de peixe. Três, quatro, cinco, seis canoada de peixe. Da casa do Simão pra lá era tudo rancho de pesca. Da casa da Justina pra barrinha também, lotado de rancho. A senhora chegava na praia e dava prazer de vê, pra mode ajudá a descarregá as canoa e vê a quantia de peixe que chegava nas canoa, A senhora ganhava viu !? A senhora ganhava um punhado de carapau. A cavala, um moleque desse aí não podia carregá, tinha que ir até a casa arrastando de tão grande que era. Cavala sim senhora ! As cavala ficava tudo perto daquele rio ali, mas era cavala heim... não era desses bichinho pequeno de hoje não. Era cavala que dava prazer... Os homem pescava e as mulhé ajudava a descarregá as canoa e colocá os peixe nos rancho. As vez era tanto peixe que vinha o pessoal de Picinguaba buscar. Eles levava os que sobrava depois que nós dividia com o povo daqui.*

A importância da agricultura e da pesca no cotidiano do bairro foi analisada por um caiçara durante uma entrevista, e sua análise nos sugere ênfase na agricultura como forma "*segura*" de garantir a vida, e a pesca como atividade complementar à agrícola, servindo para proporcionar uma renda necessária à aquisição de produtos não existentes no lugar.

> *A agricultura é muito mais importante. A pesca é uma coisa falha, não é uma coisa que assim que você tem uma garantia dela.. Se você confia só na pesca e não tem uma roça boa, você pode perecer. Tudo na agricultura, mesmo que seja pouca coisa que você faz, mesmo assim dá pra você mantê. Você sabe se você tá plantando a roça, vai chegá num dia que você vai começá a*

colhê. Sabe que vai tê mandioca, a cana, a banana. A pesca é diferente. Se você consegue matá o peixe tudo bem, se você não consegue matá o peixe não tem nada... aí acabô, não tem nada mesmo. Na roça você sabe, se planta colhe. É umas coisa que dá futuro garantido. A pesca não é garantido, é uma ilusão. Num ano dá pra você tirá 2, 3 salário por mês para cada família que pesca. Tem ano que você nem consegue pagá as despesa. A agricultura é diferente, se todo mundo plantá certinho tem, no próximo ano tem. A agricultura dá segurança e por causa disso é mai importante pra nós.

No Tempo dos Antigo, estar atentos aos ritmos e aos fenômenos da natureza era prática cotidiana, pois disso dependia, quase que totalmente, a vida dos moradores de Cambury. A partir dessa relação íntima com o ambiente em que vivia, o caiçara elaborou o complexo calendário de atividades agrícolas, pesqueiras, de caça e coleta de recursos na mata. O modo como os caiçaras de Cambury organizavam seu calendário de atividades agrícolas e pesqueiras e a forma como se organizavam para o trabalho nessas atividades, sugerem que eles eram *lavradores-pescadores*[31].

O processo produtivo, tanto na agricultura quanto na pesca, era garantido predominantemente pela família – nuclear ou extensa – não existindo mão de obra assalariada. Os caiçaras, geralmente, eram donos de seus apetrechos de pesca (canoa e rede) e quando não o eram, estes pertenciam a pessoas do bairro (parentes) e a relação de trabalho estabelecida não envolvia dinheiro. Na venda do excedente de peixe, não havia a participação de atravessadores, pois ela era realizada pelos próprios caiçaras do lugar, seja quando o pescado era levado de canoa para bairros ou cidades próximas, seja quando era vendido no próprio bairro a tripulantes de barcos que aportavam na baía do Cambury.

Naquele Tempo, cada família nuclear possuía sua canoa e cada família extensa, o seu rancho. Costumava-se embarcar na mesma canoa apenas pais, filhos e genros, podendo haver exceções que favoreciam a participação de membros da família extensa - *Na pesca (...) não*

[31] DIEGUES (1983, p.152-156) propõe uma tipologia de formas de organização da produção da pesca, sendo elas: (1) a *produção para subsistência*; (2) a produção pesqueira realizada dentro dos moldes da *pequena produção mercantil*, que engloba as sub-formas - *produção familiar dos pescadores-lavradores* e *produção dos pescadores artesanais;* (3) e a *produção pesqueira capitalista*, que também engloba duas sub-formas - a *produção dos armadores de pesca* e a *produção das empresas de pesca.*

motorizada, o pai em geral trabalha com os filhos e na embarcada, a tripulação se constitui de parentes e amigos[32]. O caiçara de Cambury, visando pescar o peixe para seu consumo diário, usava várias técnicas de pesca, que foram descritas deste modo:

> *Tem a pesca da tarrafa. A moça procura um lugar que não tem pedra e nem galho, um poço limpo no mar ou no rio, joga a tarrafa que é uma linha cheia de anzol e deixa uma boia sinalizando o lugar. A moça amarra uma pedra na ponta da linha pra ela afundar. Já peguei 80 tainha numa tarrafa só.*
>
> *A pesca da rede de espera a moça chega na costeira e poiteia a rede com um cacho de pedras. Vai largando a rede pra fora, pro lado do mar. O peixe entra por terra e sai para o mar (vem do sul e vai para o norte) e quando ele vai sair ele malha, enrosca na rede. Quando a moça vai despescar, seja no mesmo dia, seja no outro dia cedo, o peixe tá todo malhado. Seja grande ou pequeno o peixe malha. Essa é a rede de malha ou rede de espera.*
>
> *Temos também a pesca com a feiticeira. A feiticeira é uma rede que pesca no fundo. Tem duas boias que marcam o lugar da rede e quando a moça larga a rede ela vai para o fundo e fica esticada. De um lado da rede tem uma boia em cima pra sinalizar e uma pedra em baixo pra afundar e do outro lado a mesma coisa. Então o peixe vem, o peixe de areia vem e não pode passar. Quando sobe pra cima tentando fugir ele malha. Na hora de colher a rede a gente pega uma das boia e vai puxando. Essa é uma rede que o barco de pesca pode passar por cima dela.*
>
> *A rede de costeira é aquela que espera o cardume de peixe que nem o carapau, o peixe galo, a enchova, a cavala. A moça vai cercando o peixe com a canoa perto da costeira. Essa era a rede de espia*[33] *que hoje não tem mais. Nós pegava 10, 12 tonelada de peixe assim, na hora. Depois que cerca o peixe ele é tirado de dentro da rede grande com uma rede menor. O nome da rede menor é tombeio.*
>
> *Também tem a rede de pegar cação e tubarão. Esses pesca bem fora, no mar alto. Esta rede não chega no fundo, ela fica em meia água, uns seis metro de altura. A rede tem uns cem metro, como daqui até o morro, e todo cação que passa neste caminho é malhado. A moça tem que ficar tomando conta porque todo barco ou navio que passar a moça tem que avisar, dar sinal com a luz. Quando o barco vê a luz já compreende que tipo de rede está na água e desvia. Agora quando é navio tem que recolher, porque navio não desvia.*

---

[32] DIEGUES (1994a, p. 109).

[33] A "*pesca da espia*" foi descrita por alguns pescadores antigos como existente no período áureo da pesca no Cambury, quando havia muito peixe. Consistia no seguinte: um morador subia no alto de um morro que fica no canto esquerdo da praia (pra quem está de frente ao mar) e fica à "*espia*". Quando o cardume de peixe entrava na baía do Cambury, vindo do canto direito (ou do Sul), o "*espiador*" gritava lá de cima do morro para os pescadores

Tem também outras como a pesca de linha, pesca de vara e a pesca de canoa com prumo que é só jogar o prumo que bate na areia e volta, bate e volta até pegar o peixe.

Na região de Ubatuba, o espaço litorâneo é constituído por inúmeras enseadas. *Nesses nichos ecológicos aparecem a cavala, o carapau, a espada, o bonito, a sororoca, a tainha, que são capturados pelo pequeno pescador com redes tradicionais, como o tresmalho e o cerco flutuante. A pesca aí é predominantemente de praia, com pequenas redes de arrasto, de espera, etc.*[34].

Manuel Firmino e seus dois filhos, Isaias e Fernando, chegaram na praia quando o sol estava nascendo. Já havia outros pescadores se preparando também para irem armar o cerco. Com a ajuda de outros pescadores, os três puxaram a canoa, de um tronco só, até beira do mar e depois se dirigiram para o seu rancho buscar as redes – feitas de fibra de embaúba - a poita – espécie de âncora feita com uma pedra, os remos e os demais apetrechos necessários ao ofício. Várias canoas foram lançadas ao mar e dirigiram-se para as proximidades do costão. Naquele dia, foram montados três cercos e das visitas que Seu Manuel fez à sua rede, tirou do mar quatro canoas, cheias de cavala...

Em 1920, os japoneses introduziram no Litoral Norte uma técnica de pesca denominada pesca do cerco flutuante, que desde então se tornou o tipo de pesca de maior relevância econômica no cotidiano do bairro[35]. Esse tipo de pesca era realizada com mais intensidade entre os meses de outubro e abril – no calor - visando pegar, preferencialmente, peixes que andam em cardume, à meia água e por isso velam, isto é, aparecem à tona, permitindo sua identificação e o

---

que já estavam na praia a espera do aviso e estes entravam no mar. Duas canoas eram usadas para se dirigirem para onde o cardume estava passando e interceptava-o usando as redes.

[34] DIEGUES (1983, p. 115).

[35] A pesca do cerco ainda é realizada pelos caiçaras de Cambury nos dias de hoje. Entretanto, ela não ocorre com a mesma freqüência, as relações de trabalho que nela se processam são diferentes - pois dos três cercos existentes, dois pertencem a pessoas de fora do bairro – e a procedência dos apetrechos de pesca também é diferente – antes, eram confeccionados no próprio bairro e hoje são comprados na cidade. Tratarei de explicitar essas diferenças no capítulo seguinte, por agora me restrinjo a descrever como essa prática era realizada no passado e por isso emprego o tempo verbal no pretérito.

cerco[36]. A técnica de pescar com o cerco é herança japonesa, o tipo de rede - o tresmalho é de origem portuguesa, a canoa e a *poita* são de herança indígena. Segundo MUSSOLINI [37] descreve:

> O cerco flutuante, cerco-de-japonês ou simplesmente cerco, como é mais comumente designado hoje, consta essencialmente de duas partes: a casa (o rodo) e a espia (caminho). A primeira, que é o reservatório, assemelha-se a um grande coador de café, embora não afunilado, e assenta-se no fundo, denunciando-se à superfície das águas apenas por uma elipse de gomos de taquaruçu ... Quanto ao caminho, tem ele comprimento variado, de acordo com a distância em que se acha do costão (15, 20, 30 braças)".

O princípio da técnica do cerco foi explicado por um caiçara de Cambury da seguinte forma:

> *O cerco é uma grande rede em forma de círculo montada perto daquele costão. Aquele é o melhor lugar porque todo peixe viaja do sul para o norte. O mar vem sempre do norte e o peixe não anda no mesmo sentido da água, por isso o peixe vem do sul. O peixe vinha vindo e quando ele tentava sair da baía do Cambury ele se deparava com a rede guia*[38] *que dirigia ele para a boca da rede do cerco, onde ele fica preso.*

Um grupo de cinco homens participavam da pesca do cerco, dois na canoa menor e três na maior. As duas canoas eram dirigidas para as proximidades do costão e quando chegavam oo *"lugar certo"*[39], iniciava-se o trabalho de preparo do cerco. A rede em forma de cerco era presa a pedaços de bambu e *"poiteada"*[40] em diversos pontos. Os pescadores deixavam a rede, para onde retornariam somente umas quatro horas depois, para a *"visita"*[41]. Durante a visita, o peixe era *"paneado"*[42] da rede para o *"sacador"*[43] e *"tombiado"*[44] para as canoas. Normalmente, a rede do

---

[36] KANT de LIMA e PEREIRA (1997).
[37] *apud* DIEGUES (1983, p.181).
[38] *"Rede guia"* é colocada verticalmente presa ao fundo. Ela serve como direcionador dos peixes para a rede do cerco.
[39] Cada caiçara que possui um cerco (a rede) deve registrar a propriedade na Capitania e no ato do registro, especifica exatamente onde arma seu cerco no mar, devendo mantê-lo sempre no mesmo lugar - o *"lugar certo"*.
[40] *"Poiteada"* ou poitada significa ancorada, fixada.
[41] *"Visitar"* o cerco é ir até a rede, largada no mar, verificar se há a presença de peixes. Essas visitas, no caso da pesca do cerco obedecem a uma certa periodicidade.
[42] *"Panear"* é o termo utilizado para designar o processo de recolhimento da rede de modo a conduzir os peixes para o sacador.
[43] *"Sacador"* é uma parte do cerco feita com rede mais grossa.
[44] *"Tombiar"* é tombar os peixes da rede para as canoas.

cerco ficava na água por oito dias e depois, retirada para ser reparada.

Segundo MUSSOLINI (1980, p. 233), a rede utilizada na pesca do cerco - o *tresmalho* - é de origem portuguesa. No Tempo dos Antigo, o material utilizado na confecção desta e de outras redes era a fibra de casca de embaúba, ou o barbante. A rede do cerco flutuante é uma armadilha cara e foge às possibilidades da grande maioria dos pescadores caiçaras. No Tempo dos Antigo, existiam três cercos flutuantes no Cambury e todos eles pertenciam a pessoas de fora – de Picinguaba e Ubatuba.

> O que se conhece hoje como tresmalho é uma rede de forma retangular e de comprimento aproximado de 90 metros, composta de uma única parede de malhas uniformes, de tamanho que permita prender o peixe pela cabeça. É empregado de três maneiras: (1) deixando a rede em posição transversal à correnteza, sendo esta a chamada "rede de espera". (2) Na pescaria conhecida nas costas paulistas como a "pesca do caceio". Nesse caso, a rede é lançada n'água da maneira descrita acima, porém, o pescador, de dentro da canoa, mantém seguro na mão um cabo preso à tralha da cortiça, de sorte que a rede vai acompanhando o movimento da canoa ao deslocar-se. (3) finalmente, ainda se usa o tresmalho para fazer o "cerco" em pleno mar".

As canoas pertenciam às pessoas do lugar e eram confeccionadas de madeiras locais, como o guapuruvu, cedro, ingá, jequitibá, canela, figueira, caixeta e timbuíba. As árvores eram tradicionalmente retiradas durante a lua minguante, ou nova, para evitar o apodrecimento da madeira, pois segundo alguns relatos: "*durante a lua fraca, a água desce pra raízes e a madeira seca mais rápido*". De acordo com DIEGUES (1994b, p.105):

> As técnicas de fazer a canoa são de origem indígena, ainda que hoje se usem o machado, a plaina, a enxó (...). Além da canoa, a maior parte dos apetrechos são feitos manualmente com material local como: os *cestos* e *balaios*, feitos do cipó timbopeva, nos quais se colocam os peixes depois da pesca (samburás); a *cuia* feita de cabaças para esgotar-se a água da canoa; e a *gamela*, feita de caixeta, na qual se guarda o peixe depois de consertado (escamado e limpo).
>
> Dos índios ainda proveio a poita, que os portugueses levariam para Portugal (...). A poita, nada mais é que uma âncora primitiva, ainda fruto do aproveitamento dos recursos do meio, como quase tudo o que se refere à nossa pequena pesca é, de norte a sul, empregada tanto para ancorar canoas, como redes. Consiste numa grande pedra, amarrada com um cabo, cipó ou pedaço de rede

> velha passado ao seu redor. Dela provém uma série de expressões muito comuns no Brasil, como: "pescar de poita", isto é, pescar de dentro da canoa; "canoa poitada" ou "rede poitada", isto é, fundeadas (...).

A produção pesqueira era dividida entre os tripulantes das canoas, o dono do cerco (da rede) e os demais que ajudaram na pesca – "*o espia*"[45], mulheres e crianças . MUSSOLINI (1980, p. 236-237) faz descrição rica em detalhes de como era realizada a partilha dos peixes em uma ilha do litoral de São Paulo, na qual encontro semelhanças com a descrita no Cambury. Diz ela:

> Toda uma tradição se prende, no litoral paulista, à pesca da tainha e poder-se-ia mesmo dizer que tudo nesta pesca é tradição. Assim, na partilha do peixe: retirado "o terço" do resultado que cabe ao dono ou donos da rede, dos restantes dois terços, (...) os seis tripulantes das canoas (...) participam. Para iniciar a divisão, trata-se primeiro de separar o terço, operação em que não entra nenhum cálculo complicado, mas é tarefa mecânica e eficiente: lançando-se dois peixes de um lado e um de outro até esgotar-se o estoque. Está separado o terço. Do monte maior sairá o "quinhão" dos que trabalharam, quinhão variável segundo o vulto da pescaria e o número de participantes. Para isso, se não há muito peixe, a tarefa é fácil: dispõem-se os camaradas em círculo (...) e a seus pés vai sendo lançado um peixe, um por um, perfazendo a roda toda (...) até esgotar-se o monte. O *espia* recebe dois quinhões, isto é, ao chegar a sua vez, em lugar de lançarem um peixe, lançam-se dois; os homens recebem um quinhão, as mulheres e crianças, meio quinhão (isto é, para cada mulher numa volta se dá e noutra não).

Além do cerco flutuante, outro tipo de cerco era realizado no inverno, quando era safra de tainha. No litoral norte de São Paulo, as tainhas começavam a aparecer em maio, eram abundantes em junho e julho e desapareciam em agosto. Na época do cerco à tainha, ocorria a participação de toda a família, inclusive das mulheres e das crianças, que pescavam na praia - "*Quando tinha muita tainha as mulhé e as criança entrava na água até pouco pra cima do joelho. Agachava quando vinha a onda e catava as tainha na saia. Era uma fartura que não acabava mais ...*"

---

[45] "O *espia*" era o homem encarregado de observar a entrada de cardumes na baía de Cambury. Antes mesmo das canoas serem lançadas ao mar, ele subia no morro mais alto, à esquerda da praia, e ficava observando a parte sul da enseada – "*os peixes vêm do sul pro norte*". Quando o cardume adentrava, o *espia* gritava – dependendo da intensidade do grito era o tamanho do cardume – e orientava com os braços os outros pescadores, a se aproximarem do cardume.

Na época de tainha, o espia ficava o dia todo lá em cima daquele morro só esperando os peixe chegá ... o peixe que vinha viajando lá do sul. Quando o cardume chegava ele gritava e as canoa eram lançada n'água.

Baseando-se na íntima relação que possuíam com a natureza, os caiçaras do Tempo dos Antigo elaboraram o complexo calendário de atividades pesqueiras e agrícolas, que o configurou lavrador – pescador. A partir dessa relação eles também elaboraram representações interligando esses dois territórios, que perduram até o Tempo de Hoje no imaginário dos sujeitos. Atribuir correlações entre as coisas da terra e as do mar[46], pareceu-me um dado a ser considerado na visão de mundo do caiçara de Cambury.

As representações que elaboram sobre a natureza circundante – na terra e no mar – parecem se fundir em uma única representação holística de natureza, onde não cabem separações. O trânsito intenso entre os dois territórios, leva-os, algumas vezes, a fazerem interrelações no modo de perceberem os fenômenos na terra e no mar. Um fato curioso nesse sentido, é o modo como o caiçara reflete sobre a influência da lua na agricultura. Segundo um interlocutor, no período entre a lua crescente e a cheia, a água existente no vegetal sobe para suas partes aéreas. A rama de mandioca – parte aérea da planta - deve ser plantada neste período, pois quando retirada da terra, estará carregando grande quantidade de água em seu interior e quando for plantada também terá água disponível, já que a lua estaria atraindo a água para cima. Sendo assim, o caiçara afirma que, quando se planta a rama da lua crescente para cheia ela "*cresce e a raiz engrossa*" e quando se planta a rama na lua minguante "*tanto a rama quanto a vara mingua (...) porque a água desce pra terra*". Se pensarmos nas afirmações – na lua cheia, a planta "*cresce e a raiz engrossa*" porque a lua atrai a água pra cima e na lua minguante, "*tanto a rama quanto a vara mingua porque a água desce pra terra*", podemos fazer uma relação direta entre as forças promovidas pela lua na água da terra e na água do mar. Em outro momento, quando esse caiçara descrevia as forças da lua nas marés, revelava o mesmo tipo de analogia dizendo ser na lua cheia,

[46] SILVA, Gláucia Oliveira da. "**Tudo o que tem na terra tem no mar" – a classificação dos seres vivos entre trabalhadores da pesca em Piratininga, Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FUNARTE – Instituto Nacional do Folclore, 1989.

o momento em que a água do mar também "*cresce*" sobre a terra e "*engrossa*", e na lua minguante, quando a água volta para o mar, "*desce pra terra*".

> *Naquele dia Manuel Firmino e seus filhos voltaram para casa trazendo quatro cestos cheios de cavala. Toda a cavala seria consertada e salgada e depois, ficaria secando nos varais estendidos em frente à casa da família, até que estivesse no ponto de ser vendida. D. Maria já estava com o caldo fervendo na panela, só esperando o peixe. No cesto trazido pelo marido havia também um pouco de carapau, que foi usado no preparo do azul marinho daquele dia. Enquanto saboreavam o prato, S. Manuel Firmino ficou a rememorar o tempo em que ele e seu filho mais velho, Isaias, estiveram pescando embarcados em Santos, em São Sebastião e em Picinguaba...*

Os pescadores de Cambury relataram sobre o tempo em que começaram a pescar embarcados em Santos, Paraty, Ubatuba e São Sebastião, principalmente nos períodos da pesca da sardinha, freqüentes nas décadas de 50, 60 e 70. *Na Região Sudeste, a sardinha e os peixes de fundo, dados os cardumes relativamente grandes no litoral sudeste-sul, favoreciam a atividade dos armadores de traineiras e barcos linheiros cuja produção era comercializada nos grandes centros urbanos*[47].

> Por volta de 1920 / 1930, começa a surgir uma outra forma de se organizar a produção que tem como base a pesca da sardinha pelas traineiras (...). A armação dessas embarcações não só exigia um volume de capital considerável e uma divisão técnica de trabalho mais intensa no interior dessas embarcações maiores e já motorizadas, como também implicava no surgimento de um não-pescador, o armador. Além disso, essa captura se destinava, toda ela, ao mercado urbano em expansão. Em oposição à pequena pesca, à pesca dos camaradas e companheiros, a produção dos armadores e embarcados implicou numa separação gradativa entre o capital e a força de trabalho.

Muitos pescadores de Cambury embarcavam em Picinguaba, onde tinham muitos parentes. Na pesca da sardinha, o pescador ficava no mar três semanas – lua minguante, nova e crescente – e uma semana passava na terra – lua cheia. Quando o céu está escuro, pode-se perceber a

[47] DIEGUES (1983, p. 131).

movimentação do cardume, pois ao se deslocar no mar, ele movimenta alguns plânctons que refletem uma luminescência. Na lua cheia, quando o luar se reflete na água do mar, torna-se difícil perceber essa luminescência por isso, nesse período, os pescadores não iam para o mar. Nos períodos mensais sem pesca, processava-se de forma mais intensa a sociabilidade nas vilas e bairros caiçaras. DIEGUES (1983, p.157-159) ao realizar sua pesquisa de campo no litoral norte teve a oportunidade de presenciar esses momentos inúmeras vezes:

> Na pequena praia de Picinguaba, situada no extremo norte do litoral paulista, com uns 400 habitantes, no período claro, quando as tripulações das traineiras não saem para pescar, há uma movimentação fora do comum. Os embarcados costuram as grandes redes de sardinha estendidas na praia, entre um e outro copo de cachaça, que vão beber na única venda da vila. É ali que a conversa gira em torno dos últimos acontecimentos da pesca, das partes de cada traineira, das mudanças de tripulação, dos jogos de futebol. Dentro da pequena enseada, o porto mais seguro do litoral norte, quatro ou cinco traineiras ficam ancoradas por quase uma semana, até que o mestre, passada a lua cheia, ordene o embarque dos tripulantes, que visitavam suas famílias em terra. Durante essas visitas, a vila enche-se de vida com os rádios portáteis tocando alto as músicas mais recentes. Ao mesmo tempo, as canoas a remo, levando grupos de quatro a seis camaradas, vão visitar os cercos flutuantes situados próximos aos costões.

No início, a pesca da sardinha era realizada dentro do sistema de *companhas*[48], isto é, o dono do barco e dos equipamentos de pesca participava da mesma com vizinhos, remunerados pelo sistema de partes. *À medida que o mercado se ampliava e se tornava mais estável com o aparecimento das indústrias enlatadoras de sardinha, a organização da pesca das traineiras se tornava mais complexa. Apareceu então o armador, que possuía várias traineiras, onde colocava, como mestre, parentes, conhecidos ou vizinhos*[49].

O estímulo financeiro promovido pela pesca da sardinha, pode-se dizer que ocasionou uma empurrada dos caiçaras, da terra para o mar. O autor analisa que na década de 1940-1950, acentuou-se uma evasão das atividades agrícolas para a pesca, ocorrida em função de problemas

---

[48] *Companha (ou companhia), nome proveniente de Portugal e que significava sociedade ou grupo de pescadores que trabalhavam juntos, de forma igualitária. A remuneração do trabalho se fazia pelo sistema de partilha do produto final capturado* (DIEGUES, *op.cit.*, p. 122).

[49] *Ibid*, p. 122.

como o esgotamento de solos, pragas repetidas na lavoura de mandioca e também pelas rendas baixas auferidas na agricultura, forçando seus participantes a se integrarem cada vez mais na atividade pesqueira. Muitos caiçaras de Cambury relataram que naquela época, eles deixavam periodicamente o bairro, chegando a se ausentar por semanas, meses e até anos. Na ausência dos maridos e por vezes dos filhos, a atividade agrícola, nas roças das famílias, ficava a cargo das mulheres.

Os caiçaras alertam também naquele período, o pescado começou a escassear dando início ao problema que perdura até os *"Dias de Hoje". A desorganização dessa sociedade agrário-pesqueira, com o aparecimento de um grande número de ex-agricultores-pescadores, que passaram a viver exclusivamente da pesca, veio a alterar a estrutura tradicional de campanhas (...)*, ocasionando o aparecimento de donos de barcos e de redes que passaram a assalariar seus empregados[50]. No Cambury, não havia nenhum dono de rede ou de barco, isso levou o caiçara, que começava a se dedicar mais à pesca do que de costume, a ir pescar, assalaridado, em outras localidades[51].

A herança cultural indígena, aliada ao relativo isolamento geográfico, havia feito do caiçara de Cambury um homem intimamente ligado aos ritmos da natureza e essencialmente dependente dos recursos que esta pudesse lhe oferecer. Para MUSSOLINI (1980, p.226), o tipo de vida fechada que se desenvolveu no litoral resultou em:

> Um aproveitamento intensivo, quase exclusivo e mesmo abusivo dos recursos do meio, criando-se, por assim dizer, uma intimidade muito pronunciada entre o homem e seu habitat. Conhece o homem muito bem as propriedades das plantas ao seu redor - bem como os fenômenos naturais presos à terra e ao mar e que o norteia no tipo de vida anfíbia que leva, dividindo suas atividades entre a pesca e a agricultura de pequeno vulto, com poucos excedentes para troca ou para a venda: os ventos, os "movimentos" das águas, os hábitos dos peixes, seu periodismo, a época e a lua para se pôr abaixo uma árvore ou lançar à terra uma semente ou u'a muda ou colher o que plantou.

---

[50] *Ibid*, p. 124.

[51] A transformação dos caiçaras de Cambury em pescadores artesanais proletarizados será abordada no capítulo seguinte.

Não deixando de concordar com a autora, quando ela relata sobre a íntima relação do caiçara com o meio circundante, a característica de uma vida essencialmente fechada[52], talvez não corresponda ao que acontecia no Cambury, nem mesmo em seus tempos remotos. Em momento algum, a população do Cambury parecer ter-se encontrado fechada em si mesma, sem manter relações, inclusive econômicas, com a sociedade inclusiva[53]. A própria formação desses aglomerados humanos, que viveram com certo grau de isolamento, tem a ver com os momentos de prosperidade e estagnação da economia regional, que provocaram o abandono de grandes fazendas. Outro exemplo disso são relatos orais que nos apontam: desde o início do século, algumas pessoas trabalhavam ciclicamente fora do bairro, seja na pesca, seja em outras atividades, como construção civil e empregos domésticos (no caso das mulheres). Até mesmo empreendedores de fora chegaram a investir, dentro dos limites do bairro, em uma serraria, a Serraria dos Ingleses, onde grande parte da população trabalhou, alternando o trabalho na roça e no mar.

> *Aqui já teve também uma serraria, no tempo dos inglês. Isso era duma Companhia dos Inglês que existia aqui antes deu nascer. Se eu tô com 70 ano, isso deve ter uns 90, 100 ano atrás. Eles vieram e conheceram muito a mata, os madeirões daqui e fundaram a serraria aqui*[54]*. Eles vieram e assentaram os maquinários todos e começaram a serrar as toras de madeira. Esses madeirões depois de serrado eram taboados e exportados para o Rio de Janeiro ou para Santos para então pegar os navios e ir para as Europas. Essas madeiras saia aqui do lugar. Tinha também o chatão, a moça sabe o que é o chatão? Na nossa linguagem daqui, que nós aprendemo, chatão é uma embarcação de boca aberta, uma embarcação grande. Então, pra carregar as mercadorias, que fosse madeira, que fosse ferro, que fosse banana, o rebocador rebocava o chatão para Santos ou Rio de Janeiro. Mas devido ao nosso lugar não ser competente por causa do sudoeste, muita maresia igual a moça tá vendo aí, a serraria teve que mudar de lugar.*

---

[52] Uma das críticas feitas aos Estudos de Comunidade realizados na década de 40 e 50 foi a desses estudos darem excessiva ênfase aos aspectos locais e atuais, numa exageração do grau de isolamento das comunidades - NOGUEIRA, Oracy. *Os estudos de comunidade no Brasil.* **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.3 (22), FFCL / USP, 1955 - citado também por CONSORTE (1996).

[53] O caso estudado por MUSSOLINI (*op.cit.)* quando a autora fez este tipo de análise – uma vida fechada - era diferente do Cambury, portanto, não estou aqui fazendo uma crítica à autora, e sim, fazendo uma analogia com tal afirmação no contexto do bairro estudado..

[54] Ainda hoje, podem-se ver os vestígios dos maquinários usados naquela serraria.

> *A serraria era de gente de fora, dos inglês, mas o pessoal daqui trabalhava lá. Meu pai trabalhava na serraria e meus tio também. Trabalhava na serraria e na roça também de modo a nunca faltar um di comê pra nóis.*

Alguns autores exageram no grau de isolamento das populações estudadas, a meu ver, na tentativa de valorizar os aspectos culturais, singulares de seus sujeitos, talvez para salientar as diferenças. Ao mesmo tempo em que é fundamental resgatar essas diferenças, pois refletem modos diferentes de ser e estar, as semelhanças também possuem igual importância, porque possibilitam enxergá-las dentro da sociedade em que todos nós vivemos. Na tentativa de enfatizar demasiado as diferenças, o pesquisador pode perder a dimensão da sociedade como um todo, deixando de ver seus sujeitos como inclusos também, numa sociedade de classes. Enfim, mesmo sendo detentores de singular cultura, os caiçaras estão inseridos em uma sociedade - a sociedade brasileira. Nas décadas de 50, 60 e 70 – os moradores de Cambury passaram a se ligar com mais freqüência ao mercado de trabalho da sociedade inclusiva, como assalariados. Entretanto, desde quando é possível se lembrar, eles relatam terem buscado trabalhos temporários nas cidades, porém, com menos intensidade e freqüência do que acontece hoje.

Afastando-se gradativamente da terra, proletarizando-se no mar e indo trabalhar com mais freqüência fora do bairro, o caiçara adentra ao período que chamo de O Tempo de Transição. À área do bairro, até então tida como *comunidade-bairro* - denotando o *espaço físico e social dos sítios*[55], *circunscrito não apenas por conceitos formais de medições como metros, alqueires, mas por uma gama de relações ligadas ao parentesco, à localidade e à vizinhança* – vão aos poucos, sendo incorporados novos sentidos, novos valores, um "*novo tempo*".

[55] GUSMÃO (*op. cit*, p.32).

PARTE III:

CAIÇARAS: Do Tempo de Transição ao *"Tempo de Hoje"*

"Não há vida sem morte, como não há morte sem vida, mas há também uma 'morte em vida'. E a 'morte em vida' é exatamente a vida proibida de ser vivida."

Paulo Freire

CAPÍTULO IV: O Tempo de Transição - um território em mudança

O cotidiano caiçara de outrora, no qual o "*que mandava aqui é que nós era parente*", no qual "*quando um filho casa abri uma roça pra ele e sua família logo ali no morro*", no qual "*da roça tinha fartura e do mar, nem se fala ... era peixe que não acabava mais*", já descrito anteriormente, não se parece com o contexto encontrado na pesquisa etnográfica. Em termos cronológicos, pode-se dizer que o "*Tempo dos Antigo*" não dista muito dos "*Tempo de Hoje*" – somente 20, 30, 40 anos – mas, a velocidade das transformações que intercruzaram estes dois tempos, constituem um Tempo de Transição[1] e leva-nos à impressão de que "*Aquele Tempo ...*" foi a muito tempo atrás.

> *Aqui era outro mundo, o nosso mundo aqui.*
> *Aqui nóis tinha de tudo ... não faltava milho, não faltava feijão, não faltava farinha. Tinha galinha... nóis tinha uma fartura que nossa mãe! Se alguém vinha na minha casa comia, bebia... tinha de tudo. O povo trabalhava na roça, pescava. Pra nóis não faltava nada mesmo, vinha tudo do pessoal do lugar. Nós comprava quase nada de fora, um pouquinho de sal, querosene, roupa. Hoje em dia tamo aqui, sem nada. Nesse lugar tem que fazer um sacrifício danado pra poder comer alguma coisa e não morrer de fome. Olha, minha filha, o Cambury já foi o Cambury.*

Os caiçaras do bairro rural de Cambury, partilham de história secular, enfaticamente relatada, mesmo de forma fragmentada, pelos interlocutores. Como era o Tempo dos Antigo e como é o Tempo de Hoje é a forma como relatam essa história, denotando evidente idealização do passado, em contraponto ao presente e, muitas vezes, ao possível futuro do bairro. O Tempo dos Antigo era marcado pela fartura, pela liberdade, pela troca, pela riqueza enquanto, os "*Dias de Hoje*" são marcados pela falta de alimentos, falta de liberdade, pelo individualismo, pela pobreza. Entre o Tempo dos Antigo e o Tempo de Hoje está o Tempo de Transição, marcado por mudanças sócio-econômicas e culturais profundas na vida dessa população, intimamente relacionadas ao Ciclos Econômicos da região no século passado e a ações do Poder Público,

[1] O modo como nomeei o Tempo dos Antigo e o Tempo de Hoje é exatamente igual ao modo como o caiçara de Cambury também os nomeia. Já Tempo de Transição é uma nomeação feita por mim a título de enfatizar o período no qual as ações do Poder Público desencadearam as transformações aqui analisadas. Não existe distinção tão clara desse período feita pelo caiçara de Cambury. Eles se remetem às ações e as analisam uma por uma isoladamente; não as agrupam em um mesmo bloco como ações do Poder Público e nem como pertencentes ao Tempo de Transição.

Nacional ou Estadual, que ora projetou um modelo desenvolvimentista e ora um modelo conservacionista para a região.

4.1. As Ações que promoveram Mudanças ...

A versão oficial da história afirma ser o Cambury uma antiga fazenda que, com a desarticulação da economia cafeeira e da açucareira, seu proprietário teria abandonado suas terras, deixando para trás os seus escravos. Essas pessoas teriam ficado por lá desenvolvendo a pequena agricultura para o seu aprovisionamento, baseada na policultura. Segundo DIEGUES (1983, p.174): *O surgimento da policultura no Litoral Norte, especialmente a partir do fim do século XIX, está ligado à desorganização da economia cafeeira* [e posteriormente da açucareira] *que até meados do século passado transformara Ubatuba numa das regiões mais ricas do estado de São Paulo.* Além da agricultura para o aprovisionamento, os caiçaras de Cambury tinham a pesca ocasional da tainha como complemento alimentar, e ao mesmo tempo vendiam o pequeno excedente desse peixe seco em cidades, bairros e vilas próximos. CARVALHO (1943)[2] descreve esta complementaridade entre a pequena agricultura e a pesca, salientando a precariedade das condições de vida do praiano:

> O alimento é simples e pouco variado, produto de suas culturas e da pesca. Apertado entre o mar e a serra, pouco terreno se lhe oferece para plantar. (...). Contudo, os praianos fazem sempre suas roças, as quais fornecem mandioca e cana para o fabrico da garapa, com a qual adoçam o café. Além desses, só os produtos do mar enriquecem sua alimentação diária. Inconstante como é o oceano, ora lhe oferece pescado em abundância até excessiva, a ponto de não poder aproveitá-lo todo, ora muito agitado impede a saída das canoas e, portanto, o abastecimento.

A baixa renda proporcionada ao caiçara de Cambury pela pesca, muitas vezes não era suficiente para os gastos (vestimenta, sal, querosene, alguns poucos remédios) e ele procurava melhorá-la, processando alguns produtos da agricultura e comercializando-os. Além da produção

[2] *apud.* DIEGUES (1983, p. 175).

de farinha de mandioca, o caiçara secava feijão e café em pequenos tabuleiros ao redor da casa, ensacava esses produtos em sacos confeccionados com material do lugar e transportava-os pelas trilhas, ou de canoa a localidades próximas.

Por serem os solos arenosos (pouca matéria orgânica), os caiçaras realizavam a agricultura itinerante que implicava, dentre outras coisas, em deixar a terra "*descansando*" por longos períodos de pousio; a comercialização de produtos agrícolas era difícil, dada a distância do bairro aos pontos de comércio; tudo isto dificultava a eficácia da prática agrícola, levando à procura cada vez maior das atividades pesqueiras. Com a intensificação da pesca da sardinha nas proximidades de Cambury, muitos que eram *lavradores-pescadores*, acabaram abandonando a agricultura à mercê do restante da família, tornando-se exclusivamente pescadores. *Durante os anos de 1920, começaram a aparecer em Ubatuba (...) barcos provenientes de Santos, como o Audaz, Nair, Dragão, para comprar peixes na região. O pequeno produtor litorâneo começa a se dedicar mais à pesca*[3].

Assim, os pescadores – lavradores de Cambury, foram afastando-se da terra e tornando-se *pescadores artesanais*[4]. De acordo com MUSSOLINI (1980, p.234): *a pesca artesanal se opõe à pesca de maior vulto, realizada por barcos a motor, dispondo de aparelhamento dispendioso e assalariando seus trabalhadores.* Outros fatores que caracterizam os pescadores artesanais estão relacionados aos saberes possuídos acerca de seu ofício e segundo DIEGUES (1983, p. 153,154): *A essência da pesca artesanal é o conjunto de conhecimentos sobre meio-ambiente, as condições de marés, a identificação dos pesqueiros, o manejo dos instrumentos de pesca. Este conjunto de conhecimentos faz parte dos meios de produção dos pescadores artesanais. Este conjunto de saberes são em geral transferidos de pai para filho e guardado cuidadosamente pelos pescadores.*

---

[3] DIEGUES (1983, p.184).

[4] *ibid.*, p. 153,154.

Para os pescadores artesanais, a pesca deixa de ser atividade suplementar e converte-se na principal fonte de renda e de bens destinados à venda. O grupo doméstico deixa de ser a base das atividades de produção e cooperação e a divisão do trabalho é baseada na especialização das tarefas de pesca. O pescador passa a utilizar barcos motorizados, permitindo-lhe explorar ambiente mais amplos e distantes da costa, além de outras inovações, como os processos de conservação do pescado. A venda do produto é feita por atravessadores ou diretamente para empresas de pesca. Nesse estágio o pescador artesanal passa a viver exclusiva ou quase que exclusivamente da pesca.

Por volta de 1930, surgia em Ubatuba nova fase para a pesca local: a captura da sardinha. Por se tratar de pescado encontrado em abundância na região, a pesca da sardinha veio a ser excelente alternativa econômica para o caiçara de Cambury, que até então resumia suas atividades pesqueiras ao cerco flutuante e ao cerco à tainha. Entretanto, *(...) a pesca da sardinha através dos barcos e da traineira superava as possibilidades de apreensão da organização social local: essa pesca era realizada em grandes proporções, por barcos vindos de Santos, que, além de pescar utilizando equipamentos mais modernos, compravam o produto dos pescadores locais para revendê-lo*[5], instigando o caiçara a se deslocar para portos como Picinguaba para pescarem embarcados.

A pesca da sardinha era feita por duas equipes especializadas, com funções distintas na captura: a tripulação do barco e a tripulação da rede. Normalmente, o caiçara local era contratado como tripulante da rede, ao passo que a tripulação do barco – *mestre, primeiro maquinista, primeiro marinheiro, segundo marinheiro, moço de bordo, cozinheiro e um sobressalente*[6]– provinha de Santos. Acabada a pescaria, *...o mestre da rede vendia a sardinha capturada ao mestre do barco pelo preço local, sendo o dinheiro então dividido entre os companheiros da rede*[7].

---

[5] *Ibid.*, p. 185.
[6] *Ibid*, p. 186.
[7] *IBID.*

Com abertura da rodovia ligando Ubatuba e Caraguatatuba, na década de 60, a atividade turística do município intensificou-se e com ela a especulação imobiliária, atingindo mesmo os bairro rurais de Ubatuba. Até então, os caiçaras de Cambury contam terem recebido poucos turistas no Cambury e os que apareciam, permaneciam alguns dias e não se interessavam em comprar suas terras. Naquela década, os caiçaras alertam para o aparecimento de um político que, aos poucos, foi comprando toda a área chamada pelos moradores de "*o coração do Cambury*". "*Poucos caiçaras possuíam os títulos de propriedade de seus terrenos nas praias, que tradicionalmente passavam de pai para filho. Percebendo o grande potencial turístico dessa área, grupos imobiliários começaram a se apropriar dessas terras, lubridiando a boa fé dos moradores*"[8].

Pouco antes de os caiçaras iniciarem a venda de suas terras, técnicos do IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – chegaram ao bairro para demarcar as terras das famílias. O IBRA tinha como diretriz a legalização da ocupação humana no meio rural ao longo do litoral do Estado de São Paulo e outros Estados. Os caiçaras de hoje relatam ter havido, naquela época, estranhamento ao fato de começarem a pagar pelas terras consideradas "deles", mas de forma geral, todos tiveram suas posses declaradas.

Recebi um carnê e paguei uns dez ano. Depois parô de vir e eu parei de pagá.

O significado da demarcação de posses e daquele imposto, nunca foi esclarecido ao caiçara de Cambury. A dificuldade de compreensão era tamanha que, o fato de o IBRA ter interrompido o envio do carnê, significava terem pago todo o necessário para garantir a terra como direito. Na realidade, o IBRA parou de enviá-lo devido a problemas burocráticos internos, quando da transformação do IBRA em INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária. A demarcação das posses transfigurou o sentido de terra coletiva em individual, provocando modificações no modo como o caiçara representava e vivenciava seu território. As consequências desse processo são sentidas até os *Dias de Hoje*.

[8] *Ibid.*, p. 188.

Outra rodovia, além da Caraguatatuba – Ubatuba, foi construída na região intensificando o desarranjo fundiário no Cambury, posto que atravessa o território do bairro. A construção da Rodovia Rio-Santos foi autorizada no governo Castelo Branco, concebida para atender às necessidades de escoamento da produção advinda do complexo econômico Rio de Janeiro - São Paulo. Na realidade, aquela estrada nasceu no bojo do modelo desenvolvimentista alastrado por todo o país durante o governo Juscelino Kubitschek[9]. O quadro do Brasil essencialmente agrícola, da década de 30, foi sendo aos poucos alterado. Na década de 60, a relação campo-cidade, praticamente se invertera, e a economia brasileira, sob o efeito da chamada segunda industrialização, se tornou predominantemente industrial[10]. Pela primeira vez, o censo de 1960 mostrava haver mais gente na cidade que no campo, fruto das vigorosas frentes migratórias vindas sobretudo do Nordeste para o Sul[11]. Esse processo se desenrolara ao longo da década de 1950, mormente entre 1955 e 1960, quando em cinco anos esperava-se avançar cinquenta. O contexto político vigente estimulou a ligação rodoviária de São Paulo e Rio de Janeiro, passando por vários portos marítimos – a rodovia Rio-Santos.

Finalizada em 1972, no trecho próximo ao bairro de Cambury, a rodovia constituiu-se como marco fundamental de mudança ocorrido na história recente de seus moradores. Até aquele momento, a ligação entre o bairro e as vilas ou cidades próximas era feita por trilhas no interior da mata ou por canoa, causando o relativo isolamento de sua população .

> *Naquela época estrada de rodagem não tinha, as viagem para o comércio de Ubatuba ou Paraty era a pé. A moça saía daqui 5 h da manhã para Ubatuba, daquele canto da praia ali. Subia morro, saía noutra praia, subia morro, saía noutra praia, até chegar em Ubatuba. Chovesse que ventasse, a moça posava em Ubatuba e tinha que voltá. Às ve não dava pra ir num hotel porque a capacidade da pessoa não tinha para dormir em hotel, aí a moça arrumava um agasalho qualqué até que amanhecia o dia de amanhã. Quando batia 5h da manhã, a moça pegava o que tinha, compras ou um remédio para alguém doente do lugar, então viajava de volta o dia todo. Conforme fosse o adiantamento, umas 6h da tarde a moça tava no Cambury. Outra coisa era as*

[9] GUSMÃO (1979, p.51).
[10] LAMBERT, J. *Os dois Brasis*. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Sociedade e Educação, 1. Rio de Janeiro, 1959.
[11] CONSORTE (1996).

viagem de canoa. A gente carregava a canoa de peixe seco e farinha pra ir vendê em Picinguaba, Paraty, Ubatuba...

Antes de ser iniciada, quando ainda era uma intenção, a construção da rodovia desencadeou ações cujas consequências são sentidas, até hoje, pelos moradores de Cambury. Ainda na década de 60, os 257 km que percorreria a porção da BR.101 entre Santos e Rio de Janeiro viraram foco de interesses de empreendedores. No caso de Cambury, eram predominantemente os ligados ao turismo, estimulados com a elaboração do projeto Turis.

Este projeto, elaborado pelo governo federal em 1973, afirmava ser o litoral norte de São Paulo e sul Fluminense áreas prioritárias para o desenvolvimento do turismo. Acoplado à construção da BR.101, o projeto Turis preconizava que: *...cada palmo de estrada conseguiria medir um novo índice de desenvolvimento potencial. As áreas compreendidas entre Ubatuba e Paraty são consideradas como de aptidão agrícola relativa, isto é, onde a economia agrícola se caracteriza por ser basicamente de subsistência*[12]. Sua ideologia considerava como áreas potencialmente turísticas todas as áreas que margeavam o litoral da Rio-Santos, afastadas ou não do mar, dotadas ou não de praias, desconsiderando a atividade rural como elemento essencial da economia regional (GUSMÃO, 1979).

Segundo a autora, todas as promessas de desenvolvimento e possibilidades de melhoria para a sobrevivência da população, passaram a ser relacionadas com o desenvolvimento turístico. Por esse motivo a BR.101 foi chamada de a "Estrada da Redenção" em termos do desenvolvimento regional e da inserção do caiçara no mercado de trabalho pelo turismo. No entanto, ela trouxe uma multidão de especuladores e grileiros interessados em expropriar o caiçara da terra, passando-a às mãos de grandes empreendedores.

Anos mais tarde, em 1977, foi a vez de o Governo Estadual intervir na realidade do litoral norte de São Paulo, criando o Parque Estadual da Serra do Mar. Esse Parque, criado pelo decreto nº 10.251 de 1977, passou a ocupar 60% da área do município de Ubatuba. Em 1979, o decreto

[12] Projeto Turis - Embratur e Ministério do Comércio e Indústria, 1973, p. 3 e 4 (*apud*, GUSMÃO, 1979).

foi modificado por outro de nº 13.313, incluindo o Núcleo Administrativo de Picinguaba, dentro do qual foi inserido o Bairro de Cambury.

Um dos objetivos dos Parques Estaduais - previsto no decreto nº 25.341 de 04/06/86, em seus artigos 1º e 3º - é a *...preservação dos ecossistemas englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem*[13]. O modelo de Parque adotado pelo Brasil segue os moldes do primeiro Parque Americano fundado no século passado, dentro do qual não é permitida a presença humana. As pessoas habitantes dessas áreas devem ser deslocadas para outras regiões, para amenizar o risco de elas deformarem a natureza, que deve ser intocada e intocável. Essas áreas devem ser destinadas somente a pesquisas científicas e lazer de turistas desejosos de partilhar momentos agradáveis junto a natureza. Esse modelo de Parque adotado pelo Brasil é, portanto, o de uma ilha de natureza intocada e de beleza cênica exorbitante[14].

Só recentemente, principalmente a partir da década de 60 e ainda com mais ênfase na década de 80, a preservação da diversidade biológica foi incluída como motim promotor da criação dessas Unidades de Conservação. E, ao passo que a preservação da diversidade biológica foi incluída como objetivo relevante na criação de Parques, surgiu a discussão sobre a necessidade de se conservar, também, a diversidade cultural presente nestas áreas. Tal preocupação fora até então abandonada, tanto pela legislação que rege essas áreas, quanto pelo próprio arcabouço teórico precursor destas leis. Essa discussão foi iniciada, porque o modelo de Parque Americano não condizia com a realidade dos Parques de outras partes do mundo, principalmente do terceiro mundo, onde a grande maioria das referidas áreas encontravam-se previamente habitadas. No caso dos Parques Estaduais Paulistas por exemplo, *85% deles são habitados, principalmente por populações tradicionais como as indígenas, ribeirinhas, remanescentes de quilombos, caipiras e caiçaras*[15].

---

[13] VIANNA (1990).
[14] DIEGUES (1994a).
[15] VIANNA (*op. cit.*).

Se a presença destas populações é desconsiderada em termos da legislação, tanto o é também na prática. "Da noite para o dia", populações inteiras são alijadas do processo decisório sobre suas vidas, privadas de exercerem as práticas que garantem sua *sobrevivência* (alimentação, proteção, procriação, segurança, etc) e de passarem para as gerações futuras os saberes e símbolos, garantidores de sua *transcendência* (busca da compreensão e do significado da vida e do universo). Segundo NOBRE (1989, p.4) *...é preciso algo mais do que sobreviver. É preciso viver e desfrutar da vida. Desfrutar da vida é mais do que sobreviver: é participar de tudo aquilo que a vida oferece*, pressuposto desconsiderado por aqueles que criam e implementam estas áreas protegidas.

Ao atravessar o Tempo de Transição, os caiçaras de Cambury tiveram sua visão de mundo, modo de vida e território invadidos por ações externas que vieram provocar mudanças na relação construída por eles com seus pares – enquanto grupo social – e na relação deles com o meio natural circundante – a terra e o mar. Em decorrência de declínios e prosperidades nos ciclos econômicos da região, os caiçaras foram gradativamente empurrados da terra para o mar, deixando de ser lavradores-pescadores e tornando-se pescadores artesanais proletarizados; os técnicos do IBRA chegaram e transfiguraram o sentido de terra coletiva, promovendo a individualização das posses; após isso, chegaram também os especuladores para comprarem suas posses e empurraram mais uma vez o caiçara para o mar; e por fim, com a incorporação de seu território ao Parque Estadual da Serra do Mar, os caiçaras foram empurrados definitivamente para o mar, pois perderam o direito de praticarem a agricultura itinerante.

Os resultados desses processos são vivenciados cotidianamente pelos caiçaras de Cambury no Tempo de Hoje e são inúmeras as histórias de opressão, marginalização e violência em seu universo simbólico e material. Todas as histórias são resgatadas da memória coletiva do grupo que: *...reconstrói o passado, voltado para um projeto de futuro que é informado pelo presente*[16]. O passado é reconstruído como ideal em contraponto ao presente opressor, enquanto o futuro é imaginado a partir da luta do presente. Passado e futuro são reconstruídos pois, tendo como patamar o presente - presente de luta pelo direito à terra e sobrevivência dos símbolos e tradições,

[16] GUSMÃO (1996, p.8).

elaborados no cerne de sua relação com o meio onde vivem. O processo e seu movimento é assim, ponto de partida para transformações e mudanças.

4.2. *"O caiçara tinha uma demarcação própria..."*

Tomo esta frase dita no depoimento de um caiçara - *"Hoje não tem mais esse direito de abrir sítio e ir morando, nós declarou posse, né?!"*- como o ponto de partida na reflexão sobre a demarcação de posses, realizada pelo IBRA no final da década de 60. Aquela ação transfigurou o sentido coletivo do território do bairro, e muitas foram suas consequências no modo tradicional de o caiçara organizar-se no espaço e organizar-se para o trabalho neste espaço. Em decorrência de declarar suas posses, o caiçara manteve seu lugar de moradia e benfeitorias fixo e passou a pagar imposto sobre a área. Esta taxa foi colocada como a única forma legal de garantir sua permanência na terra. Nesse ponto, uma confusão foi instaurada na cabeça dos caiçaras, como se pode perceber neste depoimento:

> *Eu acho muito estranho. De repente tive que começar a pagar por aquilo que já era meu. Meu avô sempre usou essas terras, meu pai cultivou a vida toda e agora eu tenho que pagá?*

Este estranhamento existiu porque ia contra o que MOURA (1988) defende como *direito costumeiro*, ou seja, as regras ditadas pelo costume, orientadoras de todos os planos da vida social, das formas de acesso à terra, às formas de organização do trabalho, incluindo a dimensão simbólica das relações sociais. Quando o direito costumeiro deixa de "valer" em prol do *direito instituído*, o estranhamento se faz evidente, posto que pressupõe a perda de significados adquiridos nas relações de vivência - convivência secular. De acordo com MOURA (1988, p.31), é no direito judicial que a vivência do camponês tem

> ... que se enquadrar em linguagens consolidadas fora do sistema onde foram socializados.

No sistema em que foram socializados, o acesso à terra era garantido pelas relações de parentesco, sendo esta passada de pai para filho por meio da descendência como direito. Não existiam documentos escritos mostrando ser um sítio de uma família ou de outra. Toda a história de ocupação do território do bairro era calcada na história oral, não havendo a necessidade de papéis escritos. O direito costumeiro era o comando da natureza das relações. Ao declarar sua posse, o modo tradicional de o caiçara garantir sua terra – abertura de áreas, e herança por parentesco torna-se

> um direito não reconhecido legalmente. Trata-se de um direito não reconhecido pela sociedade inclusiva (...). O confronto entre direitos diferentes expõe o papel da oralidade e da escrita, que supõe a existência de papéis, documentos etc. Como evidência de posse ou de propriedade da terra, que em maioria as comunidades (...) não têm[17].

Se até aquele momento a validade era para a palavra, daquele momento em diante passou a valer a *escrita*, representante da forma de expressão mais acabada da sociedade inclusiva que, *...a utiliza para exercer domínio e poder sobre aqueles que dela não dispõem*[18]. Além de não possuírem o domínio da leitura e da escrita, os caiçaras de Cambury não dominavam e, nem foram esclarecidos, sobre a linguagem do direito judicial. De uma hora para outra novas regras ditadas por leis, decretos, artigos e incisos deveriam ser adotadas para alegar quem eram os donos da terra. E mais, essa nova linguagem dizia o que eles não podiam mais ter: a terra em comum.

O resultado da legalização de posses familiares transfigurou o significado coletivo da terra-território em Cambury, instituindo o sentido individualizado de terra-mercadoria, cujo resultado foi uma violência simbólica para grupo, que até então possuía uma organização social e cultural baseada na coletividade.

> *Os caiçara mesmo têm uma certa demarcação própria. Ninguém faz cerca na sua casa, no seu sítio, isso seria uma coisa que impede até deu passar dum sítio pro outro... fica muita divisão.*

---

[17] GUSMÃO (*op. cit.*, p.10).
[18] *Ibid.*, p. 10.

Alguns aqui começaram a fazer cerca agora, depois que os de fora chegou. Todo mundo sabia, e sabe ainda, onde o outro trabalha e respeita a roça do outro. Todo mundo pode passar perto da sua casa, do seu sítio ... as trilhas, né. O pessoal precisa circular no bairro e se você faz uma cerca. É muito estranho quando a gente tá andando no meio desse matão todo aí e vê uma placa escrita "Proibida a Entrada" (risadas). Aqui na frente da minha casa passa a estrada velha de Cambury, já pensou se eu coloco uma porteira e tranco com cadeado? Eu até coloquei uma porteira ali, mas é por causa dos animais não saírem e não para os homem não entrar. Aqui todos podem circular por todos os lugar, pode até pegar uma fruta assim no quintal do outro. Só não pode é plantar na terra do outro, porque hoje nós somo posseiro.

Percebe-se ter havido a negação das formas tradicionais de acesso à terra por parte do Poder Público que, baseando-se nas regras e no sentido de propriedade da sociedade urbano-industrial desconsiderou formas diferentes de concepção de posse da terra. O diverso tornou-se ilegal.

Pouco depois da demarcação de suas posses, segundo os moradores de Cambury, se deu a chegada dos primeiros "*compradores de terras*", no final da década de 60. A construção de uma estrada cujo trajeto percorreria grande parte da costa norte de São Paulo e toda a porção sul do estado do Rio de Janeiro, atravessando uma das regiões de maior beleza cênica do litoral brasileiro, não poderia deixar de ser um grande impulso para futuros empreendimentos turísticos. Os próprios caiçaras tem a clareza do porquê da chegada inusitada e repentina de pessoas interessadas em suas terras.

Apesar de, em sua maioria, os moradores de Cambury terem declarado posse, eles ainda não tinham incorporado plenamente o significado de terra mercadoria, quando os especuladores de terra chegaram. Não sabiam o real valor econômico de suas propriedades e foram literalmente iludidos e enganados, com montantes ínfimos de dinheiro, pelos advogados dos que posteriormente se tornaram os dois grandes proprietários de terra do Cambury, sendo um deles irmão de ex-candidato a governador do Estado de São Paulo.

Eu acredito que bem antes nos tempo, o M. e o J.B ficaram sabendo que ia passar uma Rio - Santos por aqui. Aí se interessaro por nossas terra.

Segundo o depoimento de um caiçara, O "*coração do Cambury*" foi vendido, na época, por 40.000 réis. São várias as histórias contadas sobre a "*época em que chegaram os advogados*", sendo bastante expressiva a falta de orientação e informação dos caiçaras.

> *Acontece que muito antes de passar a Rio-santos aqui em cima, o Munhóz e o João Bento ficou sabendo que ela ia passar por aqui. Ficou sabendo por o Munhóz que é irmão de político, eles ficam sabendo antes das coisa né. Na época o pessoal era muito atrasado, atrasado que eu digo é assim a nível de estudo, de recurso.*
>
> *A história começou assim. A dona Alcina tinha uma irmã que morava em Santos. Ela tinha a escritura da terra da família dela e vendeu para o João Bento. Ele comprou lá sem nem saber o que estava comprando. Ele só olhou a escritura dela, naquele tempo nós já tinha declarado posse, e comprou a terra por lá, sem nem vim aqui vê.*
>
> *A partir dessa compra do João Bento pra cá é que começou a venda das terra. O pessoal venderam... o pessoal achava que... nunca tinha visto dinheiro tão grande e fácil. Alguém chegava aqui e falava: "Fulano vendeu um lote de terra por tanto e tá muito bem" e aquilo começou a ir na cabeça do pessoal. Começaram a achar que o dinheiro era importante. E cada um foi vendendo um lote aqui, outro lote ali...até que chegou o Munhóz e comprou um lote da dona Alcina. Ela vendeu pro Munhóz e a irmã dela pro João Bento, assim começou...*
>
> *O que mais iludiu o pessoal foi que mesmo a Dona Alcina tendo vendido seu lote na praia ela continuou morando lá, só que com mais criação, dando festa. Ela melhorou desse jeito e continuou morando lá, até hoje ela mora lá. Meu pai mesmo, quando vendeu seu pedaço perto da praia já tinha aberto esse sítio aqui em cima. Não é que a gente tava vendendo porque queria sair do Cambury.*

Os lotes de terra foram, aos poucos, sendo vendidos e difícil era o caso de a família vender toda sua terra de uma vez. Vendia um pequeno lote e permanecia no restante. Entretanto, os lotes eram vendidos sempre para os mesmos empreendedores, que logo se tornaram os dois grandes proprietários de terra no bairro. Os compradores utilizaravam-se de duas formas para se apoderarem do "*coração do Cambury*": os advogados normalmente registravam como terra comprada uma quantidade superior da que realmente tinha sido vendida, sendo tal ação facilitada por ser a grande maioria da população analfabeta; e a outra forma foi usar de coerção com aquelas famílias não concordantes com a venda.

> Eles ameaçava a gente. Naquela época, ninguém aqui em Cambury conhecia um boi[19]. Quando o M. viu que nóis não ia mais vendê, trouxe um monte de boi lá de Paraty e soltou aqui na várzea. Como nossas casa não tinha cerca, os boi entrava quase que dentro de casa... assustava as criança, assustava as mulher. Nós ficava com medo, nunca tinha visto um bicho daquele tamanho de perto. Aí nós acabava vendendo o lote e abrindo outro sítio lá pra cima.

O fato de se falar em coerção não implica num querer atribuir "ingenuidade" aos caiçaras, afirmando terem eles vendido porque foram coagidos. Venderam porque quiseram, mas este "querer" foi acompanhado por graus diferentes de "dever-querer", pois muitas vezes chegaram a ser coagidos e enganados. Ao mesmo tempo, o Governo Federal lançava uma verdadeira campanha de "Redenção da Região pelo Turismo", colocando nos jornais daquela época artigos falando das vantagens do turismo e o quanto elas estariam diretamente relacionadas à melhoria das condições de vida das populações caiçaras[20].

As pessoas que vendiam seus lotes, adquiriam bens com mais facilidade, davam festas, compravam roupas e, ao perceberem isso, os outros ficavam também estimulados a venderem. Em nenhum momento, entretanto, pensavam ter que abandonar suas terras completamente e, caso isso acontecesse, sabiam poder continuar com sua roça num sítio serra-acima. Ao vender sua terra, o caiçara de Cambury não estava abrindo mão da condição de lavrador e nem pretendia deixar o bairro[21]. Muitos moradores permaneciam nas terras vendidas como caseiros, o que para eles significava poder continuar trabalhando na roça[22]. Outros agiram diferente, antes de venderem seus lotes próximos ao mar, abriram outro sítio "morro acima", próximo às suas roças[23].

Uma velha caiçara (79 anos) de Cambury disse:

---

[19] Pelas características físicas que os caiçaras atribuem a esses "bois", parecem ter sido, na realidade, búfalos.
[20] GUSMÃO (1995).
[21] Até a década de 60/70 era difícil uma família deixar o bairro e ir morar na cidade. Alguns trabalhavam fora, mas temporariamente.
[22] A intenção dos compradores era construir um condomínio turístico no bairro, mas alguns anos depois de terem comprado as terras, o Cambury foi incorporado ao Parque Estadual da Serra do Mar, inviabilizando este empreendimento. Os caiçaras tinham a ilusão de permanecerem na terra após a venda, porque seus recentes proprietários estavam impossibilitados de construir dentro de uma área de Parque e não porque era possível "vender e permanecer". Provavelmente, se os empreendedores pudessem ter dado continuidade a seus projetos, os caiçaras já teriam sido obrigados a deixarem o lugar.

(...) A estrada passou lá onde era a roça da minha família.

Apesar de a relatora querer dizer que a estrada passou onde era o espaço físico da roça de sua família, tomo metaforicamente sua fala para dizer que a estrada não só cruzou o espaço físico do Bairro do Cambury, mas também o universo cultural, social e econômico de seus habitantes.

Até recentemente, o caiçara de Cambury não compreendia a realidade fundiária que acometia suas terras. Num episódio ocorrido em 1997, a consciência da problemática fundiária do bairro veio à tona. A entrega de uma ação de despejo a um antigo morador do bairro (Sr. Genésio) e pude perceber o evidente desespero deste caiçara e a conseqüente mobilização da comunidade em torno da situação. Ao se separar do marido, a mãe do caiçara, dona Constância Maria, morou cinco anos em São Paulo com os filhos. Ao voltar para o bairro, seu ex-marido havia vendido sua posse e ido embora para a cidade. Dona Constância Maria e seus filhos novamente tomaram posse do lugar e por lá viveram durante alguns anos até que, naquele ano, chegou a ação de despejo. O proprietário havia entrado na justiça contra Sr. Genésio e ganhou a reintegração de posse. Um advogado da prefeitura passou a defendê-lo, alegando que D. Constância Maria não tinha autorizado a venda da posse pelo marido e, mesmo assim, ele perdeu o caso. Sr. Genésio morou com sua mulher e filhos na posse da mãe durante anos e havia expandido sua área fazendo algumas picadas morro acima. Entretanto, algumas dessas picadas passaram atrás das casas de outros caiçaras e, por isso, foram consideradas em litígio. Na ação de despejo, constava que os outros moradores também deveriam deixar suas casas, causando enorme espanto entre os moradores.

A confusão foi geral e o bairro se dividiu, uns a favor da permanência do Sr. Genésio e outros desejando sua saída, pois tinha prejudicado outras pessoas do bairro. Contra o Sr. Genésio pesava o fato de ele ter outra área para construir (de sua irmã) e as pessoas prejudicadas por ele, não.

---

[23] O espaço de moradia e quintal da maioria das famílias era próximo ao mar, já os locais de roça eram mais próximos à serra.

> A minha prima mora lá no alto do morro. A terra dela lá no alto não pertencia ao Genésio. Nem a terra do Genésio é mais dele, é do João Bento. Aquilo foi o Genésio que queria pegar a terra pra ele, sabe como é? Ele entornou um picadão por detrás da casa da minha prima e pegou a casa da mulher. Agora que o Genésio tem que sair por causa do João Bento, ela tá ameaçada de ter que saí também. A mulher não tem nada coitada, ela tá andando por aí com a mão na cabeça. O Genésio tem a casa da irmã dele pra lá, mas ela não tem nada coitada, nem mais um terreninho.

Agora, a surpresa maior veio quando a polícia chegou no dia do despejo. O bairro em peso, até os que se diziam contra o Sr. Genésio, foram impedir a ação da polícia. Esconderam-no em algum lugar até hoje não revelado e armaram barreira em volta da casa para os policiais não entrarem na casa. Concluindo, Genésio obteve prazo maior para deixar a casa, o suficiente para ter tempo de construir outra no terreno da irmã. Os outros moradores prejudicados pela conduta do Sr. Genésio conseguiram reintegração de posse.

Entretanto, toda essa confusão mostrou ao caiçara, o outro lado da venda de terras - ao venderem suas terras, eles teriam mesmo que sair, mais cedo ou mais tarde, de suas posses. Essa tomada de consciência se refletiu diretamente no discurso dos moradores.

> Não pode vender, hoje se vender tem que sair. Antigamente se vendia abria outro sítio mais pra cima. Hoje por causa do meio ambiente se vender tem que sair, mudar pra cidade... não dá pra mudar pra outro sítio.

A possibilidade de circular pelo bairro, abandonando algumas áreas de cultivo e abrindo outras, já havia sido dificultada pela declaração de posses, na década de 60. Mas, a impossibilidade real disso acontecer veio em decorrência da incorporação do bairro de Cambury ao Parque Estadual da Serra do Mar, ou seja, usando as palavras dos caiçaras, "*quando o meio ambiente chegou*". De acordo com a legislação ambiental, as áreas protegidas na forma de Parques Estaduais ou Nacionais devem ser protegidas contra "... *quaisquer ações que as desvirtuem*" [24]. Dentro disso , a forma como o caiçara costuma manejar os recursos naturais é

[24] Decreto nº 25.341, de 4 de junho de 1986, referente ao REGULAMENTO DOS PARQUES ESTADUAIS PAULISTAS, Artigo 1º / inciso 3º.

considerada ilegal, pois para realizar o sistema de *pousio*, o caiçara necessitava "*abrir*" novas áreas de cultivo e, o desmatamento é considerado pelos executores de leis ambientais como um dos piores crimes contra a natureza.

O fato de não poderem abrir novas áreas para cultivo teve implicações diretas na forma tradicional de o caiçara ter acesso à terra e trabalhar na lavoura. Quando um filho ou filha se casava, deveriam deixar de trabalhar no sítio dos pais e formar outro para suas famílias. Com a impossibilidade de desmatar áreas para cultivar, os filhos (as) têm que trabalhar nos sítios dos pais, onde também constróem suas casas, ou abandonam totalmente a agricultura, indo trabalhar permanentemente nas cidades.

Diante dessa proibição, a família se reorganiza enquanto força de trabalho, reconstrói o espaço onde vive e reinventa suas tradições[25]. Ao reconstruir seu espaço vida e trabalho, o caiçara atravessa um momento de reinvenção de suas tradições, abandonando o modo de ocupação tradicional, em prol de um modo reinventado de ocupação. O sítio dos progenitores, tradicionalmente era composto por espaços de moradia e quintal. Devido à superpopulação ocasionada pela não saída dos filhos após o casamento, a área se torna também roça e moradia, ocasionando o desaparecimento dos quintais. Quando o espaço no sítio não é mais suficiente, os filhos se vêem obrigados a mudarem-se do bairro, deixando para trás suas tradições agrícolas e pesqueiras. O modo tradicional como o caiçara percebia e vivenciava seu espaço adequa-se, então, ao Tempo de Hoje, tempo de terra escassa, em contraponto ao Tempo dos Antigo, quando a terra era farta e o acesso a esse meio de produção era facilitado pelas condições ambientais e costumeiras.

O exemplo acontecido à família de Benedito Santos pode ser ilustrativo deste quadro. Benedito Santos tinha um sítio relativamente grande, localizado no canto esquerdo do bairro (FIGURA I e II), onde morava com sua mulher e filhos. Benedito (já falecido) era descendente dos Basílio e dos Conceição - famílias antigas do bairro - ocupantes (no passado) da maior parte do território de Cambury. Com o casamento de seus filhos, seu sítio foi sendo subdivido em

[25] HOBSBAW et alli (1984).

pequenos lotes para dar lugar aos espaços de moradia de seus descendentes. Devido à demarcação de sua posse e à "*chegada do meio* ambiente", o espaço no sítio de Benedito foi escasseando e, do final da década de 70 para cá, alguns de seus filhos venderam seus lotes para pessoas do próprio bairro, as quais haviam vendido suas terras próximas ao mar. E mais recentemente, para pessoas "de fora" do bairro, isto é, os não caiçaras.

O família extensa de Benedito habitava uma área próxima a morros de elevada altitude e com o aumento da população, os "de dentro" e os "de fora", muitos se encontram hoje habitando áreas de alto risco de deslizamento. Uma casa construída logo ao lado da outra torna os espaços de quintal praticamente inexistentes. Os espaços de roça para os filhos de Benedito também não existem mais, a não ser algumas ínfimas capoeiras abertas esporadicamente (e "ilegalmente") nos morros, ao lado das casas. Em decorrência disso, para garantir sua sobrevivência, alguns filhos de Benedito construíram pequenas barracas na praia, onde vendem bebidas e comidas para os turistas, ou foram embora do bairro.

O antigo sítio de Benedito se tornou o lugar do Bairro de Cambury designado, pelos próprios moradores, como a Favela. Por ser proibida a abertura de novas áreas de cultivo e de moradia e, pelos caiçaras já terem sido expropriados das terras planas onde viviam, o que encontramos são aglomerados de casas nos sopés dos morros. O lugar de abrigo de uma família extensa tornou-se *favela*, esse foi o destino legado a uma forma tradicional de organização e ocupação territorial. Parece até um tanto desconexo considerar a existência de uma favela num bairro rural, mas aquele sítio caiçara é hoje uma favela rural.

O Governo do Estado de São Paulo, baseando-se no pressuposto de Preservar o Meio Ambiente, desencadeou, dentre outras conseqüências, um processo de favelização dentro do Cambury. O que aconteceu ao sítio de Benedito também aconteceu a quase todos os outros e o resultado está sendo a superpopulação de alguns pontos do bairro, particularmente das encostas. Esse quadro é ainda mais impactante para o Meio Ambiente, que o proporcionado pelo modo tradicional de ocupação, mais disperso.

O Governo Estadual não realizou nenhum tipo de estudo etnográfico antes da implementação do Parque, sendo essa postura até "compreensível", posto que o modelo de Parque utilizado pressupõe a inexistência de pessoas em seu interior. Entretanto, ao fazer "vista grossa" à presença humana e também não ter considerado as formas tradicionais de ocupação do espaço, os executores de leis deram um "tiro pela culatra", instigando a superpopulação em áreas como encostas e mananciais de águas. Se os caiçaras tivessem continuado exercendo sua tradição na ocupação de seu território, talvez os impactos fossem menores, mesmo com o desmatamento de novas áreas para moradia e cultivo. Contudo, em prol de uma visão preservacionista e, a meu entender, em muitos pontos "sem fundamentos científicos consistentes"[26], os executores de leis ambientais não conseguem atingir seus próprios objetivos.

A organização social e tradicional do trabalho foi também comprometida A mulher não possui mais o espaço de quintal no qual desempenhava suas tarefas; o espaço da roça estando limitado, ou inexistente, obriga os homens e mulheres buscarem empregos permanentes na cidade ou no turismo, fazendo-os abandonar saberes e técnicas agrícolas e pesqueiras secularmente elaboradas. Vão para as cidades trabalharem em atividades essencialmente urbanas, para as quais são desqualificados, e são remunerados de forma quase insignificante. A grande maioria dos moradores de Cambury hoje, não consegue empregos nas cidades e não encontra alternativas de sobrevivência dentro do bairro, tornando o quadro sócio-econômico ainda mais problemático. As únicas fontes de trabalho no bairro são a rodovia Rio- Santos - durante sua construção e agora em seus reparos – a construção civil, e o trabalho como caseiros nas casas dos turistas. Fazendo minha a reflexão de GUSMÃO (1995, p. 39),

[26] Ao demarcar o Parque Estadual da Serra do Mar o Estado não realizou estudos aprofundados para designar seus limites e não levou em consideração a presença humana em seu interior ou entorno. Pudemos comprovar esse empirismo, quando fomos ao CONDEPHAT verificar o porquê dos limites do Parque serem previstos pela cota de altitude (cota 100) e não encontramos nenhum dado, nenhuma pesquisa que fundamentasse isso. Em relação à presença humana não tem sido diferente. A postura do Estado tem sido retirar costumes do contexto em que foi elaborado, por exemplo aqueles acerca da agricultura e manejo do solo, para classificá-los como danosos, ou não à natureza, sem se preocupar em realizar estudos aprofundados por exemplo, sobre os impactos da roça caiçara no interior da mata. Muitos estudos, por exemplo, tem revelado ser a presença dessas roças fator benéfico no interior das matas (POSEY, 1987 e PICCOLO, 1994), no sentido de aumentar, via variedade, a biodiversidade existente. O caso da superpopulação em áreas de encosta e mananciais, mostra o quanto a atitude do Estado foi simplista e redutora, provocando impacto ainda maior na natureza que ele "tanto pretende proteger".

> O assalariamento cada vez mais freqüente revela o limite da pequena produção de alimentos, ao mesmo tempo que a inserção marginal no mercado de trabalho revela as contingências de um novo tempo. Um novo tempo em que a insegurança leva o homem a assalariar-se enquanto família, mulher e filhos, garantem a continuidade da lavoura e, por vezes, também se assalariam.

Quando da implementação do Parque Estadual da Serra do Mar, o Estado retirou a autonomia do Poder Público Municipal em 60% de sua área, baseando sua atitude numa política ambientalista. Assim sendo, a responsabilidade do município por essas áreas fica dividida com o Estado. Uma entrevista com o atual Prefeito do Município, revela a complexidade da situação.

> *Eu acho que a questão do Parque, do qual nós três que estamos aqui não somos contra, é questão da preservação do meio ambiente. No entanto ela veio como um ato imposto num momento de transição da economia das populações que vivem hoje no seu interior. É uma população calcada numa agricultura de subsistência e a pesca de subsistência e diante disso o capitalismo exige que ela se adapte a uma agricultura ou pesca comercial. Nesse inteirim, vem o parque e proíbe, proíbe tudo na realidade. Ele proíbe que as pessoas realizem a agricultura do modo tradicional e consequentemente para usar a terra para fins comerciais. E eles precisam sobreviver. Neste ponto inicia-se um conflito violento e não existe respostas para o problema.*
> *O Poder Público municipal também está muito amarrado nisto. O Bairro do Cambury, por exemplo, é um dos bairros mais miseráveis de Ubatuba e ele é miserável por conta desta realidade que eu acabei de dizer para você. Ele foi colocado fora de qualquer possibilidade de crescimento e desenvolvimento. Ele é o mais distante do município, portanto não existe próximo a ele qualquer outra atividade que possa gerar renda para a comunidade. Se não podem mais plantar, o peixe está escasso e não existe emprego, como você imagina que está a população? Eles estão legados ao abandono. Quando a prefeitura tenta promover o desenvolvimento de alguma atividade econômica o estado veta, até mesmo melhorar a estrada de acesso ao bairro não foi permitido. A prefeitura não tem absolutamente nenhuma propriedade na área, a não ser a da escola e do posto de saúde, agora, ela tem o poder de interferência política sim, no sentido de ajudar aquele bairro a solucionar seus problemas. É isso o que nós estamos fazendo, mas o estado reluta em abrir mão de sua gerência autoritária o que é bastante complicado.*

Sem autonomia para pôr em prática Políticas Públicas que poderiam melhorar as condições de vida no bairro do Cambury, a prefeitura se vê à mercê das vontades políticas do Estado. Este, por sua vez, se coloca por fora de qualquer inserção de âmbito social dentro dos limites do

Parque. Com isso a comunidade de Cambury, bem como muitas outras, encontram-se entre o fogo cruzado de duas facções do Poder Público e tem estado assim, por quase vinte anos.

Nesses vinte anos, mudanças de cunho político levaram os caiçaras a reinventar-se no espaço e na organização social do trabalho. A divisão do bairro em três partes - a praia, o sertão e a favela - dada pela caiçara logo no primeiro dia em campo, revelou então, o tempo presente, nada tendo em comum, pelo menos em termos da ocupação do território, com a realidade do passado. Tinha a ver sim, com o *Tempo de Transição*, em que mudanças políticas desencadearam mudanças sociais e culturais irreparáveis na existência desta comunidade caiçara, configurando o quadro que encontrei em campo, no Tempo de Hoje.

CAPÍTULO V: *"O Tempo de Hoje"* -

saberes e processos em conflito e em confronto

Uma família caiçara no Tempo de Hoje ...

Era dezembro de 1996. D. Maria do Carmo estava sentada na varanda de sua casa quando chegaram os "florestais", perguntando de seu filho Isaias. Num sobressalto, ela respondeu não saber , mas no fundo ela sabia ... ele estava na roça. A família estava precisando de farinha e ele tinha ido colher um pouco de mandioca. Para aproveitar a caminhada, "limparia" a capoeira que havia crescido, antes do mato se tornar denso e os florestais o impedissem de cultivar aquela pequena área de roça restante. D. Maria mal conseguia esconder o nervosismo diante dos "florestais"... e se eles encontrassem seu filho por lá?

...

Isaias, percebendo um movimento na trilha que acessava à roça, deixou o foice atrás de uma árvore e pôs-se a correr. Foi parar quando estava próximo à sua casa, mas antes de entrar, ficou observando a movimentação ao redor. Avistou sua mãe na varanda. Ela estava com a expressão séria e aflita. Não vislumbrando nenhum perigo nas proximidades, tratou de entrar logo ... antes que eles voltassem. Logo eles apareceram e gritaram seu nome. Isaias, tentando disfarçar o nervosismo, saiu na varanda. Os questionamentos foram tantos que acabou por confessar ter roçado parte da capoeira formada em sua roça. Naquele dia a multa foi de R$ 200,00 reais. Quando os florestais foram embora, Isaias entrou e contou à mulher o acontecido. Como pagariam aquela multa se o salário recebido por ela no restaurante onde trabalha, mal daria para comprar a farinha?!

...

Há mais de cinco meses vinha comprando farinha na cidade, pois o pouco que tinha de mandioca na roça, não estava no ponto de ser colhida. Naquele dia, apesar do susto passado, Isaias tinha trazido algumas raízes boas.. D. Maria apressou-se em ir preparar a farinha para, quem sabe, poder fazer um azul marinho no domingo. Mas chegou domingo e não deu peixe ...

...

Enquanto almoçavam no Domingo, sem azul marinho, a filha mais velha de D. Justina, irmã de Isaias, entrou repentinamente na sala. Ela tinha vindo alertar os tios, que daí a uma semana seria a semana do Natal e ainda não haviam ido fazer compras na cidade para abastecer a venda da família. Isaias contou para a sobrinha da multa recebida e explicou que não dispunha de dinheiro para fazer as compras. Mas em sua cabeça instaurou-se um dilema: ele

tinha que fazer as compras, afinal, no Natal dava muito movimento na praia e seria a oportunidade de ganhar o dinheiro que precisava...

O território dos caiçaras de Cambury foi incorporado ao Parque Estadual da Serra do Mar, mais especificamente ao Núcleo Administrativo de Picinguaba, em 1979, quando da ampliação dos limites desta Unidade de Conservação[1]. Apesar da incorporação oficial ter sido feita naquela época, a legislação de Parques começou a ser efetivamente aplicada na área, entre 1986 e 1987. Sobre este território e sobre a vida e cultura de seus moradores, passaram a incidir os seguintes Regulamentos: *Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas* (Decreto nº 25.341 de 1986), o *Decreto de Criação do Parque Estadual da Serra do Mar*, o *Regulamento dos Parques Nacionais*, o *Decreto de criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina* (que sobrepõe o da Serra do Mar exatamente no Bairro de Cambury), as *Resoluções nº 7 e 40 do CONDEPHAAT*, o *Código de Pesca* e o *Código Florestal*. Todas estas Leis, Códigos e Decretos passaram a reger o modo dessa comunidade viver, ignorando os quase duzentos anos de história e tradição do grupo.

O que significa para um grupo social, ter seu território incorporado a uma Unidade de Conservação? Antes de analisar essa problemática no contexto onde habitam os caiçaras de Cambury, façamos um breve histórico da criação de UCs, na tentativa de identificar as concepções fundamentadoras da criação dessas áreas protegidas, suas conseqüências e contradições.

No mundo contemporâneo, as conseqüências da *modernidade acelerada*[2] se fazem evidentes. Elas atingem o universo material e simbólico de todos os seres humanos habitantes de nosso planeta, além das conseqüências sobre o meio físico e biótico de maneira generalizada. As instituições sociais modernas são sob alguns aspectos, únicas – diferentes - em sua forma, dos tipos de ordem tradicional. Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam

---

[1] O Parque Estadual da Serra do Mar foi criado através do Decreto nº 10.251 de 1977 e teve incorporado à sua área original o Núcleo Picinguaba, através do Decreto nº 13.313 de 1979.

[2] GIDDENS (1991), analisa a situação mundial como *situação de modernidade*, entretanto, uma modernidade diferente da surgida na Europa no século XVII e que ulteriormente, se tornou mais ou menos mundial em sua influência. *Trata-se de um período onde as conseqüências da modernidade estão de tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes* (p:13). E a este quadro, o autor dá do nome de *modernidade acelerada*.

dos tipos tradicionais de maneira sem precedentes e, essa situação de unicidade, leva-nos, segundo GIDDENS (1991), a interpretação *descontinuista* do desenvolvimento social moderno.

Existem, obviamente, continuidade entre o tradicional e o moderno e, nem um nem outro, formam um todo à parte. Entretanto, as mudanças ocorridas durante os últimos três ou quatro séculos - diminuto período de tempo histórico - foram dramáticas e abrangentes em seus impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais. Isso nos remete a um caráter de descontinuidade, pela inexistência de parâmetros anteriores passíveis de comparação. Tanto em seu caráter *extensivo* quanto *intensivo*, as transformações decorrentes da modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudanças característicos dos períodos precedentes.

> Sobre o plano extensional [extensivo][3], elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intensionais [intensivo], elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características da nossa existência cotidiana.

Como poderíamos identificar as descontinuidades entre as instituições sociais modernas e as ordens sociais tradicionais? Uma possível resposta pode ser buscada, empregando-se, como exemplos, duas sociedades contemporâneas: uma com características modernas e outra com tradicionais. De um lado, uma *sociedade urbano-industrial* ou *tecnológica* e, de outro, uma *sociedade tradicional*[4]. Tomemos como parâmetro de comparação a relação entre homens e natureza, buscando identificar o potencial de transformação do meio natural por estes distintos modos de vida.

---

[3] Neste ponto parece haver um problema de tradução posto que, a forma como foi traduzido o termo *extensional* e intensional não são encontrados no dicionário da Língua Portuguesa. O termo *extensional*, a meu ver, poderia ser substituído pelo termo extensivo - extenso, amplo - dando o caráter de amplitude pretendido, neste caso, pelo autor. Quando se lê o termo *intensional* (mesmo não existindo no dicionário) há a impressão de o autor estar querendo falar de intenções e, não é verdade, pois ele quer falar de intensidade. O que pode ser encontrado no dicionário é o termo intencional, referindo-se ao ato de intencionar (intencionalidade), ou o termo intensivo, significando ter intensidade (ser intenso). O termo intensidade talvez explicite melhor o que o autor pretende dizer, isto é, sobre a intensidade (veemência) com que a modernidade atinge as relações pessoais.

[4] Quando coloco o termo *de um lado* e *do outro lado*, não pretendo dizer que uma não tem ligação com a outra. Muito pelo contrário, no caso adotado nesta pesquisa, existe uma fronteira extremamente dinâmica entre uma e outra, podendo-se dizer, de muitas maneiras: a sociedade tradicional caiçara é "engolida" pela sociedade urbano-industrial, chegando a ser difícil, em alguns momentos, ter clareza de suas fronteiras. Em alguns momentos, uso também o termo *sociedade inclusiva*, considerando esta como a *sociedade brasileira*, ou seja, aquela que todos nós (inclusive eles) pertencemos, mesmo de modos e intensidades diferentes.

As sociedades tradicionais, através de suas instituições sociais (família, relações de parentesco, etc), exercitam forte interação, em muitos casos, *simbiótica*[5] com a natureza e seus recursos naturais renováveis. A partir dela, constróem seu modo de vida, caracterizado por ser, relativamente, menos intensivo na exploração dos recursos naturais, posto que, os ritmos sociais aproximam-se bastante dos ritmos e ciclos da natureza. Os calendários agrícolas dessas sociedades, por exemplo, obedecem ao parâmetro necessidade – disponibilidade, sendo evitado o sobre-uso (abuso) dos recursos naturais. Na execução dessas práticas, normalmente, não se usam máquinas, insumos e agrotóxicos; o comum é a policultura[6] e não a monocultura, evitando-se o desgaste excessivo do solo; enfim, são usadas técnicas, relativamente, sustentáveis à natureza e ao homem.

No caso das sociedades urbano-industriais, o homem se coloca (e se vê) conceitual e fisicamente separado da natureza[7]. Seu modo de vida pressupõe supremacia frente à natureza, vista como objeto a ser transformado, seguindo meios e saberes cada vez mais eficazes. O calendário agrícola dessa sociedade não obedece ao caráter de necessidade – disponibilidade; a necessidade de consumo é relegada a segundo plano, prevalecendo a de comercialização; os produtos são cultivados em larga escala, em sistema de monocultura; são usados inúmeros tipos de insumos, agrotóxicos e máquinas, visando ao aumento de produtividade. Enfim, nesse contexto, ocorre o distanciamento dos ritmos humanos (consumo e comercialização) e da natureza (oferta de recursos), causando desequilíbrio ambiental e social. A exploração dos recursos naturais é intensa e abrangente, sendo o industrialismo[8] um dos pilares de sustentação dessa sociedade.

Falando-se em modo de vida, em relação homem natureza está-se falando em *cultura*. Pensando, então, nos argumentos precedentes, a cultura urbano-industrial é construída a partir de

---

[5] DIEGUES (1994a).

[6] Policultura é o cultivo de diferentes variedades de plantas (mandioca, feijão, batata-doce...etc). Este sistema é característico de agricultores familiares que o utilizam para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência.

[7] Para um maior aprofundamento dessas questões ver THOMAS, K. **O Homem e o Mundo Natural - mudanças de atitude em relação às plantas e animais (1500-1800)**. São Paulo: Cia das Letras, 1983.

[8] Por *industrialismo* adoto aqui a noção defendida por GIDDENS (Ibid., p.61): *A característica principal do industrialismo é o uso de fontes inanimadas de energia material na produção de bens, combinado ao papel central da maquinária no processo de produção.*

uma relação homem-natureza, na qual o primeiro exerce domínio intenso sobre o outro. Já na cultura tradicional, o homem também exerce certo domínio sobre a natureza, entretanto, este domínio é comparativamente menos intenso e abrangente que na cultura urbano-industrial.

O modo e o ritmo de transformação da natureza pelo homem urbano-industrial, não encontram precedentes nas sociedades anteriores e mesmo em algumas das contemporâneas, como a caiçara, indígena, algumas camponesas, quilombolas. Na atualidade, a presença de sociedades urbano-industriais ultrapassa, de modo exacerbado, a das sociedades tradicionais. Com isso, o seu modo e ritmo tem prevalecido, trazendo conseqüências drásticas, dentre outras, ao ambiente natural. D'OLNE CAMPOS (1994, p.9) analisa:

> Entre os ritmos em concorrência, se por um lado a sociedade tecnológica é intensa e urgente em fazer *o* tempo sempre mais rápido na produção artificial e no consumo, por outro, a Terra, mais lenta em sua produção natural, não consegue recompor os recursos ao respeitar seu próprio fazer *do* tempo.

A percepção de que as bases institucionais da modernidade, como o industrialismo por exemplo, poderiam levar à destruição, em demasia, dos recursos naturais, surgiu ainda no século XIX. A partir daquela época, instaurou-se um dilema enfrentado até os dias de hoje: *como conciliar as exigências físicas da civilização com os novos sentimentos e valores ambientalistas engendrados pela mesma civilização?* THOMAS (1983, p.289), analisando a sociedade inglesa, escreve:

> ... ao começar o período moderno, o predomínio do homem sobre o mundo da natureza seria a meta inconteste do esforço humano. Por volta de 1800, ainda era esse o objetivo da maioria das pessoas... Entretanto, a essa altura, tal objetivo já não estava imune a controvérsias. Surgiram dúvidas e hesitações sobre o lugar do homem na natureza...

A necessidade de preservar a natureza nasceu como contraponto à sua destruição e tanto uma quanto a outra, nasceram no bojo da sociedade urbano-industrial. Ainda no século XIX, surge a primeira tentativa de remediar os danos à natureza e, é claro, não correr o risco de um dia

ficar sem ela, não podendo mais (ab)usar de seus recursos. A lógica empregada foi: se o homem degrada a natureza, a maneira mais "certa" de deixá-la imune a esta destruição é separá-la dele, na forma de Áreas Naturais Protegidas ou "*Ilhas de Natureza*" intocada e intocável (DIEGUES, 1994a). Para THOMAS[9], os homens se sentiam divididos entre o modo de vida "real" - urbano, industrial - e outro "ideal" - que evocava a vida no campo e o contato com a natureza. Nesse contexto, as reservas de florestas intocadas representariam o papel do modo de vida desejável, porém inalcançável...

Esse pensamento foi incorporado pelos americanos e baseados na noção de *wilderness* (vida natural/vida selvagem), criaram, em 1º de março de 1872, o primeiro Parque Nacional do mundo. A concepção presente no modelo de Parque Americano era a proteção de uma área de grande beleza e valor estético contra qualquer ação humana, ficando destinada a fins recreativos e de pesquisa. Naquele período, segundo DIEGUES (1994a), o capitalismo americano já havia se consolidado e a industrialização era acelerada. Assim, a criação de reservas naturais era considerada de grande importância, principalmente, para servirem à população urbana como alternativa de recreação.

As bases teóricas e legais para a criação dessas reservas foram definidas, na segunda metade do século XIX. No entanto, até 1933[10], não havia definição universalmente aceita sobre os objetivos dos Parques Nacionais. Naquele ano, foi convocada para tal fim, a *Convenção para a Preservação da Flora e Fauna, em Londres.* Foram atribuídas três características para ditas áreas: a) *São áreas controladas pelo Poder Público;* b) São áreas de *preservação da fauna e flora, objetos de interesse estético, geológico, arqueológico, onde a caça é proibida;* c) São áreas *que devem servir à visitação pública.* Essas características configuraram o modelo de Parque importado pelo Brasil, em 1937, quando da criação do Parque Nacional de Itatiaia, no Rio de Janeiro.

---

[9] *Op. cit.*,p.357.
[10] DIEGUES (*Ibid.*, p.89).

A noção de *wilderness*[11], que serviu de base ao modelo de Parques norte-americanos, foi criticada desde o início, particularmente pelos índios removidos de seus territórios. O chefe Standing Bear, da tribo Sioux, afirmava:

> *Nós não consideramos selvagens (wild) as vastas planícies abertas, os maravilhosos montes ondulados, as torrentes sinuosas. Somente para o homem branco a natureza era selvagem e, somente para nós ela era domesticada. A terra não tinha cercas e era rodeada de bençãos do Grande Mistério* [12].

Além de ser criticado no próprio país de origem, esse modelo de Parque sofreu muitas outras críticas em vários países do mundo, sobretudo, nos países do Terceiro Mundo, onde a grande maioria das áreas incorporadas aos Parques eram previamente habitadas. Segundo VIANNA (1990), 85% dos Parques Estaduais do Estado de São Paulo são habitados em grande parte, por populações tradicionais: caiçaras, camponesas, quilombolas e indígenas.

Muitas dessas críticas partiram dos próprios *preservacionistas* dos Estados Unidos, como RODMAN[13] e se fundamentavam no fato de a criação dos Parques obedecerem a uma *visão antropocêntrica.* A criação dessas áreas beneficiava as populações urbanas e valorizava, principalmente, as motivações estéticas e culturais dos humanos, deixando para segundo plano, o valor da natureza selvagem em si, digna de ser protegido.

Essa perspectiva levantada, nos remete a outra questão. Elas são sim antropocêntricas, mas o homem encontrado no centro dessa concepção de preservação é o urbano-industrial e não todos os homens, ou todos os grupos sociais. Para início de conversa, a necessidade de preservar a natureza surgiu para re-agir à destruição provocada pela sociedade urbano-industrial. Tentando remediar suas próprias ações, ela delimita áreas protegidas seguindo seus critérios estéticos e, por vezes, dados científicos[14], para servir a ela própria (turistas, pesquisadores ...). O homem urbano-

---

[11] DIEGUES (*Ibid.*, p.23).
[12] *apud* DIEGUES (1994a).
[13] *apud.* DIEGUES (Ibid., p.29).
[14] Sabe-se o Parque Estadual da Serra do Mar foi criado tendo como fundamento a preservação da Mata Atlântica e ecossitemas associados. Entretanto, sabe-se também que, para definir os limites do Parque, os técnicos não

industrial (vestindo, agora, a roupa dos ambientalistas) não considera a presença do homem tradicional, habitante secular de muitas dessas áreas, na elaboração das leis ambientais. E, menos ainda, em sua execução. Pensando assim, há de se qualificar melhor quem é o homem que configura a criação de Unidades de Conservação sob o prisma de visão antropocêntrica. De forma alguma ele é outro, a não ser o homem urbano-industrial, que a concebe, a administra e a utiliza. Isto fica visível no inciso 2º, artigo 1º do decreto nº 25.341 que rege o REGULAMENTO DOS PARQUES ESTADUAIS PAULISTAS[15]:

> Os Parques Estaduais destinam-se a fins científicos, culturais, educativos e recreativos e, criados e administrados pelo Governo Estadual, constituem bens do Estado destinados ao uso do povo, cabendo às autoridades, motivadas pelas razões de sua criação, preservá-los e mantê-los intocáveis. (grifo meu)

Diante disso, emerge outra questão: *que povo é este?*

Outra crítica foi levantada por EKERSLEY[16], dizendo o seguinte:

> Considerar as Unidades de Conservação como "ilha" é colocar de lado pedaços de áreas selvagens, ignorando os problemas crescentes de super-população e poluição que, paulatinamente, apresentarão impactos negativos sobre as áreas naturais remanescentes, representa, de um ponto de vista ecológico, uma atitude derrotista...

O homem urbano-industrial cria áreas inalienáveis e indisponíveis (para os outros, é claro), alijando populações inteiras do processo decisório sobre suas vidas, além de forçá-las a

---

utilizaram bases científicas (nem biológicas, nem físicas e, muito menos antropológicas e sociais) e a realização de pesquisas direcionadas neste fim, que até hoje são insipientes. No caso da incorporação do Núcleo Picinguaba ao PESM, por exemplo, sem querer desconsiderar os atributos sócio-ambientais que o configura, a área parece ter sido incorporada devido às facilidades fundiárias, pois o Estado já era proprietário da maior parte das terras. A fragilidade dos limites desse Parque ficou clara durante a Oficina de Planejamento do Plano de Gestão do Núcleo, quando, mesmo se utilizando quase que exclusivamente de dados secundários (de pesquisas realizadas anteriormente), um dos consultores (num total de quatro) sugeriu a mudança dos limites do mesmo. Alegou ser a forma de delimitação, ineficaz para a preservação bio-geológica e paisagística pretendidas.

[15] Os princípios do Regulamento atual dos Parques não diferem muito dos princípios importados dos Estados Unidos.

[16] *apud* DIEGUES (1994a, p.29).

abandonarem saberes e técnicas tradicionais. *E para ele próprio, o que muda?* Absolutamente nada. Fora destas "ilhas" o homem urbano-industrial não altera o seu modo de conceber e estar na natureza, causa da necessidade de preservá-la. Tudo isso nos mostra o caráter autoritário e contraditório da atual concepção de preservação do meio ambiente: o homem urbano-industrial cria áreas de natureza a serem preservadas para reagir ao seu próprio modo de vida; passa a coibir as populações tradicionais de vivenciarem os seus modos de vida (bem mais sustentáveis para a natureza) e em nada[17] modifica do seu.

Houve avanços no sentido de repensar a questão das populações tradicionais no interior dessas áreas. Entretanto, ainda não existem ações efetivas visando à valorização de seus modos de vida e produção. Muitas vezes, o Poder Público se sentindo "culpado" ou "pressionado" frente ao "quadro de pobreza" enfrentado pela maioria dessas populações, propõe soluções paliativas, contratando moradores para trabalharem como guarda-parques, monitores de trilhas, ou mesmo, passa a incentivá-los a trabalhar com o turismo. Com tais ações, o Poder Público nada mais faz que usar a mão de obra dessas populações para legitimar seu modelo na "área protegida". Ações que viabilizam a presença delas e valorizam de suas culturas e seus manejos tradicionais, ainda estamos esperando ver... Neste ponto trago BRANDÃO (1995, p.16) para dizer:

> Não se trata de recriar métodos, ou repensar conceitos que apenas aprimorem uma mesma lógica de relacionamentos homem-natureza, entre-homens. Importa alterar a essência mesma de tal estrutura de conhecimentos, acompanhada de uma estrutura de valores, em todos os sentidos e em todas as dimensões em que isso possa ser feito, de modo a ser possível pensar e estabelecer princípios de relacionamentos de outra ordem. Uma ciência (modo de ver o mundo) que torna possível o acesso aos bens naturais através da destruição da natureza, ao mesmo tempo em que ameaça a existência da vida, desloca também para a vida social as razões de ser da subordinação de uns ao interesse de outros e de todos a um sistema cujo fundamento é justamente isso. (grifos meus)

Os executores de leis ambientais tentam solucionar uma situação de desintegração sócio-cultural usando seus próprios referenciais, ou seja, pensam que ao aumentar a circulação de moeda

[17] A questão da reciclagem de lixo, controle de resíduos e poluição são ainda medidas paliativas e atacam as

entre membros dessas populações, estariam amenizando o "quadro de pobreza" existente. O "quadro de pobreza" vivido por elas é muito mais amplo que a condição monetária. Partindo do termo *pobreza*, como é referido em nosso dicionário - *falta do necessário à vida* - a falta para essas populações vai muito além do dinheiro. Falta respeito por sua cultura e falta liberdade para vivificar e vivenciar seus saberes e técnicas plenamente. É possível admitir que o dinheiro possa remediar a desvalorização cultural e a falta de liberdade!?

Pensar essas questões, tendo como referência os acontecimentos presentes no Cambury, tornou-se necessidade emergente, logo no primeiro dia em campo. Um caiçara, mesmo não conhecendo minhas intenções, trouxe essa problemática em nossa primeira conversa.

> A maresia tem invadido minha casa e não tenho permissão dos florestais para construí outra casa mais pra dentro, onde o mar não alcança. Tenho um lote mais pro sertão e mesmo o lote sendo meu, eles não deixa eu construí. Sempre que a maresia é forte minha casa é invadida pelo mar, minha família corre risco... Se eles não deixar eu construí, vô vendê meu terreno. Antes de tê parque eu tinha roça, casa de farinha ... e agora não tenho mais nada. Nas antiga capoeira agora é tudo mato.

Esta fala nos remete a todas as questões levantadas acima. A necessidade de preservar a Mata Atlântica e ecossistemas associados, provém da destruição causada pelo modo de vida urbano-industrial[18], iniciada desde a chegada dos colonizadores e intensificada nas últimas décadas. Criaram o Parque Estadual da Serra do Mar e impuseram restrições ao modo de vida tradicional do antigo habitante da área, coibindo-o de realizar atividades fundamentais a sua sobrevivência. Isto posto, podemos imaginar quantos são os questionamentos levantados pelos caiçaras.

Desde o início, a prática foi o não diálogo. Os caiçaras não foram informados sobre o significado de um Parque Estadual e porque o território deles havia sido escolhido para ser

---

conseqüências e não causas (não querendo desmerecê-las em sua totalidade).

[18] Esse Parque não foi criado para deter a destruição que os caiçaras estavam causando à Mata Atlântica. Ele foi criado, para salvaguardar o que restou dela (os 5% no Estado de São Paulo) em decorrência do que a sociedade urbano industrial fez com o restante.

preservado. Sobretudo, nunca foram consultados sobre as técnicas e saberes associados ao seu modo de vida e produção - certamente mais sustentáveis que os de quem legisla – permanecendo ignorados pelos executores de leis ambientais, desde o momento da instauração do Parque, até os *Dias de Hoje*. As razões existentes por trás da criação dessa Unidade de Conservação são consideradas inquestionáveis, pois o eco das conseqüências sócio-econômicas e culturais sofridas por esta comunidade "*desde que o lugar deles virou parque*" (DIEGUES, 1994b), não é ouvido.

A atitude, ao contrário de dialógica, é policialesca. Mais fácil coibir com multas e ameaças de processos. Buscar dialogar e construir, com os caiçaras, alternativas sustentáveis para eles e o meio onde vivem e trabalham, parece ser atitude distante. Os caiçaras não saberiam, por exemplo, como manejar uma roça na Mata Atlântica de modo a manter a fertilidade do solo, usando tecnologia de baixo impacto ambiental? O homem urbano-industrial, criador / legislador / executor nessas áreas, não sabe: o modo como realiza suas atividades agrícolas e industriais já destruiu cerca de 95% da Mata Atlântica, no Estado de São Paulo. Mas os "*florestais*" não relativizam seu modo de vida ... eles estão bastante ocupados observando como os outros se relacionam com o meio natural. E estes outros, no caso dos caiçaras, cortam a capoeira e a queimam na coivara, sendo, portanto, destruidores da natureza. Ao contrário do que se busca perceber, eles também mantêm, por exemplo, através de sua prática agrícola, o solo fértil, sem usar insumos e usando tecnologia de relativo baixo impacto ao ambiente. Tal prática, herdada dos índios, garantia a recuperação do solo[19], com o crescimento da mata nas áreas que eram deixadas em *pousio* (em descanso).

Teria havido alguma pesquisa realizada pelo Estado, na tentativa de descobrir os reais impactos dessa prática ao meio natural? Certamente não. Retiraram costumes do contexto sócio-econômico, cultural e ambiental onde são produzidos, para classificá-los como predatórios ao meio natural. Durante o trabalho de campo, não foram poucas as falas ouvidas, nas quais o caiçara demonstrava suas inquietações e dúvidas: eles não concebem a idéia de seu modo de vida ser predatório ao meio natural. Este trecho de entrevista exprime a essência dessas dúvidas e a intensidade das inquietações:

[19] POSEY, et.alli.(1990, p. 82-83).

> *Nóis vive aqui tem quase duzentos ano e ainda tem todo esse matão aí. Nóis precisamo da floresta, porque a gente ia querê acabá com ela? Nóis não desmata nascente de rio, por que nóis sabemo que isso pode fazê faltá água pros nossos filho. Nóis tira os madeirãos que nós precisa... pra fazê uma canoa, construí uma casa... a gente não sai por aí matando árvre a toa. Agora, até pra eu fazê uma arrumação no teto da minha casa, pra mode não chovê nas criança, tem que ir lá pedí pros florestais. Tudo que a gente vai fazê aqui tem que pedí permissão pra eles. O mais que nóis desmatava era pra fazê roça... mas nós precisa da roça pra comê.*

Apesar de constar em documento elaborado pelo Instituto Florestal - Dossiê Picinguaba [20] – ser a incorporação do Núcleo Picinguaba ao Parque Estadual da Serra do Mar uma tentativa de viabilizar um plano piloto, em que haveria a *conciliação dos objetivos de conservação ambiental com a valorização e difusão da cultura caiçara,* até hoje, dez anos após este Dossiê ter sido elaborado, nada foi feito neste sentido, pelo menos na prática. Diz o documento: *O objetivo básico do Projeto Picinguaba é a integração dos fatores antropológicos / históricos com o estudo dos ecossitemas da Serra do Mar, seu litoral e sua preservação ambiental, através da criação de um centro de visitantes e educação ambiental voltado para a população local, visitantes e estudantes* (grifo meu).

No próprio modo como foi escrito este objetivo, percebe-se estar o homem urbano industrial pretendendo ensinar o homem tradicional como preservar a natureza. Os programas de *educação ambiental voltados para a população local* , tem implícita a idéia de que ela não sabe preservar a natureza, e os executores de leis seriam os que sabem. Isto é coerente com sua intenção de valorizar e difundir a cultura caiçara? Talvez este objetivo fosse melhor explicitado se escrito da seguinte forma: *"O objetivo do Projeto Picinguaba é a integração dos fatores antropológicos / históricos que não degradem a natureza com o estudo dos ecossitemas (...)"* . Em outras palavras, valorizar e difundir os saberes e técnicas que não "depredam" o meio natural, pois ao conjunto deles, julgado ameaçador da integridade ambiental, impôs-se o abandono.

---

[20] GONERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1987, p.3).

Diante disso, o objetivo do Projeto Picinguaba se revela contraditório, pois, se desde a implementação do Núcleo o pousio e a coivara foram proibidos, não parece estar havendo a integração plena entre os fatores antropológicos e a preservação da natureza. A postura tem sido a de sacrificar saberes e técnicas tradicionais para se preservar a natureza. Com o intuito de não parecer demasiadamente autoritário, o Poder Público Estadual fala em Educação Ambiental, como forma de os executores de leis ambientais "convencerem" os caiçaras da essência predatória de sua visão de mundo e técnicas. Ou não. Talvez a concepção de Educação Ambiental dos executores de leis ambientais seja aquela mais ampla, na qual os sujeitos envolvidos no processo educativo teriam liberdade para trocar saberes (neste caso sobre o ambiente) de forma igualitária. Entretanto, a prática de campo não nos revela a segunda possibilidade, e tal ocorre, não porque os atuais administradores do Núcleo sejam avessos ao diálogo com as comunidades, mas porque a própria legislação ambiental de Parques não concebe a presença do homem tradicional, muito menos de suas atividades.

Houve iniciativa da Secretaria do Meio Ambiente, em convênio com a FASE (Organização Não-Governamental), no sentido de realizarem estudos e ações buscando compatibilizar o modo de vida das populações caiçaras com os objetivos do Parque. Entretanto, se tomarmos como ponto de partida o objetivo principal dos Parques Estaduais Paulistas - *a preservação dos ecossistemas englobados contra quaisquer ações que os desvirtuem* (inciso 3º) - podemos ter a resposta do porquê nada disso ter acontecido na prática, e os caiçaras terem continuado impossibilitados de realizarem suas técnicas tradicionais.

Como pressupunha um dos objetivos do Projeto Picinguaba, a construção do Centro de Visitantes e os trabalhos de Educação Ambiental se tornaram realidade. No entanto, "*o povo*" que utiliza esse espaço e participa desses programas educativos é, na maioria das vezes, os visitantes e estudantes. A população local raramente o utiliza ou é chamada a participar. Quando estava em campo, a utilização desse espaço pelos caiçaras de Cambury se restringiu a três momentos eventuais: quando um caiçara de Cambury era chamado para falar a um grupo de estudantes ou pesquisadores sobre sua vida e cultura; quando de um trabalho realizado na Semana do Meio Ambiente, com crianças de alguns bairros do interior ou do entorno do Parque; e, por último,

quando da realização da Oficina de Elaboração do Plano de Gestão do Núcleo, em agosto de 1997.

Isso leva a crer que os caiçaras somente adquirem o poder de participação em momentos eventuais, quando sua presença é requisitada pela Administração do Núcleo. Os trabalhos são mais eventuais que processuais, inviabilizando a compatibilização entre diversidade biológica e diversidade cultural. Esses dados "não" causam tanta surpresa, por serem coerentes com o atual modelo de Parque, dentro do qual devem reinar: a natureza exuberante, as paisagens esteticamente belas e o homem urbano-industrial, que a concebe, administra e usufrui (turistas, pesquisadores...).

Com a venda da terra, o caiçara foi expropriado do espaço onde vivia e trabalhava, e com a "*chegada do meio ambiente*[21]", foi expropriado do uso deste espaço. Os *lavradores-pescadores* de Cambury[22] já estavam sendo empurrados para o mar e proletarizados na pesca. Com a incorporação de seu território ao Parque foram forçados a abandonarem a agricultura itinerante, perdendo, dessa forma, um dos alicerces de sua cultura e foram empurrados de vez para o mar, ou para servir os turistas...

A partir da década de 70 a condição de *lavrador-pescador* foi sendo gradativamente transformada e hoje, podemos dizer, os caiçaras de Cambury são, ou tentam ser, *pescadores artesanais*...

> As nossas terra estão impedida. O guarda florestal, se eles vier e ver uma pancada de machada, uma pica de foice que a moça fez pra descultivá, um pouquinho que seja, pra plantá uma semente disso, uma semente daquilo, eles vem em cima e multa. Eu mesmo já fui multado. Eu mesmo fui fazê um barraco no lugá que eu tinha uma roça e fui multado em 412,00 real. E eu falei pra ele: "Eu não tenho esse dinheiro. Como que alguém que ganha 112,00 real por mês de aposentado,tem seis filho e mulhé pra sustentá, pode pagá 412,00 real?" Hoje no lugá nois tamo apeado de pé e mão.

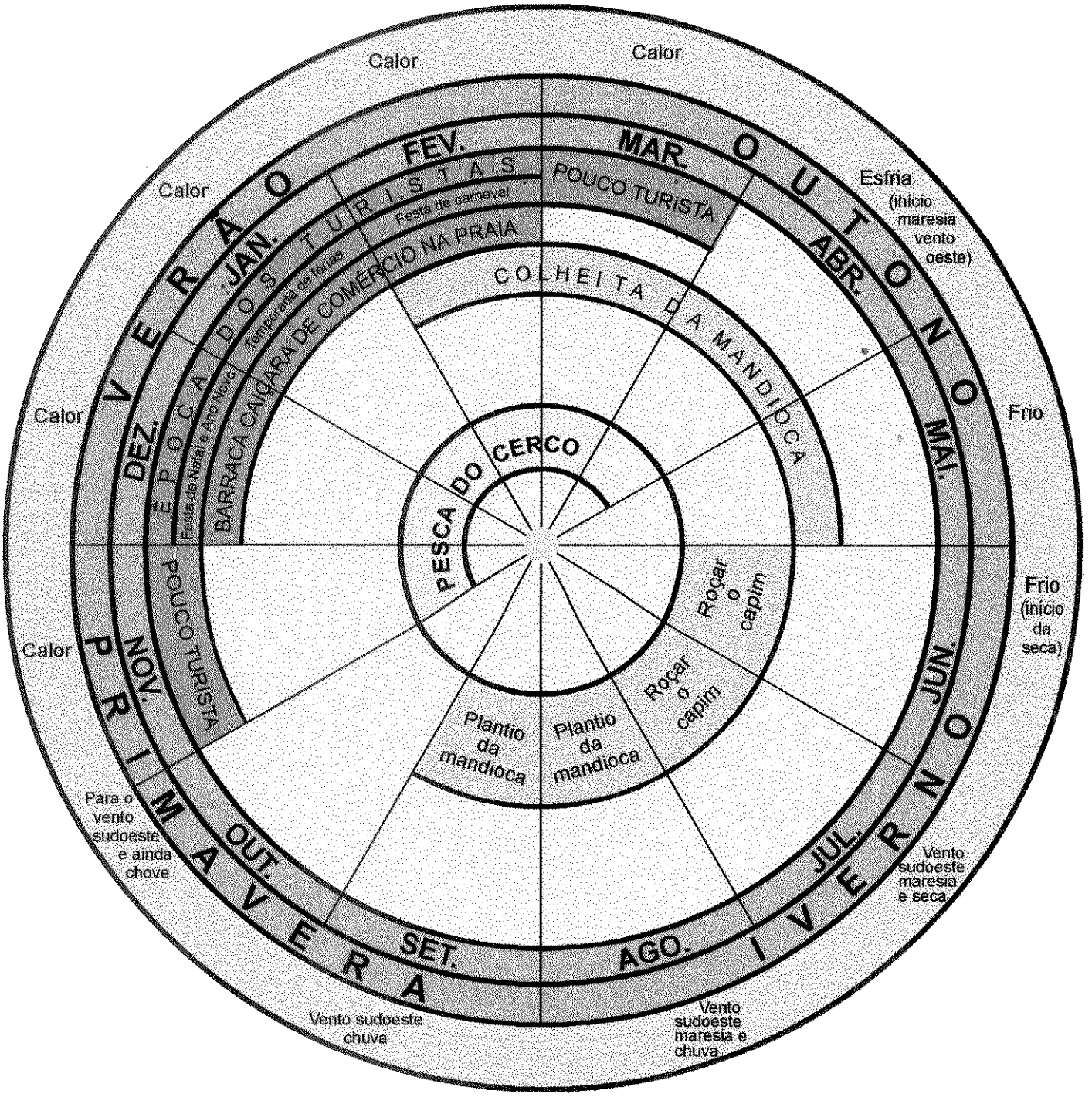
[21] É desta forma que os caiçaras de Cambury anunciam a incorporação de seu território ao Parque Estadual da Serra do Mar.
[22] DIEGUES (1983).

As leis que regem o Parque, impedem o lavrador de Cambury de realizar a rotação de áreas para o plantio, forçando-o a manter-se fixo, plantando numa só área. Devido ao empobrecimento do solo e ao fato de a terra ter se tornado escassa, o caiçara deixou de realizar a policultura, restringindo-se à monocultura de mandioca (FIGURA IV). Pode-se explicitar duas conseqüências básicas desse processo, (1) *aumento da circulação de moeda*, com a intensificação da pesca e trabalhos remunerados periódicos e (2) *Rearranjo de papéis* na organização social do trabalho.

Com a prática da policultura, o caiçara garantia os alimentos necessários na sua dieta básica e por isso dependia muito pouco do dinheiro. Realizando a monocultura de mandioca, o caiçara passa a depender mais intensamente do dinheiro para aquisição dos alimentos e, com isso, intensifica sua atividade pesqueira e, ao mesmo tempo, busca empregos permanentes no mercado de trabalho. A organização social do trabalho, na qual cada membro da família desempenhava papéis importantes em torno das atividades agrícolas, durante todas as épocas do ano[23]. Por ser a mandioca, planta que não necessita de cuidados freqüentes, as idas a roça se restringem a momentos esporádicos, ocorrendo um remanejamento de papéis na organização social deste trabalho. A mulher, por exemplo, participante ativa nas atividades da lavoura, fica restrita aos cuidados da casa e do quintal (quando o quintal ainda existe), ou trabalha na cidade.

Tendo suas "*terras proibidas*" e produzindo essencialmente mandioca, o manejo da roça realizado nos *Dias de Hoje* é diferente do *Tempo dos Antigo* (ver FIGURA IV). Plantando sempre na mesma área, por estarem impedidos de realizarem o *pousio*, não dá tempo da mata se recuperar de um ano para o outro. Assim, em junho, em vez de roçar a capoeira, o caiçara roça o "*capim melado*". Deixa o material vegetal secando até agosto. Caso seja necessário e se encontrar uma forma de burlar os "*florestais*", o caiçara realiza a queima e a coivara, no início desse mês. Em final de agosto, começo de setembro, planta as ramas – na lua crescente para a cheia – que brotará ao cair da primeira chuva. A produção de mandioca é muito baixa, pois o solo está "*cansado*" e há a invasão se muitas pragas na lavoura, principalmente, formigas. Cultivando em

[23] Isso pode ser percebido fazendo-se a comparação entre as FIGURAS IV e V (vide p.78-79 e 143-144).



FIGUARAIV

CALENDÁRIO VIVENCIAL DO

"TEMPO DE HOJE"

pequena e com solo pobre, o caiçara não consegue retirar a quantidade de mandioca para manter a família durante o ano.

O fato da agricultura para o aprovisionamento ser coibida - além de promover a desintegração de saberes e técnicas - esfacela um dos espaços onde a sociabilidade caiçara era mais veemente: a casa de farinha. Esse era um espaços onde a troca de saberes e experiências era intenso, onde os problemas individuais e do grupo eram colocados e debatidos, onde os indivíduos se encontravam e reafirmavam suas relações de reciprocidade e sua condição de grupo. Todos participavam do preparo da farinha de mandioca. Hoje, muito poucos possuem área para cultivo e a produção de mandioca se restringe a poucas famílias, e em épocas restritas do ano. Em decorrência, a grande maioria das casas de farinha estão desativadas. Não perdeu-se aí, apenas espaço físico de trabalho, mas espaço onde a identidade caiçara era vivenciada e fortalecida, em cada indivíduo e no/para o grupo social.

Neste quadro sócio-econômico, a intensificação da atividade pesqueira vem aliada ao processo de expropriação da terra sofrida pelo caiçara de Cambury. Podemos dizer que os moradores desse bairro são, ou tentam ser, pescadores artesanais, alternando os períodos de trabalho na pesca, com períodos de trabalho assalariado e no turismo. Entretanto, os pescadores do bairro estão passando por período de grandes dificuldades, seja na captura do pescado, seja na comercialização do mesmo. Daí a afirmação de eles estarem "tentando" ser pescadores artesanais.

> *Há mais de cinco meses vinha comprando farinha na cidade, pois o pouco que tinha de mandioca na roça, não estava no ponto de ser colhida. Naquele dia, apesar do susto passado, Isaias tinha trazido algumas raízes boas.. D. Maria apressou-se em ir preparar a farinha para, quem sabe, poder fazer um azul marinho no domingo. Mas chegou domingo e não deu peixe ...*

A diminuição do pescado é fator constantemente citado nas entrevistas, e é o principal motivo do "desânimo" sentido pelos pescadores de Cambury. Tentei resgatar, a partir de suas

reflexões[24], os motivos da diminuição do pescado e as respostas foram, tanto relacionadas a fatores ambientais, quanto a fatores religiosos.

> *Antigamente eu ia ali naquele lugar perto da costeira, aquele lugar que eu ainda pesco. Aquela canoa que tá parada ali era pequena pra colocá o peixe, de toda qualidade. Toda visita no cerco era 2.000, 2500 kilo por dia. O carapau, o peixe galo, o peixe espada... dava peixe demais. Muitas vez eu até enterrei peixe aqui nessa praia. Hoje em dia ninguém tá quereno mais pescá... não dá nada. Desde outubro eu pesco... outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro e março. Quando chega abril já tem muita maresia, carrega a rede. Pesquei seis mês pra ganhá 30 real, 50 real. Hoje desacossoa trabaiá. A gente fica dia cortano e preparano os bambú pra fazê o cerco, costurando a rede, pintando, carrega pedra pra poitá a rede ... e o peixe não vem. Não vem porque esses barco grande pesca na época que não deve e acabô o peixe.*

> *Hoje, minha filha, é de um cego achá um vintém a moça achá aqui um quilo de peixe para o seu almoço. Até uns 25 ano atrás esse lugar aqui era muito rico pra peixe. Isso aí não tem preço minha filha, a fartura não tem preço. A gente até dava de presente o peixe pros navios que iam passando por aqui. Acho que teve essa mudança (de hoje não ter mais peixe) por o peixe tem suas mudança. Ele viajou pro centro da onda do mar, ou ele se acabou mesmo de uma vez, ou o Sr. Jesus prendeu esse peixe pra que ele não andasse mais por aqui ... a gente fica em dúvida. Mas hoje acabou o peixe.*

Para explicar a ausência do peixe o pescador, da primeira fala, cita a presença de grandes barcos pesqueiros ao longo da costa. Eles estariam pescando nas épocas destinadas ao defeso[25], impedindo a procriação de algumas espécies, e também, utilizando-se de instrumental pesqueiro mais eficiente na captura, que o usado pelos pequenos pescadores. O outro pescador nos fala de dois motivos que parecem estar diretamente relacionados a representações construídas, a partir de sua relação com o mar e dos ensinamentos recebidos na igreja[26].

Com a frase - "*Viajou para o centro da onda do mar*", o pescador parece se referir a algum lugar do mar para onde o peixe teria ido, e não mais retornado. Um lugar onde todos os

---

[24] Não realizei nenhuma pesquisa bibliográfica na tentativa de descobrir o motivo da escassez do pescado. Sendo assim, me restrinjo às explicações dos próprios pescadores.
[25] Épocas em que a pesca é interrompida para que algumas espécies possam se reproduzir e procriar.
[26] A igreja freqüentada por ele é a Igreja Adventista do Sétimo Dia.

peixes estariam presos, não podendo mais retornarem ao Cambury. Esta representação reflete a maneira através da qual o caiçara percebe e vivencia o mar: *um lugar misterioso, que pode prendê-lo (ele ou o peixe) de modo a não poder mais retornar ao continente, e que, portanto, deve ser respeitado*. O "medo" do mar é uma constante vivenciada. Não foram poucas as vezes que convidei crianças do Cambury para tomarem banho de mar e elas responderam: "*Não posso, minha mãe não deixa ... é perigoso*". Essa percepção passada às crianças, provém da relação do caiçara com o mar no seu cotidiano de trabalho e trata-se, portanto, de atitude elaborada no âmago de sua própria cultura. DIEGUES (1994, p.131), ao refletir sobre os elementos simbólicos presentes na vida das populações tradicionais caiçaras escreve:

> os elementos simbólicos através dos quais os homens não somente agem sobre o mundo natural, mas também sobre as potências invisíveis que controlam a reprodução da natureza e podem dar ou recusar uma boa colheita, uma pesca e caças abundantes. Nesse sentido, a prática simbólica constitui uma realidade social tão real quanto as ações materiais sobre o mundo visível.

Já a resposta "*Jesus prendeu esse peixe para que ele não andasse mais por aqui*", nos mostra o imaginário do caiçara sendo impregnado pelos ensinamentos recebidos na igreja. Podemos dizer que, muitos elementos simbólicos presentes na vida dos caiçaras hoje, é fruto de *imaginário instituído*[27] pela igreja. O fato desse caiçara considerar como causa da escassez de peixe a *vontade de Jesus*, nos revela o caráter punitivo pregado aos homens por aquela igreja. Forças sobrenaturais podem agir sobre o mundo material, segundo suas vontades e, no caso, uma vontade punitiva frente a *homens pecadores*.

Podemos ir mais fundo nisso, observando passagens de algumas entrevistas nas quais esse mesmo caiçara nos fala, outras vezes, de situação de *castigo*, de *sacrifício*.

> *Isso aqui já foi um lugar abençoado, minha filha. Abençoado porque tinha fartura. Hoje nóis estamos num castigo, num sofrimento, porque isso aqui só pelo poder de Deus, um pedido a Deus pode nos dar a vitória, a segurança que precisamos. Porque pela nossa força não tem mais jeito. Hoje nóis tamo assim, como já esclareci, no sacrifício, no castigo da fome que está no lugar.*

O sacrifício da fome é resultado da situação de castigo imposta por um ente superior *divino*, que, até mesmo, aprisiona peixes. Ao refletir, empregando referenciais religiosos, o caiçara, por vezes, deixa de perceber ser o sacrifício da fome imposto por outro ente superior, em nenhum sentido divino e sim, material, real, *estatal*.

> Quando o Sr. Jesus criou o céu, criou a terra, criou a fonte das águas, criou esse globo celestial pra nóis viver. Quando Adão pecou no Jardim do Éden, Deus falou: "Ide, sair e derramai o suor de seu rosto e com este suor lavrai a terra, para da terra tirar o seu sustento". Foi o Sr. Jesus que falou também: "Desfrutai e vivei da terra". Agora você vê, a Lei da Terra modificou o que está escrito na Lei do Céu, porque hoje o homem não pode mexer na terra para desfrutar, para ganhar o pão com o suor do rosto dele.

Já outro caiçara, diz estar o sacrifício da fome instaurado, porque a "*Lei da Terra*" vai contra o escrito na "*Lei do Céu*". O imaginário instituído pela igreja fala ao caiçara que ele pode e deve retirar seu sustento da terra. A O imaginário instituído pelo Estado introduz noções como a "queimada é ruim para a floresta", a "floresta deve ser preservada", a roça "prejudica a floresta". O quadro configura um dilema simbólico no imaginário do caiçara de Cambury, que as se materializar, constitui-se num dilema social e econômico: a situação de fome e de pobreza.

Entretanto, as concepções ditadas pela igreja também afastam o caiçara da realidade dos fatos. Ao dizer ser a escassez do peixe resultado da ação divina, de estar o quadro de pobreza relacionado ao "*tempo de sacrifício*", a igreja distancia o caiçara da percepção de que a situação vivida está relacionada a fatos reais: políticos, econômicos e sociais. Introduz a noção de uma realidade acabada, impossível de ser transformada por ele, ou por outro qualquer. Assim, eles ficam esperando o "*tempo que Jesus voltará ... e de 2.000 não passará*"[28].

---

[27] *Imaginário instituído* é tudo aquilo que já está posto pela cultura maior, pela sociedade. Ver em CASTORÍAS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1982.

[28] A convivência com os caiçaras de Cambury revelou outro tipo de transformação ocorrida em sua cultura, que se refere ao universo religioso desta população. Até a década de 60 / 70, pode-se dizer que 100% dos moradores eram católicos. Gradativamente foram chegando ao lugar, as Igrejas Evangélicas. Hoje restam duas famílias Católicas, uma Adventista e as outras (cerca de 46) famílias, são da igreja Assembléia de Deus. A chegada das Igrejas Evangélicas modificaram muitos aspectos da vivência cotidiana do caiçara de Cambury, bem como muitas de suas representações. As festas caiçaras, por exemplo, foram marco cultural muito importante no universo dessas

Então, o caiçara acredita estar vivendo "*o tempo de sacrifício*", do qual o Salvador chegará para livrá-los. Mas, por vezes, ele se revolta contra esta situação de passividade e busca transformar a situação vivida. Uma das formas é intensificando a pesca, já que a "*Lei da Terra*" não permite mais que "*lavrem a terra com o suor de seus rostos*". Entretanto, ao intensificar a atividade pesqueira, ele se depara com outro problema, além da escassez de pescado: a proletarização da pesca artesanal. O caiçara de Cambury trabalha na pesca do cerco[29], entretanto, existem dois cercos no bairro, sendo um, pertencente a morador do lugar e outro a proprietário de fora. Segundo informante local, o cerco do morador local está desativado há dois anos. Os pescadores artesanais de Cambury, portanto, estão colocando a serviço de pessoas de fora do lugar, seus saberes e técnicas de pesca, e em troca, recebem a meia.

> Nóis trabalha o meio com ele. Ele não é homem de fichar (registrar) ninguém. E então você sabe, meieiro não tem direito a nada, tem direito a nada. Por exemplo, se nóis um dia fizesse 4.000 real, 2.000 é dele e o resto é nosso. Se nóis somo 5 pessoa, é 400 real pra cada um. A rede, a canoa, o material é tudo dele, mas o trabalho é nosso. Uma vez um filho meu foi em Ubatuba conversá com ele pedir um valezinho de nada, coisa mixaria, e ele disse que meu filho não era empregado dele não. Disse que meu filho era meieiro, que não era empregado e que por isso não tinha direito de nada. Disse: "pode procurar o advogado de vocês". Meu filho disse que não ia procurá advogado, mas que era empregado dele sim porque pescava seis mês pra ele e nos outro seis mês cuidava do rancho de pesca dele. Nóis já trabalha pra ele tem 9 ano... Imagina nós procurá advogado, nóis mal tem dinheiro pra comê...

A situação de trabalhar para outros incomoda bastante o caiçara de Cambury. O orgulho presente nas histórias sobre o "*Tempo dos Antigo*", quando a pesca era realizada pelo próprio grupo, quando o conhecimento sobre o mar e o trabalho no mar era motivo até de *status*, faz parte do passado... do "*tempo que não volta mais*". Hoje, esses saberes e técnicas de pesca servem aos de fora, que não lhes dão o devido valor, pagam mal e não lhes garantem direitos e segurança alguma.

---

populações. Grande parte das festas profanas e religiosas eram ligadas a Igreja Católica como a Festa do Divino, São Benedito e Folia de Reis, no entanto, nos dias de hoje, elas foram praticamente extintas devido a presença, cada vez mais constante e abrangente, das Igrejas Evangélicas.

[29] Alguns também pescam fora durante algumas épocas do ano, mas dentro do bairro e na maior parte do ano, realizam a pesca do cerco.

Segundo DIEGUES (1983), "*A essência da pesca artesanal é o conjunto de conhecimentos sobre meio-ambiente, as condições de marés, a identificação dos pesqueiros, o manejo dos instrumentos de pesca. Este conjunto de conhecimentos faz parte dos meios de produção dos pescadores artesanais. Ele é, em geral, transferido de pai para filho e guardado cuidadosamente pelos pescadores*". A reflexão do autor reforça ainda mais a afirmação – eles "tentam" ser pescadores artesanais – pois, seus saberes e técnicas acerca da pesca, foram "comprados" por aqueles que não conhecem o seu valor: cultural ... secular.

Outra dificuldade surgida nos âmbitos da pesca é a de aquisição dos instrumentos de pesca. A madeira para fazer a canoa só pode ser retirada da mata quando a árvore já está morta. Em primeiro lugar eles devem "provar" aos "florestais" que não derrubaram a árvore. Após isso, a pessoa que irá fazer a canoa trabalha alguns dias no próprio local onde a árvore caiu "*pra tirar o grosso*" e dar as primeiras formas ao tronco. Isto feito, um grupo de seis a oito homens (adultos e jovens) se dirigem até o local para carregar o tronco ao local onde ela será esculpida. Permanecem por lá quase um mês, ou meses (dependendo da quantidade de pessoas trabalhando e do tamanho da canoa) até que a canoa fique pronta. Não é fato corriqueiro uma árvore cair naturalmente na floresta e portanto, são raras as oportunidade de se manufaturar uma canoa. Dois ou três pescadores adquiriram, com dificuldades, barco a motor, na tentativa de manter-se como pescador.

Assim, os caiçaras se desmotivaram, também, com a pesca. Observa-se que, muitos deles abriram pequenas lanchonetes nos seus antigos ranchos de pesca, funcionando durante o verão para servir aos turistas. Outros, como é o caso do outro dono de cerco, morador do Cambury, abandonaram a pesca há 2 anos. Nos dias de hoje, tanto o homem quanto a mulher, estão deixando seus trabalhos na roça e na pesca e indo ocupar-se de serviços *permanentes* nas cidades mais próximas a seus bairros, voltando para casa somente para dormir, ou mudando-se de vez para as cidades. Esta evasão dos bairros caiçaras vem se tornando cada dia mais comum, devido a indisponibilidade das terras para cultivo e atividade pesqueira praticamente falida em muitos pontos do litoral.

O matéria prima retirada da mata para manufatura de utensílios domésticos e para a construção, também é dificultada. Antes de retirar qualquer recurso da mata os caiçaras tem que ir até o Núcleo Picinguaba, que fica a 8 km do Bairro, pedir autorização. Após isso, um funcionário do Núcleo vai até o local onde está este recurso e só assim, a autorização é dada, ou não.

Com tantas dificuldades impostas, o caiçara tenta buscar novas alternativas de renda. Apesar de ser atividade ilegal, pois exige a retirada de recursos da floresta, o artesanato tem se tornado atividade mais proeminente no bairro, principalmente no verão. Um fato curioso aconteceu, quando perguntei a um grupo de moradores se haviam muitos artesãos no Bairro. A resposta foi que havia alguns, talvez uns três ou quatro. Isso aconteceu logo numa das primeiras idas a campo. Com o "andar" do trabalho e com o nosso convívio mais constante e próximo, alguns caiçaras me convidavam freqüentemente para visitar suas casas e comecei a observar, no interior destas casas, a quantidade enorme de utensílios, enfeites que, "para mim", eram artesanato. Um dia comentei com um deles: "*São realmente muito bonitos os artesanatos que você faz*".

> Artesanato? Não. Eu faço é pra usá em casa mesmo.

A resposta dele surpreendeu e através dela respondi à pergunta anterior - *se haviam muitos artesãos no bairro*. Muitos caiçaras tem na habilidade manual e domínio das técnicas de manufaturar objetos de sua utilidade, duas das suas grandes qualidades. Entretanto, estes objetos não são considerados por ele artesanato e sim utensílios que ele faz para usar no dia a dia na roça e na casa ou para enfeitar sua casa e quintal. Os três moradores que foram referidos naquele outro dia como sendo artesãos, são assim considerados porque fazem suas manufaturas para vender ao turista.

> *Enquanto almoçavam no Domingo, sem azul marinho, a filha mais velha de D. Justina, irmã de Isaias, entrou repentinamente na sala. Ela tinha vindo alertar os tios, que daí a uma semana seria a semana do Natal e ainda não haviam ido fazer compras na cidade para abastecer a venda da família. Isaias contou para a sobrinha da multa recebida e explicou que não dispunha de dinheiro para fazer as compras. Mas em sua cabeça instaurou-se um dilema: ele*

> *tinha que fazer as compras, afinal, no Natal dava muito movimento na praia e seria a oportunidade de ganhar o dinheiro que precisava...*

Acerca de 20 anos, foi introduzido um novo momento na vida das pessoas de Cambury: a época de temporada, isto é, *o tempo do turista*. Ao adentrar neste *tempo*, o ritmo do caiçara se afasta das atividades e dos ritmos ligados à natureza - *tempo de lavrar a terra, de pescar* - e se adequa ao *tempo* da sociedade inclusiva - *tempo* de férias, de feriado e às atividades que atendem às demandas do turista (ver FIGURA IV, p. 143-144).

A importância atribuída ao turismo, como forma mais eficiente de renda, ou aos turistas, como detentores de hábitos e valores "melhores", é analisada de modo diferente, dependendo da faixa etária do interlocutor. Os mais velhos, "*os antigos*", como são chamados pelos moradores, não se mostram totalmente favoráveis ao desenvolvimento turístico no bairro. Apesar de, muitas vezes, trabalharem no comércio local, alugarem seus quintais para o campista, por necessidade de sobrevivência, eles demonstram certa melancolia ao falar do turista.

> *O turismo traz dinheiro sim, mas também traz outras coisa... Se pudesse voltá plantá, seria muito melhor porque nóis pudia tirar nosso sustento da terra e não precisava ter que aguentá esse monte de gente na nossa praia, nosso quintá.*

Outro caiçara com mais idade, diz:

> *O turismo é importante porque traz um pouquinho de dinheiro pro lugar. Mas o importante mesmo é plantá. Se a pessoa planta direitinho ela sabe que dá, no outro ano dá. Agora o turismo, dá o dinheiro, mas é dinheiro pouco e uma época do ano. A roça dá pro ano todo. Hoje falta liberdade pra nossas terra.*

Quando deram esses depoimentos, os caiçaras estavam analisando os prós e os contras da construção da estrada. Ressaltaram, dentre outras coisas, as facilidades trazida pela estrada aos meios de transporte, o que constitui uma vantagem do progresso. Mas logo em seguida alertaram: trouxe também "*gente de fora*", " *gente que traz sujeira pro bairro, bebe e usa droga perto dos*

mais jovens[30], *ensina 'coisas estranhas' pras criança e jovens*. Os mais velhos, geralmente, falam das pessoas de "fora" como um aspecto ruim do progresso (a estrada), mas muitos moradores do bairro, não concordam com isso. Os mais jovens, por exemplo, quase sempre se referem ao turismo como possibilidade mais atraente e promissora de trabalho.

> Trabaiá pro turista no verão é muito bom. Ganha mais dinheiro que ficá trabaiando na roça e na pesca o ano todo.

Por sofrer restrições em seu modo tradicional de vida, o caiçara se vê cada vez mais necessitado de dinheiro e os turistas têm sido a fonte onde buscá-lo. Entretanto, além do dinheiro, ele traz outros valores morais, comportamentais e de consumo. Esses valores e hábitos afastaram ainda mais o caiçara da agricultura e da pesca: tais atividades não oferecerem dinheiro suficiente para comprar carne bovina todos os dias, para comprar roupas "*igual a do turista*" ... enfim, para ter um padrão de vida mais próximo daquele considerado, nos *Dias de Hoje*, como ideal.

Muitas famílias de Cambury, venderam pequenos lotes para turistas, onde construíram pequenas casas visitadas durante alguns períodos do ano. Quando os novos donos não estão nas casas, são os "velhos donos" permanecem como caseiros, ganhando para isso, até um salário mínimo. Os dois grandes donos de terras no bairro, mantém também caseiros em suas propriedades, mas estes, foram trazidos de fora ... não "*pertenciam ao lugá*".

Nos *Tempos de Hoje*, a agricultura deixou de ser vista como forma "*segura*" de garantir o aprovisionamento e a pesca é considerada não suficientemente rentável. Além disso, os jovens de Cambury vislumbram necessidades de consumo e valores diferentes de seus pais e avós. Perguntei para um interlocutor que viveu *Naquele Tempo* o por quê do desinteresse dos mais jovens pelas atividades desenvolvidas tradicionalmente no bairro e a resposta foi outra pergunta:

> *Como eles vão de fazê aquilo que nunca fizeram, aquilo que traz multa e processo?*

---

[30] Inclusive, informações fornecidas pela Secretaria de Assuntos Comunitários do Município, confirmadas pelos próprios moradores, diz que existem muitos jovens no Cambury que estão viciados em álcool e drogas.

O caiçara tem razão. Seus filhos e netos já nasceram no *Tempo de Transição*: quando a terra começou a se tornar escassa, a agricultura itinerante foi proibida, o pescador era proletarizado e o peixe tornou-se escasso... Enfim, nasceram em um tempo, quando as atividades de lavrar a terra e pescar no mar estavam sendo destituídas do valor que possuíam, sobretudo por ações externas ao grupo. A sociedade inclusiva começou, naquela época, a "engolir" os saberes e técnicas tradicionais e a introduzir novos valores, novas leis, novas regras de vivência e convivência no universo simbólico e material dos caiçaras de Cambury.

Diante da situação vivida, o caiçara se preocupa com as gerações futuras e com o desaparecimento de sua cultura. Se não podem mais plantar, por que ensinar aos seus filhos, os saberes e as técnicas sobre o trabalho na terra? Na pesca, seus saberes e técnicas perdem o sentido, frente à proletarização sofrida e, não tem mais peixe: ensinar os filhos pescarem para ser desvalorizados e mal remunerados? Diz o caiçara:

> *Posso dizê que nóis temo aqui um geração nova, dos meus filho que são caiçara, mas que a tradição passada eles não vão conhecer mais. Porque vamo dizê: a pesca começou a fracassá muito, o cerco daqui a uns dois ano não existe mais porque não dá peixe e quando dá não tem como conservá e nem pra quem vendê. Se daqui a dois ano ela acabá, o pessoal novo daqui não vai mai sabê o que é a pesca do cerco. Ele é um caiçara aqui da praia , mas não vai sabê o que é a pesca do cerco.*

O caiçara do *Tempo dos Antigo*, comia o azul marinho – "*a banana e a mandioca*" tiravam da terra; "*o peixe*" matavam no mar; e "*os cheiros*" catavam no mato. O caiçara do *Tempo de Hoje*, raramente, come o azul marinho e, quando come – "*a banana e a mandioca*" compram na cidade; "*o peixe*", quando não dá, compram na cidade; e os "*cheiros*"... também. Ah! Compram também o arroz, porque, nos *Dias de Hoje*, "*mais fácil comê o azul marinho com arroz que com farinha*".

A cultura do caiçara de Cambury foi sendo, ao longo dos anos, construída entre a terra e o mar. Hoje, se as atividades na terra (e na mata) estão proibidas e as no mar, proletarizadas, qual será o destino da identidade cultural destes sujeitos? Perderam o acesso à matéria prima utilizada

na elaboração de seus saberes e execução de suas técnicas – os acerca da agricultura, tiveram que ser legados ao abandono e, os acerca da pesca, estão a disposição daqueles que não conhecem seu valor (nem cultural, nem econômico) ... E mais: tiveram seu universo material e simbólico invadidos por novas concepções, novas percepções, novos valores ... que o fizeram relativizar ainda mais seu próprio modo de ser e viver, em "seu" espaço. O modo de vida "*dos de fora*" tornou-se, para muitos, idealizado e por isso, seu modo de vida tradicional está sendo desvalorizado, também, pelo próprio grupo. A crise de identidade se agrava ainda mais, pois se o modo de vida tradicional não lhes proporciona aquilo que é ideal, o modo de vida vislumbrado é, para eles, inalcançável.

> *Sentada na varanda, D. Maria ficava horas conversando com seus filhos e netos sobre o Tempo dos Antigo. Ao terminar a história daquela noite, disse – É, meus filhos, o Cambury já foi o Cambury ...*

Pensar em uma cultura sendo transformada não é fato excepcional, dado seu caráter dinâmico. O que pareceu-me excepcional, neste encontro etnográfico com os caiçaras de Cambury, foi a natureza e, sobretudo, a intensidade e velocidade de tais transformações. Sua natureza está relacionada a ações do Poder Público, ora Federal e ora Estadual, que pretendem homogeneizar os saberes locais em detrimento de saberes "oficiais", "legais", majoritários. Em termos cronológicos, pode-se dizer, o *Tempo dos Antigo* não dista muito dos *Tempo de Hoje* – somente 20, 30, 40 anos – mas, a velocidade e intensidade das transformações que intercruzaram estes dois tempos é impressionante e suas consequências marcantes.

5.1. Relação entre diferentes – A favor da diversidade

Ao longo dos anos, a visão de mundo e modo de vida da sociedade inclusiva foram avançando sobre o universo simbólico e material dos caiçaras de Cambury. Dessa forma, a história do grupo caiçara, é revelada por seus sujeitos como uma história marcada pelo conflito entre saberes e processos, emergente no bojo da relação de alteridade entre eles e "os de fora". E nesta relação, o grupo, tendo como ponto de partida seus saberes e técnicas, se revela como oprimido e subvertido pela ordem estabelecida pelo outro - ao mesmo tempo em que inventa e reinventa sua forma de ser e viver. Segundo GUSMÃO (1995, p.147),

> O confronto com modos de ser e pensar diversos, no momento da luta pelo espaço físico, social e cultural que lhe é próprio, torna-se um momento crucial de adaptação frente a toda e qualquer circunstância. A multiplicidade das formas de ser, envolve o mundo camponês e negro e o mundo do outro e os redimensiona como parte de dois tempos: o antes e o agora.

Do *Tempo dos Antigo* ao *Tempo de Hoje*, o caiçara de Cambury elaborou e reelaborou saberes e técnicas em sua relação com a terra e o mar, e assim, construiu e reconstruiu sua identidade cultural entre esses territórios. Entretanto, ao atravessar o *Tempo de Transição*, a ordem e cultura vigente na sociedade inclusiva adentra de forma intensa e abrangente no contexto social, econômico e cultural do grupo, provocando uma crise em seus referenciais e, consequentemente, em sua identidade cultural.

Os relatos emergem da memória coletiva do grupo, revelando estar sua identidade sendo de muitas maneiras recriada, como resposta à sua própria negação no cerne das ações do Poder Público. Elas negaram (e negam) as formas tradicionais de ocupação do espaço, as formas tradicionais de se relacionar e usar esse espaço e seus recursos. O caiçara de Cambury tenta resistir à expropriação definitiva e se mantém no lugar. Mas para isso, incorpora novas concepções, percepções, referenciais e valores à sua visão de mundo, ao mesmo tempo que, reinventa seu modo de vida. Perceber que uma cultura está sendo transformada, não seria dado "aberrante", considerando seu caráter dinâmico. Entretanto, a intensidade em que isso vem ocorrendo e a forma, não- processual, como vem se dando, nos faz compreender com mais

clareza o escrito por GIDDENS (1991, p.13), sobre a "*natureza descontinuísta do desenvolvimento social moderno*". Ou seja, o que se observa-se é um literal abandono dos saberes e técnicas vigentes no sistema tradicional, em resposta à imposições e exigências provenientes do sistema urbano-industrial.

No Tempo dos Antigo, os caiçaras tinham "*sua demarcação própria*": ser parente era condição para ser considerado pertencente ao bairro e ter acesso ao uso da terra e seus recursos. Essas regras eram forjadas no *direito costumeiro*[31] tradicional. Ao promover a demarcação das posses familiares, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) transfigurou o significado coletivo da terra – território, instituindo o sentido, individualizado, de terra propriedade-familiar. A concepção capitalista de propriedade foi sobreposta à concepção tradicional de *usufruto comum*. As regras de acesso à terra elaboradas e vivenciadas pelo grupo há mais de um século, foram substituídas, em menos de um ano[32]. Assim, "*categorias de dentro como a descendência e o parentesco, representativas do tempo na terra, são categorias esvaziadas, negadas e tidas como inexistentes no âmbito maior das relações sociais*[33]".

Passados alguns anos, o Poder Público construiu uma estrada que atravessou o território do bairro e com ela, vieram os especuladores para comprarem as posses demarcadas. Através dela vieram também os turistas, trazendo consigo outros valores morais, comportamentais e de consumo, instigando os caiçaras a afastarem-se cada vez mais de suas atividades tradicionais, dado serem elas incapazes de proporcionarem renda suficiente para aproximar o padrão de vida do caiçara ao do turista. Saber lavrar a terra, saber escolher o "*cheiro*" certo para dar sabor ao azul marinho, saber pescar o peixe no lugar e na época certa ... foram se tornando saberes cada vez menos almejados pelos jovens caiçaras. Se antes precisavam de pouco dinheiro "*pra comprá querosene e sal*", passaram a precisar de mais, muito mais ... "*pra comprá roupa melhor, comprá comida na cidade, um fogão à gaz ... quem sabe comprá um carro!?* A forma pela qual a

[31] MOURA (1988).
[32] Período levado pelo IBRA para demarcar as posses, segundo os caiçaras.
[33] GUSMÃO (1995, p. 149).

expansão do sistema os atinge é destruindo o que existe e destituindo o instituído[34], ou seja, destituindo o tradicional e impondo o modo de vida e visão de mundo urbano-industrial.

Ainda na década de 70, o homem urbano-industrial "*chegou*" ao Cambury para acusar seus moradores de serem degradadores da natureza. Em função disso, passa a coibi-lo de usufruir do ambiente, no qual viviam a "*quase duzentos anos*" . Ao declarar o território dos caiçaras como parte de uma Unidade de Conservação, o Poder Público Estadual sobrepôs um território público ao território comunitário, restringindo o uso dos recursos naturais e proibindo a realização da agricultura itinerante. Nesse sentido, essa sobreposição é vista pelos moradores como a usurpação de seus direitos de acesso aos recursos, enquanto comunitários. Segundo DIEGUES (1994b, p.157), "*Essa usurpação é tanto mais grave quando se justifica essa criação de espaços territoriais públicos em benefício da 'conservação', 'da biodiversidade' ou dos 'interesses nacionais', frequentemente confundidos com a necessidade de lazer das populações urbanas*".

Segundo o autor[35],

> Existe aí uma visão conflitante entre o espaço público e espaço comunitário, segundo perspectivas distintas e até opostas: a do estado, representando interesses das populações urbano-industriais (pesquisadores, turistas), e a das sociedades tradicionais. Na verdade, o que está implícito é que estas deveriam "sacrificar-se" para dotar as populações urbano-industriais de espaços naturais, de lazer e "contato com a natureza selvagem". Ou ainda, segundo uma versão mais moderna dos objetivos das áreas naturais protegidas de uso restrito: proteger a biodiversidade.

Segundo as formas de propriedade distinguidas por McKean (1989)[36], nesse contexto pode-se identificar três tipos que se sobrepõe: a *propriedade privada individual* (instituída pelo IBRA), a *propriedade pública* (áreas naturais protegidas), e a *propriedade comum,* ou *formas comunais ou comunitárias de apropriação de espaços e recursos naturais.* Esta última modalidade, a dos "comunitários", era a adotada pelos caiçaras de Cambury, quando seu território ainda era vivenciado como coletivo. Mesmo após a demarcação das posses individuais, eles

---

[34] *IBID.*
[35] DIEGUES (1994b, p. 158)

mantiveram-se usando o espaço do bairro de forma relativamente comunitária. A posse da família era aquela "fixada" e pela qual pagavam os impostos. No entanto, o uso de recursos naturais continuou a ser comunitário e o caiçara ainda "abria" novas áreas para cultivo.

Quando o território do bairro foi incorporado ao Parque Estadual da Serra do Mar, a possibilidade de circular "abrindo" novos sítios deixou de existir. A partir daí, restou ao morador de Cambury, permanecer em seu sítio particular (ou como caseiro nos dos turistas) e assim sendo, as formas tradicionais de uso comum do território foram impossibilitadas – não é permitido buscar recursos na floresta; não é permitido formar novos sítios. Enfim, o sentido de *comunidade bairro*[37] terminou de ser esfacelado. Julgando o modo de vida tradicional predatório, o homem urbano-industrial, através do Poder Público Estatal, sobrepõe um espaço público a um espaço comunitário.

O pensamento do Poder Público Estatal parece comungar com a teoria elaborada por HARDIN (1968)[38], chamada de "Tragédia dos Comuns". Tal teoria pressupõe que no regime de propriedade comum, haveria uma conseqüente degradação dos recursos naturais, pois cada usuário tenderia a sobre-explorá-los. Para evitar uma tragédia, haveria a necessidade da intervenção do Estado, ou a implantação da propriedade privada. No entanto, "*a experiência tem demonstrado que os proprietários individuais ou as empresas degradam os recursos naturais dentro de suas propriedades e que o próprio Estado tem criado políticas que são degradadoras do ambiente*"[39].

Um exemplo vivo da incoerência desse pensamento é a situação vivida pelos sujeitos desse estudo - as propriedades particulares acabaram com cerca de 95% da Mata Atlântica do Estado de São Paulo. Em mãos de quem estavam os outros 5% que foram preservados? Grande parte estava no território de populações tradicionais espalhados pelo Estado. Assim, quando percebeu o que havia feito com a Mata Atlântica, o homem urbano-industrial "olhou" para os outros 5% e

---

[36] *Apud.* DIEGUES (*IBID*).
[37] GUSMAÃO (1995).
[38] *Apud.*, DIEGUES (1994a, p. 159).
[39] *IBID.*

decidiu, através do Estado, preservá-lo. Parte desses 5% estava localizado no Litoral Norte do Estado de São Paulo, e foi para lá que, em 1977, o homem urbano-industrial depositou seu olhar e criou o Parque Estadual da Serra do Mar. Entretanto, pouco antes de decidir preservá-lo, o Poder Público havia proposto um modelo desenvolvimentista para aquela área, construindo uma estrada que visava adequá-la para ser mais bem explorada pelo turismo, ao mesmo tempo que interligava duas metrópoles brasileiras. No início da década de 70, o Governo Federal construiu a BR.101, intercruzando um dos poucos remanescentes contínuos de Mata Atlântica do país, tendo por propósito, "desenvolvê-la"; no final da mesma década, o Governo Estadual resolve que ela deve ser "*preservada contra quaisquer ações que a desvirtue*[40]".

Entre o "fogo cruzado" de ações tão díspares, esteve o caiçara de Cambury. Nem no projeto desenvolvimentista, nem no conservacionista, os caiçaras foram os sujeitos a serem privilegiados: a estrada foi construída para privilegiar o turismo, a ser desenvolvido, é claro, por grandes empresários e não pelos moradores locais (para eles restariam os trabalhos de caseiros, garçons, empregadas domésticas, jardineiros...); o Parque foi decretado para conservar a natureza, onde o homem urbano-industrial poderia desfrutar seu lazer e realizar pesquisas ou, ainda, para que suas gerações futuras também pudessem desfrutá-la. Quanto aos caiçaras, nem mesmo suas gerações presentes estiveram no foco das preocupações do Poder Público, seja ele o Federal, seja o Estadual. Um caiçara de Cambury reflete sobre as incoerências presentes no cerne dessas ações do Governo dizendo:

> *Esse rio, a moça vê, que é o Rio da Barra, lá em cima é a Cachoeira do Cedro, mas aqui na saída da praia é o Rio da Barra. Esse rio, no tempo dos meus 15, 14 ano,* [hoje ele está com 70 anos] *os peixe se hospedava nele. Quando o mar ficava bravo, que tinha aquelas onda maiores do que a senhora está vendo hoje, que não tinha como sair para o mar pegar o peixe, este rio era o que socorria porque ele agasalhava o peixe. Depois da estrada, a Rio-Santos, encheu todos os rio do Cambury de terra. A estrada trouxe o transporte, mas tirou os peixes do rio, os robalo, a carapeva, paraty, tainhó, tainha, cororoca bicuda, mero, toda espécie de peixe que esse rio agasalhava, que esse rio criava. A moça vê que o progresso é uma grande coisa numa parte mas prejudica outra.*

---

[40] REGULAMENTO DOS PARQUES ESTADUAIS PAULISTAS.

Nos 5% de Mata Atlântica sobreviventes à destruição pelo modo de vida urbano-industrial, o Governo Federal construiu uma estrada visando desenvolver a região (o que consequentemente degradaria os recursos naturais). Logo depois, "chega" o Governo Estadual para acusar os habitantes dessa área de serem predadores da natureza e mais, para dizer o que eles não podiam mais ser: lavradores. Não restam dúvidas que para realizar a agricultura itinerante o caiçara causa desmatamento de uma área. No entanto, se esses grupos não estivessem habitando aquele lugar, provavelmente, não haveria aí a quantidade de mata existente. Com seu modo de vida, bem menos predatório, eles vêm conservando aquele meio natural, através dos tempos, pois seu modo de ser não permitiu que eles acabassem com aquilo que lhes garantia a existência. A ameaça maior não provém da roça itinerante, mas da estrada construída pelo próprio Governo, que trouxe e continua trazendo pessoas de fora, interessadas em comprar terras para construírem suas casas e pousadas[41].

O velho caiçara de Cambury começa sua explanação falando daquilo que mais respeita - o ambiente no qual sobrevive e que transcende à 170 anos, como bem demonstra as datas das chegadas das famílias ao lugar – para depois ressaltar o que a estrada fez com ele "*encheu os rio do Cambury de terra*" (FOTO XIII). Enquanto conversávamos passamos ao lado de um desses rios assoreados e ele comentou:

> *A moça já pensou que quem construiu esta estrada e matou esse rio é do mesmo Governo que hoje impedi nós de plantá? Eu atravessava esse rio nadando e hoje pra atravessá não molha nem a meia*[42].

Presenciando os danos ao meio natural onde vive, ocasionados pela construção da rodovia, como pode o caiçara entender que é o seu modo de vida o destruidor da natureza? Em alguns momentos durante o convívio em Cambury, pude perceber a incompreensão por parte de seus moradores: o quê significava um Parque, porque ele havia sido criado justamente ali, no lugar

---

[41] Sabe-se que, mesmo com a presença constante dos executores de leis, continuam havendo construções ilegais dentro do Parque.

[42] Em seu discurso este caiçara coloca o Governo Federal (que construiu a estrada) e o Estadual (que instituiu o Parque) como sendo o mesmo.

deles, em que se baseavam os "florestais" para dizerem o que pode e o que não se pode fazer, enfim, porque estão alijados de decidir sobre suas vidas? Porque não pode plantar, porque não pode retirar madeira para construção, se seus ancestrais sempre fizeram e a mata continua por lá? Todas estas perguntas se perdem no vazio, pois caem no buraco da alienação a que estão fadados, se depender de quem deveria lhes esclarecer.

O interlocutor quer mais explicações e continua...

> *... de quem vem essa leis? De o senhor vim e a pessoa tá cortano uma árvre seca... cortano uma arvre seca pra dona de casa fazê um di cumê, uma comida prumas criança porque o dinheiro não tem pra comprá o gaz... porque muitas vez tem fogão a gáz mas não tem dinheiro pra comprá o gaz. Ele tá cortano umas arvres seca na mata que a broca, os bicho mata...ele tá cortano umas arvres para fazer lenha naquele regime que ele foi nascido e criado né, foi nascido e criado no campo, na lavoura...Então o sinhor vem, carrega seu facão, carrega sua foice... Pigunto pro senhor assim: da onde é que vem essa leis? Da onde é que vem essa ordens? Aí ele responde: "Eu recebo essas ordem do meu superior". E eu respondo: "É, do governo? O senhor recebe dele? Então quero dizer pra eles que esse governo precisa é de estudá, ele precisa estudá. Farta estudo pra ele dentro desse moral". Os florestal falaram assim pra mim: "Como assim Sr. G.?" Eu disse: "É lógico. É lógico meu velho amigo. Ele (o governo) dá uma leis e nós não pisamo por cima da leis porque nós somo reconhecedor... nós somo reconhecedor que a floresta, a raiz da floresta é uma leis que vem lá do fundo... de lá do fundo... eu reconheço isso. Porque eu chegá aqui e passá a mão na minha foice, no meu machado e for descultivá uma nascente de águas eu tô prejudicando a mim mesmo e meus familiares. Porque amanhã ou depois aquela nascente vai secá, vai secá, e aquilo que eu levo de água, o meu familiar, os novo vão sofrê por minha causa. Isso tá certo. Mas pricisa que esse seu superior, o seu governo, ele estude mais um pouco... ele chegue aqui e então ele reparta, tire aquela parte das cabeça do morro, das nascente das água e diga: homem do campo, família do campo, ocê que foro nascido e criado dentro daquele local, então fica a pata das vargem pro cês discultivá, pro cês fazê os plantios, pro cês plantá o pé disso, pé daquilo para dá pros seus filhos... que o senhor possa plantá uma cova de banana, que o senhor possa plantá uma cova de mandioca pra fazê farinha, porque nós fomos nascido nisto..."*[43]

[43] Retirado de D'ANTONA (1996). Neste fragmento, Sr. Genésio relata uma conversa mantida com guardas florestais que lhe multaram em R$400,00 por ter derrubado 5 arbustos.

Essas perguntas também não foram respondidas. A atitude do Estado é o silenciamento e este, é pleno de significados. Como escreveu ORLANDI (1992, p.31):

> Na retaguarda do silêncio pode estar presente uma "política do silêncio", isto é, o silenciamento. Em face dessa dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência).

Os executores de leis ambientais implementaram o Parque e silenciaram. Manifestam-se apenas através de ações e poucas palavras, quando os caiçaras conseguem burlar as regras de vivência e convivência ditadas por eles. Evitar dar explicações que poderiam colocar o caiçara a par de seus direitos, ou mesmo, dessem sentido aos seus deveres, é a postura vigente. O silenciamento parece emergir da necessidade de dominação e opressão. Para se preservar a natureza é necessário não permitir que os caiçaras usufruam de liberdade em seu território e sobre isso, é melhor não se falar.

- *De quem vem essa leis?* Pergunta o caiçara.
- *Eu recebo essas ordens de meu superior.* Responde o guarda-florestal.
- *Do Governo?* Indaga ainda o caiçara. Diante da resposta afirmativa do guarda, continua o caiçara... *Então quero dizê pra eles que esse governo precisa é de estudá, ele precisa estudá. Farta estudo pra ele dentro desse moral".*

Na opinião desse caiçara, o Governo – "aquele que sabe o que é melhor, o que deve ser feito" – não sabe sobre as "*coisa do lugá*"; não mora em meio à mata para saber como usufruí-la sem depredá-la. Ele sim, sabe, pois ele "*é conhecedô das coisa do lugá*"; vive e trabalha por lá, há "*setenta e um ano*". Esta fala reflete o conflito de saberes existente na relação de alteridade entre os caiçaras e executores de leis ambientais e, nesse conflito, todos os caiçaras têm saído em desvantagem. Os saberes dos caiçaras a cerca do ambiente onde vivem têm sido deixados de lado (pois, embasam técnicas proibidas) em prol da hegemonia do saber ambiental instituído, aquele que vem de fora, o mundo urbano-industrial.

Durante o diálogo acima, os guardas-florestais ouviram atentamente a argumentação do caiçara, mas, aquele dia, já foi a alguns anos atrás... As vezes que os caiçaras receberam respostas

a suas indagações, elas não o convenceram, pois não concebem a idéia de serem predadores da natureza – *" Porque eu chegá aqui e passá a mão na minha foice, no meu machado e for descultivá uma nascente de águas eu tô prejudicando a mim mesmo e meus familiares. Porque amanhã ou depois aquela nascente vai secá, vai secá, e aquilo que eu levo de água, o meu familiar, os novo vão sofrê por minha causa".* E as vezes em que o caiçara falou, sua voz não foi ouvida.

O silenciamento por parte dos executores de leis continuou até que, um dia, vieram e pregaram uma faixa próxima à igreja do bairro dizendo: PARTICIPEM DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR. Eu estava por lá. Conversava com um morador em local próximo à faixa e perguntei: - *"O senhor vai participar*? Respondeu: - *"Do que ?"* - *"Da elaboração do Plano de Gestão"*, expliquei. – *"Vou não senhora. Nem sei que é isso..."*, respondeu ele.

De início, eles não queriam participar. Não encontravam sentido na atitude do Estado: mais de dez anos mantendo-se em silêncio e agora, convidá-los a participar? Porque? Não entendiam o por quê e não estavam motivados por não acreditarem em mudanças. Com o tempo, outro pensamento começou a emergir do grupo: deveriam ir aos encontros, afinal, se nada mudasse, pelo menos estariam presentes para tentar evitar que algo pior pudesse lhes acontecer – *"E se eles resolver tirá nois do Cambury*?"

Durante as reuniões de elaboração do Plano de Gestão do Núcleo Picinguaba, o Estado rompeu o silenciamento. No entanto, durante os encontros foi usada linguagem não acessível às populações tradicionais habitantes da região, o que continua a ser atitude não dialógica. Promover uma encontro para elaborar as regras de gestão daquele espaço de forma participativa, teve seu mérito: outras pessoas, que não as do Estado, puderam participar, como nós, os pesquisadores, as Organizações Não-Governamentais, a Prefeitura ... mas e o caiçara? Os de Cambury, estiveram por lá, mas essa foi sua vez de silenciar.

O método de planejamento usado nas diversas reuniões foi extremamente eficiente: para quem domina linguagem que envolve termos como "metas", "ações", "estratégias", "convênios", "manejo", "sustentabilidade"... Muitos, como pesquisadores, ONGs, falaram por eles, os caiçaras, mas eles mesmos, pouco falaram. Ouviram atentamente os outros falarem como deveria ser aquele lugar – aquele no qual seu grupo vive há tanto tempo – como deveria ser sua vida ... Mas do que ouviram, muito pouco compreenderam. Os caiçaras de Cambury silenciaram durante as reuniões e seu silenciamento também foi pleno de significado. Mesmo não compreendendo ao certo o que acontecia ou o que viria a acontecer eles foram, e se mantiveram por lá... em silêncio. Estar presente e em silêncio foi estratégia para serem lembrados – "*Mudá, não vai mudá. Nois vai pra pelo menos nossa situação não piorá. Ele podem querê tirá nois daqui*".

O raciocínio do caiçara revela medo e resistência. O medo da expropriação é uma constante no universo simbólico do caiçara – "*Eles não deixa nois vivê como nois sabe aqui. Eles dizem o que nois pode ou num pode fazê aqui. Qualqué dia eles tiram nois daqui, porque ele acham a gente um estorvo*". O caiçara permanece, por enquanto, por lá. O Estado não o expropriou definitivamente, mas o legou a uma situação de abandono e miséria. Talvez o caiçara tenha razão: qualquer dia eles podem ser retirados de lá, pois a presença de um grupo vivendo naquelas condições, pode ser inadequada a uma área de lazer.

Após as reuniões, os caiçaras não se encontravam nem um pouco motivados e crentes em mudanças: "*Antes a gente falava e ninguém ouvia. Depois chamam a gente lá pra falá de coisa que nois não entende. Como é mesmo o que o Cambury virou? Zona pra sê usada?*[44] *Duvido!!!*" A movimentação em torno do Plano de manejo teve uma conseqüência imediata no bairro: a muitos anos não ocorria eleição para a Associação dos Moradores de Cambury e, logo após os encontros, ela ocorreu. Tive a oportunidade de presenciar essa eleição, em outubro de 1997. Os moradores insistiram que eu fosse mesária na eleição e, graças a este fato, pude, inclusive, ver quem votava em quem. Presenciando isso, pude então, me tornar mais próxima do processo interno vivido pelo grupo.

[44] Zona de Uso Intensivo é uma área dentro do Parque que prevê a presença humana.

O processo da eleição deu-se na escola do bairro. Todos se reuniram na varanda da escola para discutirem como se daria a eleição. Ao abrir a eleição, o então, presidente da Associação disse: "*Todos vocêis são cidadão. No Cambury tem mais de 270 cidadão que tem que demonstrá a cidadania. Pessoal, vocêis tem que se candidatá, tem que votá, tem que participá*". Três moradores se manifestaram candidatos. Houve a indicação de mais um nome, mas a comunidade não aceitou sua candidatura, alegando que ele não era de família do bairro. Permaneceram, portanto, três nomes para concorrerem ao cargo de Presidente da Associação, sendo todos eles pertencentes a famílias de Cambury. Os três candidatos refletem as diversas tendências existentes nos Dias de Hoje, no bairro: um deles (FAMÍLIA FIRMINO / CONCEIÇÃO) trabalha na construção civil e na época de temporada é motorista de um turista que tem casa no bairro – candidato 1; outro (FAMÍLIA FIRMINO) tem um camping e é explicitamente a favor de lutar pela retirada do território do bairro do Parque, mantendo uma postura revolucionária – candidato 2; e o outro (FAMÍLIA BASÍLIO / CONCEIÇÃO) é aposentado, ainda trabalha na roça e pesca e é o porta voz do grupo quando o assunto é falar da cultura local e das transformações sofridas pelo lugar e seus moradores – candidato 3.

Decidiram que a votação seria feita no quadro negro da escola. A pessoa deveria entrar sozinha na sala (apesar de muitos ficarem observando a votação pela janela, sem nenhum constrangimento) e marcar seu voto no quadro negro, ao lado do nome de seu candidato. Eu deveria permanecer na sala para explicar a forma de votar para cada eleitor: eu lia os nomes dos candidatos e, após ele fazer sua opção, eu indicava (para os analfabetos) onde estava o nome do candidato escolhido, e ele mesmo marcava seu voto, com um "X", na lousa.

Todos podiam votar: homens e mulheres, jovens e velhos, crianças[45]. Durante a votação pude perceber algumas tendências explícitas nos eleitores. Os jovens, votaram no candidato 1, que apresentava propostas progressistas para o bairro referentes, sobretudo, ao turismo. Uma pequena parte dos mais velhos, os que trabalham com alguma coisa ligada ao turismo (camping, venda),

[45] Inclusive, antes de dar-se o início das votações a comunidade disse que gostaria que eu votasse. Alegaram que eu vinha convivendo com eles a algum tempo e que "*conhecia das coisa e dos problema do lugá*". Obviamente não aceitei.

votaram no candidato 2. Grande parte dos mais velhos, alguns jovens e todas as crianças, votaram no candidato 3.

Após o término das votações todos entraram de uma só vez na sala para se certificarem do resultado: o candidato 3 teve 25 votos, o 1 teve 23 votos e o 2 teve 11 votos. A atitude geral foi de contentamento, mas um certo desconforto pairou no ar. O candidato 1 tinha certeza da vitória e ficou um tanto decepcionado com o resultado. Ele pensou que ganharia, pois vinha recebendo apoio explícito de uma moradora temporária, dona de uma área de camping e restaurante no bairro e que, aparentemente, tinha bastante prestígio no lugar. Ela costuma oferecer festas em sua casa, doa alimentos para algumas famílias, enfim, costuma ter uma atitude assistencialista com muitos moradores. Entretanto, ela mantém relação conflituosa com uma família caiçara, por conta de disputa de terra, o que poderia vir responder ao fato dela não ter o prestígio esperado pelo candidato 1.

Visto o resultado, todos foram para a varanda da escola dar prosseguimento à eleição para os outros cargos da Associação. Nesse momento algo de inesperado aconteceu. Um caiçara levantou a questão de indicar o nome do candidato 1, o segundo mais votado, para ocupar o cargo de vice-presidente. Ele alegou que o candidato eleito não sabia ler e nem escrever e que, portanto, poderia ser facilmente enganado em situações na qual houvesse a necessidade de assinar um documento, por exemplo. Grande parte da comunidade concordou, mas o candidato 1 não quis, num primeiro momento, aceitar o posto, alegando que ele e o presidente poderiam se desentender, por terem opiniões diversas sobre os fatos. A comunidade insistiu que ele aceitasse, mas com a condição de que a última palavra sempre seria dada pelo presidente. Não muito satisfeito, ele acabou aceitando. Outro fato curioso foi que os outros quatro cargos – primeiro e segundo secretário, primeiro e segundo tesoureiro - foram ocupados por mulheres, que também votaram no candidato 3. A comunidade indicou seus nomes, talvez buscando garantir que o presidente eleito, tivesse suas idéias legitimadas, apesar de não saber ler e nem escrever. Elas sabem.

Assim, essa eleição demonstra os diversos modos de ser e de pensar atuantes no Tempo de Hoje no Cambury - os progressitas, os revolucionários, os tradicionalistas – e que, para os

caiçaras, apesar da diversidade, o importante é assegurar as tradições do grupo. Mostra também que, ao eleger um presidente tradicionalista e um vice progressista, estão dispostos a encarar o progresso, desde que aliado a suas tradições.

Este velho caiçara que se tornou presidente da Associação de Moradores, numa das primeiras idas a campo, disse: - "*Minha filha, o que vai sê do povo de Cambury?*" Os saberes dos mais velhos sobre as atividades tradicionais do grupo, na terra e no mar, já não eram motivo de interesse dos mais jovens e o que eles fariam para sobreviver naquele lugar, dali para frente?. Até muito pouco tempo atrás os mais velhos eram tidos como os detentores do conhecimento, da sabedoria e, hoje, ainda são respeitados, mas se encontram de certa forma deixados de lado, já que seus saberes sobre a mata, sobre a roça, não são mais de grande valia para os jovens. Ser velho em Cambury era sinônimo de sabedoria, era motivo de orgulho. Hoje, ser velho em Cambury é sinônimo de alienação, é motivo de desgosto. Marilena CHAUÍ, na belíssima apresentação que fez do livro de Ecléa BOSI (1983, *apud* BOSI, p.XIX) diz:

> Os velhos são a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara (...).

A essência da cultura caiçara provêm da relação com a terra e com a mata e se esta essência está hoje massacrada pelo Poder Público, a fonte de onde provinha os saberes que a perpetuava se encontra sem sentido. Os velhos de Cambury se sentem "sem sentido", pois o sentido de vida e existência que teriam para ensinar aos mais jovens não encontra eco na situação em que se encontra o Bairro. Continua CHAUÍ (in BOSI, 1983)

> (...)os velhos são os guardiões do passado (....) e foram desarmados. A função social do velho é lembrar, aconselhar, unir o começo e o fim, ligando o que foi e o por vir. Mas a sociedade capitalista[46] impede a lembrança (...), recusa seus conselhos. (...) a sociedade (e o estado) desarma o velho mobilizando mecanismos pelos quais destrói os apoios da memória e substitui a lembrança pela história oficial (...). Destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade (e o

[46] Aqui representados pelo turista e empreendedores de turismo e, também pelo Estado, através de sua política preservacionista.

> estado) bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros. "A memória das sociedades antigas[47] se apoiava na estabilidade espacial e na confiança em que os seres de nossa convivência não se perderiam, não se afastariam. Constituíam-se valores ligados à praxis coletiva como a vizinhança (...), a família larga ou extensa (...). Eis aí, alguns animos em que a memória se apoiava.

Se a estabilidade espacial acabou (perderam o direito da terra e na que ainda possuem, perderam o direito de uso), enfraqueceram-se os valores ligados à praxis coletiva (organização social do trabalho baseada na coletividade e relações de reciprocidade entre vizinhos se reduzem a exemplos esparsos), o que resta ao velho de Cambury a não ser atropelar seus "velhos saberes", suas "velhas técnicas" e aderir à nova ordem que é a "redenção ao turismo"? Não se trata portanto de uma contradição por parte deles quando afirmam ser contra a presença demasiada de turistas ao mesmo tempo em que alugam suas casas para os mesmos. Trata-se de uma negação de tradição, baseada na necessidade de sobrevivência, que ocorre em resposta à nova ordem instituída, que subverteu e transfigurou suas antigas tradições. Nada mais pungente, como diz CHAUÍ (Ibid), do que a frase:

> "Já não existe mais".

Essa frase dilacera as lembranças como um punhal e, como Ecléa Bosi, também tive a infelicidade de ouví-la inúmeras vezes durante o trabalho de campo. Não foram poucas as vezes que um grupo de velhos do Cambury se reunía a minha volta para contar as aventuras vividas no passado e quase sempre um pequeno grupo de jovens também se aproximava, para ouvirem atentos as histórias do "tempo que não volta mais".

> *A moça vê que este lugar aqui era um lugar abençoado porque a moça via fartura. Grande fartura de roça. A moça vê que o camarada fazia lavouras, ele fazia o plantio da mandioca para a farinha, ele plantava abóbora, plantava feijão. Não era muito bom para feijão mas ele colhia um pouco, precisava escolher o lugar competente para fazer o plantio.*

[47] Não só as antigas, mas algumas das contemporâneas de tipo tradicional.

Ele sabia o lugar competente para fazer o plantio, mas qual a importância deste saber se não se pode mais plantar em Cambury? A sensação de inutilidade e o temor da alienação perante às novas regras de vivência - convivência, violenta o velho de Cambury ao passo que massacra a sua memória. Neste ponto pode-se resgatar a noção de desencaixe, trabalhada por GIDDENS[48], para se referir ao fato de o caiçara de Cambury estar forçado a abandonar saberes e técnicas que lhe são familiares, para ter que se adequar às novas regras de vivência e convivência promovidas pela sociedade inclusiva. Assim, deixa de interagir com o que é local, concreto, familiar e passa a interagir com o que é "distante" (vem de fora), abstrato (relações intermediadas por dinheiro[49]) e alienantes (já que, muitas vezes ele não domina as regras da nova lógica estabelecida).

Todos eles, em suas entrevistas, demonstraram uma grande preocupação com o futuro do bairro e dos seus filhos, netos, bisnetos. Não conseguem imaginar um futuro promissor, se o presente é opressor e nega o passado.

> *Eu achava por bem que o nosso Governo liberasse a vargem (várzea), liberasse os baixão pra fazê o plantio. Porque a mocidade hoje, esses que tão nascendo, eles já não sabe mais como se planta uma semente disso, uma semente daquilo. Naquele tempo, quando nós estava com 6, 7 ano já tava no calcanhá dos pais e das mãe fazendo o plantio. Eles estava ensinando que jeito de botá a semente na cova é este, é aquele. Hoje essas moça e moço não sabe e o dia que os velho morrerem ninguém mais vai plantá no Cambury. É proibido plantá então nós não tem porque ensiná os de hoje plantá. A moça vê, os estudo. Aqui tem até o 4º ano da escola, pra frente não tem mais. Por muitas vez as criança não tem como ir estudá fora na cidade, então pára de estudá e fica assim sem profissão. Aqui não tem onde trabaiá a não ser a roça... o mar. Então não tem mais peixe, não pode mais plantá, não tem outro emprego, não tem estudo suficiente pras criança arrumá emprego na cidade... o que vai ser do povo de Cambury?*

Alguns dos mais jovens respondem: "O futuro do Bairro está no turismo". A essência da cultura caiçara está massacrada e está também transfigurada, subvertida e diante deste contexto,

---

[48] GIDDENS (1991, p.29) fala do *desencaixe* como uma característica fundamental da situação de *modernidade acelerada*. "Por *desencaixe* me refiro ao "deslocamento" das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço".

[49] O *dinheiro* é analisado por GIDDENS (1991) como sendo uma fichas simbólicas, que são meios de intercâmbio que podem ser "circulados" sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular.

no que se poderia basear o jovem de Cambury para pensar em seu futuro? No que a sociedade inclusiva lhe oferece, ou seja, o turismo. Dialogando com BRANDÃO (1986, p.41) sobre a importância do contexto em que a criança nasce na formação da identidade infantil, não é de se surpreender que a maioria dos adultos e jovens do Cambury somente conseguiam enxergar um futuro melhor para si e suas famílias através do turismo.

> Projetos coletivos de vida e destino das pessoas e de um povo, a simbologia dos inúmeros valores religiosos e profanos da cultura, os mecanismos familiares e grupais de socialização da criança e do adolescente transferem do todo para cada *ser* do grupo, desde o comecinho de sua vida no grupo, uma identidade grupal. Uma identidade que é dele, como uma pessoa, mas que é também, fatalmente, a do grupo, através dele.

Os que estão numa idade entre 25, 45 anos ainda viveram um pouco na época em que o trabalho na roça era dignificante, garantia a fartura, trazia alegria e satisfação. Todos os que se encontram nessa faixa etária tiveram sua identidade infantil formada no contexto do Tempo de Transição, quando a identidade grupal sofreu um processo de subversão dos valores, saberes, símbolos e técnicas que a configurava, desencadeado por ações desenvolvimentistas e depois conservacionistas do Poder Público. O trabalho na roça deixou de ter o valor que tinha e trazer os benefícios que outrora trazia, se tornando um trabalho que não só não traz mais fartura, como é proibido e traz multa e processo. Neste contexto atual, como está se dando a formação da identidade das novas crianças que nascem no Bairro? Seus pais são estes dos quais estou falando. São aqueles, que na sua infância já sofreram as influências da transfiguração da identidade caiçara e que hoje, não têm outra alternativa a não ser dizer aos seus filhos que fiquem e trabalhem no turismo ou que saiam em busca de trabalho na cidade.

As crianças, jovens e adultos (até 50 anos) que nasceram ou que começaram a trabalhar no Tempo de Transição, ou ainda, que nasceram nos "dias de hoje", construíram e constróem sua identidade individual imersos numa identidade grupal frágil e oprimida. O binômio parque - turista provoca uma "crise de identidade". Por um lado o parque impõe privação de valores da cultura do grupo social, paralisando-o sem favorecer que ele recrie a sua própria identidade (novas formas de uso e ocupação do solo também não estão sendo "bem vistas" pelo estado) ou se reinvente com

outra identidade (ampliar as instalações para receber turistas ou aderir à prática de uma agricultura comercial também é totalmente impossível nos moldes do modelo atual de Parque). Por outro lado, o efeito da invasão de novos valores trazidos pelos turistas afeta não somente algumas crianças ou jovens, afeta uma geração inteira que de uma maneira brusca, não processual, incorpora novos valores morais, comportamentais e de consumo, abandona saberes, símbolos e técnicas tradicionais, ao mesmo tempo em que passa a depender financeiramente deste novos sujeitos "cheios da grana, com roupas bonitas, de carro, que usam drogas, que "são melhores que eles"".

Esta situação poderia se resumir em apenas uma frase dita por um caiçara local:

> *...estamos de pés e mãos atados...*

Entretanto, em algumas entrevistas, sujeitos desta "nova geração afetada pelo turista", demonstram uma tomada de consciência através da qual o turismo deixa de ser a salvação absoluta e propõe uma "volta ao passado".

> *O turismo dá dinheiro sim, mas é só numa época do ano... no tempo do turista, né. A agricultura é diferente. Tudo da agricultura, mesmo que seja pouca coisa que você faz, mesmo assim dá procê mantê. Você sabe se você tá plantando a roça, vai chegá num dia você vai comecá colhê. Sabe que vai ter a mandioca, a cana, a banana. O turista não. Vem aqui uma vez por ano, deixa pouco dinheiro que não dá pra nóis vivê nem dois mês do ano. Com a roça você não passa fome nenhum dia do ano, tem segurança.*

Só que a possibilidade de um "retorno ao passado" está hoje nas mãos daqueles que lhe "roubaram" este passado. Algumas vezes em que os executores de leis ambientais foram interrogados sobre a situação difícil a que eles próprios levaram comunidades caiçaras inteiras, responderam, nas entrelinhas, que "*eles podem viver do turismo*" ou ainda, "*eles podem viver da pesca*". Talvez possam, mas este não é o ponto chave da situação. O fato é que, para defenderem um modelo de Unidade de Conservação arraigado à preservação, o estado tenta se safar da responsabilidade de ter sido o causador da desintegração de toda uma cultura, dizendo "mas eles

podem pescar, eles podem receber turista". Além de ter provocado essas mudanças culturais e sociais e não se auto-atribuir responsabilidades, o estado é ainda autoritário, pois ele mesmo também quer criar as alternativas, que ele julga serem adequadas aos outros e, aos quais resta somente obedecer sem questionar. E se alguém ousar desobedecer, independentemente se fizer isso para garantir sua existência, a punição vem com certeza, através das multas e ameaças de processos.

Diante das impossibilidades da vida, ditadas pelo Estado, os caiçaras de Cambury elegeram um velho caiçara de 71 anos, como presidente se sua Associação, tentando, de certa forma, resgatar seu passado no presente. Eleger alguém que valoriza suas tradições, sua cultura, seu lugar, é ponto fundamental para resistir às pressões transformadoras externas e assim, dizerem de si e de seu mundo.

A história relatada pelo caiçara de Cambury é permeada por conflitos entre saberes locais e saberes institucionalizados. Seja no caso do IBRA, em termos de conflitos entre formas diferentes de acesso e permanência na terra e quanto ao usufruto comum e a propriedade privada; ou seja no caso dos turistas, em relação aos conflitos entre modos de vida e visão de mundo diferentes, o tradicional e o urbano-industrial. Por fim, também no caso dos executores de leis ambientais, entre concepções diferentes de natureza, o caiçara tem perdido a batalha na luta pela manutenção do seu modo diverso de ser e viver, pois, no mundo de hoje não há espaço para a diversidade.

Para o caiçara a floresta e seus recursos é uma extensão de sua própria casa - num sentido extenso - e com os quais de relaciona de modo próximo e familiar, segundo seus referenciais de vida vivida. A concepção que o caiçara tem da floresta é antes de tudo um concepção de ambiente e, de forma alguma ele o representa como selvagem. É o lugar onde ele vive e transcende a quase "*duzentos anos*".

O homem urbano industrial faz uma representação diferenciada daquela mesma "Mata Atlântica". A concepção deste homem é uma concepção de natureza selvagem, que é elaborada a partir de seus referencias de observador distante. A noção de *wilderness* - natureza intocada e

selvagem - que está no cerne da atual concepção de Parques é elaborada pelo homem urbano-industrial justamente porque ele não reconhece seus ritmos, suas marcas, seus cheiros. Na cidade, onde realiza as mais diversas proezas no sentido de aperfeiçoar as formas com que transforma a natureza - dentro do industrialismo – esse homem elaborara uma noção de natureza selvagem, que deve manter-se intocada. Só que, lá onde está essa natureza intocada do homem urbano-industrial é o lugar onde vivem outros homens, que de forma alguma percebem o ambiente deles como selvagem, pois ali é lugar onde vivem e dali tiram seu sustento e elaboraram os significados necessários à vida.

Como disse um índio Sioux (1971)[50]:

> *Nós não consideramos selvagens (wild) as vastas planícies abertas, os maravilhosos montes ondulados, as torrentes sinuosas. Somente para o homem branco a natureza era selvagem e, somente para nós ela era domesticada. A terra não tinha cercas e era rodeada de bençãos do Grande Mistério.*

As cercas, os fechos, as alíneas, as proibições que negam a vida, são parte de um mundo outro em que mais que a natureza e o homem, o que conta é o poder e o poder é aquilo que nega vida, nega aos diferentes os seus direitos.

Fico, então, com a fala de KANT DE LIMA[51],

---

[50] *Apud* DIEGUES (1994a)
[51] *Apud* DIEGUES (*ibid*, p. 162).

Há que inventar formas de conferir direitos e cidadania a essas diferentes concepções de organização social, por tanto tempo ocultas aos olhos do poder. Mas há também, ao fazer isso, de respeitar-lhes as regras internas, não submetendo-as necessariamente a um olhar controlador. É preciso entender que essas diferenças foram até hoje capazes de subsistir, apropriando-se de parcelas de poder, reproduzindo-se, apesar de seu não-reconhecimento. Instituí-las como sujeitos explícitos do processo político sem reduzi-las ao mesmo, eis o desafio que a ordem jurídica deverá superar para tornar-se reflexo de uma sociedade solidária e fundada na tolerância do outro, pronta a aprender com ele e a olhar-se nele, como, afinal, nós, antropólogos, pretendemos ter aprendido.

"Na primeira noite, eles se aproximam
e colhem uma flor de nosso jardim,
e não dizemos nada ...
Na segunda noite, já não se escondem:
pisam as flores, matam nosso cão,
e não dizemos nada ...
Até que um dia, o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a lua e,
conhecendo o nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E porque não dissemos nada,
já não podemos dizer nada ..."

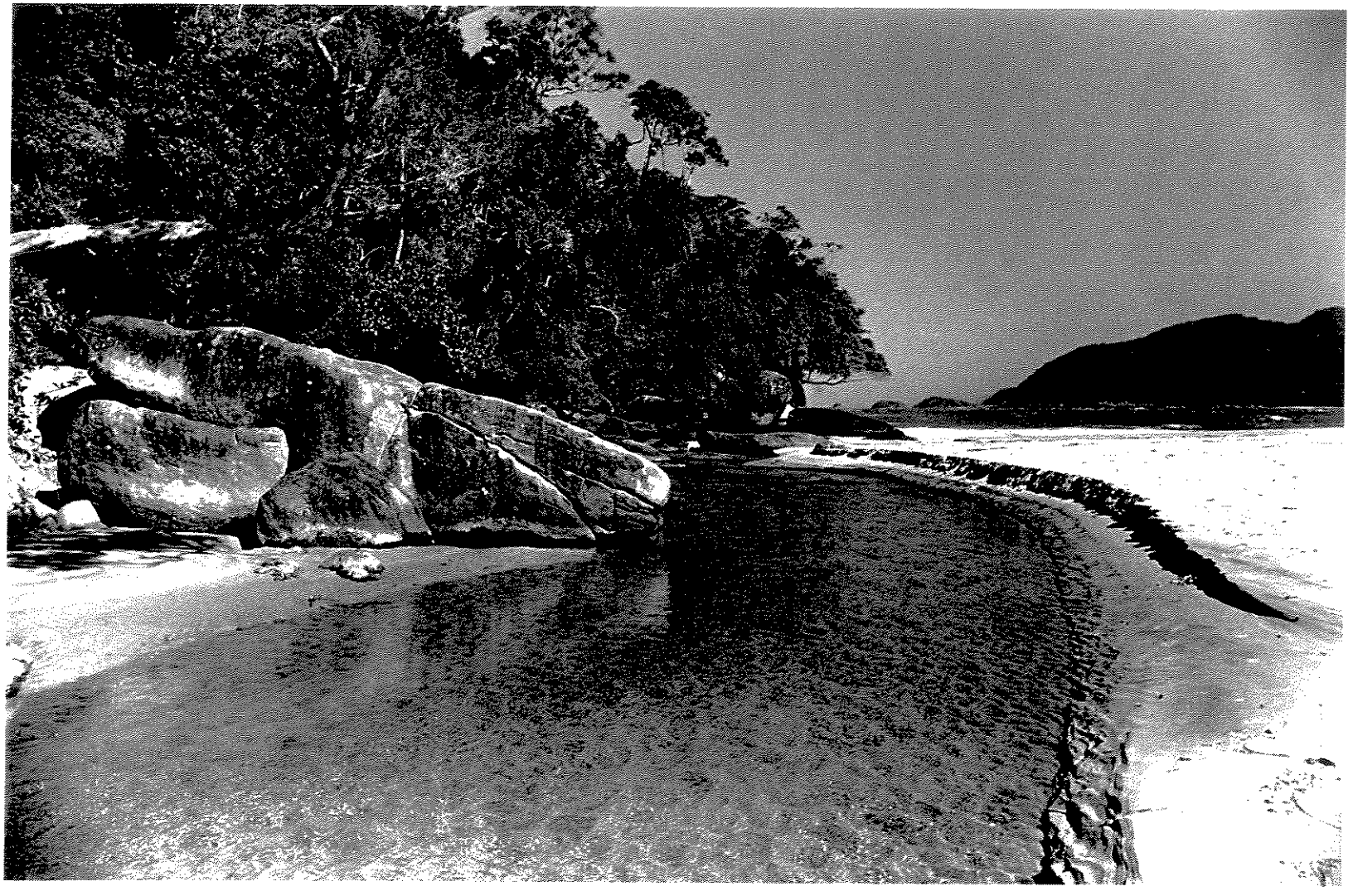
Eduardo Alves da Costa

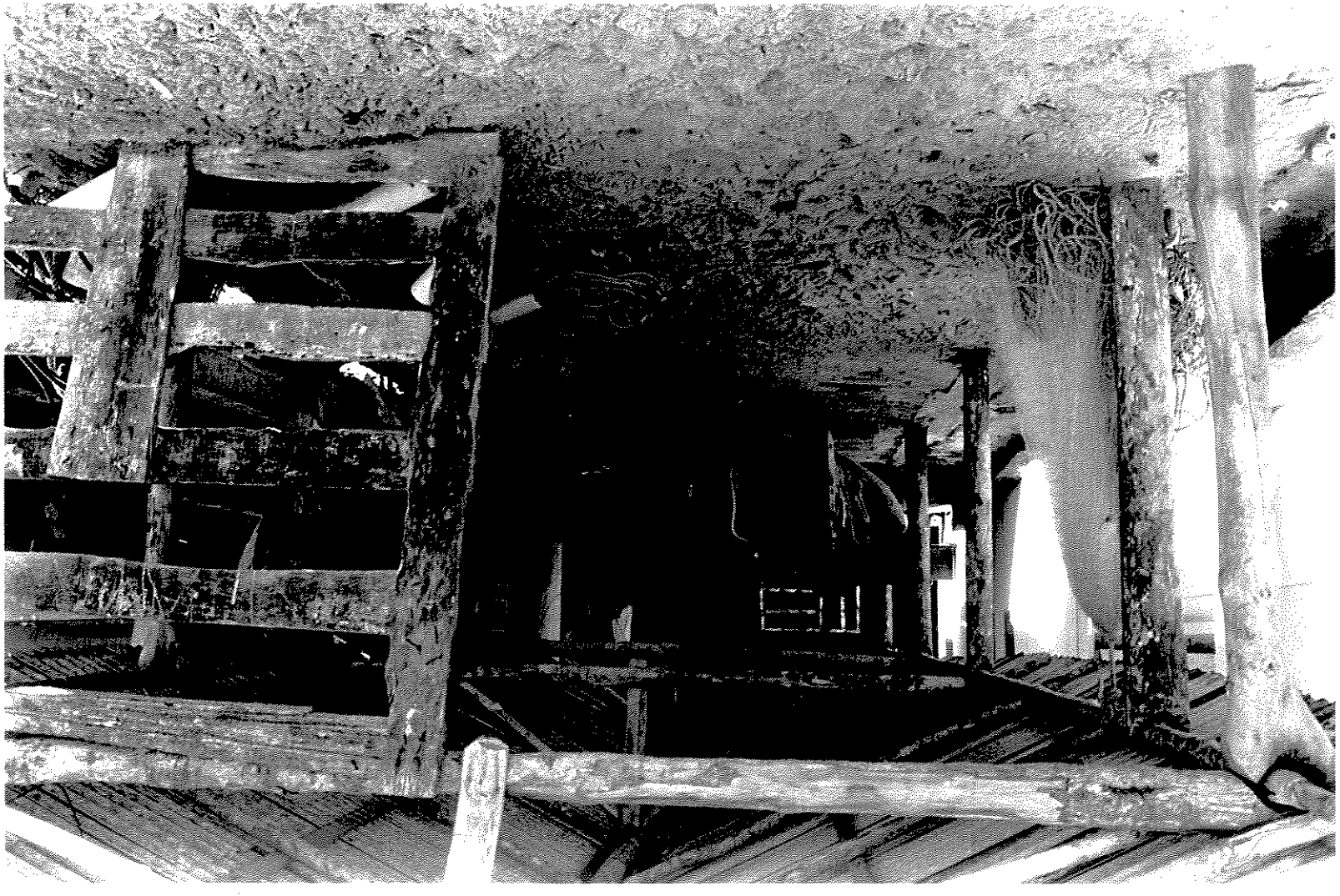
"Com a chegada do meio ambiente" –

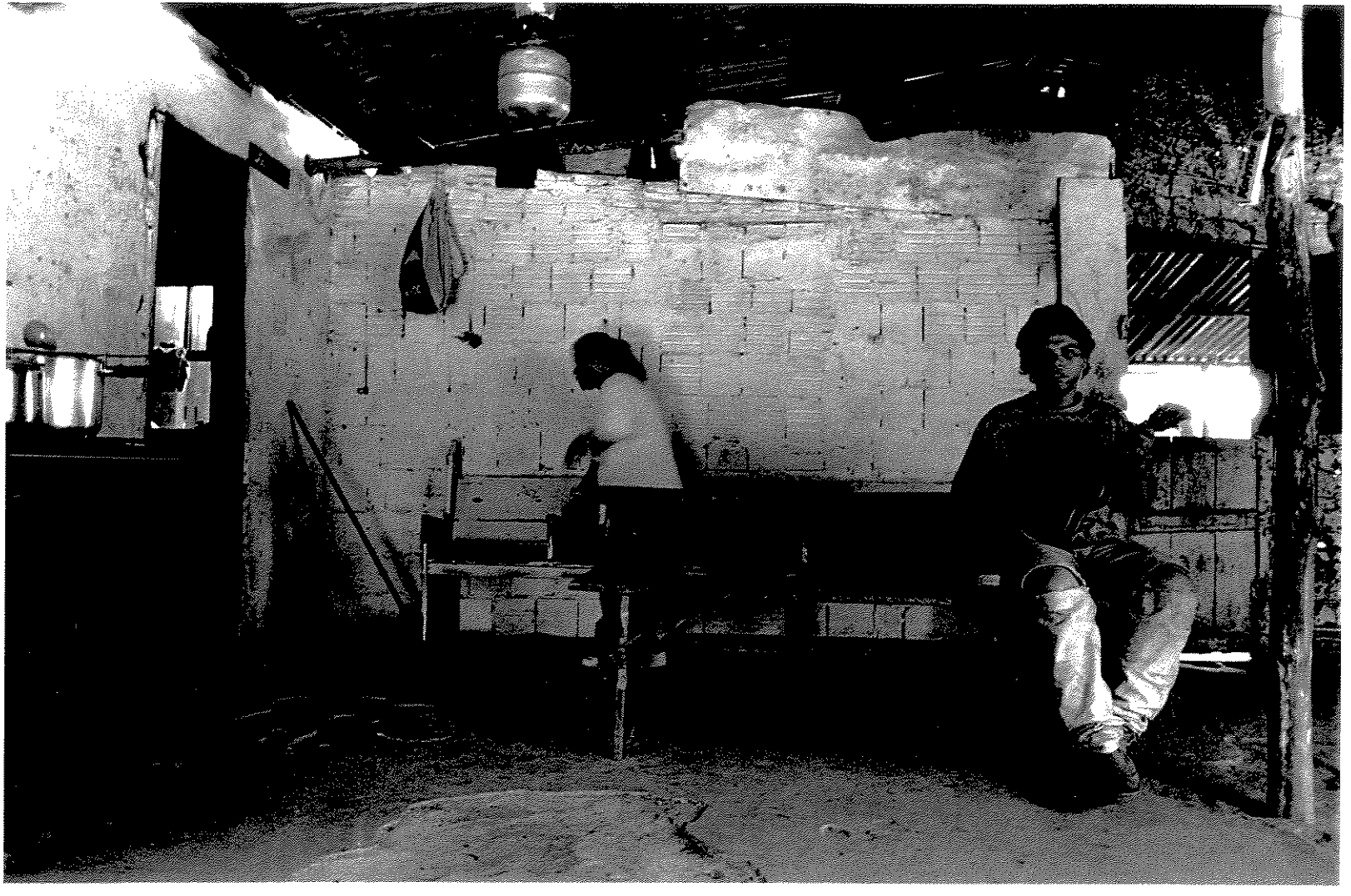
as imagens falam por si...

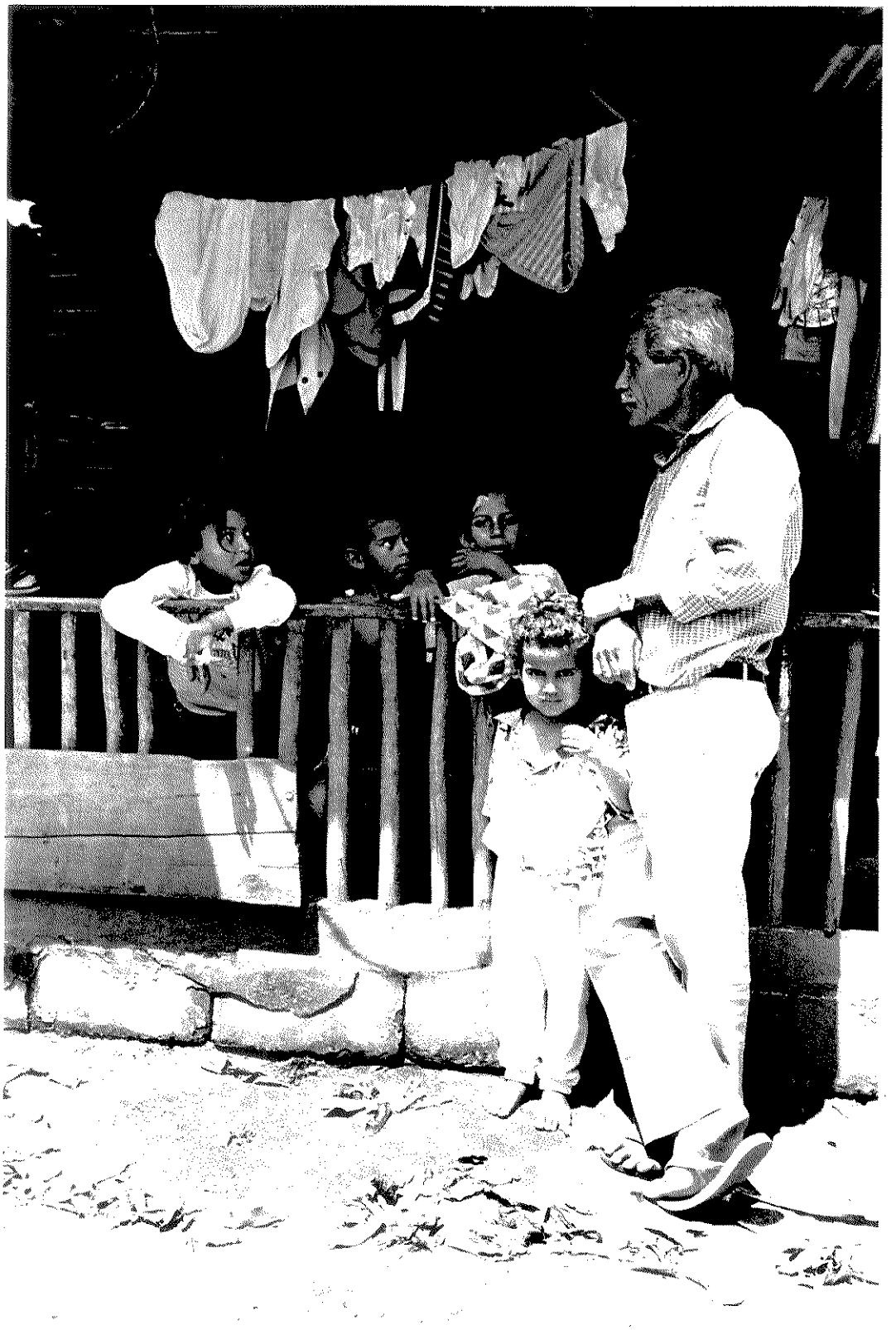
ASSOREAMENTOS PROVOCADOS PELA CONSTRUÇÃO DA BR.101

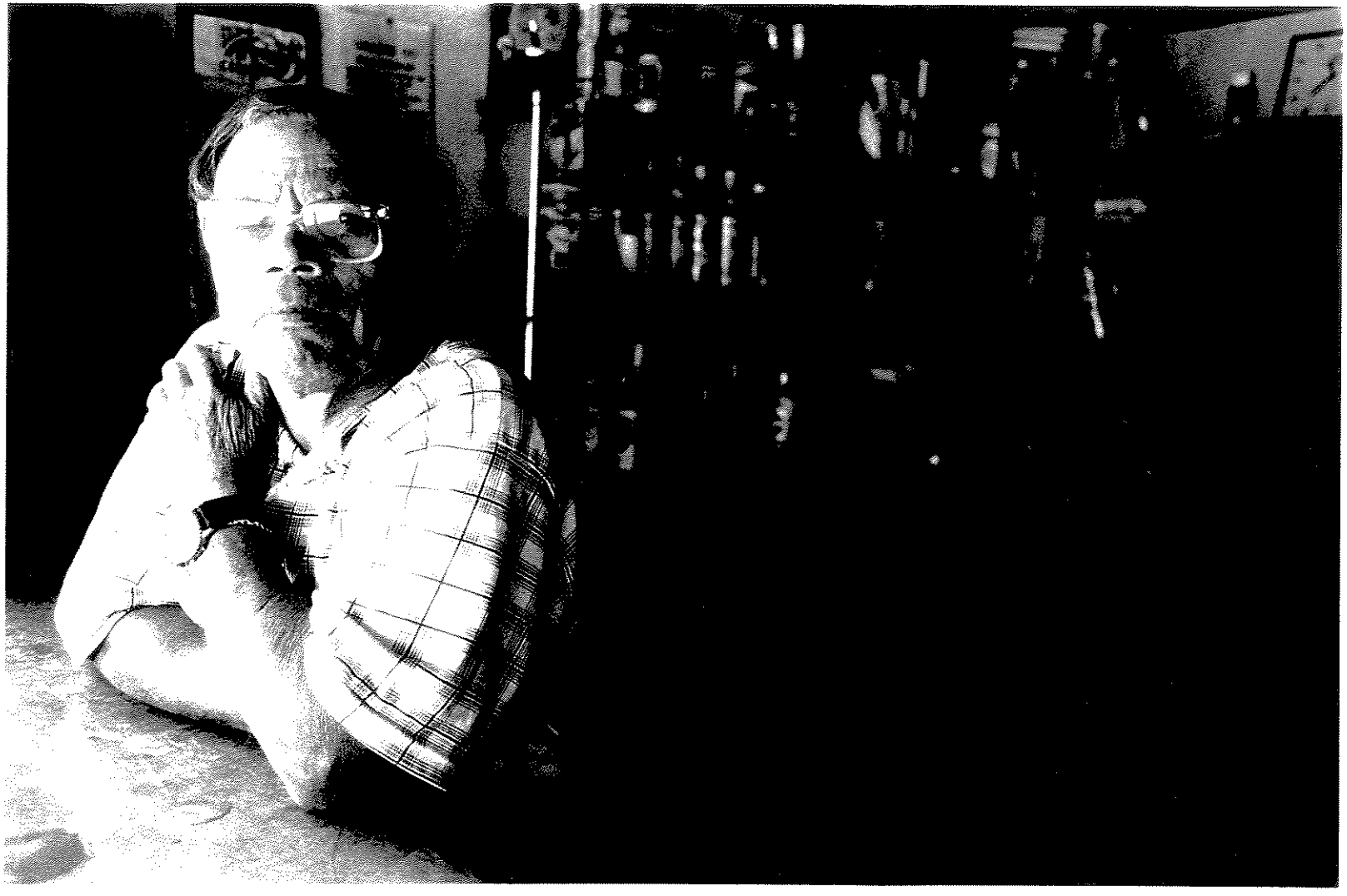
F 72-645











ANEXO

CROQUI : RELAÇÃO DE MORADORES E DISTRIBUIÇÃO DAS CASAS:
(correspondente à FIGURA I)

- **Moradores / Família a que pertence / Casamento[1]:**

1. Clorinda Rudzit (moradora temporária)
2. Altino (LÚCIO, casado com pessoa de fora)
3. Maria Conceição (BENTO, casada com pessoa de fora)
4. José Lúcio (LÚCIO, casado com BASÍLIO)
5. Eliel (LÚCIO e CONCEIÇÃO, casado com CONCEIÇÃO, BASÍLIO e FIRMINO)
6. Alcina (BASÍLIO)
7. Justina (FIRMINO e BASÍLIO, casada pela primeira vez com BASÍLIO e CONCEIÇÃO e, pela segunda vez com BENTO)
8. Simão (CRUZ, casado com FIRMINO e BASÍLIO)
9. Donato (FIRMINO casado pela primeira vez com CONCEIÇÃO e pela segunda vez com pessoa de fora)
10. Maria Corrêa (de ZACARIA, BASÍLIO e CONCEIÇÃO, casada com de fora)
11. Celina (de Zacaria casada com BASÍLIO e CONCEIÇÃO)
12. Leonel (BASÍLIO, CONCEIÇÃO e de ZACARIA)
13.
14. Genésio (CONCEIÇÃO e BASÍLIO, casado com de fora)
15. Benedito (CONCEIÇÃO, BASÍLIO, e BENTO)
16. Filomena (CONCEIÇÃO, casada pela primeira vez com BENTO e, pela segunda vez com BASÍLIO e CONCEIÇÃO)
17. Roberto (de ZACARIA, BASÍLIO e CONCEIÇÃO, casado com CONCEIÇÃO e BENTO)
18. Badeco (BASÍLIO e CONCEIÇÃO e BENTO)
19. José Roberto (BASÍLIO, CONCEIÇÃO e BENTO, casado com BASÍLIO)
20. Salustiano (CONCEIÇÃO, BASÍLIO e de ZACARIA, casado com de fora)
21. Virgínia
22. Claudemir (de ZACARIA, BASÍLIO e CONCEIÇÃO, casado com BASÍLIO e FIRMINO)
23.
24. Ângela Maria (CONCEIÇÃO e BASÍLIO, casada com de fora).
25. Maria Joana
26. Maria
27. Luís
28. André (BASÍLIO, CONCEIÇÃO e de ZACARIA, casado com Cruz)
29. André (Bento , casado com FIRMINO e CONCEIÇÃO)
30. Euclides (FIRMINO, casado com BASÍLIO)
31. Simão (CRUZ, casado com FIRMINO e BASÍLIO)
32. Maria Conceição (BENTO, casada com FIRMINO)
33. Alice Rosa (casada com BENTO)
34. Maximiano (FIRMINO e CONCEIÇÃO, casado com CONCEIÇÃO, BASÍLIO e FIRMINO)
35. Maria (FIRMINO e CONCEIÇÃO, casada com pessoa de fora)
36.
37. André Luís (BENTO, casado com FIRMINO E CONCEIÇÃO)

---

[1] Os números que não encontram-se com morador correspondente é porque a casa estava vazia, quando estive em campo, ou não foi possível identificar o morador.

38. Carmo (FIRMINO, casado com CONCEIÇÃO)
39. Celso (FIRMINO e CONCEIÇÃO, casado com CONCEIÇÃO)
40. Alice Rosa (casada com BENTO)
41. Connel K-Chow (de fora, casado com BENTO)
42. Fernando (FIRMINO, BASÍLIO e CONCEIÇÃO, casado com FIRMINO e CONCEIÇÃO)
43. Justina (FIRMINO, BASÍLIO e CONCEIÇÃO, casada pela primeira vez com BASÍLIO e CONCEIÇÃO e, pela segunda vez, com BENTO)
44. Maria do Carmo (BASÍLIO e CONCEIÇÃO, casado com FIRMINO)
45. Isaias (FIRMINO, BASÍLIO e CONCEIÇÃO, casado com FIRMINO e CONCEIÇÃO)
46. Adriano (casado com BENTO)
47. Antônio
48. Carlinhos (de JOÃO QUERINO)
49. Márcio
50. Paulo (de JOÃO QUERINO)
51.
52. Paulino (LÚCIO, casado com CONCEIÇÃO)
53. Altino (LÚCIO, casado com de fora)
54.

Caseiros / Família a que pertence, por filiação ou casamento:

1. João (de fora)
2. Paulino (LÚCIO, casado com CONCEIÇÃO)
3. Inêneo (de fora, casado com CRUZ)
4. Inglês (BENTO, casado as duas vezes com pessoa de fora)
5. Miguel (CRUZ, casado com de fora)
6. Isaque (FIRMINO e CONCEIÇÃO, casado com de JOÃO QUERINO)
7. Domingos
8. Carioca (de fora)
9. Fernando (FIRMINO e BASÍLIO, casado com FIRMINO e CONCEIÇÃO)
10. Samuel (FIRMINO, BASÍLIO e CONCEIÇÃO, casado com CRUZ)

SUMMARY

Speaking about the history of his group, the Cambury "caiçara" refers to the "Old Times" and "Nowadays Times", as a reference to the analysis of the social-economic and cultural changes that they have been through and emphasize: the division mark between these two periods were the delimitation of the families' lands by the IBRA (Brazilian Institute of Agrarian Reform) and the construction of the road BR.101, by the Federal Government, constituting the period that I call Transition Time. When the "caiçara" group went into the "Nowadays Times", his land was incorporated to the "Parque Estadual da Serra do Mar" (State Park of the Sea Sierra), by the State Government . In this way, I make this text basing myself in the analysis / interpretation of these three periods. I n the Part I – RESEACHER: The Time of the Research is done a reflection about the way gone through, from Biology to Anthropology and Education, in the made of this research object. In the Part II, entitle "CAIÇARAS": "The Old Time", the analysis goes into what was told about their past time: the origin of the first inhabitants, the occupation of the land, the kinship relation, the traditional forms of occupation of the land, the use of the soil and the forest and its resources, the fishing, the religion, everything intending to get close with the construction of the Cambury "caiçaras"'s identity, along the time and in their space. In Part III – "CAIÇARAS": From the Transition Time to "The Nowaday Time"- I describe and analyze the the actions of the Public Power, wich promoted changes into "caiçaras" culture, in these last decades. It is focused the problem brought by such actions, being the principal, the destruction of Cambury "caiçaras" identity group. The analysis pursuits to reveal as the traditional knowledges, process and technology have been absorved by the dominant system knowledges, process and thechnology.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica: Pesquisa Científica versus Planejamento Ambiental**. Dissertação de Mestrado. Ciência Ambiental / USP-SP, 1996.

ANDRADE E SILVA, J. B. **Obras Científicas, Políticas e Sociais**. Santos: Imprensa Oficial, vol. II, 1963.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação?** São Paulo: Brasiliense, 1983a.

_____. **Casa de Escola: cultura camponesa e educação rural**. Campinas: Papirus, 1983b.

_____. **Pensar a Prática: escritos de viagem e estudos sobre Educação**. São Paulo: Loyola, 1984.

_____. *Outros Afetos, Outros Olhares, Outras Idéias, Outras Relações* in **A Questão Ambiental: cenários de pesquisa**. Campinas: NEPAM / UNICAMP, 1995.

_____. **Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

CANELADA, G. V. M e JOVCHELEVICH, P. *O Organismo Agrícola das Populações Tradicionais na Estação Ecológica Juréia – Itatins* in **AGRICULTURA BIODINÂMICA – Boletim do Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural**., ano 13 – nº 73.

CALDEIRA, T. P. do R. *A presença do autor e a Pós-Modernidade em Antropologia* in **Novos Estudos CEBRAP** nº 21, p.133-157, julho de 1988.

CARDOSO, R. (org). **A Aventura Antropológica**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *O Saber, a Ética e a Ação Social.* **Manuscrito - Revista Internacional de Filosofia**, Vol. XII nº 02, outubro de 1990.

_____. **Sobre o Pensamento Antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

CASTORÍAS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CLARETO, Sônia. **A criança e seus mundos: céu, terra e mar no olhar de crianças caiçaras na comunidade caiçara de Camburi (SP)**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Departamento de Matemática. UNESP - Rio Claro/SP, 1993.

CONSORTE, J. G. *Os estudos de Comunidade no Brasil: uma viagem no tempo* in FALEIROS, M. F. L. e GRESPO, R. A. (orgs.) **Humanismo e Compromisso. Ensaios sobre Otavio Ianni.** São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

Da MATTA, R. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____. *O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues* in NUNES, E. (org). **A Aventura Sociológica**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

D'ANTONA, A. *Preservação e Degradação Ambiental: outros modos de ver e estar na natureza* in **XX Reunião Brasileira de Antropologia**, Salvador, 1996.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: NUPAUB / USP, 1994a.

_____. **O nosso lugar virou Parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994b.

_____. **Pesca e Marginalização no Litoral Paulista**. Dissertação de Mestrado. Ciências Sociais / USP-SP, 1973.

_____. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.

D'OLNE CAMPOS, M. *Saber Mágico, Saber Empírico e outros Saberes nas Ilhas dos Búzios* in EULÁLIO et alli, **Caminhos Cruzados, Linguagem, Antropologia e Ciências Naturais**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *"Fazer o Tempo" e o "Fazer do Tempo": ritmos em concorrência entre o ser humano e a natureza*. Ciência & Ambiente, v.(8), p.7-33, jan-jun, 1994.

_____. *Buzios Island: Knowledge and Belief Among a Fishing / Agricultural Community at the Cost of the State of São Paulo* in **First International Conference on Ethnoastronomy: Cosmological and Astronomical Traditions of the World**,

September, 1983. Smithsonian Istitution, Washington, DC, (submetido à publicação nos "proceedings" a pedido comitê organizador em 1995. Aceito em 1995).

DURHAN, E. R. *A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: problemas e perspectivas* in CARDOSO, Ruth. (org) **A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

FRANÇA, A. *A Ilha de São Sebastião: Estudo de Geografia Humana.* **Boletim de Geografia** 178, Geografia nº 10, São Paulo: FFCL / USP, 1954.

FREIRE, P. e D'OLNE CAMPOS, M. *Leitura da Palavra... Leitura do Mundo* in **O Correio da UNESCO**, p.4-9, fevereiro de 1987.

GEERTZ, C. **Works and Lives - The Anthropologist as an Anthropologist as an Author**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1988.

_____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. **Relatório do Bairro de Cambury.** São Paulo, fevereiro de 1992

_____. Secretaria do Meio Ambiente. **Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas.** São Paulo, junho de 1986.

_____. Secretaria do Meio Ambiente. **Dossiê Picinguaba.** São Paulo, 1987.

GUSMÃO, N. M. M. de. **Campinho da Independência: um caso de proletarização caiçara**. Dissertação de Mestrado. Ciências Sociais / PUC-SP, 1979.

_____. **Terra de Pretos Terra de Mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro**. Ministério da Cultura / Fundação Cultural Palmares, Brasília: Biblioteca Palmares v.(6), 1995.

_____. **Da Antropologia e Do Direito: impasses da questão negra no campo**. Palmares em Revista nº 1. Fundação Cultural Palmares. Brasília, 1996.

HOBSBAW, E. e RANGER, T. (orgs.) **A invenção das tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 1984.

KANT de LIMA, R. e PEREIRA, L. F. **Pescadores de Itaipú. Meio Ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói/RJ: EDUFF, 1997.

LAMBERT, T. *Os dois brasis.* **Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais**. Rio de Janeiro: Sociedade e Educação 1, 1959.

LUCHIARI, M. T. P. *A relação do Homem com o Meio Ambiente no Universo Caiçara* in **Ambiente e Sociedade: possibilidades e perspectivas de pesquisa**. Campinas: NEPAM / UNICAMP, 1992.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do emprendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melasésia* in **Os Pensadores**, Vol. XLIII, São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MANSANO, C. F. **Educação Ambiental seus efeitos na Organização Comunitária: escolas rurais do Vale do Ribeira**. UNESP-Botucatu/SP, 1994 (trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Educação).

MARCÍLIO, M. L. **Caiçara: Terra e População**. São Paulo: CEDHAL, 1986.

MARTINS, J. de S. **A chegada do Estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993

MILITO, C. e SILVA, H. R. **Vozes do Meio-Fio - etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

MOURA, M. M. **Camponeses**. Série Princípios, nº 52, São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Os deserdados da terra.** Rio de Janeiro: Bertan do Brasil, 1988.

MUSSOLINI, G. **Ensaios de Antropologia Indígena e Caiçara**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

NOBRE, S. **Aspectos Sociais e Culturais do Desenho Curricular da Matemática**, Rio Claro/SP: Editora da UNESP, 1989.

NOFFS, P. S. **Os Caiçaras de Toque-Toque Pequeno**. Dissertação de Mestrado. FFLCH / USP-SP, 1988.

NOGUEIRA, O. *Os estudos de Comunidade no Brasil.* **Revista de Antropologia.** São Paulo, v.3 (22), FFCL / USP, 1955.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1992.

PICCOLO, P.R. *Ensaio metodológico visando a inserção da Biodiversidade no Planejamento Geoambiental: estudo de caso. Picinguaba - Parque Estadual da Serra do Mar.* **Revista de Geografia.** Rio Claro/SP, v.19 (2). 113-129, 1994.

POSEY, D. **A ciência dos Mebêngôkre - alternativas contra a destruição**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

POSEY, D. e HECHT, S. B. *Indigenous Soil Management in the Latim American Tropics: some implications for the Amazon Basin* in POSEY, D. e OVERAL, W. L. (orgs.) **Ethnobiology: implications and applications.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1990.

QUEIROZ, M. I. *O campesinato brasileiro. Ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil.* **Estudos Brasileiros.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1976.

RIBEIRO, B. *O índio na Cultura Brasileira* in **Pequena Enciclopédia Brasileira da Cultura Brasileira**, Rio de Janeiro: Unibrade / UNESCO, 1987.

RODRIGUES, E. P. F. **Projeto Comunidades Litorâneas Cambury/SP: ensaio de planejamento para o bairro**. Faculdade de Belas Artes / USP-SP, 1992 (trabalho apresentado para conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo).

_____. **Relatório da Caracterização Sócio-Ambiental**. Parque Estadual da Serra do Mar. Ubatuba/SP, julho de 1997 (mímeo).

SAHLINS, M. **Sociedades Tribais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979a.

_____. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979b.

SAMPAIO, T. **O Tupi na geografia nacional**. Brasiliana, 1987.

SETTI, K. **Ubatuba nos Cantos das Praias**. São Paulo: Ática, 1985.

SILVA, G. O. da. **"Tudo que tem na terra tem no mar" – a classificação dos seres vivos entre trabalhadores da pesca em Piratininga, Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional do Folclore, 1989.

SIQUEIRA, P. **O genocídio dos caiçaras**. São Paulo: Massao Ohno - Ismael Guarnelli. 1984.

THOMAS, K. **O Homem e o Mundo Natural - mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500 - 1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

VIANNA, L. P. et. alli. *Populações e Manejo nos Parques Estaduais Paulistas* in **Anais do Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Bahia, 1990.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, Parentes e Compadres. Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

ZALUAR, A. *Teoria e Prática do Trabalho de Campo: alguns problemas.* in CARDOSO, R. (org). **A Aventura Antropológica**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. *O antropólogo e os pobres: introdução metodológica e afetiva.* in IDEM. **A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1985.